

*ESPECIFICIDADES DA ARTE
FUNERÁRIA OITOCENTISTA NA
REGIÃO DA SERRA DE S.
MAMEDE*



OS CEMITÉRIOS DE PORTALEGRE, CASTELO DE VIDE E NISA

José Francisco Ferreira Queiroz

*(Colaboração de Ana Margarida Portela, do Curso de Tecnologia em
Conservação e Restauro do Instituto Politécnico de Tomar)*

PROGRAMA NACIONAL DE BOLSAS DE INVESTIGAÇÃO PARA JOVENS
HISTORIADORES E ANTROPÓLOGOS DA FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE
1998

José Francisco Ferreira Queiroz é Licenciado e Mestre em História da Arte (F.L.U.P).

É investigador no Museu da Ciência e Indústria do Porto e docente de cursos livres de Psicologia da Escrita, na Faculdade de Letras da mesma cidade.

Colabora em vários periódicos nacionais e internacionais, sobretudo nas áreas da História Local, Artes Industriais e Psicologia da Escrita.

Estuda a Arte Funerária Portuguesa Oitocentista desde 1994, tendo os seguintes trabalhos já publicados:



- *O ferro na arte funerária do Porto oitocentista. O Cemitério da Irmandade de N.ª S.ª da Lapa, 1833-1900.* Tese de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras do Porto em 1997 (policopiada). A publicar brevemente pela Câmara Municipal do Porto.
- *O Cemitério da Madalena.* In "Santa Maria Madalena de Fermucia (Madalena - Vila Nova de Gaia). Subsídios para uma Monografia". Junta de Freguesia da Madalena, 1997.
- *Um virtuoso do mármore. Outras notas para uma biografia de António Almeida da Costa (1832-1915).* In "Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia", n.º 44, Dezembro de 1997.
- *A primeira oficina de cantaria de mármore no Porto. Notas para uma biografia de Emídio Carlos de Sousa Amatucci (1811-1872).* In "O Tripeiro", 7.ª série, ano XVII, n.º 2, Fevereiro de 1998.
- *Contributos para a História dos Cemitérios de Gaia* (partes I a IV, em publicação desde Junho de 1998, no "Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia").
- *Os monumentos a José Ferreira Borges e D. Manuel de Santa Inês.* In "O Tripeiro", 7.ª série, ano XVII, n.º 11, Novembro de 1998.
- *Para a história da "Centenária Casa Felisberto": a mais antiga oficina de mármore do Porto em actividade.* A sair no número de 1998 da revista "Arqueologia Industrial", do Museu da Ciência e Indústria.
- *Cemitérios oitocentistas portugueses: os Museus da Morte.* A sair no próximo número da revista "Museu", do Círculo Dr. José de Figueiredo (Museu Nacional Soares dos Reis).



Ana Margarida Portela, que colaborou neste trabalho com o capítulo "O estado de conservação dos monumentos estudados", é estudante do Curso de Tecnologia em Conservação e Restauro do Instituto Politécnico de Tomar.

Entre outros temas, tem investigado a questão da conservação dos monumentos funerários oitocentistas, estando actualmente a realizar trabalhos de investigação nessa área sobre os cemitérios municipais de Coimbra e de Leiria.

Publicou:

- *Construções Tradicionais na Baixa Mondego.* In "Munda", Revista do Grupo de Arqueologia e Arte da Centro, n.º 35, Maio de 1998.



«Ora deve-se confessar, que
o tal Pantheon, se vier a ser
tal qual o Pintor *fecit*, ha-de
ser ainda mais interessante,
que o *Muzeu*, e o *Pateo dos
Bixos*»

(*Camera Optica com vista moderna*, n.º 7,
Lisboa, Typographia Transmontana, 1837, p. 57)

Índice

I	Introdução e contextualização.....	1
	A epidemia de cholera morbus, em 1833-34.....	1
	O Cemitério de Portalegre.....	2
	As várias fases de construção.....	3
	O cemitério inicial.....	5
	A epidemia de cholera morbus de 1855.....	5
	O desmantelamento da Igreja da Madalena.....	7
	A questão dos monumentos.....	7
II	A "industrialização social" de Portalegre no século XIX.....	14
III	Monumentos relevantes no Cemitério de Portalegre.....	17
	As capelas monumentais.....	17
	As placas tumulares.....	18
	Os mausoléus.....	21
	A generalização das capelas.....	23
	Outros monumentos interessantes.....	26
IV	O Cemitério de Castelo de Vide.....	29
	Situação em 1855.....	31
	O desmantelamento do Cemitério do Pangaio.....	32
	O Cemitério dos Remédios.....	34
	Os monumentos funerários oitocentistas.....	42
	O monumento dos instituidores do Asilo de Nossa Senhora da Esperança.....	42
	Monumentos relevantes no Cemitério de Castelo de Vide.....	44
	Monumentos curiosos.....	48
V	O Cemitério de Nisa.....	50
	Monumentos relevantes no Cemitério de Nisa.....	52
	Nota sobre o Cemitério de Marvão.....	54
VI	Canteiros que construíram monumentos nos cemitérios estudados.....	55
	Canteiros locais	
	A oficina de Augusto Desirat.....	55
	M. M. dos Vultos.....	56
	J. B. Lopes.....	57
	Canteiros de regiões próximas	
	M. J. Pereira.....	57
	Carlos A. Bapça.....	57
	Aparício Cardoso.....	57
	Canteiros estabelecidos em Lisboa	
	André Domingos Gonçalves.....	57
	Sérgio Augusto de Barros.....	58
	Pedro Antunes dos Santos.....	58
	Cristiano Augusto Teixeira da Silva.....	59
	Marcolino Cesário Santos.....	59
	José Henriques dos Santos Torres.....	59
VII	O estado de conservação dos monumentos estudados.....	60
	A intervenção de conservação e restauro dos monumentos funerários.....	62
	Conclusão.....	64
	Fontes e Bibliografia.....	67

Prefácio

Optamos primeiramente por estudar a arte funerária oitocentista na Região da Serra de S. Mamede, sobretudo pela facilidade na delimitação da região: esta compreende os concelhos de Portalegre, Marvão e Castelo de Vide, zona de relevo acidentado, granítico, de clima muito temperado e com especificidades a nível antropológico em relação ao restante Alentejo. Procuramos determinar se, na arte funerária do século XIX - espelho de mentalidades de todo um século - existiriam também algumas especificidades em relação ao restante Alentejo.

A maioria dos cemitérios de zonas rurais (como é o caso, sobretudo porque a época a estudar é o século XIX) receberam poucos monumentos funerários no século passado. Por esta razão, optamos por focar apenas os cemitérios das localidades que então seriam mais povoadas, já que as restantes teriam tido cemitérios com construções mais tardias e muito mais modestas. Sendo assim, apenas foram estudados os cemitérios das sedes de concelho, à excepção do de Marvão, não só pela sua evidente pequenez, mas também pelas razões que foram apresentadas em relatório anexo.

Em contrapartida, o Cemitério de Nisa mereceu um estudo mais concreto, embora não tão exaustivo. Nisa situa-se na periferia desta região e apresenta, no seu cemitério, aspectos em que claramente diverge do padrão encontrado na arte funerária da Serra de S. Mamede. Será curioso perceber quais os paralelismos e as diferenças.

Uma comparação com o Cemitério de Évora, permitiu também perceber quais os aspectos encontrados em Castelo de Vide e Portalegre que não eram propriamente específicos dessa região, tornando o trabalho mais rigoroso.

Por razões meramente técnicas, todas as ilustrações e anexos foram colocados em volume à parte, remetendo para este todas as entradas com parêntesis rectos. A numeração das ilustrações foi feita por capítulos. As referências em parêntesis curvos, no interior dos parêntesis rectos, designam os números com que foram primeiramente inventariadas as fotografias, não tendo, pois, qualquer interesse para o leitor.

As referências completas aos livros assinalados em rodapé podem ser encontradas no capítulo "Fontes e Bibliografia". No entanto, algumas obras de bibliografia complementar não constam nesse capítulo e estão assinaladas de forma completa ao longo do trabalho.

Apesar de algumas dificuldades inerentes ao trabalho de investigação histórica, fomos sempre bem recebidos. A todas as pessoas que ofereceram a sua ajuda, o nosso agradecimento. Não podemos aqui mencionar todos os nomes, até porque alguns nos são desconhecidos. No entanto, citemos as instituições/serviços a quem estamos gratos:

- Câmara Municipal de Castelo de Vide; Biblioteca Municipal e Arquivo Histórico de Castelo de Vide; Secção Municipal de Arqueologia de Castelo de Vide; Cemitério de Castelo de Vide; Fundação de Nossa Senhora da Esperança.
- Câmara Municipal de Portalegre; Secretaria e Secção de Contabilidade da Câmara Municipal de Portalegre; Biblioteca Municipal de Portalegre; Cemitério de Portalegre; Arquivo Distrital de Portalegre; Registo Civil de Portalegre.
- Câmara Municipal de Nisa; Biblioteca Municipal e Arquivo Histórico de Nisa; Cemitério de Nisa.

Chave para siglas e abreviaturas

- A.C.S.A.C.M.C.V. - Arquivo Cartográfico da Secção de Arqueologia da Câmara Municipal de Castelo de Vide
 - A.D.PO. - Arquivo Distrital de Portalegre
 - A.F.N.S.E. - Arquivo da Fundação de Nossa Senhora da Esperança (Castelo de Vide)
 - A.H.M.C.V. - Arquivo Histórico Municipal de Castelo de Vide
 - A.H.M.N. - Arquivo Histórico Municipal de Nisa
 - A.H.M.PO. - Arquivo Histórico Municipal de Portalegre
 - Á.M.C.V. - Arquivo Municipal de Castelo de Vide
 - A.M.N. - Arquivo Municipal de Nisa
 - A.R.C.PO. - Arquivo do Registo Civil de Portalegre
 - C.M.C.V. - Câmara Municipal de Castelo de Vide
 - C.M.PO. - Câmara Municipal de Portalegre
-
- (CV23) - número de ordem da inventariação fotográfica feita no Cemitério de Castelo de Vide
 - div. - divisão (de um cemitério)
 - doc. - documento
 - *et al.* - e outros
 - f. - falecido(a) em
 - fig. - figura
 - fl. - fólio
 - fls. - fólhos
 - L.º - livro
 - M23 - mandado n.º 23
 - n. - nascido(a) em
 - n.º - número
 - n.ºs - números
 - *Ob. cit.* - obra citada
 - p. - página
 - (PO23) - número de ordem da inventariação fotográfica feita no Cemitério de Portalegre
 - pp. - páginas
 - s.d. - sem data (de edição)
 - s.l. - sem local (de edição)
 - s.n. - sem nome (do editor ou impressor)
 - s/p. - sem numeração de página
 - sec. - secção (de um cemitério)
 - v. - verso
 - vd. - *vide*
 - vol. - volume
 - vols. - volumes



CAPÍTULO
I

Introdução e contextualização

O Cemitério de Portalegre

Introdução e contextualização

A implantação dos cemitérios públicos a nível nacional encontra-se ainda mal estudada, apesar das enormes perspectivas sociológicas, artísticas e históricas que este tipo de estudo proporciona¹.

Como se sabe, durante séculos o interior das igrejas portuguesas teve também a função de cemitério. Foi no século XIX que começaram a ser estabelecidos os cemitérios públicos, por princípio localizados fora das povoações e no exterior das igrejas (o que nem sempre sucedeu, dada a grande resistência social à mudança nas formas de inumação). A criação deste novo tipo de cemitérios era necessária face ao constante aumento da população e à permanência de práticas de higiene deficientes, que tornavam fácil a propagação de epidemias. Os anteriores cemitérios, sem condições e progressivamente sobrelotados, causavam grandes danos à saúde pública, principalmente aquando de grandes mortandades, já que era difícil encontrar sepulturas vagas. Sendo assim, no século XIX, foram muito comuns os cemitérios improvisados para atender às epidemias.

As primeiras tentativas legisladoras no sentido de criar cemitérios afastados das zonas habitacionais deram-se em finais do século XVIII. No entanto, muita tinta teria ainda de correr até à concretização, legal da mudança. De facto, só em 21 de Setembro de 1835 foi publicado o decreto que criava oficialmente os cemitérios públicos, proibindo inumações nas igrejas e, igualmente, dentro das povoações. Em 18 de Setembro de 1844, um novo decreto estipulava a obrigatoriedade da existência de, pelo menos, um cemitério público por cada concelho. Muitas outras disposições e decretos foram emanados anterior e posteriormente, tentando forçar a criação de cemitérios *decentes* e *modernos*. Mas a resistência social era muito grande. O decreto de 1844, relembre-se, deu origem a graves tumultos (a Maria da Fonte, por exemplo).

A nível nacional, foram três os principais factores que sistematicamente impediram o cumprimento das disposições legais sobre o estabelecimento de cemitérios:

- A falta de dinheiro das entidades que deviam criar os cemitérios públicos: Câmaras Municipais e, sobretudo, as Juntas de Paróquia, frequentemente com poucos recursos. Esta falta de dinheiro era agravada nos casos em que as ditas entidades não possuíam terrenos próprios convenientes;
- Os motivos de ordem religiosa (resistência ao enterramento longe de uma igreja). Apesar de tudo (ao contrário do que sucedia no resto da Europa), para que fosse conseguida alguma aceitação por parte de uma sociedade ainda muito pouco laicizada, os legisladores portugueses conceberam os cemitérios públicos como católicos *a priori*. Teriam de ser todos benzidos convenientemente.
- Os motivos de ordem estética e social. Muitas vezes, os novos cemitérios eram criados em terrenos provisórios, sem qualquer preparação, que depois ficavam praticamente abandonados (recebendo apenas cadáveres de pobres e indigentes), agravando ainda mais a conotação negativa destes espaços.

A epidemia de *cholera morbus*, em 1833-34

Em séculos mais recuados, as epidemias foram comuns em Portugal. Mas, o século XIX viveu ainda duas grandes epidemias, de cólera dita *asiática*. A primeira deu-se em 1833. Tendo tido origem na grave situação de salubridade pública causada pelo Cerco do

¹ Sobre a criação dos cemitérios públicos portugueses veja-se QUEIROZ, J. Francisco F. - *O ferro na arte funerária do Porto oitocentista*, vol. I, capítulo I.

Porto, esta epidemia difundiu-se por quase todo o país, tendo chegado à região da Serra de S. Mamede no Verão de 1834.

Em muitos locais do Reino, a mortandade gerada por esta epidemia de cólera foi tão grande que forçou a reabilitação de antigos locais de enterramento provisório (apenas usados aquando das grandes pestes) ou a criação de novos locais.

É a partir desta epidemia que se pode fazer a história dos cemitérios públicos portugueses, já que o decreto que os criou, de 1835, teve origem remota num outro, de 1833, em plena epidemia de cólera, emanado precisamente para prevenir os seus efeitos devastadores.

A segunda grande epidemia de cólera deu-se em 1855, tendo havido, no entanto, pequenos focos de ameaça já desde 1853. Esta epidemia, que em algumas zonas do país foi muito importante para forçar a criação de cemitérios públicos, na região da Serra de S. Mamede não foi tão relevante, uma vez que os principais cemitérios públicos já existiam. Porém, o pânico gerado pela epidemia teve efeitos nos cemitérios já existentes, sobretudo no caso de Portalegre, como se verá.

O Cemitério de Portalegre

Não temos muita informação sobre o que sucedeu em Portalegre durante e após a epidemia de 1833-34. Sabemos que na Paróquia da Sé de Portalegre, antes do aparecimento da epidemia, faziam-se enterramentos dentro da Sé e no respectivo claustro. No entanto, em 1834, devido à cólera, foram feitos bastantes enterramentos em outras igrejas da paróquia, para além da Sé: Sto. Agostinho (hoje desaparecida) e S. Francisco². Em 25 de Julho de 1834, refere-se mesmo o *Cemitério de S. Francisco*, indiciando que o local de enterramento seria já num terreno provisório exterior à igreja³.

Os enterramentos em S. Francisco continuaram até 1837. Em 28 de Janeiro de 1837 dá-se a primeira inumação no *Cemitério Público desta Cid^e, situado na Boavista*⁴. À margem do assento foi escrito e rodeado de um círculo: *Cemitério Novo*. A infeliz pioneira foi Francisca Rita, de 20 anos, que tinha sido casada com Domingos José. Era uma mulher pobre [fig. 1].

Curiosamente, na primeira folha do Livro de Óbitos da Paróquia da Sé de Portalegre de 1840-59, após o termo de entrada, foi colocada uma curiosa referência que refere: *NB: No claustro da Sé ha 143 sepulturas e meia, isto he 103 p^a seculares, 18 p^a sacerdotes, e 45 meias sepulturas p^a os anjinhos ou inocentes, isto he, fallando por outro modo, 22 ½ sepulturas p^a os ditos anjinhos. As sepulturas dos sacerdotes, e anjinhos estão na quadra que vai direita à capellinha, apparecendo logo as dos anjinhos à porta que dá p^a dentro da igreja com dois números em cada sepultura, depois seguem-se as dos sacerdotes, e no fim junto às grades da capellinha de S. Tiago estão mais três sepulturas de anjinhos*⁵. Falta saber se esta descrição foi redigida aquando do termo de abertura do livro, a 18 de Janeiro de 1837, ou aquando da efectiva utilização do mesmo, a partir de 1840. A primeira hipótese é bastante mais plausível uma vez que, em 1840, as inumações já eram todas feitas no cemitério público e não haveria uma necessidade lógica de colocar tal anotação.

² A.D.PO., Fundo Paroquial, Sé de Portalegre: Óbitos, 1802-1840.

³ IDEM, *Ibidem*.

⁴ IDEM, *Ibidem*, fl. 181.

⁵ IDEM, *Ibidem*, fl. 1.

Porto, esta epidemia difundiu-se por quase todo o país, tendo chegado à região da Serra de S. Mamede no Verão de 1834.

Em muitos locais do Reino, a mortandade gerada por esta epidemia de cólera foi tão grande que forçou a reabilitação de antigos locais de enterramento provisório (apenas usados aquando das grandes pestes) ou a criação de novos locais.

É a partir desta epidemia que se pode fazer a história dos cemitérios públicos portugueses, já que o decreto que os criou, de 1835, teve origem remota num outro, de 1833, em plena epidemia de cólera, emanado precisamente para prevenir os seus efeitos devastadores.

A segunda grande epidemia de cólera deu-se em 1855, tendo havido, no entanto, pequenos focos de ameaça já desde 1853. Esta epidemia, que em algumas zonas do país foi muito importante para forçar a criação de cemitérios públicos, na região da Serra de S. Mamede não foi tão relevante, uma vez que os principais cemitérios públicos já existiam. Porém, o pânico gerado pela epidemia teve efeitos nos cemitérios já existentes, sobretudo no caso de Portalegre, como se verá.

O Cemitério de Portalegre

Não temos muita informação sobre o que sucedeu em Portalegre durante e após a epidemia de 1833-34. Sabemos que na Paróquia da Sé de Portalegre, antes do aparecimento da epidemia, faziam-se enterramentos dentro da Sé e no respectivo claustro. No entanto, em 1834, devido à cólera, foram feitos bastantes enterramentos em outras igrejas da paróquia, para além da Sé: Sto. Agostinho (hoje desaparecida) e S. Francisco². Em 25 de Julho de 1834, refere-se mesmo o *Cemitério de S. Francisco*, indiciando que o local de enterramento seria já num terreno provisório exterior à igreja³.

Os enterramentos em S. Francisco continuaram até 1837. Em 28 de Janeiro de 1837 dá-se a primeira inumação no *Cemitério Público desta Cid^e, situado na Boavista*⁴. À margem do assento foi escrito e rodeado de um círculo: *Cemitério Novo*. A infeliz pioneira foi Francisca Rita, de 20 anos, que tinha sido casada com Domingos José. Era uma mulher pobre [fig. 1].

Curiosamente, na primeira folha do Livro de Óbitos da Paróquia da Sé de Portalegre de 1840-59, após o termo de entrada, foi colocada uma curiosa referência que refere: *NB: No claustro da Sé ha 143 sepulturas e meia, isto he 103 p^o seculares, 18 p^o sacerdotes, e 45 meias sepulturas p^o os anjinhos ou inocentes, isto he, fallando por outro modo, 22 1/2 sepulturas p^o os ditos anjinhos. As sepulturas dos sacerdotes, e anjinhos estão na quadra que vai direita à capellinha, apparecendo logo as dos anjinhos à porta que dá p^o dentro da igreja com dois números em cada sepultura, depois seguem-se as dos sacerdotes, e no fim junto às grades da capellinha de S. Tiago estão mais três sepulturas de anjinhos*⁵. Falta saber se esta descrição foi redigida aquando do termo de abertura do livro, a 18 de Janeiro de 1837, ou aquando da efectiva utilização do mesmo, a partir de 1840. A primeira hipótese é bastante mais plausível uma vez que, em 1840, as inumações já eram todas feitas no cemitério público e não haveria uma necessidade lógica de colocar tal anotação.

¹ A.D.P.O., Fundo Paroquial, *Sé de Portalegre: Óbitos, 1802-1840*.

² IDEM, *Ibidem*.

³ IDEM, *Ibidem*, fl. 181.

⁴ IDEM, *Ibidem*, fl. 1.

O cemitério público de Portalegre foi implantado no local de uma antiga fortificação, das várias que existiam junto à cidade: o forte da Boavista. Num mapa de 1801 pode ver-se a localização do dito forte, logo após a cintura urbana [fig. 2]⁶.

Deste forte, não vislumbramos actualmente nenhum vestígio. Ao contrário do que poderia parecer mais lógico (e viria mesmo a suceder em Castelo de Vide), os muros do forte não terão sido transformados em muros do cemitério. Eventualmente, a alvenaria dos muros pode ter sido apeada e reaproveitada para construir os muros do cemitério. No entanto, nos documentos que referem as obras de muramento do cemitério, nada de semelhante se refere, dando-se precisamente uma ideia contrária: não terão sido reutilizados os materiais pétreos do forte⁷. Estaria este então já totalmente destruído? Foi um aspecto que não pudemos apurar no local. Para este período, aliás, as actas da Câmara Municipal são de uma grande escassez de dados. Este facto, aliado à alegada inexistência de registos próprios relativos ao cemitério durante o século XIX⁸, impediram que importantes questões históricas viessem a ter uma resposta segura: para além da questão legal, que razões objectivas levaram à criação do cemitério público? Porquê a escolha do local do forte da Boavista?

Ainda assim, valendo-nos sobretudo de hipóteses e de algum conhecimento de casos semelhantes, puderam ser calculadas com alguma fiabilidade as principais fases de evolução deste cemitério.

As várias fases de construção

A primeira referência que conhecemos à construção do Cemitério de Portalegre é de 16 de Abril de 1836, referindo: *e nesta [sessão] se passou hum mandado de 4\$200 ao cabouqueiro e serventes que estão lavrando a pedra para o semiterio*⁹. Infelizmente, não só em actas anteriores não se refere a decisão de construir o cemitério, como todas as poucas referências em acta à construção do cemitério, nesta época, são lacónicas e referem-se sempre a despesas. Aliás, é através dos livros de receita e despesa que encontramos mais dados sobre o processo de construção, os quais estão apresentados no anexo n.º 1. Deste modo, ficam por esclarecer as eventuais resistências à implantação do cemitério, os problemas eventualmente levantados com a escolha do local (etc.), que fazem correr muita tinta em quase todos os casos de estabelecimento de cemitérios.

Terá sido objecto de grande consenso, em Portalegre, a construção do cemitério? A confirmar-se, seria um caso raro, reforçado pela curiosa circunstância da sua construção ter sido iniciada apenas 8 meses após o decreto que estabeleceu os cemitérios públicos, facto bastante singular, se tivermos em conta a resistência de décadas a este novo fenómeno (e mesmo ponderando o baixo nível de religiosidade no Alentejo).

Analisando a tabela das despesas com o cemitério, em anexo, podemos perceber que a primeira fase das obras consistiu em *tirar a pedra para a factura do semiterio*¹⁰. Assim, refere-se o cabouqueiro Francisco Borges e demais serventes, bem como o mestre ferreiro João Manuel Mergulhão que consertava as ferramentas *com que se tem andado*

⁶ Plano da Cidade e imediações de Portalegre, 2 de Outubro de 1801. Publicado em VENTURA, António - *Alguns documentos do Serviço Histórico Militar de Madrid referentes à Comarca de Portalegre*, s/p.

⁷ Veja-se o anexo n.º 1.

⁸ Alguns tipos de livros (comuns em todos os municípios, para o século XIX), não foram sequer localizados por nenhuma das secções da Câmara. É provável que exista material importante sobre este cemitério, ao qual não tenhamos tido acesso.

⁹ A.D.P.O., Fundo da Câmara Municipal de Portalegre, *Contas do Concelho*, 1834-1835, fl. 10, de 16 de Abril de 1836.

¹⁰ A.D.P.O., Fundo da Câmara Municipal de Portalegre, *Actas das Vereações*, L.º 18, fl. 31, referenciado posteriormente.

*tirando a pedra para o semiterio*¹¹. Esta fase durou até finais de Julho, quando entra também em cena o mestre alvanel Francisco António Malato *por conta do trabalho que tem feito no cemiterio*¹². Em Outubro de 1836 referem-se os *trabalhadores que têm andado terraplanando o semiterio*¹³ e são apontados também nomes de outros trabalhadores (para além de Francisco António Malato, que terá arrematado a obra das paredes do cemitério), como Lourenço Chouriço, Francisco Polainas, Manuel Lemos ou Manuel Rodrigues Tenório. Este último (e seus trabalhadores) passa a ter papel preponderante nas obras do cemitério a partir de meados de Outubro.

Em Janeiro de 1837, o cemitério já deveria estar parcialmente construído, não só porque começam os primeiros enterramentos, como também se referem despesas típicas dos acabamentos: *utensílios e portado e cruz do semiterio ou mil e quinhentos e quarenta e cinco palmos de lage preta para cobrir a parede do semiterio*¹⁴. Nesta época, as actas alongam-se um pouco mais no assunto e, por isso, optamos por transcrever:

*Nesta se passou mandado a Manoel Rodrigues Thenorio dos trabalhadores do semiterio. Nesta se passou mandado a João Malato pelos pedreiros que levantarão a porta do semiterio (...). Nesta se porçodeo ao escrupuloso exame das paredes do semiterio e depois de bens calculadas as suas diferentes alturas e gorçuras se redozirão a braças do ajuste prometido, feito por arrematação em 13 de Julho de 1836, dando em resultado a medição de trezentos e vinte oito meias braças que a preço de dous mil reis por que foi a rematação de cada huma braça importão na quantia de seis centos sincoenta e sete mil reis, e como o arrematante recebeo por varios mandados a quantia de quinhentos e quatorze mil reis se lhe pagou hoje hum pelo resto, da quantia de cento e quarenta e três mil reis, ficando o arrematante e seu fiador obrigados a dar as paredes do semiterio rebocadas de cal e areia athe ao fim do próximo mês de Junho. Nesta se pagou mandado a José Martins Pereira [?] pela porta do semiterio, porta da cadeia e guarita para a servir de guarda. Nesta se pagou mandado a Manoel Affonso pelas lages que vendeo para o semiterio*¹⁵.

Em Março de 1837 refere-se o pagamento do *chumbo e mais utensílios da porta do semiterio*, a Joaquim José Afonso¹⁶, podendo significar que o cemitério estaria já praticamente concluído, embora as despesas com as obras tenham continuado até Junho, dirigidas por Francisco Borges.

No final de 1837 refere-se a despesa anual com o guarda do cemitério Florentino José Cardoso¹⁷. Como em praticamente todos os cemitérios públicos recém-construídos, pequenas obras foram-se prolongando. Em Janeiro de 1838, João Baptista Malato (mestre alvanel) recebeu *por três ferias de trabalho e metreaes e carroto do portado do cemiterio que se mandou consertar*¹⁸. Sabemos que em Fevereiro de 1838, um outro mestre alvanel

¹¹ A.D.PO., Fundo da Câmara Municipal de Portalegre, *Contas do Concelho*, 1834-1835, fl. 51, 30 de Abril de 1836.

¹² A.D.PO., Fundo da Câmara Municipal de Portalegre, *Contas do Concelho*, 1837-1838, fl. 15, 7 de Setembro de 1836.

¹³ IDEM, *Ibidem*, fl. 16, 10 de Outubro de 1836.

¹⁴ IDEM, *Ibidem*, fl. 41, Janeiro de 1837.

¹⁵ A.D.PO., Fundo da Câmara Municipal de Portalegre, *Actas das Vereações*, L.º 18, fls. 89v.-90v., de 14 de Janeiro de 1837.

¹⁶ A.D.PO., Fundo da Câmara Municipal de Portalegre, *Contas do Concelho*, 1837-1838, fl. 45, 18 de Março de 1837.

¹⁷ Era também oficial de diligências da Câmara. Manteve-se, pelo menos, nos anos seguintes. A.D.PO., Fundo da Câmara Municipal de Portalegre, *Livro de mandatos do Concelho de Portalegre (de 4 de Julho de 1838 até 28 de Junho de 1839)*, fl. 25 e IDEM, *Recêita e Despesa (Contas do Concelho)*, 1838-39 e 1839-40, fl. 127.

¹⁸ A.D.PO., Fundo da Câmara Municipal de Portalegre, *Contas do Concelho*, 1837-1838, fl. 85, 31 de Janeiro de 1838.

fez reparos no cemitério. Enfim, se seguíssemos a receita e despesa municipal de todos os anos por certo encontraríamos verbas como estas últimas, de pequenos reparos, que eram sempre necessários com alguma regularidade.

O cemitério inicial

A área do Cemitério de Portalegre que foi construída no século XIX divide-se em duas partes distintas [fig. 3]. Assim, temos:

- a divisão inferior, alongada, tendo ao fundo a capela mortuária
- a divisão superior, paralela à divisão inferior, mas com muito maior largura, tendo ao fundo um necrotério.

Cabe aqui esclarecer que não conseguimos apurar quando foram construídos, quer o necrotério, quer a capela mortuária [fig. 4 (PO55)]. No entanto, a capela mortuária deve ter sido construída numa fase bastante precoce da existência do cemitério, sendo o necrotério bem mais tardio.

Iremos estendermo-nos um pouco mais na concepção urbanística deste cemitério, já que nela se notam claras especificidades, a vários níveis. De tal modo que, em muitos aspectos, a solução de planta adoptada para o Cemitério de Portalegre parece até ilógica, tendo em conta tantos outros cemitérios mais ou menos coetâneos que conhecemos.

As cotas das duas divisões são bastante díspares para este tipo de necrópole. Se os dois tabuleiros tivessem sido pensados em conjunto, talvez tivesse sido mais sensato atenuar o desnível de terreno. Este é um argumento de peso para admitir que a divisão superior tivesse sido pensada e construída posteriormente.

Iremos então admitir que a divisão inferior seja mais antiga que a divisão superior, não porque conheçamos provas documentais concretas de que uma tenha sido construída primeiro, mas por várias outras razões. A primeira foi já assinalada no parágrafo anterior. A segunda é o facto de, na primeira referência que encontramos à divisão superior (1854) ser claramente implícita a sua falta de organização espacial, dando a entender que se tratava de um mero terreno complementar à divisão inferior. Por outro lado, sendo a divisão superior quase 3 vezes maior em área que a divisão inferior, não faria sentido que estas tivessem sido construídas simultaneamente e a divisão inferior é que tivesse levado o portal de entrada e a capela mortuária, dando origem a um cemitério estruturalmente desequilibrado. Admitindo esta hipótese, para que serviria o cemitério superior, separado do inferior por tão grande desnível?

Mesmo admitindo que a divisão inferior tenha sido o primeiro cemitério público da cidade, muitas questões se levantam. Por exemplo: porque é que a divisão inferior não possui uma rua de circulação central, visto que o seu portal de entrada está num dos cantos da divisão? Este facto é ainda mais estranho se nos lembrarmos que ao fundo foi construída a capela mortuária, que assim ficou sem uma rua axial que lhe desse entrada directamente. Será que o portal antigo está na sua posição original? A questão permanece obscura.

A epidemia de *cholera morbus* de 1855

Tendo o alarme para esta epidemia sido dado ainda em 1853 (com pequenos focos junto da fronteira portuguesa), em muitos locais do país foram tomadas medidas concretas para prevenir a sua possível chegada.

Em Portalegre, foi formada – em Janeiro de 1854 – uma comissão de estudo das medidas para o *cazo que a corola morbus invada este paiz*¹⁹. Refere-se a necessidade desta reunir rapidamente sobre este assunto. Passado um mês, o Delegado do Conselho de Saúde e o médico da cidade pedem à Câmara medidas preventivas por causa da moléstia que podia vir²⁰.

Como seria de esperar, a questão do cemitério acabou por surgir: *É indispensável prover de remédio para o augmento e melhoramento do cemitério, porque a copropriedade do actual não he bastante para a eventualidade de huma epidemia; convém hir pouco a pouco rateando o cemitério de cima. Deverá igualmente haver a maior fiscalização para que os enterramentos sejam feitos segundo as disposições de hoje*²¹.

Pode verificar-se que o cemitério de cima, embora existindo em termos teóricos (se não, não lhe chamariam *cemitério*), não teria grande utilização prática, já que o terreno nem sequer estava ordenado.

Perante a aparente ausência de epidemia, estas necessidades terão caído no esquecimento. Passado um ano, quando a cólera começava a atacar em força em muitos locais do país, a vereação da Câmara Municipal de Portalegre refere medidas contra a epidemia, mas a acta é omissa quanto ao cemitério²².

Porém, passadas semanas, o Administrador do Concelho pede que a Câmara providencie para que os cadáveres que tem de ser dados a sepulturas em presença da epidemia que progride sejam sepultados no semitério de cima, visto que o de baixo está quase cheio²³.

A epidemia acabaria por chegar a Portalegre em Agosto de 1855 e dentre as várias medidas adoptadas, refira-se o requerimento do Administrador do Concelho à Câmara pedindo que esta tirasse a tropa do Convento de S. Francisco, de forma a lá ser colocado o hospital dos coléricos²⁴. O Governo Civil veio também exigir à Câmara que cumprisse as disposições do Dr. Francisco António Rodrigues Gusmão, entre as quais havia uma que dizia respeito ao cemitério: as sepulturas deveriam ter, pelo menos, dez pés de profundidade²⁵.

Presume-se que o cemitério superior tenha sido utilizado aquando da epidemia de 1855, mas certamente sem as obras necessárias nesta divisão. Passados dois anos, havia consciência da absoluta necessidade em fazer reparos no cemitério, mas a Câmara Municipal não tinha dinheiro. Esta propôs-se então a contrair um empréstimo gratuito de 382\$000, a seis meses, *com applicação exclusiva aos reparos e consertos do cemitério desta cidade*, para que se pudessem começar brevemente com as respectivas obras. Pediu-se autorização ao Conselho Administrativo, servindo como garantias vários rendimentos de impostos municipais (lenha, carvão, cal, carnes, etc.)²⁶. A autorização chegaria passado pouco mais de um mês²⁷.

Entretanto, em Janeiro de 1858, o Presidente da Câmara lembrou *a necessidade de se fazerem os enterramentos no cemitério de baixo, visto no de cima não se puder abrir as sepulturas por dar em róxa (...). A Câmara acordou que os enterramentos se fizessem no cemitério de baixo enquanto o de cima se não arranjar*²⁸.

¹⁹ A.H.M.P.O., *Actas das Vereações*, L.º 29, 1853-1855, fl. 50, 9 de Janeiro de 1854.

²⁰ IDEM, *Ibidem*, fls. 54-55, 2 de Fevereiro de 1854.

²¹ IDEM, *Ibidem*, fl. 60v., 10 Março de 1854.

²² A.H.M.P.O., *Actas das Vereações*, L.º 30, 1855-1857, fls. 14-15, 12 de Julho de 1855.

²³ IDEM, *Ibidem*, fl. 123, 7 de Agosto de 1855.

²⁴ IDEM, *Ibidem*, fl. 124, 9 de Agosto de 1855.

²⁵ IDEM, *Ibidem*, fl. 125, 15 de Agosto de 1855.

²⁶ A.H.M.P.O., *Actas das Vereações*, L.º 31, fls. 23 e 23v., 9 de Julho de 1857.

²⁷ IDEM, *Ibidem*, fl. 29v. Refere-se o officio n.º 97 da 1.ª Repartição do Governo Civil, de 21 de Agosto de 1857, acompanhado por cópia do acórdão do Conselho Administrativo.

²⁸ IDEM, *Ibidem*, fl. 51, 11 de Janeiro de 1858.

Como se pode verificar, a situação provisória do cemitério superior mantinha-se. Só passados alguns meses, o Presidente da Câmara leu (em sessão da vereação) um ofício do Director das Obras Públicas, enviando a planta do cemitério, concebida por este último. A Câmara ficou satisfeita e deliberou que se lhe oficiasse, para agradecer o serviço prestado e convidando-o a fazer a demarcação do terreno²⁹. Porém, pouco se terá feito entretanto, como se verá.

O desmantelamento da Igreja da Madalena

A Igreja da Madalena (outrora sede de uma paróquia que viria a ser extinta), foi cedida à Câmara Municipal de Portalegre por lei de 14 de Agosto de 1858. Tendo sido decidida a sua demolição, a Câmara optou por trasladar as ossadas nela existentes para o carneiro da Sé, a 5 de Setembro de 1858³⁰.

Ora, na dita Igreja existiam jazigos particulares, que passaram a ser posse da Câmara (já que - por lei - os seus possuidores não se podiam deles servir). O que a Câmara poderia fazer era reconhecer a antiga propriedade dos jazigos por parte das pessoas que o provassem documentalmente e permitir a trasladação das respectivas ossadas para o cemitério público³¹. E assim o fez. Em 4 de Setembro de 1858, o Pe. Justino José de Almeida Pantão (por intermédio do Pe. Francisco dos Santos Bragança), reclamou à Câmara Municipal uma campa que existia na Igreja da Madalena, que fora do Prior daquela extinta freguesia e que pertencia então ao Pároco da Sé. Esta campa *de pedra* foi cedida ao reclamante, com a condição de este a remover para o cemitério, satisfazendo as taxas respectivas. Outra pessoa³² reclamou também uma campa na condenada Igreja da Madalena. Foi este pedido indeferido, porque o suplicante não tinha apresentado provas.

Joana Ludovina da Graça Bravo Bocarro também apresentou um requerimento reclamando duas *campas de pedra* que existiam na Igreja da Madalena. A Câmara Municipal deferiu a concessão apenas de uma campa, *a que tem as armas pertencentes à família -d'Encerra Bodes- com a condição de remover os ossos, que existem no jazigo que a mesma campa cobre, para o cemitério público desta cidade, e ali fazer um novo jazigo em que coloque a mesma campa, sujeitando-se ao pagamento das taxas pela concessão do terreno*³³.

A questão dos monumentos

Em Outubro de 1858, a Câmara deferiu dois requerimentos semelhantes entre si, de Ursula da Conceição Lopes e do Bacharel José Cabaços de Almeida. No primeiro, pedia-se a concessão, por venda, do terreno da sepultura do seu finado marido no Cemitério de Portalegre, para aí ser feito um jazigo. É então concedido um jazigo *de campa rasa, de uma pessoa no Cemitério de Cima, pagando a quantia de 12\$000 que se achão taxados no regulamento para semelhantes jazigos, cujo terreno será marcado pelo sr. Vereador Fiscal Albuquerque*³⁴. Podemos perceber que a compra de sepulturas perpétuas, que não levassem monumentos, estava perfeitamente regulamentada e seria já habitual, a julgar mesmo pela existência de placas tumulares no cemitério anteriores a esta data, como se verá.

²⁹ IDEM, *Ibidem*, fls. 120v e 121, 24 de Junho de 1858.

³⁰ IDEM, *Ibidem*, fls. 174v - 176v.

³¹ IDEM, *Ibidem*, fl. 185.

³² Ou várias, já que a acta confunde singular com plural e não nomeia, deixando espaços em branco.

³³ A.H.M.P.O., *Actas das Vereações*, L.º 31, fls. 175-176.

³⁴ IDEM, *Ibidem*, fl. 189, 27 de Outubro de 1858.

Porém, a questão da venda de jazigos para a construção de mausoléus e capelas no cemitério veio a dar origem a problemas entre alguns notáveis da cidade e a Câmara. Aquando da epidemia de *cholera morbus* de 1855, deveriam existir apenas algumas placas tumulares no cemitério (de baixo), e tudo o resto seriam sepulturas, no máximo com estelas provisórias ou rudimentares. Ou seja, muito provavelmente nenhum verdadeiro monumento existiria ainda no cemitério.

Sendo assim, o cemitério público de Portalegre manteve-se durante duas décadas como um mero terreno vedado, vocacionado apenas para sepulturas térreas ou, quando muito, placas tumulares. Não se tratava de um cemitério público verdadeiramente *moderno*. Esta situação foi muito comum em inúmeros cemitérios construídos em Portugal na primeira metade do século XIX (e mesmo posteriores).

Em finais de 1858, o cemitério público horrorizava pelo *seu lástimo estado*³⁵. Por essa razão, um grupo de portalegrenses fez uma representação à Câmara Municipal pedindo providências concretas para o melhorar, sugerindo que nisso fosse sendo aplicado todo o rendimento municipal que estivesse disponível. A Câmara aprovou, porque isso convinha *a todos*³⁶. Assim, nos dois anos seguintes, o cemitério viria a sofrer profundas obras de melhoramento.

Porém, em Fevereiro de 1859, a Câmara Municipal ainda andava a officiar ao Delegado do Conselho de Saúde Pública a fim de proceder ao exame do local escolhido para o cemitério³⁷. Este facto poderá reforçar ainda mais os indícios de que o cemitério de cima seja realmente posterior ao de baixo e que o terreno do primeiro tenha sido escolhido apenas algum tempo antes da epidemia de 1855. No entanto, o texto desta acta não é muito explícito e a parte superior poderia até já estar destinada para cemitério muito tempo antes.

Após a epidemia de 1855, com a consequente reorganização do terreno superior do cemitério, a Câmara necessitou também de regulamentar a questão dos jazigos com monumentos, sobretudo porque se tinha criado um importante precedente:

Em Março de 1859, o Presidente da Câmara propôs uma vistoria ao cemitério *para se designar o local da capella que pertende erigir Manoel Fêlix Monteiro para dentro della fazer huma sepultura para si e seus parentes; e sahindo da Câmara para esse fim procedeo no cemitério público ao exame do local mais próprio para a capella (...), o qual [Manuel Fêlix Monteiro] estando também presente declarou que devia ter de comprido 28 palmos e de largo 22; e depois de haverem percorrido todo o terreno que ocupa o Cemitério do lado do nascente acharão que o local mais próprio para a referida edificação era no recanto ao lado esquerdo da porta d'entrada em frente da capella que erigiu Dona Maria José Larcher viúva de Manuel d'Andrade e Souza, cujo terreno a Câmara lhe cedia pela quantia de 84 mil reis por considerar que nella se podião acomodar três sepulturas de campa rasa a 12 mil reis e uma com emblema ou figura, que era a capella, do preço de 48 mil reis*³⁸.

Como se pode verificar, existia já uma capela no cemitério de cima, local que acabaria por ficar especialmente vocacionado para receber este género de construções.

Os problemas gerados com a construção desta capela viriam a surgir pouco tempo depois, sobretudo por falta de rigor por parte da Câmara.

Em Abril de 1859, Honório Fiel de Lima requer por certidão à Câmara Municipal:

- o regulamento do cemitério;
- saber qual a importância do rendimento do mesmo cemitério (desde que principiara a administração da Câmara Municipal de então);

³⁵ IDEM, *Ibidem*, fl. 196v., 27 de Outubro de 1858.

³⁶ IDEM, *Ibidem*, fl. 228, 9 de Abril de 1859.

³⁷ IDEM, *Ibidem*, fl. 220v., 26 de Fevereiro de 1859.

³⁸ IDEM, *Ibidem*, fls. 226v.-227, 22 de Março de 1859.

- saber qual a importância da despesa feita em *terraplanar o terreno aos lados da nova capella*;
- saber de quem eram as ossadas tiradas das sepulturas onde foram enterrados o Pe. Ribeiro de Carvalho e Manuel Cantos³⁹.

Note-se como, aquando da construção da primeira capela na divisão superior do cemitério, foi necessário terraplanar o terreno. O local estaria certamente ainda mal organizado e provisório.

Honório Fiel de Lima (genro do então já falecido Manuel Andrade e Sousa, a quem substituíra como Administrador da Fábrica Real de Lanifícios) possuía certamente algo em mente para ter feito este requerimento. De facto, em Junho desse ano, Honório Fiel Lima pede no cemitério um espaço de 9 metros de comprimento por 5,5 de largo (terreno muito grande para a norma da época), pretendendo dar em troca dois jazigos que já possuía no mesmo cemitério (calculamos que na parte inferior do mesmo). Segundo o regulamento do cemitério em vigor, que estabelecia as taxas a receber pelo covato em *campa rasa ou com emblema e figura, não se achando nelle estabelecido preço algum para os jazigos ou capellas para o que providenciou o decreto de 8 de Outubro de 1835, que autorizou as Câmaras a exigirem as retribuições que se arbitrar pelas referidas concessões* foi arbitrado pela concessão do terreno em que se acha construído o jazigo de que se trata a quantia de 96\$000, que o suplicante pagará no cofre do concelho⁴⁰. A Câmara Municipal não aceitou os dois jazigos para desconto.

Como se percebe, também Honório Fiel de Lima tinha já edificado a sua capela, e só agora formalizava a intenção de compra do terreno.

Na mesma sessão, foi apresentado um requerimento muito semelhante de José de Sousa Larcher, por si e em representação de seus irmãos António Filipe Larcher e Francisco Anibal de Sousa Larcher e de seus sobrinhos António e Ramiro Marçal Larcher. Pediam um terreno de 450 palmos quadrados para construir um jazigo *com capella*. Também pretendiam que se lhes descontasse o valor de dois jazigos que já possuíam no mesmo cemitério. A Câmara Municipal deu basicamente a mesma resposta, estipulando o preço a pagar e rejeitando os dois jazigos para desconto. No entanto, a acta refere ainda: *e tendo a Câmara contractado com o cidadão Manoel Felix Monteiro um jazigo com capella com a área de 28 palmos de comprimento sobre 22 de largo pela quantia de 84\$000 que corresponde a 136 reis cada palmo quadrado, cuja baze servirá também para a concessão pedida; concedem o terreno preciso para o jazigo com capella que se pretende pagando no cofre do concelho a quantia de 136 reis por cada palmo quadrado em que se comprehenderá também o terreno das paredes, a cuja medição se procederá logo que a obra esteja em construção.*

Note-se como o jazigo com capela – forma máxima de expressar a importância social após a morte – foi em Portalegre primeiramente adoptado pelas famílias mais importantes da cidade, facto que será esmiuçado adiante.

Os problemas começaram quando Honório Fiel de Lima pediu à Câmara Municipal que reconsiderasse o acórdão tomado acerca do preço que se lhe arbitrou pela compra do terreno em que edificou uma capela no cemitério⁴¹. A Câmara adiou essa questão, fazendo com que, na sessão seguinte, Honório Fiel de Lima apresentasse o mesmo requerimento. Nesta sessão, o Administrador do Concelho apresentou também um officio do Governo Civil sobre a falta de asseio do cemitério, invocando que este precisava de conserto nas paredes e nas portas e também de alguns embelezamentos indispensáveis. A Câmara Municipal tomou o officio em consideração, de acordo com o dinheiro que tinha⁴².

³⁹ IDEM, *Ibidem*, fls. 231-231v., 28 de Abril de 1859.

⁴⁰ A.H.M.P.O., *Actas das Vereações*, L.º 32, fls. 10-10v., 14 de Junho de 1859.

⁴¹ IDEM, *Ibidem*, fl. 12, 18 de Junho de 1859.

⁴² IDEM, *Ibidem*, de 9 de Julho de 1859.

Perante a ausência de apreciação do seu requerimento, Honório Fiel de Lima interpõe recurso para o Tribunal do Conselho de Distrito contra os acórdãos da Câmara de 14 e 16 de Junho, acerca do arbitramento do preço pela aquisição do terreno no cemitério público *em que edificou um jazigo com capella*⁴³. O Tribunal (através de ofício do Administrador do Concelho, de 2 de Agosto) obrigaria a Câmara Municipal a responder ao recurso.

A Câmara, depois de inteirada do que alegou o suplicante no seu recurso respondeu-lhe (como lhe competia): em primeiro lugar, fez notar que Honório Fiel de Lima ocupou-se *mais de censurar os actos d'administração desta Câmara, e mesmo das transactas, do que demonstrar a justiça de sua pertensão*. Mesmo assim, a vereação opta por não responder às críticas feitas pelo suplicante. Quanto ao problema do preço do terreno, a Câmara refere que apenas por uma questão de *boa fé, não tractou logo, como devia, da medição do terreno e arbitramento do preço que o recorrente devia dar para poder edificar a capella e jazigo que edificou*. No entanto, o preço arbitrado pela Câmara era considerado justo, pelo número de sepulturas que o jazigo ocupava (item pelo qual deveria ser estipulado o preço, segundo o regulamento). Aliás, o *preço de cada uma sepultura era bem sabido por todos os habitantes desta cidade*.

A Câmara Municipal conclui então que o problema só poderia estar no regulamento, que Honório Fiel de Lima até considerava legal. Mas, mesmo que este não o fosse, a questão tinha *necessariamente de ser resolvida segundo a lei geral e pratica uzada nos cemitérios da Capital e nunca só pela vontade do recorrente*⁴⁴.

Na mesma sessão refere-se que estava nesse ano orçamentada a verba de 615\$795 para *melhoramento do cemitério*. Mas, como tinha faltado a receita esperada 598\$000, só haviam 17\$795 a dispor desta verba, a qual a Câmara Municipal applicara também para a construção *dos cemitérios das freguezias de Alagoa e S. Julião, onde já não se podia enterrar nas igrejas pelo mau cheiro que exhalavão as sepulturas*⁴⁵.

Na mesma sessão, refere-se ainda que a Câmara Municipal teve de desviar excepcionalmente a quantia de 60\$000, dos 84\$000 que tinha pago Manuel Félix Monteiro *pelo terreno que ocupou com a capella e jazigo que edificou no cemitério desta cidade*. Porém, a Câmara Municipal esperava vir a cobrir esta despesa extraordinária, até porque contava receber o dinheiro devido da parte de Honório Fiel de Lima. Tudo isto porque o Governador Civil e o Delegado do Conselho de Saúde tinham ordenado a realização de melhoramentos no cemitério e recomendaram que não fossem desviadas as verbas de receita dele provenientes.

A questão dos terrenos para as capelas complica-se, já que pouco tempo depois a Câmara Municipal recebe um requerimento de Manuel Félix Monteiro, pedindo a devolução de parte do preço da compra do terreno no cemitério para o seu jazigo, *por não ser igual ao que se vendeu a Maria José Larcher*. A Câmara Municipal indefere o requerimento⁴⁶.

Também Manuel Félix Monteiro recorreu para o Tribunal do Conselho de Distrito, o qual oficiou à Câmara (através do Administrador do Concelho) para que esta respondesse ao recurso apresentado.

Manuel Félix Monteiro considerava-se *levado no arbitramento do (...) preço*. A Câmara argumentava não estar *no mesmo caso nem em igualdade de circunstancias o preço arbitrado por outra porção de terreno vendido a D. Maria José Larcher, por isso*

⁴³ IDEM, *Ibidem*, fls. 21-22, 6 de Agosto de 1859.

⁴⁴ Na acta referem-se ainda umas notas, que foram colocadas no prévio requerimento de Honório Fiel de Lima, e que a Câmara Municipal esclarece não terem sido feitas em reunião da vereação, mas em casa de um dos vereadores, já que o requerimento era muito extenso e circulou de vereador por vereador, até à sua discussão.

⁴⁵ A.H.M.P.O., *Actas das Vereações*, L.º 32, fls. 22v.-24, 6 de Agosto de 1859.

⁴⁶ IDEM, *Ibidem*, fl. 37.

que tendo requerido à Câmara em 6 de Novembro de 1857 licença para edificação do monumento que pertendia erigir, esperando para mais tarde a decisão do arbitramento do preço do terreno, só em 14 de Junho do corrente anno, depois da obra conhecida, a instâncias da interessada fez a Câmara o arbitramento do preço, tomando assim uma base de que se serviu para a do recorrente que não aceitou por não ser contracto ajustado e haver declarado à Câmara, que lhe fez a concessão, que só pagaria o que se achava taxado no regulamento para túmulos com figura de pedra, ou outro qualquer ornato, recorrendo por isso para o mesmo Tribunal do Conselho de Districto, de que obteve provimento baseado nos mesmos fundamentos⁴⁷.

Ou seja, Manuel Félix Monteiro queria pagar por um terreno para capela o mesmo que se pagaria por um terreno para uma pequena lápide (segundo as taxas) e acabou por pagar aquilo que a Câmara Municipal veio a estipular por palmo quadrado para capelas, com base no ajustamento anteriormente feito com Maria José Larcher, que tinha servido de precedente.

No início de 1860, e para rever o regulamento do cemitério, nomearam uma comissão composta, entre outros, por Honório Fiel de Lima, Emílio Larcher e o Administrador do Concelho⁴⁸. Foi a solução encontrada para resolver o problema dos preços de terrenos para capelas. Também na mesma época foram encetadas obras no cemitério, tendo-se deliberado nisso gastar até 20\$000 e nomeando-se o Vereador Fonseca para fiscalizar as ditas obras.

Poucos dias depois, o Presidente da Comissão encarregada de formular o regulamento do cemitério entrega à Câmara Municipal um exemplar do mesmo, que viria a ser aprovado com algumas alterações e logo enviado ao Governo Civil, para que o Conselho de Distrito o aprovasse⁴⁹.

Entretanto, as obras no cemitério avançavam. Em 23 de Fevereiro a Câmara Municipal autorizou gastar até 100\$000 na construção do muro⁵⁰. A 1 de Março as obras foram suspensas⁵¹, mas retomam-se pouco tempo depois, autorizando-se o gasto de até 100\$000, mas apenas no máximo de 14\$400 por semana⁵². Porém, o Presidente da Câmara, tendo ido visitar as obras com um perito, concluiu haver problemas: o muro que dividia a divisão superior da inferior não estava a ser construído de forma suficientemente sólida para sustentar o peso da terra na divisão superior. A Câmara Municipal decide então suspender temporariamente a mão de obra e a verba destinada, visto não haver ainda os materiais necessários. Ficaram nas obras apenas dois trabalhadores, para cavar saibro e comprar a cal que fosse precisa. Deliberou-se continuar com a obra de pedreiro apenas quando todas as condições estivessem reunidas.

Em Maio de 1861, a Câmara autorizou o vereador fiscal a mandar continuar os melhoramentos a fazer no cemitério, até à verba votada no orçamento e também a mandar fazer mais cruces para o mesmo cemitério⁵³. A julgar pela epígrafe no local, apontando as datas de 1860 e 1863, as obras de construção deste muro e respectivos gavetões para jazigos devem ter-se prolongado por três anos.

A partir de 1 de Julho de 1860, passou a vigorar o novo regulamento do cemitério (aprovado em 2 de Abril desse ano)⁵⁴. Neste novo regulamento deve ter-se adoptado uma nova planta para o cemitério superior, uma vez que isso é referido num requerimento de António Joaquim de Araújo Juzarte de Campos e seu irmão Joaquim de Araújo Juzarte, de Junho de 1861, pedindo concessão de terreno no cemitério para jazigo. Este terreno pedido

⁴⁷ IDEM, *Ibidem*, fls. 37v.-38v., 12 de Novembro de 1859.

⁴⁸ IDEM, *Ibidem*, fl. 62v., 5 de Janeiro de 1860.

⁴⁹ IDEM, *Ibidem*, fl. 67v., 19 de Janeiro de 1860.

⁵⁰ IDEM, *Ibidem*, fl. 73v., 23 de Fevereiro de 1860.

⁵¹ IDEM, *Ibidem*, fl. 75, 1 de Março de 1860.

⁵² IDEM, *Ibidem*, fls. 76-76v., 8 de Março de 1860.

⁵³ IDEM, *Ibidem*, fl. 159, 3 de Maio de 1861.

⁵⁴ IDEM, *Ibidem*, fl. 86v., 31 de Maio de 1860.

seria em compensação daquele que possuíam, e que ficaria propriedade da Câmara. Assim foi concedido o novo terreno, com 2 metros de frente e 4 de comprimento, e que ficava em frente da rua que atravessava transversalmente o cemitério superior, a meio caminho entre as duas capelas já construídas por Maria José Larcher e Manuel Félix Monteiro⁵⁵.

A divisão superior ficou, pois, dividida em 6 secções, com duas ruas axiais e uma rua transversal secundária [fig. 5]. As duas ruas axiais são:

- a longitudinal, que liga o portal de entrada do cemitério de cima ao fundo do cemitério e ao necrotério;
- a transversal, que fica quase perpendicular à primeira, indo do extremo nascente do cemitério até às escadas que dão para o cemitério de baixo.

Após as obras do início da década de 60 do século XIX, o cemitério evoluiu gradualmente até ao que actualmente existe, tendo sido acrescentadas algumas outras secções (por trás do necrotério e da capela mortuária e, mais recentemente, também a nascente).

Aproveitando o facto de terem sido construídas capelas monumentais no cemitério superior, posteriormente melhor organizado, os portalegrenses foram preferindo terrenos nesta última divisão para erigir os seus monumentos. O cemitério inferior, que recebeu as primeiras placas tumulares, quase estagnou então, em termos de construções funerárias. Ainda hoje parte dele serve como secção de enterramento.

O cemitério superior divide-se nas secções A, B, C, D, E e F e o cemitério inferior nas secções G e H (situando-se a cruz do cemitério entre estas duas secções). As capelas foram sendo colocadas ao longo das ruas das secções A, B, C e D, ou nas suas orlas. As secções E e F foram servindo praticamente apenas para pequenos mausoléus e placas tumulares, estando ordenadas de forma diferente das secções A a D.

Como já se referiu, foi sobretudo devido à impossibilidade de acesso a determinada documentação que não pudemos apurar exactamente quando foi pensado e adquirido o terreno onde foi construída a parte superior do Cemitério de Portalegre. Já afirmamos que a secção inferior será a mais antiga, não só por possuir a capela mortuária (embora não conheçamos a sua datação), mas também por aí se situarem os monumentos mais antigos (placas tumulares ainda da primeira metade do século XIX), sendo a organização do espaço mais "primária". Porém, já lançamos também a possibilidade de terem coexistido ambas as divisões cemiteriais desde, praticamente, a abertura do cemitério, e a parte de cima ter sido reorganizada posteriormente.

Falta apenas referir o facto curioso da parte superior e a parte inferior possuírem ambas um portal monumental, em estilos completamente diferente e virados para a mesma estrada, facto bastante invulgar em outros cemitérios, talvez mesmo único⁵⁶. A tipologia do portal (e mesmo do portão de ferro) que dá para a divisão inferior é claramente mais antiga [fig. 6 (PO51)]. Aliás, o portal da divisão superior está datado de 1878, no portão [fig. 7 (PO40)]. Se esta divisão era já usada regularmente desde, pelo menos, a epidemia de 1855, isto poderá significar que só quando ela começou a ser claramente a preferida para a compra de jazigos, com um volume muito maior de inumações do que a acanhada divisão inferior, se optou por lhe construir um portal próprio. Este facilitaria os féretros, que não necessitavam mais de dar curvas desnecessárias e subir escadas para chegar ao local de sepultura.

Esta hipótese ganha mais consistência se pensarmos que as duas primeiras capelas construídas na divisão superior (quando nem sequer esta estava definitivamente arruada)

⁵⁵ IDEM, *Ibidem*, II, 167, 15 de Junho de 1861.

⁵⁶ Muitos cemitérios possuem vários portais. Porém, na sua grande maioria são virados para direcções diferentes, procurando servir os vários caminhos de acesso, sendo, normalmente, de épocas semelhantes. Nos casos em que um é mais antigo do que outro, um deles é usualmente mais monumental, facto que não é evidente em Portalegre.

foram colocadas obliquamente nos dois cantos do muro nascente, viradas para a escadaria de acesso à divisão inferior. Se existisse já entrada própria para o Cemitério de cima, não teriam sido escolhidas as esquinas do muro sul?

Parece-nos até que, em época próxima à construção do portal do cemitério superior, se terá aumentado também o terreno que lhe ficava ao fundo (a sul), o que fez com que a capela de Maria José Larcher deixasse de estar exactamente no canto sudeste da divisão superior. Por outro lado, não só existe uma epígrafe coetânea da construção do portal (1878) [fig. 8 (PO1)], na escadaria de acesso ao cemitério de baixo (que indicaria terem existido obras de fundo na estrutura de acesso às várias divisões cemiteriais), como todas as construções que ficam para lá da linha teórica que vai do cunhal anterior da capela mortuária até ao cunhal posterior da capela de Maria José Larcher, são posteriores à data do portal de entrada na divisão de cima.

No entanto, isto são apenas hipóteses, com algumas incongruências até. Por exemplo, a descrição da escolha do terreno para a capela do jazigo de Manuel Félix Monteiro (*no recanto ao lado esquerdo da porta d'entrada em frente da capella que erigiu Dona Maria José Larcher*³⁷), pode sugerir que já existisse a actual entrada do cemitério superior (embora o *lado esquerdo* referido também se pudesse aplicar à escadaria de entrada do cemitério superior pelo cemitério inferior).

Note-se que, perante as dificuldades na consulta da documentação histórica municipal, bem como a escassez de dados das actas e a própria limitação de tempo para este tipo de trabalho, nem todos os livros de actas foram consultados. Eventualmente surgirão importantes dados novos sobre este assunto, no futuro.

³⁷ A.H.M.P.O., *Actas das Vereações*, L.º 31, fls. 226v-227, 22 de Março de 1859.



CAPÍTULO
II

A "industrialização social"
de Portalegre no século XIX

A "industrialização social" de Portalegre no século XIX¹

Em finais do século XVIII, Portalegre possuía já um cunho bastante industrial, sobretudo definido pelo peso económico que tinha a Fábrica Real, instituída pelo Marquês de Pombal em 1772. Este estabelecimento, administrado primeiro pela Junta das Fábricas e depois pela Junta do Comércio, foi posteriormente entregue a administrações próprias.

Logo após as Invasões Francesas, a indústria portalegrense estagnou, não só pela destruição havida, como pelo infeliz Tratado de 1810. A Fábrica Real de Portalegre também não resistiu e encerrou as suas portas durante algum tempo.

Entretanto, havia também outra fábrica de lanifícios na cidade, fundada poucos anos depois da instalação da Fábrica Real, por José Larcher, um mestre tintureiro francês que tinha sido chamado pelo Marquês de Pombal precisamente para dirigir a tinturaria da Fábrica Real. Por desentendimentos, José Larcher pouco tempo se manteve na Fábrica Real, organizando por sua conta uma fábrica semelhante, para a qual foi oficialmente autorizado em 1789. No início do século XIX, esta era já uma fábrica importante, embora tivesse ficado com o nome de *fábrica pequena* (em contraponto com a *fábrica grande*: a Fábrica Real). Situava-se na Rua da Cancela (actual Rua I de Maio).

Após a morte de José Larcher, em 1820, a fábrica ficou de seus filhos, com a firma José Larcher & Irmãos. José Larcher (filho) viria a desistir da sociedade, ficando esta na mão dos restantes irmãos António, João, Joaquim e Francisco, com a firma A.J.J.F. Larcher.

Uma vez que, em 1822, a Fábrica Real de Portalegre foi colocada em hasta pública, a viúva de José Larcher, Rosa Jacinta Larcher aproveitou para arrematá-la por 24.000\$000. Deste modo, a família Larcher tornava-se dona e senhora de praticamente toda a indústria de lanifícios em Portalegre (que era o único ramo industrial com alguma dimensão na cidade). Os lanifícios foram, assim, o principal meio para a ascensão económica e social dos Larcher. Este facto, que se manteve nas décadas seguintes, aliado a um processo de criação de laços de parentesco entre os Larcher e outras importantes famílias ligadas à indústria de Portalegre (como os Andrade e Sousa ou os Grande), fez com que um novo pequeno grupo de pessoas influentes se juntasse à elite portalegrense de origem fidalga, como os Caldeira Castelo Branco e os Avilez, disputando o "domínio" social da cidade durante décadas, com reflexos óbvios no cemitério, onde procuraram espelhar o seu poder.

Após a morte de Rosa Jacinta Larcher, em 1826, a Fábrica Real passou para seus filhos e genros, constituídos em sociedade sob a firma Larcher & Cunhados, ficando como administradores José Larcher (filho primogénito) e o seu cunhado Manuel Andrade e Sousa.

Nesta época, a fábrica conheceu um período de grande prosperidade. Em 1833, morreu José Larcher (filho), ficando como único administrador Manuel Andrade e Sousa.

A Fábrica Real era de tal forma importante que os seus operários detinham alguns privilégios, nomeadamente ao nível do recrutamento militar. Aliás, em 1843, D. Fernando e o Ministro Costa Cabral visitaram a fábrica e agraciaram o seu administrador, Manuel Andrade e Sousa, com a Comenda da Ordem de Cristo.

Em 1844, Manuel Andrade e Sousa e seu filho José de Andrade e Sousa (este de sociedade com um dos seus cunhados: José de Sousa Larcher), iniciam uma pequena fábrica de mantas e alforjes na Corredoura de Baixo, mudando-se depois para a Horta das Bolas (na actual Rua I de Maio). Em 1849, esta fábrica (com a firma *Andrade & Larcher*),

¹ Para a elaboração deste capítulo foram consultadas as seguintes obras: MATOS, A. M. / NUNES, M. F., *In "Actas do II Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre"; Representação dirigida à Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa pelos representantes de todas as fábricas de Portalegre em 20 de Março de 1880*; PATRÃO, J. Heitor - *Cinquentenário da morte de George W. Robinson* e PESTANA, Manuel I. - *Do passado da antiga Fábrica Real de Portalegre*.

detinha já mais de 600 operários, uma máquina a vapor de 12 cavalos, 750 fusos e 30 teares manuais.

Temos, pois, em 1849 três grandes fábricas em Portalegre: a Fábrica Real (que nesse ano ganha a medalha de prata na Exposição da Indústria Nacional), a fábrica da Horta das Bolas e a *fábrica pequena* (dos Larcher).

Nesta época, ganhava já algum peso também a indústria da cortiça, que tinha sido aqui fundada no início da década de 40, por Thomas Reynolds. Inicialmente, a fábrica produzia cortiça em bruto e rolhas para exportação, tendo sede em Inglaterra. Em 1849, passa a seu proprietário George Robinson, que tinha chegado a Portugal três anos antes. A fábrica de cortiça de Portalegre foi sempre crescendo, junto da cerca do extinto Convento de S. Francisco, chegando rapidamente aos cerca de mil operários.

Em 1853, Manuel Andrade e Sousa, por motivos de doença, é substituído na Fábrica Real por seu filho José e pelo seu genro Honório Fiel de Lima, vindo este expressamente de Lisboa para o efeito. Em 1855, esta fábrica ganha a medalha de prata de 1ª Classe, na Exposição de Paris. Manuel Andrade e Sousa viria a falecer nesse ano.

Em 1862, a Fábrica de Lanifícios de Larcher & Cunhados (na Corredoura de Baixo), possuía oficinas de fiação de tecidos e de tinturaria, sendo movida a vapor por força de 30 cavalos e tendo fornecido importante volume de lanifícios para o fardamento do exército [Fig. 1]. Nesse ano, constituiu-se esta fábrica como Companhia da Fábrica Nacional de Lanifícios de Portalegre, dirigida por Honório Fiel de Lima, seu sobrinho Emílio Larcher e, em Lisboa, com Joaquim Larcher [fig. 2]. Em 1865, o filho mais velho de Joaquim Larcher, Jaime Larcher, substitui o pai entretanto falecido.

Como se pode verificar, os vários descendentes Larcher possuíam interesses em quase toda a grande indústria em Portalegre e assim se mantinham numa posição económica favorável, com as possibilidades de ascensão social que isso permitia. Joaquim Larcher, por exemplo, estudou em Coimbra nas vésperas da Revolução Liberal, da qual foi adepto. Em Lisboa viveu e relacionou-se com os maiores do Reino. Tendo aderido em 1822 à Sociedade Promotora da Indústria Nacional, Joaquim Larcher viria a desempenhar altos cargos de governo, na área da Indústria. Chegou a Governador Civil de Lisboa, a Conselheiro e a Par do Reino.

Mas outros Larcher fizeram-se notar, a nível local. António Larcher, por exemplo, foi Vereador da Câmara Municipal de Portalegre, Procurador da Junta Geral e deputado. Os irmãos Larcher vieram a tornar-se cunhados do Visconde de Atouguia.

Por outro lado, o estabelecimento da Associação Promotora da Indústria Fabril, em 1861, constituiu um novo meio de reforço das ligações entre os interesses (e seus representantes) da indústria portalegrense e a de outros pontos do país. Os Larcher alargaram a sua influência a importantes famílias de industriais, como os Pinto Basto (ligação que vinha já de trás). De tal forma os Larcher estenderam os seus "tentáculos" à indústria local que, em 1867, existia em Marvão uma outra fábrica de lanifícios, de António Filipe Larcher.

Mas voltemos à *fábrica pequena*. Em 1846, António Larcher cedeu a sua parte a João Larcher. Como Joaquim Larcher fez partilhas depois da morte de sua mulher, a fábrica passou ao seu irmão João e aos seus três filhos, Jaime, Ramiro e Emílio, sob o nome de *Larcher & Sobrinhos*. Em 1855, a fábrica ganhou duas menções honrosas na Exposição de Paris. Em 1861, faleceu João Larcher, mas os três sobrinhos mantiveram a firma Larcher & Sobrinhos. Neste ano, quando a fábrica ganhou a medalha de prata na Exposição do Porto, Emílio Larcher foi distinguido com a comenda da Ordem de Cristo. Em 1862, a fábrica ganha uma menção honrosa em Londres e, no ano seguinte, uma medalha de prata na Exposição da Indústria Fabril.

Em 1868, atravessando uma situação difícil, viria a passar para a propriedade do principal credor: O Banco União, do Porto. Porém, enquanto decorriam as negociações, a fábrica Larcher & Sobrinhos teve de fechar, por falta de pagamentos. A Fábrica Real, *pela intimidade das relações existentes* foi também arrastada para o encerramento. Enquanto

esta voltaria a reabrir passados 3 meses, a da firma Larcher e Sobrinhos esteve fechada durante 3 anos. Por outro lado, também a fábrica de lanifícios Andrade & Larcher esteve fechada por alguns meses (em finais de 1869). Estas continuavam a ser, na época, as três principais fábricas de lanifícios de Portalegre.

Aquando desta crise, a população de Portalegre pôde sentir verdadeiramente a importância das fábricas da cidade. Os prejuízos não se limitavam só aos que lá trabalhavam. Quase todos os Portalegrenses dependiam indirectamente desta concentração fabril.

Segundo Tomás Ribeiro – que, em 1880, apresentou na Câmara dos Deputados uma representação dos industriais de Portalegre – nesse ano, 15% da população de Portalegre trabalhava nas fábricas. Porém, era difícil calcular a quantidade de pessoas que, por conta das fábricas, trabalhavam em suas casas, bem como os que delas dependiam indirectamente.

Em 1880 haviam em Portalegre 7 importantes fábricas:

- a de cortiça e rolhas dos Robinson, com 680 operários;
- 5 fábricas de tecidos de lã:
 - a *grande*, ou Fábrica Nacional, administrada por credores e não dando lucros desde a crise de 1868, com 188 operários;
 - a *pequena*, de Larcher & Sobrinhos, então conhecida por fábrica de lanifícios e curtumes, com 147 operários;
 - a da Horta das Bolas, que em 1869 passou para a firma Marçal & Irmão e foi vendida em 1879, à firma Ramiro Marçal & C.a., com 64 operários;
 - a da família Serejo, fundada em 1824 por Vicente Serejo, e que a sua viúva Maria Rosa aumentou (esta fábrica situava-se na Rua dos Canasteiros, e possuía também um motor a vapor, tendo 16 operários).
 - a de Manuel de Jesus Costa, fundada em 1855 (situada na Rua do Bairro Alto e com secção de moagem de cereais anexa), com 43 operários;
- a de massas da firma Costa & Irmão, que principiou a funcionar em Janeiro de 1875 e tinha apenas 5 operários.

Em 1889, a antiga fábrica de Larcher & Sobrinhos foi encerrada por José António Duro, então único administrador. Nesse ano, e por iniciativa de José António Duro, uniram-se os antigos dirigentes das fábricas locais encerradas e criou-se a nova Companhia de Lanifícios de Portalegre. Os seus estatutos foram aprovados no ano seguinte. Para edificio fabril principal desta sociedade foram escolhidas as instalações da antiga Fábrica Pequena, tendo sido estas compradas ao Banco União. Curiosamente, a Companhia de Lanifícios de Portalegre tinha sede no Porto.

Note-se que a fusão de todas as fábricas de lanifícios de Portalegre numa única unidade, foi defendida na série de artigos «Portalegre e as suas fábricas», publicados no "Campeão de Portalegre", n.ºs 81 a 84. A sua autoria é atribuída a Honório Fiel de Lima.

A Companhia de Lanifícios de Portalegre faliu em 1896. No ano seguinte, os bens da sociedade foram postos à venda. Nesta época, o filho homónimo de George Robinson (n. 17 de Setembro de 1857) geria a grande empresa corticeira de Portalegre e acabou por comprar os bens da fábrica, por 21.608\$00. Desta forma, não só se evitou uma crise na cidade, dada a sua dependência da indústria dos lanifícios, como a família Robinson consolidou a sua crescente hegemonia a nível local. Por este facto, G. W. Robinson granjeou ainda mais simpatia em Portalegre [fig. 3], que já era muita, a julgar pela intocabilidade da família nos períodos mais quentes da crise do *ultimatum* inglês, em 1890.

Em 1903, George Robinson passa procuração a seu filho George M. Robinson para este poder administrar todos os bens da fábrica de lanifícios, que acabaria por ser vendida em 1920, passando posteriormente à Sociedade Fábrica de Lanifícios de Portalegre, L.da. A fábrica de cortiça manteve-se na família de forma bem sucedida.



CAPÍTULO
III

Monumentos relevantes
no Cemitério de Portalegre

Monumentos relevantes no Cemitério de Portalegre

Em seguida iremos inventariar e descrever os mais relevantes ou curiosos monumentos do Cemitério de Portalegre, construídos no século XIX. O que acabamos de relatar quanto à história da industrialização em Portalegre é importante para compreender o porquê de alguns destes monumentos. Porém, para caracterizar ainda melhor muitos dos portalegrenses mais ilustres, fomos aproveitando informações dispersas surgidas ao acaso, bem como os vários documentos impressos relativos ao Asilo de Nossa Senhora da Conceição, entre 1874 e 1877¹. A escolha desta fonte baseia-se no fenómeno, muito comum no século XIX, dos ilustres expressarem o seu poder em forma de abundantes esmolas e donativos feitos a instituições pias, como esta.

As capelas monumentais

Como monumento mais interessante em todo o cemitério temos, desde logo, a capela erigida em memória de Manuel Andrade e Sousa (n. 17 de Janeiro de 1788 – f. 19 de Junho de 1855), pela sua mulher, Maria José Larcher. Trata-se da capela n.º 218 da secção F [Fig. 1 (PO16)]. É curiosa a mistura de influências nesta capela de dimensões anormalmente grandes, que a torna uma construção funerária única no país. A estrutura é de alvenaria e reboco, com pintura a ocre nos cunhais e cornijas, como se tratasse de uma casa popular alentejana. Por outro lado, os dois pequenos corpos laterais (que certamente corresponderão a dois túmulos no interior²), não sendo muito comuns na arte funerária portuguesa, denotam conhecimento dos modelos internacionais de arte funerária. Curiosamente, o reboco destes dois corpos imita a cantaria do granito. A placa em mármore com epitáfio e a caveira e tibias no tímpano do frontão são também elementos menos regionais, embora o seu enquadramento não esteja de acordo com a estética fúnebre mais internacional, que Lisboa espelhou e "exportou" para as províncias.

O portão em chapa de ferro, com uma cruz de ferro fundido em cada batente a definir duas minúsculas aberturas para o interior, é uma solução típica da arte funerária lisboeta da época de construção da capela. A notar o gradeamento exterior, com malheiro de lanças verticais, estrutura então também comum em Lisboa. Como se referiu aquando da descrição da construção do Cemitério de Portalegre, esta capela terá sido construída entre Novembro de 1857 (data do pedido de terreno por parte de Maria José Larcher à Câmara Municipal de Portalegre) e inícios de 1859 (quando já se refere a capela edificada).

O facto de ter sido a primeira capela pensada para este cemitério torna-a ainda um monumento mais relevante no panorama funerário nacional, sobretudo porque na época em que foi construída duvidamos se existiria já algum monumento em forma de capela em cemitérios alentejanos.

Como já referimos, Manuel Andrade e Sousa era Comendador da Ordem de Cristo e importante negociante de Portalegre, tendo sido administrador da Fábrica Real de Lanifícios. A sua mulher beneficiou da fortuna deixada e plasmou-a na referida construção fúnebre.

Ao longo da sua vida, Maria José Larcher foi mantendo a posição social e manifestando-a em graúdos legados pios. Em 1876-77, deu a segunda maior esmola desse ano (5\$130, em trigo) para o Asilo de Nossa Senhora da Conceição de Portalegre³. Faltaria saber quem terá idealizado o risco de tão curiosa e sumptuosa capela.

¹ *Relatório e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição para a infancia desvalida...* para os anos de 1873-1874, 1874-1875 e 1876-187 e *Estatutos do Asylo de Nossa Senhora da Conceição...*

Relatório e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição... para 1876-1877, pp. 109-119.

² Infelizmente, não foi possível o acesso ao interior da capela.

³ *Relatório e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição...* para 1876-1877, p. 114.

Em posição simétrica a esta capela, foi pouco tempo depois construída uma outra, também monumental: a de Manuel Félix Monteiro, cujo terreno fora adquirido em Março de 1859⁴. Nesta mesma época, andou também a construir uma capela Honório Fiel de Lima (como já se referiu). No entanto, não a localizamos no cemitério (o que é estranho, dado o tamanho do terreno adquirido). De igual modo, a capela que terá talvez sido construída em meados de 1859 pelos irmãos Larcher e seus sobrinhos, também não foi localizada no cemitério. Trata-se de um mistério que não pudemos resolver. Num mapa baseado em fotografia aérea, de 1929, que inclui uma vista do cemitério⁵, só se vislumbram na divisão superior as duas capelas monumentais que hoje existem e já foram referidas [fig. 1A], para além de outras mais pequenas.

A terem sido construídas estas quatro grandiosas capelas, temos que notar o facto de, no espaço de 3 anos, os notáveis da cidade (especialmente os ligados às mais importantes fábricas de lanifícios) terem procurado, quase que numa competição muda, erigir a capela mais monumental do cemitério e ostentar o seu poder económico. Este facto poderia ser melhor esmiuçado se fossem posteriormente encontrados outros dados, nomeadamente sobre as duas capelas que, aparentemente, terão sido demolidas (?).

As placas tumulares

Aquando da construção das capelas monumentais atrás referidas, os únicos monumentos que existiriam no Cemitério de Portalegre seriam meras placas funerárias, ou talvez um ou outro mausoléu.

A tradição das placas tumulares em mármore era muito cara na cidade. Apesar de em muitas igrejas portuguesas existirem placas tumulares de mármore no chão, por vezes com brasão de armas, no Alto Alentejo (e especificamente em Portalegre), encontramos mais abundantes e melhores exemplos desta forma de monumento. Seria de esperar que, aquando da criação do cemitério público de Portalegre este tipo de jazigo, tão vulgar até então, passasse a ser construído ao ar livre, já que os enterramentos nas igrejas estavam proibidos. Porém, é curioso que em muitos locais do país isto não sucedeu, tendo os primeiros monumentos nos cemitérios sido construções tipologicamente adaptadas a um novo tipo de espaço fúnebre.

Porquê em Portalegre este tão grande predomínio de jazigos com placas tumulares? Poderíamos falar numa dificuldade de adaptação social, que transferiu formas anteriores para os novos campos santos. Porém, estas formas de jazigo persistiram ao longo de todo o século XIX, no Cemitério de Portalegre. O Cemitério de Évora também possui uma elevada percentagem destas construções, para o século XIX. No entanto, o Cemitério de Portalegre é o cemitério das placas tumulares por excelência.

As mais antigas placas situam-se no cemitério de baixo. Na figura pode ver-se o jazigo n.º 196, da secção G do cemitério inferior [fig. 2 (PO63)]. Lê-se na respectiva placa tumular: *Aqui jaz o doutor Joao Pedro Roxo faleceo em 14 de Jvlho de 1835*. Calculamos que esta placa tenha sido construída pouco tempo depois do falecimento. Aliás, é muito semelhante (veja-se a moldura que a orla) à placa tumular do jazigo n.º 204 [fig. 3 (PO64)], também na secção G do cemitério inferior, datada de 1836. Esta placa foi colocada na sepultura de Margarida Tomásia de Sousa, mulher de António Larcher. Como já se referiu,

⁴ Infelizmente, não possuímos dados para comentar esta construção ou mesmo caracterizar o seu primeiro possuidor, já que aquando do levantamento fotográfico ao cemitério, por lapso, esta capela acabou por ser omitida. No entanto, pela memória visual que dela temos, também será uma construção muito próxima à arquitectura tradicional alentejana, em alvenaria, mas com um aspecto actual mais moderno e algo descaracterizado.

⁵ Mapa desenhado por António Bacha e Mello, de 1 de Novembro de 1929, às 12 horas, na escala de 1:1000. Existente no Arquivo Distrital de Portalegre.

António Larcher pertencia à sociedade que administrou a fábrica *pequena*, após a morte do mestre José Larcher. Quando mandou construir a placa, era também vereador da Câmara Municipal de Portalegre e desempenhava outros cargos, como o de fiscal do concelho ou de recebedor do pagamento das amas dos expostos.

Recorde-se que a datação desta última placa tumular é anterior à abertura do cemitério (Janeiro de 1837), o que poderá sugerir que esta (tal como a primeira) tivesse sido trazida de alguma igreja (facto não tão desprezável quanto isso, já que os cemitérios recém-construídos geravam resistência à maioria da população e nenhuma lei obrigava à remoção de jazigos existentes nas igrejas, uma vez lá construídos).

Terão sido estas placas tumulares trazidas, por exemplo, da Igreja da Madalena, na época da sua demolição (justificando-se, pois, a sua existência actual no cemitério)? Só investigações posteriores o poderão esclarecer.

Outra placa tumular que nos parece das mais antigas do cemitério (talvez mesmo a primeira a ser ali construída de raiz, uma vez que até se encontra orientada em sentido contrário às restantes) é a n.º 198 da secção G do cemitério inferior [fig. 4 (PO54), à direita]. Terá sido erigida em memória de Maria Genoveva Benedita de Almeida Gazo (f. 26 de Março de 1851). Curiosamente, o terreno foi adquirido pelo então Governador Civil Francisco José Agnelo, que seria, por inerência de funções, o homem a quem competia zelar para que o cemitério fosse o melhor possível. A imagem não é muito esclarecedora, mas pode também ver-se uma moldura na placa tumular, embora mais estilizada.

As placas tumulares posteriores foram-se tornando mais simples em termos de decoração nas orlas. Porém, em contrapartida, muitas delas começaram também a receber pequenas estelas à cabeceira, como no caso da que se vê à esquerda da figura 4 (jazigo n.º 199). Este jazigo foi adquirido por Maria Luisa Mouzinho de Albuquerque, em memória de Eugénia Mouzinho de Albuquerque (f. 15 de Dezembro de 1878) e está datado de 1878.

A colocação de cabeceiras denota uma clara adaptação de uma forma de jazigo de interior de igrejas a um espaço aberto. Imaginemos que todas as placas tumulares nas igrejas possuíam cabeceiras. Não seria possível a circulação dos crentes! Só nos novos cemitérios este tipo de monumento seria admissível.

Em contrapartida, num cemitério ao ar livre estas placas tumulares tornaram-se espaços vulneráveis e facilmente pisados, facto que nas igrejas era tolerado mas que a mentalidade do século XIX e a nova realidade nos enterramentos tornou indecente. Assim, os gradeamentos também foram surgindo, para complementar as placas tumulares, como no exemplo dado [fig. 5 (PO62)]. Trata-se do jazigo n.º 214, também na secção G (cemitério inferior). Pertenceu a Maria Ana Caldeira Castel Branco e seus filhos. A plasticidade do gradeamento, com 4 colunas unidas por elos em ferro fundido, contrasta com o anti-decorativismo da placa tumular, apenas com o esboço de uma cruz.

No cemitério superior, especialmente nas secções E e F acabou por ser construída a maior parte das placas tumulares. Aqui mostramos vários exemplos.

O primeiro [fig. 6A (PO20)], é o jazigo n.º 155, da secção F. Foi construído para Miguel de Albuquerque Caldeira Castel Branco (f. 18 de Maio de 1871), pertencente a uma distinta família nobre de Portalegre, cujo solar, aliás, é o mais antigo solar de família hoje existente na cidade⁶.

O segundo [fig. 6B (PO4)], é o jazigo n.º 145, da secção E. Foi construído por Cristiano Augusto Teixeira da Silva (na Travessa da Queimada, 40 a 48, em Lisboa), em memória de João da Fonseca Coutinho (f. 19 de abril de 1881). Erigiu-lhe o monumento Álvaro da Fonseca Coutinho (calculamos que fosse seu irmão), que devia ser um homem abastado, já que era benfeitor e um dos sócios com maior quota no Asilo de Nossa Senhora

⁶ Situa-se na Rua da Figueira. A família Castel Branco era originária da Beira Baixa. Para mais informações sobre esta família, veja-se "A Cidade", n.º 10, 1995, p. 9, bem como SAMEIRO, António Pedro de S. A. - *Subsídios para uma bibliografia genealógica de algumas Famílias do Alentejo*. Évora, s.n., 1970-71.

da Conceição, tendo sido também Presidente da sua Assembleia Geral⁷. Em relação a João da Fonseca Coutinho, para além de ter sido moço fidalgo com exercício no Paço, teve cargos directivos na Câmara Municipal de Portalegre e no Governo Civil. Pertenceu também à Comissão Revisória de Contas do Asilo de Nossa Senhora da Conceição, em 1876-77⁸. Seria um homem bastante respeitado na cidade e a sua família tinha grandes ligações a Lisboa, sendo óbvio o recurso a uma canteiro da capital para construir a placa (que, apesar de tudo, segue uma moda local, sendo até bastante pobre para o que o canteiro Cristiano estaria habituado a fazer). Como curiosidade, refira-se que foi um outro membro desta família portalegrense – Augusto da Fonseca Coutinho – que fundou a Escola Industrial Fradesso da Silveira, em 1891⁹. Este homem também esteve muito ligado a Lisboa, até porque foi deputado.

Damos outros exemplos curiosos de placas tumulares, em que apenas surgem flores como iconografia fúnebre (neste caso, papoilas e perpétuas, associação muito utilizada nos cemitérios de Lisboa). O primeiro [fig. 7 (PO6)] é o jazigo n.º 169 (secção E), da jovem Maria Ana de Carvalho Cordeiro (n. 1859 - f. 23 de Novembro de 1880), afilhada de Ana José de Lemos e de Hermenegildo da Silva Escobar. O segundo [fig. 8 (PO19)] é o jazigo n.º 151 (secção F), do menor Luís (f. 24 de Junho de 1862). Curiosa a circunstância de se tratarem de monumentos a dois jovens.

Mais alguns exemplos de placas tumulares em mármore:

- os jazigos n.º 156 e 157, da secção F [fig. 9 (PO21)]. O primeiro (lado esquerdo da imagem) é do Dr. José Maria de Pina e Carvalho, Comendador da Ordem de Cristo (f. 18 Maio de 1871). O segundo (à direita) é de Jaime Barnes, natural de Inglaterra (f. 10 de Julho de 1871).
- o jazigo n.º 171, da secção E [fig. 10 (PO7)], de Domingas Maria Lima (n. Lisboa, 20 de Dezembro de 1793 - f. Portalegre, 1 de Junho de 1861). Na epígrafe também consta o nome de um francês: Lucien August Devaux (f. 22 abril de 1874).
- o jazigo n.º 140, da secção E [fig. 11 (PO9)], de Marie Joseph Le Cocq (n. França, 1812 – f. Portalegre, 1880). Terá alguma relação com a família Le Cocq representada, como se verá, no Cemitério de Castelo de Vide?

Como se pode verificar, as placas tumulares não só perduram durante todo o século XIX, como parecem definir um padrão para o jazigo individual (não de família). Encontram-se também muitos estrangeiros a construir este tipo de monumentos (cuja tipologia nos parece claramente regional). Não deixa de ser curioso este facto. Note-se, porém, que, não só haviam muitos estrangeiros em posição de relevo na cidade (porque trouxeram *know how* à indústria portalegrense, amealhando capital para impulsionar as várias fábricas), como estes estariam também mais propensos à fácil aceitação da nova realidade fúnebre de sepultar os mortos em jazigos de mármore.

Mas, o tipo de jazigo semelhante à placa tumular e claramente específico desta região é o revestimento a tijoleira, semelhante a tantos soalhos de casas alentejanas. Veja-se o jazigo n.º 168, da secção E [fig. 12 (PO5)], de Pedro Manuel Coelho Machado (que foi da Comissão Revisória de Contas do Asilo de Nossa Senhora da Conceição¹⁰). Por vezes, estes jazigos levam também pequenas placas de mármore com um epitáfio. Em alguns casos, a disposição da tijoleira procura desenhar uma cruz.

Os materiais cerâmicos são também muito utilizados como estrutura das caixas dos jazigos, como se pode observar no caso do jazigo n.º 184, da secção F [fig. 13 (PO15)],

⁷ *Relatório e contas do Asilo de Nossa Senhora da Conceição... para 1876-1877*, p. 114 e *Relatório e contas do Asilo de Nossa Senhora da Conceição... para 1874-1875*.

⁸ *Relatório e contas do Asilo de Nossa Senhora da Conceição... para 1876-1877*, p. 109.

⁹ SILVA, Luísa F. L. – *Roteiro e subsídios para a história da cidade de Portalegre*, pp. 50 e 81.

¹⁰ *Relatório e contas do Asilo de Nossa Senhora da Conceição... para 1876-1877*, p. 109.

com a epígrafe *A. M. R. C.* (f. 7 de Fevereiro de 1895). Este jazigo, já mais tardio, apresenta uma pequena cruz à cabeceira.

Os mausoléus

Como se referiu em capítulo anterior, o primitivo regulamento do cemitério (em vigor até finais da década de 50 do século XIX) contemplava apenas taxas para a compra de terrenos destinados a jazigos rasos ou com *emblema e figura*. Por esta expressão pode entender-se uma pequena cruz, estela ou placa à cabeceira do jazigo. Porém, não só os notáveis de Portalegre desejaram erigir capelas monumentais (e fizeram-no), como os menos notáveis mas com algum dinheiro (ou os notáveis mais discretos), desejaram erigir mausoléus de maior dimensão.

Os primeiros terão sido construídos no cemitério inferior e talvez tenham sido os seguintes:

- o mausoléu n.º 205 [fig. 14 (PO48)], à memória de Antónia Benedita Grande (n. 14 de Dezembro de 1796 – f. 24 de Novembro de 1849), mulher de João Larcher.
- O mausoléu / cabeceira n.º 201 [fig. 15 (PO49)], construído em memória de Lino Larcher (n. 22 de Dezembro de 1853 – f. 20 de Setembro de 1863) e onde foi também inumada a sua irmã Maria Epifânia Larcher.

Ambos foram construídos pelos Larcher, o que não deixa de ser interessante e reforça claramente o papel que as famílias ligadas às grandes fábricas da cidade tiveram no pioneirismo da construção de alguns monumentos. O monumento a Lino Larcher parece-se, aliás, com um modelo francês, sendo o gradeamento (em ferro fundido) típico da fábrica de Fundição de Antoine Durenne (uma das mais importantes fábricas de fundição na França do século XIX). Este modelo de gradeamento consta de vários fachos invertidos unidos por festões e foi muito utilizado em Portugal (existem mais casos posteriores no Cemitério de Portalegre e até no de Castelo de Vide), podendo mesmo ser encontrado em Espanha.

Datado de 1868 (28 de Julho), encontramos também um dos primeiros mausoléus construídos neste cemitério, este porém, bem mais sugestivo (n.º 213, cemitério inferior). Iguamente construído à maneira francesa (com o gradeamento em ferro fundido a não envolver totalmente o jazigo, mas apenas a proteger o espaço do jazigo definido pelo mausoléu, à cabeceira), este jazigo apresenta uma tipologia original [fig. 16 (PO 47 e 61)]. À parte o risco da grade (da qual não nos lembramos de ver outra semelhante em Portugal), a simbologia das três ovelhas em mármore (uma maior e duas mais pequenas) representa claramente os defuntos para quem foi erigido o monumento: duas meninas e um menino *de terra idade*, bem como o primogénito Pedro Mouzinho de Albuquerque (falecido com 21 anos). Eram todos filhos de João Mouzinho de Albuquerque (f. 9 de Agosto 1881) e Luisa Paula Mouzinho de Albuquerque (f. 18 de Janeiro de 1907).

Outro tipo de mausoléu que nos surge em Portalegre (existindo também em outros cemitérios nacionais) é o representado no jazigo n.º 133, da secção F [fig. 17 (PO24)]. Foi construído para Maria Cândida Lopes de Noronha (f. 20 de Agosto de 1877). Também constam aqui os restos mortais de António Anacleto de Noronha (f. 26 de Janeiro de 1882).

Com a forma de estela para rematar (à cabeceira) placas tumulares, encontramos também alguns casos no Cemitério de Portalegre. O jazigo n.º 131 da secção F, construído por Pedro Antunes dos Santos (na Rua do Crucifixo, n.º 69, em Lisboa) é um exemplo [fig. 18 (PO22)]. Trata-se do monumento mandado erigir pela Sociedade Filarmónica Euterpe a José Maria Mourato (f. 18 de Fevereiro de 1876). José Maria Mourato foi o primeiro sócio

da Sociedade Musical Euterpe¹¹, fundada em 1860 e que se constituiu sobretudo como um Montepio de Socorros Mútuos. No entanto, para além da vertente mutualista e musical, também fizeram teatro, entre outras actividades culturais. Os estatutos da sociedade são de 10 de Janeiro de 1866 [fig. 18A].

Ao lado deste monumento pode ver-se uma parte do jazigo de Jovêncio Pedroso de Oliveira (f. 22 de Fevereiro de 1877), com revestimento a tijoleira.

Já no cemitério inferior e construído por Augusto Desirat (no Largo Serpa Pinto, em Portalegre), encontramos outro exemplo semelhante ao do jazigo n.º 131: o jazigo n.º 212 [fig. 19 (PO46)]. Trata-se de um monumento mandado erigir pela viúva do Dr. José Eduardo Levita, Maria Amélia (Levita) de Matos Castelo Branco. Deveria ser uma família muito considerada em Portalegre. José Eduardo Levita foi Vogal do Governo Civil, co-fundador do Asilo de Nossa Senhora da Conceição e um dos seus administradores¹². A sua mulher também foi inspectora do Asilo e sua benfeitora¹³.

Veja-se agora um outro tipo de mausoléu, relativamente comum em Portugal [fig. 20 (PO18)], datado de 1886. Trata-se do jazigo n.º 150, da secção F. Augusto César da Rosa (que foi secretário da mesa da Assembleia Geral do Asilo de Nossa Senhora da Conceição¹⁴) mandou erigir o monumento para Francisco António da Rosa (n. 24 de Fevereiro de 1818 – f. 21 de Janeiro de 1878). Francisco António da Rosa era gerente da Gazeta de Portalegre, em 1865, tendo passando a Director do dito periódico ainda nesse ano¹⁵. Veja-se um pormenor deste jazigo na figura 1 do capítulo sobre o estado de conservação dos monumentos estudados.

Outro tipo de mausoléu, também relativamente comum em Portugal, surge em Portalegre apenas num caso [fig. 21 (PO33)]. Rematando em coluna e encimado por um vaso fúnebre, este monumento (n.º 106) saiu da oficina de André Domingos Gonçalves (na Cerca de Sto. António, em Estremoz). Foi mandado erigir por Francisco Lopes de Azevedo Coelho de Barros Castelo Branco, em 1885.

Ao lado deste último, existe um mausoléu cuja tipologia é bastante comum em Portalegre (bem como em Castelo de Vide ou Nisa e mesmo no restante país). Trata-se do jazigo com cabeceira n.º 108, da secção B [fig. 22 (PO35)]. Foi mandado erigir para António Espírito Santo Gomes (f. 25 de Abril de 1881). Este jazigo tem uma particularidade muito curiosa. Possui um pequeno nicho quadrangular (anteriormente envidraçado) onde foi colocado um caixilho de metal (cuja foto já não é visível) e uma estatueta, representando uma figura feminina debruçada sobre uma coluna quebrada.

Outros jazigos com cabeceira de tipologia semelhante ao anterior são:

- o jazigo n.º 136 da secção F [fig. 23 (PO23)], construído por Pedro Antunes dos Santos (na Rua do Crucifixo, em Lisboa) e pertencente a Catarina Rita Martins Galope (f. 23 de Março de 1879). Mandado erigir pelos sobrinhos.
- o jazigo n.º 198 da secção D [fig. 24 (PO29)], de Pedro Lima Bragança (f. 20 de Outubro de 1891). A notar os vasos em cerâmica que rematam o gradeamento nos cantoneiros. Se foi comum colocar pequenos vasos ou pinhas em ferro nestes locais dos gradeamentos, em Portalegre encontramos esta variante exagerada de colocar vasos bem maiores, e com a função de encerrar plantas verdadeiras.

Por fim, mais três exemplos de mausoléus. O primeiro, um caso relativamente comum em Lisboa, é o jazigo n.º 215 do cemitério inferior [fig. 25 (PO53)], de José

¹¹ SILVA, Luisa – *Roteiro e subsídios para a história da cidade de Portalegre*, p. 42.

¹² *Estatutos do Asylo de Nossa Senhora da Conceição*, p. 15 e *Relatorio e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição...* para 1876-1877, p. 109.

¹³ *Relatorio e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição...* para 1876-1877, p. 109 e *Relatorio e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição...* para 1873-1874, p. 5.

¹⁴ *Relatorio e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição...* para 1876-1877, p. 109.

¹⁵ VENTURA, A. – *Publicações Periódicas de Portalegre*, p. 4.

Joaquim Videira. O segundo, é um caso de sucesso tipológico nesta região, sobretudo em Castelo de Vide, como se verá. Trata-se do jazigo n.º 143, da secção E [fig. 26 (PO3)], construído com mármore da Cerca de Sto. António, em Estremoz. Não sabemos qual o mais antigo exemplar deste tipo de cabeceira na região, mas este deverá ser dos mais antigos, já que a moda perdurou sobretudo na viragem do século XIX para o século XX e o mausoléu em causa deverá ser ainda do final da década de 80. Foi construído em memória de Francisco António Rodrigues de Gusmão (n. Tondela, 6 de Janeiro de 1815 - f. Portalegre, 22 de Fevereiro de 1888).

Detenhamo-nos um pouco mais na figura deste homem [fig. 27]. Bacharel em Medicina e Cirurgia pela Universidade de Coimbra, foi Vice-Provedor de Saúde e Médico do partido municipal de Alpedrinha. Em Castelo Branco foi reitor do liceu nacional. Fixou-se, em Portalegre em 1855 como médico do partido municipal e, mais tarde, Delegado de Saúde do Distrito. Foi um dos que mais se destacou nesta região no combate à epidemia de *cholera-morbus* de 1855.

Foi presidente da Comissão Executiva do Distrito de Portalegre¹⁶, sócio honorário do Instituto de Coimbra, sócio correspondente da Academia Real de Ciências de Lisboa, sócio da Sociedade das Ciências Médicas e da Real Associação dos Arqueólogos Portugueses e sócio permanente do Asilo de Nossa Senhora da Conceição¹⁷. Aliás, Francisco de Gusmão prestava serviços médicos gratuitos no Asilo, quando o médico deste não podia.

Colaborou nos mais diversos periódicos de todo o país e, de entre os vários trabalhos que publicou (e não foi só sobre Medicina, mas também sobre Portalegre e os seus monumentos), refiram-se: *Apontamentos para a história da epidemia de cholera-morbus que reinou em Portalegre em 1856* (Lisboa, Tipografia Xavier de Sousa, 1857); *Brevíssima notícia da Parochial Igreja de Sancta Maria Magdalena da Cidade de Portalegre* [fig. 28] e *Memória dos Alcaldes Mores de Portalegre*¹⁸. O seu filho homónimo (1860-1919) também foi médico eminente em Portalegre¹⁹.

O terceiro exemplo é o do mausoléu erigido para o Padre Justino José de Almeida Pantão (n. 13 de Dezembro de 1803 - f. 27 de Setembro de 1867). Este mausoléu, com o n.º 165, secção F [fig. 29 (PO2)], foi construído por André Domingos Gonçalves, em Lisboa. Recordemos que este sacerdote exercia na paróquia da Sé à época dos primeiros enterramentos no cemitério. Foi ele, aliás, quem redigiu o assento do primeiro cadáver desta paróquia a ser enterrado no cemitério público.

A generalização das capelas

Após a construção das capelas monumentais, entre 1857-59, outras pessoas optaram por erigir este tipo de monumento, embora numa escala mais pequena. Não só porque não seriam tão abastadas, como também porque estariam mais a par da moda construtiva que era ditada por Lisboa. Assim, estas novas capelas deixaram de ser em alvenaria, para ser em mármore, dos arredores de Lisboa, mas também do eixo Estremoz-Borba-Vila Viçosa. Curiosamente, o bom mármore alentejano começou a ser utilizado para os monumentos neste cemitério (e também para os de Castelo de Vide e Nisa) sempre depois das primeiras

¹⁶ *Relatórios da Comissão Executiva da Junta Geral do Districto de Portalegre*, p. 10.

¹⁷ *Relatório e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição...* para 1874-1875 e *Relatório e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição...* para 1876-1877, p. 114.

¹⁸ A bibliografia completa pode ser encontrada em ROCHA, Augusto - *A Memória de Francisco António Rodrigues de Gusmão*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1888 e *Notícia documentada dos serviços que à Saúde Pública tem prestado Francisco António Rodrigues de Gusmão*. Coimbra, Imprensa Literária, 1881. Devemos esta referência à obra VENTURA, A. - *Publicações Periódicas de Portalegre*, p. 6.

¹⁹ Para mais informações sobre este homem veja-se VENTURA, A. - *Alguns médicos notáveis vinculados a Portalegre*, p. 12.

construções em mármore da região de Lisboa. Este fenómeno explica-se por vários factores:

- Normalmente, os primeiros monumentos dos cemitérios eram erigidos por parte de pessoas muito abastadas, com conhecimento dos cemitérios de Lisboa, e que optavam por encomendar os jazigos na capital, procurando mostrar que estavam mais "modernos", mais cosmopolitas que os restantes habitantes da província.
- Numa fase recuada, o mármore alentejano era sobretudo utilizado pelos canteiros locais apenas para construções tradicionais, já que não existia mercado no Alentejo que justificasse a especialização de canteiros alentejanos no mercado da arte funerária. Isso só sucedeu mais ou menos a partir da década de 80 do século XIX. Aliás, basta ver que as placas tumulares mais antigas no Cemitério de Portalegre são em mármore alentejano e foram certamente feitas por artistas da região. Estes limitavam-se a glosar um tipo de construção a que estavam habituados a construir e a ver no chão das igrejas. Aliás, como se verá, um dos mais activos canteiros alentejanos nos finais do século XIX foi mesmo estabelecer-se com segunda oficina em Lisboa, porque sabia que o bom mercado estava lá, enquanto que a boa pedra estava na sua terra de origem.

Começamos pela capela da família Araújo Juzarte [fig. 30 (PO28)]. Esta foi construída em local estratégico no cemitério, num terreno adquirido em 1861 por António Joaquim de Araújo Juzarte de Campos e seu irmão Joaquim de Araújo Juzarte, em compensação daquele que possuíam e que foi inviabilizado pela nova planta do cemitério superior, como já se referiu²⁰. Tendo o n.º 102 (secção B), esta capela foi construída por Pedro Antunes dos Santos (na Rua do Crucifixo n.º 69, em Lisboa). Porém, como só conhecemos actividade deste canteiro desde meados da década de 80 do século XIX, e tendo também em conta a tipologia da capela, esta terá sido erigida nessa época. Trata-se de um monumento típico dos cemitérios de Lisboa. Porém, na fachada existem duas cruces de Malta, facto que poderá estar relacionado com a família e que não pudemos apurar em tempo útil. Sabemos apenas que esta família era uma das mais importantes de Portalegre. António Joaquim de Araújo Juzarte de Campos foi Presidente da Câmara Municipal de Portalegre e co-fundador do Asilo de Nossa Senhora da Conceição, do qual foi também tesoureiro do seu Conselho Director²¹.

Veja-se também a capela n.º 97 da secção B [fig. 31 (PO25)], feita na oficina de André Domingos Gonçalves, na Rua de S. Miguel a Sta. Isabel n.º 22 a 48, em Lisboa. Esta capela foi mandada erigir por Josefa Gonzalez Perez de Mendonça, mulher do Conde de Avilez (f. em 17 de Abril de 1881). Os condes de Avilez eram uma família muito prestigiada em Portalegre, com uma grande casa senhorial. No século XIX desempenharam vários cargos de relevo na cidade (a Presidência da Câmara Municipal, por exemplo). Há que referir também que, na divisão inferior deste cemitério, existe a sepultura da anterior Condessa de Avilez Maria Francisca Salema de Aborin Vila Lobos (n. 2 de Agosto de 1816 – f. 10 de julho de 1849). Porém, os seus restos mortais foram trasladados para Santiago do Cacém em Junho de 1882, ficando ali apenas a placa tumular. O anterior Conde de Avilez foi um grande militar português²². A capela está construída numa linguagem fúnebre tipicamente lisboeta, em todos os aspectos.

Como se pode constatar, a estética lisboeta começou a dominar a construção de capelas neste cemitério e foi-se acentuando à medida que se aproximava o século XX, mesmo com o cada vez maior número de capelas construídas por canteiros locais em

²⁰ A.H.C.M.P., *Livro das Actas das Sessões da Câmara Municipal de Portalegre*, t.º 32, fl. 167, 15 de Junho de 1861.

²¹ *Estatutos do Asylo de Nossa Senhora da Conceição*, p. 15 e *Relatório e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição...* para os anos de 1874-1875 e 1876-1877 (p. 109).

²² Sobre esta família veja-se, por exemplo, MACHADO, F. S. de Lacerda – *O Tenente-General Conde de Avilez, 1785-1845. II – Expedição de Montevideo*. Gaia, Edições Pátria, 1932.

mármore de Estremoz, porque estes imitavam o que era moda em Lisboa. As capelas que se podem ver em seguida são disso exemplo. Em primeiro plano [fig. 32 (PO36)], a capela n.º 110 (secção B), construída por Augusto Desirat, no Largo Serpa Pinto, em Portalegre. Pertencia a Francisco Xavier Juzarte de Góis, que foi, por exemplo, secretário da mesa da Assembleia Geral do Asilo de Nossa Senhora da Conceição²³. Em segundo plano, a capela n.º 112, também construída por Augusto Desirat (na mesma oficina) e pertencente à família de Manuel R. de Andrade Castelo Branco. Esta última capela pode ser vista de outro ângulo na imagem seguinte [fig. 33 (PO37)], em segundo plano. No primeiro plano da figura 33 encontramos também a capela n.º 114, de José Maria Serra (n. 8 de Novembro de 1831 – f. 4 de Janeiro de 1890).

Que encontramos de mais especificamente regional neste conjunto de 3 capelas? Todas seguem a tipologia em voga na capital: estilização, repetição do mesmo esquema, mesmo tipo de portão em ferro fundido, gradeamento exterior. Na fachada das capelas e na orla do portão, várias molduras para a colocação dos epitáfios dos inumados. Ao centro, local para colocar o nome da família representada no monumento, tendo de cada lado duas cabeças de anjo. Tudo elementos construtivos da arte funerária de Lisboa, mas em mármore de Estremoz e construídos em Portalegre (pelo menos em dois dos casos)! Como especificidade, refiram-se apenas (e novamente) os desproporcionados vasos no remate do gradeamento da primeira capela referenciada.

Outras capelas com uma linguagem fúnebre lisboeta e ligeiramente diferentes das anteriores podem também ser encontradas no Cemitério de Portalegre, como a n.º 96 do cemitério superior [fig. 34 (PO56)], de José Manuel Gomes e feita pelo construtor André Domingos Gonçalves, na Cerca de Sto. António em Estremoz. Os dois anjos foram preteridos e, imediatamente acima do portão, um ornato enfatiza a chave do arco. Porém, mantém-se a coroa fúnebre com fitas no tímpano do frontão e a estrutura estereotipada. Um outro exemplo [fig. 35 (PO41A)], datado de 1900 e construído por Augusto Desirat (em Portalegre) é ainda mais estereotipado, ao ponto das molduras para epitáfio da fachada terem perdido a sua função original e se tornarem meros elementos decorativos monótonos (capela da família de José Francisco Risques Pereira).

Avançando já para os primeiros anos do século XX o processo agudiza-se. A capela n.º 258, da família Portilheiro [fig. 36 (PO41)], construída por M. M. dos Vultos (Largo de Sto. Agostinho, Portalegre), insiste na linguagem estereotipada de Lisboa, desta vez com uma variante neomanuelina no portal, também muito comum em Lisboa. A capela n.º 227, do Dr. António Coelho Sampaio [fig. 37 (PO42)] e construída por M. J. Pereira (com oficina de canteiro em Estremoz) apresenta alguns elementos menos comuns, mas a tipologia mais neogótica da capela continua a ser típica de Lisboa, bem como o portão. Mantêm-se os locais próprios para os epitáfios, de cada lado do portão, embora com uma forma mais Romântica, imitando pergaminhos.

Para finalizar com exemplos de capelas estereotipadas da viragem do século XIX para o século XX, vejamos mais estes 4 casos:

- a capela n.º 98 da secção B [fig. 38 (PO26)], datada de 1891 e erigida para o Coronel César A. Barradas Guerreiro.
- a capela n.º 116 da secção A [fig. 39 (PO39)], construída para João Telo da Fonseca Botelho por André Domingos Gonçalves (Rua de S. Miguel a Sta. Isabel, em Lisboa). Apesar de tudo, esta capela possui alguns elementos interessantes, como os colonelos nos cunhais da fachada.
- a capela n.º 117 da secção B [fig. 40 (PO34)], construída para a família Rolo por Augusto Desirat (Largo Serpa Pinto, em Portalegre).
- a capela n.º 221 [fig. 41 (PO31)], da autoria de Augusto Desirat (em Portalegre). Foi mandada erigir para a família de Joaquim José Marques. É o exemplo máximo da

²³ *Relatório e contas do Asilo de Nossa Senhora da Conceição...* para 1876-1877, p. 109.

simplificação, que foi acompanhando a estandardização da arte funerária lisboeta em finais do século XIX. No Cemitério de Portalegre existem três outras capelas semelhantes a esta, em local próximo, pertencentes a diferentes famílias. Uma outra capela do mesmo género, mas mais distante (a n.º 245), está datada de 1902 e foi também construída por Augusto Desirat.

A influência destes tipos de capelas foi tão grande que continuaram a ser construídas no Cemitério de Portalegre até meados do nosso século.

Outros monumentos interessantes

A capela n.º 115 da secção B [fig. 42 (PO38)], embora também de finais do século XIX, não é tão estereotipada. Foi erigida pelas filhas de José Lapa Sénior (n. 14 Janeiro de 1810 – f. 4 de Junho de 1889). A capela não possui as molduras para epitáfios, o frontão tem mais plasticidade e possui dois anjos de cada lado sendo a cruz, ao centro, bastante singela para o conjunto. Lateralmente, existe um jogo de contraste entre o mármore branco e o rosa, ambos de Estremoz (até porque foi construída por André Domingos Gonçalves, na Cerca de Sto. António). O gradeamento exterior, apesar de ser fundido, não é comum e enquadra-se em pilares de mármore rematados por vasos (muito semelhantes aos existentes no jazigo dos Robinson, como se verá). O portão da capela também é pouco comum, não só na sua base (em que os elementos fundidos são, de certo modo, originais) com também no seu corpo e bandeira, de ferro forjado. Note-se que, mesmo nas regiões do país em que se utilizou mais o ferro forjado para portões de cemitérios, o ferro fundido já era nesta época o mais utilizado, ou então os portões em ferro forjado construídos eram iguais a tantos outros, o que não sucede nesta capela.

Um outro jazigo que nos chamou a atenção e que é absolutamente excepcional, a nível nacional, é o n.º 73 da secção A [fig. 43 (PO45)]. Não se trata de um jazigo erudito. Porém, a conjugação de vários elementos, em parte já bem conhecidos nos cemitérios de Lisboa, é que é fora do comum. O jazigo foi construído para José Joaquim Tapadinha, do qual infelizmente nada sabemos de concreto. É composto por um anjo em mármore, em tudo semelhante aos que se situam acima do frontão da capela anteriormente referenciada. O anjo parece que foi retirado de um qualquer frontão, já que o pedestal em que assenta é descendente. Porém, estranhamente, existe um outro por debaixo, que possui declive na direcção contrária! Mas a estranheza deste jazigo não se fica por aqui. O gradeamento em ferro fundido repete um modelo francês (que surge no catálogo da fundição de Antoine Durenne) e que em Portugal se encontra do Minho ao Algarve, inclusive em sacadas. No entanto, a cruz que encima o espaço do jazigo, apoiada em quatro varões tipo balaústre (que tiveram até de ser unidos, já que o modelo fora concebido para comprimentos mais pequenos) é um caso muito raro em Portugal. Os poucos casos parecidos que conhecemos, em mais de 200 cemitérios já visitados, contam-se pelos dedos de uma mão e não se parecem sequer com este. O ferro ganha aqui um preponderância excepcional, só possível com a generalização do ferro fundido nos finais do século XIX. Porém, outro elemento nos surge e este com muito maior originalidade: o hábito de colocar vasos desproporcionados a rematar os cantoneiros do gradeamento foi aqui levado ao extremo de ter sido também colocada uma planta artificial, em folha de metal, imitando um ananás!

Outro jazigo muito curioso é o n.º 77, da secção A [fig. 44 (PO44)]. Trata-se de uma placa tumular em mármore com um oratório em chapa de ferro à cabeceira, apoiado numa laje de granito. Foi mandado fazer para Rita de Jesus (f. 13 de Novembro de 1886) pela sua irmã, Maria de Jesus. E já que referimos o granito, devemos realçar o facto deste material pétreo, tão abundante junto a Portalegre, praticamente não existir no cemitério.

Como se verá, isto aplica-se também a Castelo de Vide e, obviamente, a Nisa (mais afastado dos veios deste material).

O jazigo n.º 176 da secção E [fig. 45 (PO8)] também apresenta uma particularidade que, ocasionalmente, surge em alguns cemitérios nacionais: o aproveitamento de uma cruz proveniente de construção anterior. De facto, a julgar pela data de 1778 existente na base da cruz deste jazigo, só poderá ter sido trazida de algum outro local. O jazigo, de Manuel Gerardo Queiroz (f. 16 de Fevereiro de 1900), Josefa Guilhermina Cid Queiroz (f. 1913) e filhas, será até da viragem do século XIX para o século XX. Manuel Gerardo Queiroz ocupou cargos na Câmara Municipal de Portalegre, na Junta Geral do Distrito de Portalegre e na Comissão Administrativa do Conselho Director do Asilo de Nossa Senhora da Conceição, tendo sido também seu Presidente na época da sua criação²⁴.

Cabe aqui um lugar de destaque para os jazigos embutidos nos muros do cemitério inferior, como os n.ºs 25 e 26 [fig. 46 (PO50)]. O primeiro, à esquerda, foi mandado erigir por Manuel Joaquim Costa (f. 3 de Maio de 1901) para sua mulher Maria José Costa (f. 12 de Setembro de 1883). O segundo, está datado de 1881 e foi mandado construir por Ana (f. 1898) e Rosa Fernandes para seu pai, o Capitão José Joaquim Fernandes.

Também nas alas laterais da capela mortuária foram, em finais do século XIX, colocados jazigos embutidos na parede. Os dois jazigos que se vêem [fig. 47 (PO52)], são bons exemplos. À esquerda, o jazigo n.º 52, de Francisco e António Chichorro, foi construído por Augusto Desirat. A solução é interessante, com um jogo de duas tonalidades de mármore a imitar uma portada de janela. À direita, o jazigo n.º 51, da família Bugalho, em que o ferro foi o escolhido para se integrar no local.

E que dizer do jazigo n.º 100 da secção D [fig. 48 (PO27)], feito por André Domingos Gonçalves, na Cerca de Sto. António de Estremoz? É interessante a forma medievalista de castelo, com pedra de armas, embora haja contraste com a alegoria que remata o jazigo. O terreno para este jazigo foi comprado por Manuel do Carmo Peixeiro e pelo Capitão Jonet.

Esta forma de monumento viria a ser copiada no Cemitério de Portalegre, bastantes anos mais tarde, num outro jazigo, o n.º 207 da divisão superior [fig. 49 (PO58)]. Porém, neste caso, a escolha do tipo de monumento deve ter relação com o nome do finado: José Maria Castelo (n. 7 de Setembro de 1869 – f. 1 de Junho de 1932).

Não podemos também deixar de referir outro aspecto curioso da arte funerária desta região, e que se pode encontrar em outras zonas do Alentejo: os elementos iconográficos ligados à actividade agrícola. Estes podem ser encontrados sobretudo nas empenas de capelas já do início do século XX, em linguagem estereotipada de origem lisboeta [fig. 50 (PO59, 60 e 65)]. Vejam-se os três exemplos apresentados, sendo o primeiro e o terceiro da autoria do canteiro Carlos A. Banha (de Estremoz) e o segundo de uma capela muito tardia (1961), do marmorista Caetano Godinho, também de Estremoz. Podem vislumbrar-se porcos, cavalos, molhos de cereal, charruas, enxadas, foices e muitas mais alfaías agrícolas.

Uma tipologia de monumento também muito comum nesta região, embora praticamente só se aplique ao século XX, são os montes estilizados de pedras, rematados por cruz ou por um tronco de árvore cortado. A primeira variante é subproduto de um tipo de jazigo claramente Romântico, comum em muitos cemitérios portugueses e estrangeiros, mas que foi apropriado e estilizado de tal forma nesta região que perdeu o cunho original. Temos assim, uma imitação de monte de pedras, normalmente de pequena dimensão, como no caso apresentado [fig. 51 (PO67)]. Frequentemente, este tipo de mausoléu possui uma âncora na face posterior. A segunda variante pode ser vista no exemplo deste mausoléu, mandado construir por uma viúva a seu marido [fig. 52 (PO66)].

²⁴ *Ibidem e Relatório e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição...* para 1874-1875, p. 7.

Para o final da caracterização da arte funerária oitocentista no Cemitério de Portalegre deixamos propositadamente o jazigo da família Robinson, que é o n.º 180 da secção F [fig. 53 (PO13)]. Foi construído por André Domingos Gonçalves, na Cerca de Sto. António em Estremoz.

Em epitáfio, são referidos os nomes de John Álvaro Robinson (n. 22 de Outubro de 1861 - f. 22 de Março de 1892) e George Robinson (f. 30 de Abril de 1895), este último o grande impulsionador da fábrica de cortiça de Portalegre. Como se referiu anteriormente, George Robinson tinha tomado uma pequena fábrica de cortiça a um seu compatriota e a desenvolveu enormemente. Casou em Inglaterra, mas os seus sete filhos nasceram em Portugal. Foi o fundador da Igreja Evangélica de Portalegre. Talvez a sua mentalidade mais discreta e a habituação a monumentos funerários mais pequenos (dos cemitérios ingleses) possa explicar porque um homem tão abastado e conhecido na cidade viria a ficar num jazigo modesto, quase escondido pela grande capela de Manuel Andrade e Sousa. O contraste é mais evidente se pensarmos que esta família era a que mais contribuía, de longe, para o funcionamento do Asilo de Nossa Senhora da Conceição. Em 1876-77, Sara Ann Robinson era inspectora do asilo e também a sócia que contribuía, com a maior quota (24\$000), soma igual à paga por George Robinson²⁵.

De notar que o filho homónimo, tendo continuado a engrandecer a fábrica Robinson, foi tão popular, ou mais ainda, que seu pai (em parte, por razões já explicadas). Foi co-fundador dos Bombeiros Voluntários de Portalegre, em 1898, que, aliás, ficaram durante bastantes anos nas instalações da fábrica²⁶. George W. Robinson foi também co-fundador da Associação Comercial e Industrial Portalegrense²⁷ e interveio decisivamente em outras instituições humanitárias e sociais (Sociedade União Operária, Monte Pio Operário Portalegrense, Cooperativa Operária, etc.).

Para terminar o estudo sobre o Cemitério de Portalegre, refiram-se mais dois aspectos laterais:

- os interessantes ornamentos em cerâmica do cemitério, como a platibanda que orla a escadaria de acesso ao cemitério inferior (veja-se a fig. 8 do capítulo sobre a construção do cemitério), ou os vasos cerâmicos que rematam o muro entre as duas divisões [fig. 54].
- o piso do cemitério que possui, em alguns pontos, calçada dita "à portuguesa", e que foi sendo construída desde a década de 70 do século XIX até há não muitas décadas, quando as principais ruas do cemitério se encheram totalmente de capelas [fig. 55].

²⁵ *Relatório e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição... para 1876-1877*, p. 114. Também em 1874-75 ambos eram os maiores benfeitores desta instituição. Outro membro da família, Tomás Frederico Robinson, pagava igualmente uma das quotas mais elevadas.

²⁶ SILVA, Luísa - *Roteiro e subsídios para a história da cidade de Portalegre*, p. 70.

²⁷ VENTURA, A. - *A fundação da Associação Comercial e Industrial de Portalegre*, p. 37.



CAPÍTULO
IV

O Cemitério de Castelo de Vide

Os monumentos funerários oitocentistas

Monumentos relevantes no
Cemitério de Castelo de Vide

O Cemitério de Castelo de Vide

Até 1833, as várias paróquias da sede do concelho (S. Tiago, Sta. Maria da Devesa e S. João) sepultavam os seus mortos nas respectivas igrejas paroquiais.

Em S. Tiago, os enterramentos fizeram-se a um ritmo normal até 1 de Agosto de 1834¹. A partir desta data e nos dias seguintes deram-se muitas mortes. No início da folha foi colocada a indicação "peste": a *cholera morbus* começava a fazer as suas primeiras vítimas. Nos dias seguintes, não só inumaram na Igreja de S. Tiago como também: 6 enterramentos no Convento (talvez o de S. Francisco?), 1 no Forte de S. Roque e 8 no *Pangaio* (terreno nas traseiras do Convento de S. Francisco, encostado ao pano das muralhas). Curiosamente, dois dos assentos nem sequer possuem indicação do local de enterramento, fenómeno só justificável pela pressa com que foram redigidos (dada a mortandade), ou talvez mesmo pelo desconhecimento do dito local, já que numa situação de pânico - como esta - qualquer local parecia servir. A partir de 7 de Setembro de 1834, já se voltam a referir enterramentos na Igreja de S. Tiago.

Na Paróquia de Sta. Maria da Devesa, os enterramentos eram feitos na Igreja paroquial, ora em *cova da fabrica*, ora em *cova de pobre*². A partir de 27 de Julho de 1834, porém, os assentos de enterramento passam a ser mais apressados: os primeiros não incluíram sequer o local de inumação e, à margem, foi posteriormente colocada a expressão *no Campo do Pangaio*³. Os assentos seguintes já referem o Pangaio no próprio texto. Em Setembro de 1834, os enterramentos voltam novamente à Igreja Paroquial.

Procurando cumprir a lei, a Câmara Municipal de Castelo de Vide decide estabelecer o cemitério público que se exigia. Em 22 de Outubro de 1836, a Câmara pede ao Administrador do Concelho *para ordenar que os sobrantes rendimentos das Confrarias desta Villa sejam postos à disposição da Camara para delles sahir a despeza do Cemitério Geral que a Camara tem de fazer construir, em execução dos Decretos de 21 de Setembro de 1835 e 8 de Outubro de 1835*⁴.

Não temos conhecimento das medidas concretas tomadas para a criação deste cemitério público. Talvez não tenham sido muitas, já que foi aproveitada a circunstância do terreno do Pangaio ter sido utilizado como cemitério provisório durante a epidemia de 1834, para o adaptar a cemitério público da vila. A escolha para cemitério público de um terreno que tinha anteriormente servido de cemitério provisório durante uma epidemia viria a ser um fenómeno muito comum no resto do país. No caso de Castelo de Vide, a opção pelo Pangaio oferecia grandes vantagens:

- Já lá existiam cadáveres. Isto significa que, não só se resolveria o problema de não os deixar ao abandono, como a aceitação da nova realidade não seria tão difícil aos castelovidenses.
- O terreno do Pangaio estava quase totalmente circunscrito, não só pelos panos da muralha construída aquando das guerras da Restauração, como pelo convento de S. Francisco. Assim, não haveriam tantas despesas na adaptação a cemitério público.
- O facto de, mesmo ao lado, existir uma igreja, cujo convento tinha sido extinto em 1834, trazia também duas grandes vantagens: por um lado facilitaria a eventual cedência da igreja para capela mortuária do cemitério. Por outro, facilitava a mentalização do povo de que aquele local era já minimamente sacralizado.

Quando começaram então os enterramentos apenas neste local, como cemitério público de Castelo de Vide?

¹ A.D.P.O., Fundo Paroquial, S. Tiago (Castelo de Vide): *Óbitos*, 1824-1850, fl. 44v.

² A.D.P.O., Fundo Paroquial, Sta. Maria (Castelo de Vide): *Óbitos*, 1815-1840, fl. 186.

³ IDEM, *Ibidem*, fl. 188.

⁴ A.H.M.C.V., *Sessões da Camara*, anno de 1836, fl. 75.

Em S. Tiago, os enterramentos na Igreja paroquial mantêm-se até Janeiro de 1836, quando os falecidos nesta paróquia passam a ser enterrados, ora na Igreja de S. Tiago, ora no *Semiterio do Pangaio*⁵. A partir de Julho de 1837, o terreno do Pangaio passa ser designado por *cemitério desta Villa* e todas as inumações são já aí realizadas.

A situação foi ligeiramente diferente na Paróquia de Sta. Maria da Devesa. Em finais de 1836, os finados desta paróquia começam a ser enterrados, ora na Igreja Paroquial, ora no Pangaio. A partir do início de 1837, no entanto, terminam os enterramentos na Igreja Paroquial e o Pangaio – já cemitério público – passa a acolher todas as inumações.

Podemos então concluir que, tal como sucedeu em Portalegre, o cemitério público de Castelo de Vide terá sido inaugurado algures no início de 1837, menos de um ano e meio depois do decreto de Rodrigo da Fonseca Magalhães, que criava oficialmente os cemitérios públicos. Trata-se, pois, de um dos cemitérios públicos portugueses com data mais antiga de criação⁶. Porém, não só este cemitério já não existe, como não foi logo concebido como cemitério *moderno* (como se verá a seguir).

O facto de entre 1836 e 1837 as inumações se terem repartido entre o Pangaio e as igrejas paroquiais ter-se-á devido à circunstância do referido decreto de 1835 também ter proibido os enterramentos das igrejas. Enquanto não se concluía o cemitério, o Pangaio seria uma boa alternativa para se cumprir esta parte do decreto, já que a população sabia que o dito terreno se viria a tornar brevemente no cemitério público da vila. No entanto, alguns ainda preferiam contrariar a lei, inumando nas igrejas paroquiais enquanto o Cemitério do Pangaio não fosse oficialmente inaugurado.

Nesta época, algumas obras foram sendo realizadas no Pangaio, de modo a torná-lo mais consentâneo com o modelo português dos cemitérios públicos. Em 29 de Abril de 1837, o Vigário Mor da Vila compareceu na Câmara Municipal, dando conta da *necessidade desta Camara mandar limpar o terreno do Pangaio, que serve de Cemitério Geral desta Villa, pois se achava indecentissimo pelas muitas ervas que têm crescido, e tão bem mostrava a necessidade da Camara dirigir segunda representação ao Governo de S. Magestade para conceder para Cemitério Geral o terreno do mesmo Pangaio, para então ser arranjado d'alvenaria, por quanto nenhuma forma tem de cemitério, e por isso mitlissimo o povo fala do máo estado do mesmo. Deliberou-se que por trabalhadores fosse logo limpo o dito terreno, cuja despeza por mandado fosse paga pelas Rendas do Concelho; e que oficialmente se pedisse ao Ex.mo Deputado em Cortes Custódio Rebello de Carvalho a continuação de promover o despacho da representação que a Camara dirigio ao Governo de S. Magestade na dacta de 29 de Setembro último pedindo para Cemitério Geral o terreno do Pangaio, e o contíguo Convento para os fins expostos na mesma representação*⁷.

Como se pode verificar, o cemitério ainda não estava plenamente oficializado, para além de em nada se parecer com uma moderna necrópole. Por outro lado, o terreno não pertencia sequer ao município, mas à Fazenda Nacional, e a Câmara aspirava também a poder servir-se da igreja do extinto Convento de S. Francisco como capela mortuária. Por estes motivos, em 24 de Maio de 1837 fazem-se novas diligências: o *Prezidente leo o Officio dactado de 17 do corrente, a vinte recebido, do Ex.mo Deputado em Cortes Custódio Rebello de Carvalho, em resposta a hum outro dactado de 13 dito, que o mesmo Prezidente leo na Sessão deste dia, e lhe enviou em nome d'esta Camara sobre a representação que a mesma dirigiu ao Governo de S. M. a Rainha na dacta de 29 de*

⁵ Com excepção de uma inumação no claustro do Convento (de S. Francisco?) A.D.P.O., Fundo Paroquial, S. Tiago (Castelo de Vide): *Óbitos*, 1824-1850, fls. 50v e 51.

⁶ Apesar de no Alentejo estas datas também serem, em geral, mais antigas do que em grande parte do país. Ou seja, este dado teria mais valor se a povoação em causa se situasse bem mais a norte, onde a resistência social seria muito mais forte.

⁷ A.H.M.C.V., *Sessões da Camara, anno de 1837*, fls. 34v. e 35.

Setembro último, pedindo para Cemitério o terreno do Pangaio, e o Convento; e como por aquella resposta o Ex.^{mo} diz que esta Camara lhe deve remeter quanto antes, huma representação dirigida ao Congresso a pedir o dito terreno para o Cemitério, e o edificio do Convento, na qual será bom declarar a avalliação de hum e outro Predio e o seu estado; se delibrou que assim se cumprisse⁸.

Curiosamente, parece-nos que a Câmara Municipal não terá feito entretanto qualquer obra no cemitério, para além da limpeza do terreno. Em 14 de Julho de 1838, deliberou-se que se começasse com a obra do Cemitério, para cujo fim se mandarão vir os materiaes necessarios⁹. De facto, o principal problema devia ser monetário: no Mapa da Receita e Despeza da Camara de Castello de Vide para 1837-38, existe a seguinte observação: o resto que sobra é applicado para alguma obra de maior necessidade, não podendo a Câmara por falta de meios, concluir a obra do Cemitério Público¹⁰.

Na mesma linha de problemas, o cemitério público nem sequer guarda tinha. Foi necessário que o Administrador do Concelho oficiasse a Câmara, requisitando a nomeação de um guarda, de acordo com o regimento de saúde de 3 de Janeiro de 1837. Ficou para se tomar na devida consideração¹¹. As obras do cemitério prolongaram-se bastante. Nos mapas da Receita e Despeza Geral para os anos de 1840-1846, surgem as seguintes verbas (para o ano de 1840):

- Pelo que se despendeu com o acabamento da obra do Cemitério Geral do Concelho (mandado n.º 28): 78\$990
- Pelo que se despendeu com o conserto do telhado da Igreja do extinto convento, que servia de capela do Cemitério (mandado n.º 29): 50\$225¹²

Através da Carta de Lei de 15 de Setembro de 1841, é oficialmente concedido á Câmara Municipal de Castello de Vide o terreno onde já estava o cemitério público, bem como a Igreja de S. Francisco, para que esta servisse de capela mortuária, facto que já sucedia. O Auto de Posse da Igreja do extinto Convento de S. Francisco e terreno denominado o Pangaio onde se acha estabelecido o cemitério Geral foi feito em 21 de Outubro de 1841 e a despesa com este acto foi de 1\$200¹³.

Situação em 1855

Mesmo já existindo um cemitério público em Castello de Vide, procuramos saber que efeitos terá tido a epidemia de *cholera morbus* de 1855 na sua história. Assim, em 25 de Agosto de 1855, compareceram na Câmara Municipal os juizes eleitos das freguesias, com os quais a Câmara combinou quanto convinha nas actuaes circunstancias em que nos achamos de sermos atacados pelo terrível flagello da *cholera morbus*, que tivessem em muita attenção a execução das medidas d'asseio, esforçandose quanto lhe fosse possível para que os habitantes d'este Município cumprissem fielmente as deliberações da Câmara a semelhante respeito¹⁴. Em 18 de Outubro de 1855, numa vereação extraordinária, o Administrador do Concelho dá conta de que o Delegado de Saúde do Distrito lhe tinha participado haverem alguns casos de *Corula Morbus* em Portalegre. Assim, era

⁸ A.H.M.C.V., Sessões da Camara, anno de 1837, fl. 42.

⁹ A.H.M.C.V., Actas, 1838, fl. 37v.

¹⁰ A.H.M.C.V., Mapa da Receita e Despeza da Camara de Castello de Vide em o anno economico de 1837-38.

¹¹ A.H.M.C.V., Actas, 1839, fl. 28v.

¹² A.H.M.C.V., Receita e Despeza Geral. Concelho de Castello de Vide anno de 1840-1846, fl. 24.

¹³ A.H.M.C.V., Receita e Despeza Geral. Concelho de Castello de Vide anno de 1840-1846, fl. 51, mandado n.º 20 e IDEM, Auto de posse (doc. avulso), de 21 de Outubro de 1841.

¹⁴ A.H.M.C.V., Livro das Actas da Camara de Castello de Vide desde Janeiro de 1855 athe Junho de 1857, fl. 17v.

conveniente adoptar-se medidas para que os habitantes desta vila não fossem a Portalegre e vice-versa, especialmente os condutores de cereais. O Administrador do Concelho propôs as seguintes medidas, que foram genericamente aprovadas: fechar as portas da vila, à excepção da de Aramenha, S. João e Nova da Fonte da Vila. Estas ficariam abertas durante o dia mas com guardas, que examinaríam as pessoas. Decidiu-se também transferir o local de venda dos cereais vindos do termo de Marvão para o Pouro¹⁵.

O que acabamos de descrever foi tudo o que encontramos sobre a epidemia de 1855 em Castelo de Vide. Aparentemente, não terá causado grandes efeitos na vila, consequentemente na história do cemitério.

O desmantelamento do Cemitério do Pangaio

No edifício do antigo Convento de S. Francisco, mesmo encostado ao Cemitério do Pangaio, tinha sido criado, em 1863, o Asilo de Nossa Senhora da Esperança. Este *asilo* para cegos, que terá sido a primeira instituição do género criada em Portugal, foi fundado a expensas de João Diogo Juzarte Sequeira Sameiro, dotando-o este, em testamento, com a grande soma de 99.000\$000¹⁶. Esta instituição ainda hoje funciona com o mesmo fim [fig. 1].

A razão da criação de tal Asilo estaria certamente ligada ao facto de alguns membros da família terem tido graves problemas de visão. Apesar de criado em 1863, os estatutos deste asilo só foram aprovados em 1866 e as actas da Direcção foram sendo registadas apenas a partir de 1871.

Pela feliz circunstância de termos encontrado um documento, redigido em 1869 pelo então Director do Asilo, José Godinho Juzarte de Sequeira e Sameiro, sabemos que este foi um aceso defensor do desmantelamento do vizinho Cemitério do Pangaio. Neste documento encontramos rascunhos de cartas que se destinavam a duas entidades superiores, as quais pensamos terem sido, respectivamente, o Governo Civil de Portalegre e a Câmara Municipal de Castelo de Vide. O conteúdo das cartas são bastante esclarecedores sobre o estado em que se encontrava então o cemitério [fig. 2]. Pelo seu grande interesse, optamos por transcrever inteiramente os dois rascunhos¹⁷.

«Ex.mo. Snr.

Convencido de que presto um bom serviço aos habitantes da villa de Castello de Vide em geral, e particularmente aos pobres cegos e servos que residem no Asylo de N. Sra. da Esperança, estabelecimento de piedade fundado e dotado por meu falecido irmão João Diogo Juzarte Sequeira Sameiro, levo ao conhecimento de V. Ex.^a o deplorável estado e péssimas condições em que existe o cemitério público da mesma villa; em vista da exposição fiel d'esse estado e condições, convenço-me de V. Ex.^a proverá de prompto remédio esta necessidade pública, fazendo cumprir a lei, única providência a adoptar; e bastante para que sessem os abusos, e se removam os perigos a que a má localização do actual cemitério expõem continuamente todo este povo.

Contra lei está o cemitério desta villa, colocado dentro da povoação. Esta populosa villa, que em si conta cerca de mil quatrocentos fogos, está cingida por grossas muralhas, que em eras antigas a deffendião, e hoje a apertão, agglomerando a habitação de mais de seis mil almas dentro d'um pequeno círculo. O cemitério colocado do lado do nascente, na parte inferior da encosta do monte sobre que a villa é edificada, em linha paralela à parte baixa da villa e muito inferior à sua parte alta, com quaise todos os

¹⁵ IDEM, *Ibidem*, fl. 24.

¹⁶ *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide. Orphalinato femenino. Noticia historica*, p. 6.

¹⁷ A.F.N.S.E., Documento avulso contendo rascunhos de cartas efectuados por José Godinho Juzarte de Sequeira e Sameiro.

ventos lhe transmite os miasmas mephiticos exalados pela putrefacção dos cadaveres, e nesses miasmas vai envolto o germen de mil padecimentos, a causa dos quaes parece ignota.

A ária deste cemitério é, quando muito, a metade da necessaria para dar lugar ao enterramento dos cadaveres, que annualmente nelle se depositam. É o obituário desta villa / termo médio tomado nos últimos cinco annos / de cento sessenta e cinco finamentos, que multiplicados por cinco annos, conforme a lei, dá a totalidade de 825 sepulturas necessarias no estado normal. Além deste numero é necessario prevenir a eventualidade duma epidemia e a necessidade de terreno para se vender a particulares, que quizerem erigir jazigos privativos, ou de propriedade sua, e para tudo isto não será demasiado um terço mais do que o ordinariamente preciso; mas o actual cemitério não tem campo para mais de 400 sepulturas, logo que estas sejam abertas com as dimensões marcadas na lei; e por isso acontece muitas vezes que abrindo-se sepulturas, que apenas têm trinta meses de enterramento nellas apareçam cadaveres simi-corrumpidos, o que é tanto mais natural, quanto é certo que, sendo este cemitério collocado num Rebelim da antiga fortificação, o sub-solo da qual é todo rocha, sobre ella deverá apenas haver uma desigual camada de terra movediça, já cansada pelo trabalho contínuo de mais de trinta annos. Eis aqui o motivo das contínuas e fortissimas exalações, que infectando a maior parte do anno os contornos do cemitério, vão depois cahir sobre a restante povoação, ameaçando constantemente o perigo d'uma epidemia, da qual talvez, só a tenha livrado a benignidade do clima e o ar puro da Serra.

A falta de policia é proverbial neste cemitério, e por isso elle se conserva constantemente no estado da mais repugnante indecência. Não repetirei os escândalos que ali se têm dado; unicamente direi que não estão os cadaveres isentos de serem expoliados da sua mortalha pelos malvados, e de serem desenterrados, e devorados os seus membros pelos cães — factos recentes o comprovão!

A falta de um fiscal deixa ali tudo ao arbitrio do enterrador: as consequências são óbvias. Ali não há um lugar deputado para nelle se depositarem os despojos dos cadaveres, e por isso em todas as partes os vemos dessiminados, e cada passo calcados por quem os devia respeitar, se por ventura aqui se respeitassem os mortos.

Na ultima visita feita a este Concelho pelo antecessor de V. Ex.^a, o Ex.^{mo} Basílio Cabral, observou e avaliou elle devidamente parte destes males, e por isso querendo, como lhe cumpria, fazer observar a lei, chamou os Parochos, Facultativos e pessoas mais salientes desta villa, e na presença de todos fez sentir à Camara as tristes consequências d'alguns dos males, que deixo relatados, e bem assim a necessidade absoluta de se guardar e respeitar a lei; em vista da qual não podia, por forma alguma consentir em que este pequeno recinto continuasse a servir de cemitério, já pela sua localização, já pela sua pequenez. As reflexões feitas por S. Ex.^a compenetraram os circunstantes sobre a necessidade instante de remoção do cemitério e muitos delles emitiram a sua opinião sobre este negocio, e não foi tida em pouca conta de todos os habitantes a de um homem que pugnando pelo bem estar desta villa em geral, particularmente defendia interesses de um estabelecimento de piedade, que tanta consideração deve merecer a todos nós.

A Camara, bem convencida daquella necessidade, prometeu a S. benemérito Magistrado, que com tão grande deferência e para urbanidade, a chamava ao cumprimento do seu dever — que sem demora trataria da transferência do cemitério para lugar apropriado, no qual se dessem todos os requisitos da lei. São porém passados dois annos e até agora se não tratou de tal, mas parece nem ao menos haver semelhante intenção.

Eis aqui a razão porque tomo a deliberação de levar este negocio ao conhecimento de V. Ex.^a, e pedir-lhe as necessarias providências pela lei e pela grei.

Deus guarde a V. Ex.^a mt.^o At., Castello de Vide, 25 de Janeiro de 1869.

José Godinho Juzarte de Sequeira e Sameiros

«Ex.mo Snr.

Somente depois de haver empregado, posto que inutilmente, os meios conducentes para resolver a Camara deste Municipio a tomar a iniciativa sobre a remoção do cemitério para lugar conveniente, é que tomo a resolução de levar perante V. Ex.^a a representação junta. A circumstancia de se achar o Asylo, mais do que todo o resto da villa, exposto a sofrer os maus effeitos que resultam da localização do cemitério, obriga-me a por em pratica todos os recursos legais para conseguir o meu filho predilecto [livre] de tam perigosa vizinhança. Assim o farei e por tanto imploro a protecção de V. Ex.^a.

De V. Ex.^a Att. Ven. e S. M.^o Obrig.^d,

Castello de Vide, 25 de Janeiro de 1869.»

[fig. 3 (José Godinho Juzarte de Sequeira e Sameiro)]

Pela leitura destes dois rascunhos, podemos perceber que desde, pelo menos, o início da década de 60 haviam vozes a clamar à Câmara Municipal de Castelo de Vide pela mudança do local do cemitério. Este facto poderá estar ligado sobretudo à instalação do asilo no convento contíguo ao cemitério que, como muitos existentes nessa época, apesar de ser público e oficialmente seguir uma legislação moderna, nada tinha de moderno. Deveria ser um terreno mal cuidado, provavelmente sem qualquer monumento, e com más condições de higiene.

Por outro lado, julgamos que o então Director do asilo tenha sido um aceso defensor do desmantelamento do Cemitério do Pangaio também para que este terreno e a igreja anexa viessem a ser posteriormente cedidos ao asilo, como veio a suceder. Quando a Câmara Municipal de Castelo de Vide decidiu construir um novo cemitério, como se verá, logo a Direcção do Asilo se mostrou interessada em ficar com o terreno do Pangaio, já que lhe convinha perfeitamente para uma horta, destino que - curiosamente - hoje esse terreno ainda possui. Nesta planta de pormenor [fig. 4] pode ver-se o terreno do Pangaio (A) e o convento (B). A entrada para o cemitério era feita pela Rua do Loureiro, onde foram posteriormente colocadas edificações (C).

O Cemitério dos Remédios

Na sequência das várias pressões exercidas, em especial por parte da Direcção do Asilo, a Câmara Municipal de Castelo de Vide teve de ceder e iniciar o processo de construção de uma nova necrópole municipal, que viria a dar origem ao actual Cemitério dos Remédios.

Assim, em Setembro de 1882 (e por proposta do Presidente da Câmara Municipal de então), deliberou-se que, do produto das taxas de concessão de terrenos para jazigo no cemitério público do Pangaio, se conservasse no cofre a parte líquida (deduzida a da viação), para constituir um fundo. Isto, de forma a ser futuramente aplicado na compra de terrenos para o novo cemitério, *quando mais tarde tenha de ser mudado do local em que está*¹⁸. Parece evidente que o Executivo Municipal ainda julgava poder esperar-se mais alguns anos até que o novo cemitério fosse efectivamente concluído.

A questão da despesa com o novo cemitério era importante e logo a Câmara Municipal entendeu que parte da verba deveria vir do cemitério então em serviço. Assim, pensou-se também em vender o terreno do Pangaio, já que não seria mais necessário ao município. No entanto, seria necessária uma autorização do Governo, já que este terreno tinha sido cedido pela Fazenda Nacional com um fim específico. Em Dezembro de 1882, o

¹⁸ A.H.M.C.V., *Actas*, L.^o 28, 1882 a 1888, 6 de Setembro 1882, fl. 9.

Deputado Augusto Maria da Fonseca Coutinho pede à Câmara Municipal de Castelo de Vide uma exposição escrita por parte do médico do Partido Municipal, em que mostrasse claramente *as necessidades da transferência do actual cemitério para um outro local*, para que o projecto de lei que este deputado iria apresentar na sessão legislativa seguinte, sobre a questão da concessão ou venda do então cemitério (e igreja que lhe servia de capela mortuária), pudesse ser mais facilmente aprovado¹⁹.

Em Maio de 1883, recebeu-se um ofício da Direcção do Asilo em que esta pretendia ver feita uma representação ao Governo para que o terreno onde estava o Cemitério do Pangaio e a Igreja de S. Francisco (cedidos por Carta de Lei de 15 de Setembro de 1841 à Câmara Municipal de Castelo de Vide), logo que deixassem de servir para o fim a que foram concedidos fossem dados ao Asilo. Este obrigava-se a fazer um donativo à Câmara, donativo este que só poderia servir para ajudar nas obras de construção do novo cemitério²⁰. A Câmara aprovou a proposta na generalidade, mas ainda seria necessário acertar pormenores.

Na sessão de 25 de Julho de 1883, foi lido um ofício do Governador Civil que, tendo conhecimento da inspecção sanitária feita no cemitério à sua ordem, comunicava à Câmara que este não tinha a capacidade necessária para o volume de enterramentos, nem sequer ficava afastado da população. Ora, como as condições de higiene em geral não estavam reunidas, ele ordenava a proibição de mais enterramentos no Cemitério do Pangaio, fosse qual fosse o pretexto²¹. O ofício referia também que a Câmara devia escolher o terreno para o novo cemitério quanto antes, comprando-o se não pertencesse ainda ao Município e benzendo-o de imediato, para que logo se começasse ali a enterrar, enquanto decorressem as obras. Perante a posição do Governador Civil e após reunião com o Administrador do Concelho, a Câmara Municipal resolveu que se enterrassem os cadáveres *no Cemitério Privativo dos Padres deitando-se maior porção de cal nas sepulturas, e que se desinfectasse o Cemitério Geral, procedendo-se a regas*, conforme as instruções do Delegado de Saúde. Iriam comunicar a situação ao Governador Civil, referindo-se na acta que viria de Portalegre pessoal técnico para levantar a planta do novo cemitério (embora não seja ainda referido um terreno escolhido).

Foi ainda na mesma sessão chamado o guarda do cemitério, ao qual lhe deram as seguintes instruções: que provisoriamente sepultasse os maiores no Cemitério dos Padres e os anjinhos *na arruada em frente do cruzeiro que está no meio, deitando maior porção de cal nas sepulturas e batendo as mesmas por camadas*.

Foi marcada uma sessão extraordinária, em que se procedesse à escolha do terreno para o novo cemitério. No entanto, esta foi adiada porque o Administrador do Concelho ainda não tinha chegado de Portalegre²². Finalmente, em 29 de Julho de 1883, é feita essa sessão.

Estando presente o facultativo do partido municipal e o Administrador do Concelho, foi por este último dito que o terreno que servia para *cemiterio dos padres* estava dentro do cemitério geral (no Pangaio) e que, por isso, o Governador Civil lhe tinha dado instruções para também aqui proibir os enterramentos²³. No entanto, o Administrador havia convencido o Governador das medidas tomadas para desinfecção do cemitério e também realçou o facto da secção para os padres não ser revolvida frequentemente. O Governador Civil concordou então com a solução provisória, mas colocou a responsabilidade no Administrador, incumbindo-o de fazer tudo para que fosse rapidamente escolhido terreno para um cemitério provisório, enquanto não se escolhesse o

¹⁹ IDEM, *Ibidem*, 27 de Dezembro de 1882, fls. 28-28v.

²⁰ IDEM, *Ibidem*, 9 de Maio de 1883, fl. 51. O ofício foi registado com o n.º 19.

²¹ IDEM, *Ibidem*, 25 de Julho de 1883, fls. 67-68v.

²² IDEM, *Ibidem*, 27 de Julho de 1883, fls. 68v. e 69.

²³ IDEM, *Ibidem*, 29 de Julho de 1883, fls. 69-71.

local para o novo cemitério. O Administrador sugeriu então o Largo do Pouro, até porque era terreno municipal.

Porém, o facultativo foi contra a criação de um cemitério provisório que não fosse ficar já no local do definitivo, até porque a Câmara não detinha nenhum terreno apropriado para esse fim e teria de estar a comprar um terreno que serviria por pouco tempo. Assim, sugeriu que fosse logo ali escolhido o local definitivo e que neste se marcasse posteriormente uma porção de terreno, apenas para suprir as necessidades de inumações, enquanto se ia tratando da sua compra e das obras de construção. A Câmara concordou e o Administrador acabou também por aceitar a ideia.

Faltava apenas escolher o terreno definitivo, o qual o facultativo já tinha em mente, pois que andara há algum tempo atrás a fazer uma prospecção para esse fim. Assim, ele entendia que fosse escolhido o terreno situado *na zona compreendida entre a Senhora da Victoria, azinhaga da Vidella e a Calçada do Bom Jesus*.

A Câmara conformou-se com esta indicação. No entanto, o seu Presidente referiu que o Município não tinha meios, nem sequer para o muramento provisório de um novo local que servisse de cemitério, já que nada estava orçamentado para tal fim. Propunha, então, que se levantasse do fundo da viação (por empréstimo) a quantia que fosse necessária, visto a urgência da situação, dinheiro que teria de entrar novamente assim que a Câmara Municipal tivesse os meios para a construção definitiva do novo cemitério.

Na mesma sessão refere-se um officio da Direcção do Asilo de Nossa Senhora da Esperança (de 2 de Maio), onde esta se propunha a ficar com o terreno do Pangaio e a Igreja de S. Francisco, mediante uma retribuição monetária à Câmara Municipal, que esta última julgava muito fraca (não é referido o valor proposto). Sendo assim, a Câmara propõe antes 1.000\$000 de indemnização pela concessão destes prédios, em equidade com o que foi adquirido no mesmo local pela Venerável Ordem Terceira da Penitência e pela Congregação dos Escravos do SS.mo Coração de Jesus (ambos de Castelo de Vide).

No dia 4 de Agosto, o Governador Civil veio a Castelo de Vide, juntamente com o Delegado de Saúde, para na zona escolhida ser marcado o terreno conveniente²⁴. Acompanharam-nos elementos da Câmara. Foram à zona indicada e não encontraram aí terreno apropriado. Foram então ver outros terrenos e encontraram um que lhes agradou: *nas vinhas de António Pedro Marchão, Joaquim Maria Pedrico e João Pedro Gordo Sênior situados entre as azinhagas da Cozinha de cima e a debaixo*. Este era bem exposto e profundo, tendo-se logo marcado o terreno preciso. Nessa altura, a Câmara lembrou ao Governador Civil que não possuía recursos para fazer já o muro neste terreno, nem mesmo um muro provisório. Foi sugerido o que tinha sido lembrado sobre o empréstimo levantado do fundo da viação, ao que o Governador Civil concordou.

Curiosamente, após esta escolha e alguns dias mais tarde o Administrador do Concelho propôs perante a Câmara que se afastasse o terreno escolhido uns 15 a 20 metros *da estrada pública denominada da Porta de Santa Catharina ao Valle do Sever*. A Câmara Municipal não aceitou: esta nova alteração só iria complicar mais o processo e trazer encargos financeiros adicionais²⁵.

Entretanto, em finais de Setembro e através do officio n.º 7 da Direcção do Asilo de cegos, a Câmara tomou conhecimento de que esta pretendia realmente o terreno do Pangaio e a Igreja, mas nada referia em relação aos 1.000\$000 propostos pelo Município para indemnização²⁶. Optou-se então por tratar deste assunto directamente com a Direcção do Asilo, tentando convencer esta a pagar a quantia proposta, já que seria também de seu interesse.

Convém lembrar de que os bens cedidos pela Fazenda Pública, como foi o caso do Pangaio e da Igreja de S. Francisco, reverteriam automaticamente para a Fazenda Pública

²⁴ IDEM, *Ibidem*, 8 de Agosto de 1883, fls. 74v. e 75.

²⁵ IDEM, *Ibidem*.

²⁶ IDEM, *Ibidem*, 29 de Setembro de 1883, fl. 78.

se posteriormente lhes fosse dado um fim diferente do da concessão. No entanto, como se passavam já 43 anos, a Câmara entendia que era tempo suficiente para prescrever essa cláusula, desde que o produto da sua alienação fosse aplicado num fim idêntico - a construção do novo cemitério.

Como a Direcção do Asilo acabaria por concordar com a quantia de 1.000\$000 para indemnização, é pedida (no início de 1884) a competente autorização à Junta Geral do Distrito para efectuar a transação²⁷. Em Abril desse ano, é referido um acórdão da Comissão Executiva que concedia autorização à Câmara Municipal para alienar o terreno do Cemitério do Pangaio e a igreja anexa de S. Francisco, revertendo o produto para a edificação de um novo cemitério²⁸.

Porém, na mesma sessão foi presente uma representação (assinada pelos párocos e outros cidadãos de Castelo de Vide) pedindo à Câmara que não fosse estabelecido o novo cemitério no sítio da Cosinheira. Indicavam, como alternativa mais adequada para aquele fim, o terreno por trás da Igreja da Sra. dos Remédios.

Entretanto, 3 semanas depois, o Administrador do Concelho alerta a Câmara para a necessidade começar rapidamente com as obras do novo cemitério, declinando responsabilidades pelo atraso²⁹. O Administrador sugere ainda que se fizesse o cemitério provisório junto à Igreja da Sra. dos Remédios. Deprendemos que este parecer tinha em conta a representação do povo de Castelo de Vide, mas que nem ele nem a Câmara Municipal pretendiam desistir da ideia de estabelecer depois o cemitério definitivo no sítio da Cosinheira. Desse modo, na sessão de 28 de Abril, resolve-se pedir à Paróquia de Sta. Maria a cedência da Igreja dos Remédios e do terreno que a cercava, para se fazer o cemitério provisório. Na mesma sessão decide-se tratar com o Deputado do Círculo a renovação da proposta feita e juntando-lhe mais duas: a da autorização de venda do Pangaio e da Igreja anexa ao Asilo e também a da autorização do levantamento de fundos dos capitais da Câmara.

Na sessão de 21 de Julho de 1884 foram lidos dois ofícios (do Governador Civil e do Administrador do Concelho) lembrando a necessidade de mudar rapidamente o cemitério³⁰. A própria Comissão de Sanidade tinha feito ver à Câmara a mesma necessidade, bem como o cirurgião do Partido Municipal (Dr. Serrano), que tinha alertado para o mesmo, pouco tempo antes³¹. Em face de tanta exigência, o Presidente achou que se devia começar imediatamente com o processo, escolhendo definitivamente o local para o cemitério provisório, que ele propunha ser atrás da Igreja da Sra. dos Remédios³². O Administrador do Concelho achava este terreno apropriado, mas argumentava: se lá fosse feito o cemitério provisório, que ficasse também lá o definitivo. A proposta encontrou alguma resistência, uma vez que já tinha sido escolhido o terreno para o cemitério definitivo, na Cosinheira. Foram então visitar os dois terrenos, juntamente com um mestre alvanel, para que fosse feito um orçamento e ponderado o factor económico.

Três dias depois, foram apresentados os orçamentos para as duas hipóteses³³. Enquanto colocar provisoriamente o cemitério na Cosinheira custava 300\$000, colocá-lo por detrás da Sra. dos Remédios custava 100\$000.

João Severiano Carrilho Belo, Eduardo de Almeida Freixedas e o Presidente (Carvalho Sequeira) optaram então pela segunda opção, já que a Câmara não tinha muito dinheiro. Por outro lado, foi também lembrado que a população preferia até que o

²⁷ IDEM, *Ibidem*, fls. 114v. e 115.

²⁸ IDEM, *Ibidem*, 7 de Abril de 1884, fl. 117v.

²⁹ IDEM, *Ibidem*, 28 de Abril de 1884, fls. 120 e 120v.

³⁰ IDEM, *Ibidem*, 21 de Julho de 1884, fls. 125 e 125v.

³¹ IDEM, *Ibidem*, 7 de Julho de 1884, fl. 124v.

³² IDEM, *Ibidem*, 21 de Julho de 1884, fls. 125 e 125v.

³³ IDEM, *Ibidem*, 24 de Julho de 1884, fls. 126v. e 127.

cemitério ali ficasse definitivamente. Esta opção acabou por ser aprovada, mas não sem algumas objecções:

Manuel Braz Rolo assinou vencido, porque achava que não era a Câmara que devia escolher o terreno, mas pessoal técnico qualificado: os facultativos do Município, o Delegado de Saúde, o Governador Civil, o Engenheiro do Distrito e o Administrador do Concelho. Por outro lado, a Câmara até já tinha sido dada uma planta para o futuro cemitério e a ele, que apesar de estar a viver em Castelo de Vide há apenas 12 anos, constava-lhe que os terrenos da Sra. dos Remédios eram muito barrentos e que logo a seguir *davam em pedra*. Ele argumentava também que dali vinham as águas para a nascente da Mealhada.

O vereador António José Repenicado, curiosamente, achava que nenhum dos dois terrenos reunia as condições precisas. O Sr. Murta votou claramente contra, porque o terreno da Sra. dos Remédios não tinha sido vistoriado, enquanto que o da Cosinheira tinha sido e aprovado.

Passados poucos dias, o Sr. Murta apresentou uma representação com várias assinaturas, pedindo à Câmara que reconsiderasse a escolha do terreno da Sra. dos Remédios, escolha essa que passava por cima das deliberações superiores³⁴. O Presidente da Câmara lembrou de que também tinha havido uma representação anterior no sentido contrário, pelo que esta não poderia ter mais peso. No entanto, e apenas face aos receios por parte de alguma população da contaminação da água da Fonte da Mealhada, o Presidente era de parecer que fosse chamado o pessoal técnico. O Sr. Murta afirmou que apenas se preocupava com o facto de ser pessoal habilitado a escolher o terreno certo. Convidando o Sr. António José Repenicado a manifestar a preferência por uma das duas hipóteses (já que ele não era a favor de nenhum dos dois terrenos), este acabou por escolher o da Sra. dos Remédios, apenas persuadido pela questão económica.

Tendo sido o terreno atrás da Sra. dos Remédios posteriormente vistoriado por pessoal técnico, incluindo-se as fontes da Mealhada e do Regalô, concluiu-se que não havia perigo e que o mais importante era começar rapidamente com o cemitério³⁵. Para isso, propôs-se levantar um empréstimo de 1.000\$000, a ser amortizado com os rendimentos gerais do Município, em especial com os do próprio cemitério, tendo em conta os 1.000\$000 acordados com o Asilo de Nossa Senhora da Esperança para a alienação do Pangaio e Igreja anexa, que esperavam vir a ser aprovados em Cortes. Na mesma sessão foi aprovado pelos vereadores o empréstimo, ficando este a 10 anos e não excedendo o juro de 8%. Iriam então pedir a autorização competente da Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito.

Entretanto, as pressões para o início das obras e rápida mudança do cemitério continuavam, desta vez por parte do Dr. Serrano e do Delegado de Saúde do Concelho³⁶.

Em 16 de Janeiro de 1885, tratou-se de pedir autorização para que a Câmara levantasse um empréstimo de 2.000\$000, em inscrições, de forma a poder começar as obras do novo cemitério *com toda a brevidade*³⁷. Por este dado se percebe que o processo continuava atrasado. É curioso notar que o empréstimo fosse já o dobro do que tinha ficado decidido meses antes.

Três dias depois, a convite do Presidente da Câmara (Carvalho Sequeira), foi incumbido o Sr. Murta de se entender com a Direcção do Asilo para ser feita uma representação, pedindo autorização para a Câmara lhes trespassar o cemitério mediante 1.000\$000³⁸. O texto desta representação foi apresentado à Câmara e aprovado em 9 de Fevereiro de 1885, tendo sido deliberado que esta fosse dirigida a um dos Deputados em

³⁴ IDEM, *Ibidem*, 28 de Julho de 1884, fls. 127v. e 128.

³⁵ IDEM, *Ibidem*, 21 de Agosto de 1884, fls. 129 e 130.

³⁶ IDEM, *Ibidem*, 22 de Setembro de 1884, fl. 133v.

³⁷ IDEM, *Ibidem*, 16 de Janeiro de 1885, fls. 141 e 141v.

³⁸ IDEM, *Ibidem*, 19 de Janeiro de 1885, fl. 142.

Cortes, pedindo-lhe a sua influência, e que se oficiasse aos outros Deputados do Círculo, fazendo-lhes igual pedido³⁹. A autorização viria a ser dada 5 meses depois⁴⁰.

Em 23 de Fevereiro é recebida a autorização para que a Câmara levantasse o empréstimo de 2.000\$000, em inscrições de assentamento da Junta de Crédito Público. Na mesma sessão resolvem agradecer à Comissão Executiva pela autorização dada à expropriação dos terrenos para o novo cemitério e que pertenciam a: Gregório Ferreira, Francisco Pires Marchão, José António Mouzinho Leote e Junta de Paróquia de Sta. Maria da Devesa⁴¹.

Nesta época, o fantasma da cólera ainda pairava. Em Abril de 1885 existe mesmo uma referência em acta da vereação, alertando para maiores cuidados de higiene no concelho, porque haviam notícias de *cholera morbus* em Espanha⁴². É precisamente nesta época que se iniciam as obras nos terrenos atrás da Senhora dos Remédios. Veja-se uma planta actual de Castelo de Vide, onde foram assinalados o local do cemitério antigo (A) e o cemitério actual (B) [fig. 5].

Em Maio desse ano o Presidente da Câmara contactou com os proprietários José António Mouzinho Leote, David Martins Moreira, Francisco Pires Marchão e Junta de Paróquia de Sta. Maria da Devesa (de Castelo de Vide) para trata da expropriação dos terrenos *em que se anda construindo o novo cemitério*. A Câmara aprovou os preços e o seu Presidente lavrou os autos, tendo estes sido assinados por ele e pelos expropriados⁴³.

Parece-nos que as obras andavam já a bom ritmo, até porque novas notícias de *cholera morbus* em Espanha, em Julho desse mesmo ano, desta vez mais perto da vila, faziam preocupar os membros da Câmara, quando na vila as condições de higiene ainda deixavam muito a desejar. Falaram-se mesmo em algumas medidas⁴⁴. Na sessão de 3 de Agosto desse ano o Presidente deu conta do andamento das obras do novo cemitério, tendo sido deliberado mandar vir de Estremoz o portal de mármore para o mesmo [fig. 5A]⁴⁵.

Por esta altura, a Câmara Municipal, a pedido do Asilo de Cegos, concede-lhes gratuitamente a faixa de terreno *que conduz ao portão do cemitério na Rua dos Loureiros, e que, da parede do quintal que dá entrada para a capella do Coração de Jesus mede 5 metros para a dita Rua dos Loureiros, a fim da Direcção poder melhorar as condições dos azilados alargando as accomodações do edificio, segundo plano que têm em projecto*. Na mesma sessão, ficou o Presidente autorizado a comprar um portão de ferro para o novo cemitério⁴⁶.

Pela análise da receita e despesa do ano de 1885⁴⁷, podemos perceber que a Câmara Municipal de Castelo de Vide beneficiou do produto da venda de 4.150\$000 em inscrições de assentamento do Crédito Público (autorizada por acórdão da Comissão Executiva de 28 de Janeiro de 1885), para ser aplicada na construção do novo cemitério, bem como do produto da venda de 1.909\$000 em inscrições de assentamento do Crédito Público (autorizada por acórdão da Comissão Executiva de 10 de Agosto de 1885) para ser aplicada em medidas sanitárias no concelho, dada a ameaça de cólera⁴⁸.

³⁹ IDEM, *Ibidem*, 9 de Fevereiro de 1885, fl. 143.

⁴⁰ Em 27 de Julho de 1885 é recebido um telegrama do Deputado Carlos Roma do Bocage apontando nesse sentido. A.H.M.C.V., *Actas*, L.º 28, 1882 a 1888, fl. 152. A Câmara Municipal resolve posteriormente agradecer aos deputados pelo empenhamento na aprovação desta lei. IDEM, *Ibidem*, 17 de Agosto de 1885, fl. 155.

⁴¹ IDEM, *Ibidem*, 23 de Fevereiro de 1885, fls. 143v. e 144.

⁴² IDEM, *Ibidem*, sessão de 20 de Abril de 1885.

⁴³ IDEM, *Ibidem*, 11 de Maio de 1885, fls. 146v. e 147.

⁴⁴ IDEM, *Ibidem*, 24 de Julho de 1885, fls. 150 e 150v.

⁴⁵ IDEM, *Ibidem*, 3 de Agosto de 1885, fl. 153.

⁴⁶ IDEM, *Ibidem*, fl. 158.

⁴⁷ A.H.M.C.V., *Conta de 1885 (receita e despesa)*, verbas de receita extraordinária na conta do ano de 1885.

⁴⁸ Desta verba, foram gastos 1.900\$000, em despesas de desinfecção da vila, contra a *invasão de Cholera*, incluindo também inscrições vendidas para este fim. A.H.M.C.V., *Actas*, L.º 28, 1882 a 1888, 7 de Janeiro de 1886. Sessão referente à apresentação das contas do ano anterior.

Como verba de despesa (constante de um orçamento suplementar), encontramos 2.735\$500 referentes às obras do novo cemitério. Encontramos também 12\$000 concernentes à despesa ordinária de conservação e asseio da capela (Igreja de S. Francisco) e do cemitério público (do Pangaio) que, apesar de estar condenado desde há alguns anos, continuava a absorver dinheiro para manutenção⁴⁹.

Mais concretamente, com as obras no novo cemitério foram gastos (na expropriação, terraplanagem, obras *de arte*, administração, fiscalização e despesas feitas com a venda de inscrições para o seu produto ser aplicado na obra): 2.940\$000⁵⁰.

Em Janeiro de 1886, a Câmara Municipal propõe-se convidar João Augusto de Vellez para formular um projecto de regulamento do novo cemitério⁵¹. Este projecto foi apresentado para discussão 4 meses depois⁵².

Em Março de 1886⁵³, é referida a compra de árvores para o cemitério e em 17 de Maio, estando quase terminadas as obras do cemitério, refere-se a necessidade de preparar a benção, que teria de ser *decente e modesta*⁵⁴. Esta ocorreu no dia 5 de Junho⁵⁵. A primeira pessoa sepultada no novo cemitério, logo após a inauguração, foi Águeda Maria, que tinha sido viúva de Domingos António Beliz⁵⁶.

Dois dias depois, é aprovado o regulamento, que custou à Câmara 9\$000⁵⁷. Na mesma ocasião decide-se officiar ao Asilo que este já devia pagar os 1.000\$000, para acorrer às despesas que a Câmara Municipal fez e esperava fazer ainda na obra do cemitério⁵⁸. De facto, a situação financeira da Câmara era difícil e em 21 de Junho de 1886 refere-se na acta da vereação que, para a conclusão do cemitério, eram necessários mais 700\$000. A Câmara propôs-se então a levantar um empréstimo, contraído com uma qualquer companhia ou particular, não sendo o juro superior a 8%, até 10 anos, servindo de caução o rendimento do mesmo cemitério e até dos bens municipais⁵⁹. Em 5 de Julho desse ano é dada autorização por parte da Comissão Executiva para a realização desse empréstimo. No entanto, a Câmara iria apenas levantar 600\$000, já que na mesma sessão vendeu um terreno para jazigo perpétuo e, sendo assim, não era necessário todo o valor do empréstimo⁶⁰.

Este detalhe é mais importante do que possa parecer. A venda de jazigos perpétuos foi uma das formas mais frequentes das câmaras municipais e juntas de paróquia conseguirem dinheiro para financiar as grandes despesas com os cemitérios. Veja-se o já relatado caso de Portalegre. Recordemo-nos também de que a primeira referência às taxas para a venda de jazigos perpétuos no Cemitério de Castelo de Vide é de Setembro de 1882, ainda referente ao Cemitério do Pangaio, e dá-se precisamente na mesma acta em que se decide fazer *mais tarde* um novo cemitério com menção clara de se pretender utilizar, para

⁴⁹ Como tinha sucedido, por exemplo, em finais de 1882, quando se deliberou fazer arranjos no Cemitério do Pangaio, numa altura em que já se pensava em vender o dito terreno. A.H.M.C.V., *Actas*, L.º 28, 1882 a 1888, 29 de Novembro de 1882, fl. 20v.

⁵⁰ A.H.M.C.V., *Actas*, L.º 28, 1882 a 1888, 7 de Janeiro de 1886.

⁵¹ A.H.M.C.V., *Actas*, L.º 28, 1882 a 1888, 25 de Janeiro de 1886, fl. 166.

⁵² A.H.M.C.V., *Actas*, L.º 28, 1882 a 1888, 10 de Maio de 1886, fl. 175.

⁵³ A.H.M.C.V., *Actas*, L.º 28, 1882 a 1888, 22 de Março de 1886, fl. 170.

⁵⁴ A.H.M.C.V., *Actas*, L.º 28, 1882 a 1888, 17 de Maio de 1886, fl. 176.

⁵⁵ A.H.M.C.V., *Actas*, L.º 28, 1882 a 1888, 7 de Junho de 1886, fl. 176v.

⁵⁶ A.H.M.C.V., *Caderno das Taxas dos Covatos pelos enterramentos feitos no novo Cemitério da Camara Municipal de Castello de Vide*, 5 de Junho.

⁵⁷ A.H.M.C.V., *Actas*, L.º 28, 1882 a 1888, 7 de Junho de 1886, fl. 176v. e IDEM, *Balancetes* (1886).

⁵⁸ A.H.M.C.V., *Balancetes* (1886). Com a construção do cemitério foram, por exemplo, gastos no primeiro semestre de 1886: em Janeiro - 127\$230; em Fevereiro - 186\$610; em Março - 72\$929; em Abril - 96\$660; em Maio - 116\$160; em Junho - 105\$395. Em 9 de Agosto de 1886 dão finalmente entrada os 1.000\$000 devidos pelo Asilo (de acordo com o artigo 1º da Lei de 29 de Julho de 1885). A.H.M.C.V., *Actas*, L.º 28, 1882 a 1888, 23 de Agosto de 1886, fl. 186v.

⁵⁹ A.H.M.C.V., *Actas*, L.º 28, 1882 a 1888, 21 de Junho de 1886, fl. 178.

⁶⁰ IDEM, *Ibidem*, 5 de Julho de 1886, fl. 182v. e IDEM, *Ibidem*, 20 de Setembro de 1886, fl. 189v.

financiar a construção do novo cemitério, o dinheiro que fosse sendo conseguido pelas vendas⁶¹. Curiosamente, passados dois meses foram feitas - na mesma sessão - duas concessões de terreno para jazigo perpétuo (de família): a Rita Fortunata Farinha Belo e seu sobrinho António Luciano Farinha Pereira (e irmãos) por 33\$490 e uma outra feita a Ramiro César Murta, por 9\$480⁶². Note-se, no entanto, que não sabemos desde quando eram concedidos terrenos para jazigos particulares no Cemitério do Pangaio⁶³. Sendo assim, não podemos afirmar que o regulamento relativo a esta questão tenha sido alterado justamente na época em que a Câmara Municipal de Castelo de Vide antevia a grande necessidade de dinheiro para um novo cemitério. Mas é uma hipótese com algum sentido.

De uma forma ou de outra, no ano de 1886 a venda de jazigos perpétuos era já um dado adquirido, não só em Castelo de Vide (no anterior cemitério) como em todos os grandes cemitérios nacionais. Por isso, não julgamos que a primeira venda nos terrenos do novo cemitério tenha sido especialmente provocada pela necessidade de dinheiro, mas tenha sido, sim, um acontecimento natural, na sequência do que vinha já de trás.

No entanto, é possível que, em relação a este aspecto, o novo cemitério (provavelmente mais bem construído) tivesse alterado um pouco a situação. Como se verá, várias famílias que compraram terrenos no Cemitério dos Remédios já possuíam terrenos no Cemitério do Pangaio. No entanto, e salvo (pelo menos) duas excepções, o Pangaio não deveria possuir, à data de abertura do novo cemitério, monumentos funerários de relevo.

Ora, a tendência geral no Portugal dessa época era a de cada vez mais pessoas desejarem construir jazigos de família e em Castelo de Vide notou-se também isso. É claro que o fluxo destas construções em Castelo de Vide poderia ter sido anterior à construção do novo cemitério se tivesse sido criado um precedente suficientemente forte que desse origem a um efeito mimético, como no caso de Portalegre. Mas isso não sucedeu. Aliás, é possível que o hiato de 50 anos entre a benção do cemitério e as primeiras compras regulares de jazigos (a fiarmo-nos na data de 1882 para esse facto) tenha sido também muito favorecido pelas péssimas condições do cemitério durante décadas, desmotivando os eventuais compradores.

Após 1882, a baixa percentagem de jazigos efectivamente construídos no cemitério antigo para o total de terrenos aí comprados poderá derivar do facto dos castelovidenses saberem já que o Cemitério do Pangaio estava condenado a breve prazo. Assim, talvez tenham preferido construir de raiz no novo cemitério. No entanto, mesmo após se saber que o Pangaio iria ser desmantelado, algumas pessoas foram procurando alindar as sepulturas dos seus: em 19 de Setembro de 1883, a Câmara Municipal concedeu permissão para ser colocada uma grade de ferro na sepultura de uma tal Carolina⁶⁴. Um mês depois, a mesma Câmara concedeu licença à viúva de Arsénio Maria Calado, de Castelo de Vide, para mandar colocar uma lápide de pedra sobre a sepultura do mesmo, ficando porém sem nenhum direito ao terreno que a lápide ocupar (presume-se que ela não tinha feito compra perpétua)⁶⁵.

Mas rematemos a conturbada história da construção do cemitério. Em 4 de Outubro de 1886, o Director das Obras Públicas do Distrito manifestou à Câmara a opinião de que os muros do novo cemitério estavam instáveis demais para sustentar a posterior abertura de terras. Optou-se por colocar contrafortes e boa alvenaria, reforçando os alicerces (aumentando a despesa). Outras pequenas obras de manutenção se terão seguido.

⁶¹ IDEM, *Ibidem*, 6 de Setembro 1882, fl. 9.

⁶² IDEM, *Ibidem*, 8 de Novembro de 1882, fl. 17.

⁶³ Não foram consultados todos os livros de actas da Câmara nas datas entre a construção do Cemitério do Pangaio e as primeiras diligências para a construção do novo cemitério, pelo que é provável que outros dados possam surgir no futuro sobre este assunto.

⁶⁴ A.H.M.C.V., *Actas*, L.º 28, 1882 a 1888, 19 de Setembro de 1883.

⁶⁵ IDEM, *Ibidem*, 17 de Outubro de 1883.

Os monumentos funerários oitocentistas

Quando o novo cemitério abriu, os terrenos para sepulturas perpétuas começaram a ser vendidos, a 10\$000 o m². No entanto, apesar de ter sido inaugurado em 5 de Junho de 1886, o primeiro livro que regista os jazigos perpétuos é apenas de 1892, porque se foram registando as compras em folhas avulsas (provavelmente desaparecidas). Este facto, aliado à circunstância de existir paralelamente um cemitério antigo (que só lentamente foi sendo desmantelado) e a uma falta de rigor no registo dos enterramentos (por vezes confundidos com datas de trasladação), bem como a ausência de datação nas informações avulsas colocadas nos registos dos jazigos, tornam difícil a tarefa de discriminar correctamente a história de cada jazigo. Tanto mais que estes nem sequer estão numerados no cemitério, facto que nos dificultou a atribuição de números a todos eles, para que pudéssemos saber mais informações através dos respectivos registos de jazigos. Para alguns jazigos, apenas sabemos a data de compra no novo cemitério e pouco mais. Não pudemos determinar se o monumento veio do cemitério antigo, ou sequer saber a data de morte dos restos mortais trasladados. Por outro lado, muitos cadáveres *circulavam* de jazigo para jazigo com grande facilidade demonstrando, não só os estreitos laços familiares que uniam uma povoação de certo modo pequena, como a situação de transição de cerca de 10 anos que durou entre a abertura do novo cemitério e o desmantelamento do antigo. Ainda assim, apresentamos seguidamente uma relação dos monumentos que merecem menção.

O monumento dos instituidores do Asilo de Nossa Senhora da Esperança

Como o cemitério antigo tinha sido encerrado, era necessário desocupar o terreno. Como afirmamos, foi progressiva a trasladação de ossadas e respectivos jazigos do Cemitério do Pangaio para o novo Cemitério dos Remédios, como era frequente em casos semelhantes⁶⁶. Talvez por algum desleixo, já que o terreno era mesmo junto ao edifício do Asilo, o jazigo dos instituidores do Asilo de Cegos continuava no Cemitério do Pangaio 10 anos após a abertura do novo cemitério. A Câmara Municipal de Castelo de Vide teve de dar um prazo para que a Direcção do Asilo se decidisse a exumar definitivamente as ossadas. Assim, a Direcção (que era ainda presidida por José Godinho Juzarte Sequeira Sameiro) optou por transferir o jazigo da sua família, não para o cemitério novo, mas para dentro da igreja anexa ao Asilo.

Em 1896, fizeram-se algumas obras na igreja, que deveria estar já algo arruinada, com tantos anos de serviço como capela mortuária do velho Cemitério do Pangaio. Colocaram-se degraus de cantaria regularizados no altar-mor, substitui-se o soalho e fizeram-se adaptações no altar lateral, que iria receber a *urna que se projecta mandar construir*⁶⁷. A data da trasladação foi apontada para 20 de Julho de 1896, aniversário de falecimento do instituidor. Seriam trasladados os restos mortais do casal dos instituidores (João Diogo Juzarte de Sequeira Sameiro e Helena Isabel de Barros Castel-Branco Juzarte de Sequeira Sameiro) e de mais 3 irmãos deste (curiosamente, tinham morrido cegos), que estavam *sepultados no cemitério que brevemente será transformado em quintal do Asylo, pois que lhe fica proximo*⁶⁸. No entanto, aproveitando a ocasião, a Direcção opta por trasladar também os restos mortais do pai do instituidor (e também do então Director) *que jazia sòb cama raza no quintal do antigo edificio do hospital, na Rua de Sto. Amaro*⁶⁹.

⁶⁶ Veja-se, por exemplo, o que sucedeu com a transferência do velho para o novo cemitério da Póvoa de Varzim.

⁶⁷ A.F.N.S.E., Livro de Actas n.º 4 (1892 a 1906), fls. 67v. e 68.

⁶⁸ IDEM, *Ibidem*, fl. 170v.

⁶⁹ IDEM, *Ibidem*.

As cerimónias tiveram grande pompa, a qual não vamos aqui aprofundar. Felizmente que foram feitas bastantes fotografias dos vários passos do evento, até mesmo dos próprios restos mortais, tendo sido lavrado auto de encerramento da urna.

Nesta fotografia da trasladação [fig. 6], da autoria de Arnaldo Fonseca, pode ver-se a multidão que acorreu ao evento e, ao fundo, o portal do antigo cemitério (hoje é o local de um armazém)⁷⁰.

Para realizar a urna que se pode ainda hoje ver na Igreja de S. Francisco [fig. 7], foi chamado o canteiro estabelecido em Portalegre Augusto Désirat. O ajuste do monumento contemplou a entrega ao canteiro das 3 placas tumulares de mármore que cobriam as sepulturas dos instituidores e irmãos, no cemitério velho, de forma a ser abatido o preço da urna a realizar. Possuímos imagem de uma dessas placas tumulares, através de uma fotografia antiga, aquando da exumação [fig. 8]. Como se pode verificar, esta placa incluía a pedra de armas da família. À cabeceira da sepultura vemos restos de uma provável construção do tipo mausoléu, parecendo-nos tratar-se de tijolo burro e reboco.

Curiosamente, não encontramos referência à hipotética compra do terreno no Cemitério do Pangaio para a construção do jazigo dos instituidores do Asilo. Terá sido esta concessão anterior a 1882 (data em que – aparentemente – começaram as vendas de jazigos perpétuos para este cemitério)?

Ao contrário do que seria provável, Augusto Désirat não reaproveitou a pedra de armas em mármore da placa tumular para a colocar na nova urna. Depreende-se que tenha reutilizado esta e as outras 2 placas para a construção de outros monumentos.

Em relação ao monumento em si, foi utilizado um curioso mármore rosa, embora com partes de mármore branco e também cinzento [fig. 9]. A obra está muito bem acabada, e isso nota-se também porque o monumento não sofreu as intempéries que sofreram durante décadas os seus congéneres no cemitério. Terá demorado cerca de mês e meio a construir e custou⁷¹:

Urn completa	120\$000
Pedra para a base	4\$080
Legenda (398 letras a 40 réis cada)	15\$920

⁷⁰ Estamos gratos à Sra. D. Guilhermina, da Fundação Nossa Senhora da Esperança, sem a qual iria ser quase impossível chegar ao conhecimento destas fotografias.

⁷¹ A.F.N.S.E., *Asilo de Nossa Sra. da Esperança. Mappa Geral da Despeza do Asilo, Agosto de 1896*, conta n.º 38, de 31 de Julho de 1896.

Monumentos relevantes no Cemitério de Castelo de Vide

O cemitério dos Remédios baseia-se numa planta rectangular [fig. 9B], dividida em 4 secções. Nota-se, claramente uma disposição urbanística semelhante à divisão superior do Cemitério de Portalegre (então já bastante bem preenchida de monumentos), nomeadamente pela colocação das principais construções à esquerda do portal de entrada.

Primeiramente, iremos dar maior relevo aos seus monumentos mais antigos, que pertenceram precisamente a ilustres de Castelo de Vide.

Aquele que será talvez o mais antigo monumento do cemitério é um mausoléu (cujo número desconhecemos) construído por Sérgio Augusto de Barros, na Rua do Ferragial de Cima n.º 18, em Lisboa [fig. 10 (CV12)]. Esta firma terá terminado ainda na década de 80 (foi posteriormente dirigida pela respectiva viúva). Depreende-se, pois, que este monumento tenha sido transferido do velho Cemitério do Pangaio. Aliás, em 8 de Novembro de 1882, foi feita uma concessão de terreno para jazigo perpétuo a Rita Fortunata Farinha Belo e seu sobrinho António Luciano Farinha Pereira e irmãos, por 33\$490¹. Deve ser mais ou menos dessa época o assentamento do monumento no Cemitério do Pangaio. Da família que construiu o monumento – António Luciano Farinha Pereira e seu sobrinho Virgílio da Cunha Pereira – apenas sabemos que esteve ligada a cargos da Câmara Municipal de Castelo de Vide. António Luciano Farinha Pereira foi amanuense da Câmara Municipal durante vários anos². Um seu familiar, António Carlos Farinha Pereira, também teve cargos na Câmara Municipal (na década de 80, pelo menos).

No monumento, que foi estrategicamente colocado junto à entrada do cemitério, há a notar o relevo representando uma casa, um monumento em forma de coluna quebrada e uma árvore [fig. 10A]. Não pudemos apurar a razão desta associação simbólica.

Outro dos mais antigos monumentos é a capela n.º 1, erigida em memória de José de Almeida Sarzedas [fig. 11 (CV19)]. Foi construída por André Domingos Gonçalves, na Rua Saraiva de Carvalho, em Lisboa. O terreno foi comprado em 5 de Julho de 1886: Augusto César da Rosa participava à Câmara que a sua tia Maria José da Rosa Almeida pretendia construir no novo cemitério um jazigo de família, *aproveitando n'elle a porção de terreno que comprou no antigo Cemitério e em que se acha o jazigo de seu marido José d'Almeida Sarzedas, cujos restos mortaes deseja mudar para a Capella que mandou construir em Lisboa e para cuja collocação necessita da respectiva licença*. A Câmara aprova e faz o desconto do terreno antigo, conforme o regulamento, tendo sido pagos 83\$325³. O preço foi deduzido de 37\$125, que foi o que *em tempos pagou por terrenos que possuía no cemitério velho para jazigo do seu marido José de Almeida Sarzedas*⁴. O monumento é, pois, de 1886, sendo talvez o mais antigo a ter sido propositadamente construído para o cemitério novo.

José de Almeida Sarzedas (n. 3 de Fevereiro de 1818 – f. 22 de Maio de 1878), foi um dos maiores beneméritos de Castelo de Vide e homem muito influente de então. Nasceu em Castelo de Vide, filho de Miguel de Almeida Sarzedas e Maria da Encarnação Almeida, também naturais desta vila. Não foi só o trabalho árduo de José de Almeida Sarzedas que aumentou a sua fortuna. Favoreceu-lhe o próprio casamento com Maria José da Rosa Almeida, que pertencia a uma das famílias mais prestigiadas de Portalegre (filha do Capitão de Ordenanças Álvaro José da Rosa, um grande lavrador da região). José de Almeida Sarzedas não teve grande instrução, mas percorreu todo o país (e mesmo Espanha), dedicando-se ao comércio. Começou desde muito pequeno a andar por várias feiras. A princípio, tinha como grande objectivo amealhar uma fortuna que garantisse a subsistência da sua filha (teve uma outra, que morreu logo ao nascer). Mas esta filha viria a

¹ A.H.M.C.V., Actas, L.º 28, 1882 a 1888, fl. 17.

² A.H.M.C.V., Folhas dos vencimentos para 1875-76.

³ A.H.M.C.V., Actas, L.º 28, 1882 a 1888, fl. 182v.

⁴ A.M.C.V., Cemitério Municipal de Castelo de Vide. Registo de Títulos de Propriedades de Jazigos, livro 1 (1892 – 1905), fls. 2 e 3.

falecer apenas com 14 anos, no que deve ter marcado este homem. O próprio povo de Castelo de Vide não entendia *para que trabalha[va] tanto este homem, sem ter herdeiros*⁵.

José de Almeida Sarzedas e a sua mulher foram os fundadores remotos do Asilo da Infância Desvalida de Castelo de Vide. Já em vida deste, o casal não escondia essa vontade, talvez muito pelo facto de terem perdido as duas filhas. Mas foi Maria José da Rosa Almeida (n. 1815 – f. 27 de Junho de 1887), que materializou a vontade do marido já falecido⁶, através de um testamento em que deixou toda a sua fortuna, de cerca de 150.000\$000⁷, para a criação deste asilo. O processo de criação da instituição foi conduzido por um testamenteiro e o edifício definitivo veio a ser inaugurado em 1894, com grande pompa.

O jazigo-capela do casal marca a posição abastada que possuíam. A arquitectura é tipicamente lisboeta, incluindo o ferro fundido do portão e do gradeamento [fig. 11A]. Chamam a atenção as três estátuas alegóricas (Fé – ao centro, Esperança e Caridade) que rematam a capela, numa escala que as torna um pouco "pesadas" para o tipo de monumento em causa.

Curiosamente, os restos mortais de José de Almeida Sarzedas terão sido trazidos do Cemitério do Pangaio apenas em 22 de Maio de 1894⁸.

Uma outra capela que merece especial atenção é a n.º 4 [fig. 12 (CV16)], de João José Le Cocq e Maria Leonor Le Cocq. Foi construída por André Domingos Gonçalves, com mármore da Cerca de Sto. António, em Estremoz. No interior, um pequeno altar ostenta os símbolos da paixão em relevo [fig. 12A]. O terreno foi comprado em 3 de Outubro de 1892, por 60\$500, tendo sido deduzidos de 79\$494, pelo terreno que a família já possuía no cemitério velho⁹. O registo de títulos de propriedades de jazigos do Cemitério de Castelo de Vide refere que João José Le Cocq e Maria Leonor Le Cocq deram entrada no cemitério em 23 de Dezembro de 1891¹⁰. Porém, esta data é anterior à compra do terreno. Será, antes, a data de morte? Terão os cadáveres estado em sepultura temporária, ou tratar-se-á de um erro? O primeiro falecimento registado após a compra foi de Luís Victor Le Cocq, falecido em Lisboa em 10 de Setembro de 1892 e aqui sepultado dois dias depois.

João José Le Cocq foi um dos personagens mais importantes de Castelo de Vide no século XIX. A sua capela, das mais interessante do cemitério e colocada em posição estratégica, isso também atesta. Este homem veio de França para dirigir a Oficina Régia Litográfica, quando esta foi criada, em 1824¹¹. Fixou-se em Lisboa. No início da década de 40, arrematou uma porção de terras, que anteriormente pertenciam a uma senhora de Castelo de Vide (e que as tinha legado à coroa, com a obrigação de se não fazerem soldados na vila). Estas terras foram vendidas ao desbarato, pois eram muito más para a agricultura: declives cheios de rochas e moitas, com espinheiros, silvas e poucas árvores¹². João José Le Cocq derribou as terras e construiu uma formosa casa. Também lá construiu uma capela, uma vez que era um homem religioso, generoso, hospitaleiro e modesto¹³. Em 1851, esta propriedade, chamada a *Granja do Prado*, tinha 3.500 varas de comprimento e 480 de largura. Lá se fazia um vinho do tipo champanhe, que se chamava o *Vinho do Prado* e que foi considerado o primeiro champanhe português. Com o seu labor incansável e saber, João José Le Cocq transforma as terras naquela que viria a ser a exploração

⁵ *Asilo do Espírito Santo de Castello de Vide. Orphalinato femenino. Noticia historica*, pp. 9 e 10.

⁶ IDEM, *Ibidem*. Como apêndice a esta obra estão transcritos os mais importantes extractos dos testamentos de Maria José da Rosa e José de Almeida Sarzedas.

⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 6.

⁸ A.M.C.V., *Cemitério Municipal de Castelo de Vide. Registo de Títulos de Propriedades de Jazigos*, L.º 1 (1892-1905), fl. 3.

⁹ A.M.C.V., *Cemitério Municipal de Castelo de Vide. Registo de Títulos de Propriedades...* L.º 1, fl. 8.

¹⁰ A.M.C.V., *Cemitério Municipal de Castelo de Vide. Registo de Títulos de Propriedades...* L.º 1, fl. 9.

¹¹ *Terra Alta – Antologia de Castelo de Vide*, p. 186.

¹² LARANJO, J. F. – *Descrição do Prado – Granja em Castelo de Vide*, pp. 20-23.

¹³ *Terra Alta – Antologia de Castelo de Vide*, pp. 73-87.

agrícola mais famosa da região nessa época (ao ponto de ter mesmo sido visitada por D. Pedro V, que lhe concedeu a Comenda de Cristo pelo seu trabalho, elogiando-o veementemente). Em Castelo de Vide existe o Albergue dos Inválidos do Trabalho Agrícola, que levou o seu nome.

Atente-se, agora, numa cruz em granito, que é o jazigo n.º 23 [fig. 13 (CV4)]. Dada a estranheza tipológica do monumento, ainda para mais em granito, procuramos perceber as razões da sua existência no cemitério. Apuramos que o jazigo foi construído para albergar os restos mortais do Dr. Manuel Carrilho de Matos, Abade do Castelo de Neiva e seus herdeiros. Este abade instituiu a Colegiada do Espírito Santo, outrora localizada em frente à Igreja de S. Francisco (no Largo da Devesa) e onde foi posteriormente colocado o Asilo do Espírito Santo, a instituição para a infância desvalida do casal Almeida Sarzedas. Como a Igreja do Espírito Santo iria ser demolida, a Câmara Municipal de Castelo de Vide deliberou, em 22 de Dezembro de 1893, construir um jazigo no Cemitério Público. Este jazigo veio também a servir para albergar outros restos mortais, existentes na Capela de Nossa Senhora da Conceição (Agostinho Cabral, por exemplo). A cruz de granito hoje existente no jazigo era, pois, a que rematava a fachada da Igreja do Espírito Santo.

Outras capelas relevantes neste cemitério são:

- a do Comandante Casal Ribeiro [fig. 14 (CV10)], tipicamente de Lisboa. Porém, os ornatos da orla do portão são fora do comum, nomeadamente os dois fachos invertidos, que habitualmente se colocam em outro local da fachada.
- a de Filipe António Mimoso, construída por André Domingos Gonçalves, na Cerca de Sto. António, em Estremoz [fig. 15 (CV17)]. Existe alguma confusão nos registos, que não distinguem bem os jazigos n.º 11 e n.º 13, ambos comprados em 3 de Outubro de 1892 e referentes a esta família. Pensamos que esta capela será a n.º 13, porque a primeira morte referenciada para o jazigo n.º 11 (ainda antes da compra dos dois terrenos) é de 19 de Fevereiro de 1889, de uma menor, que viria posteriormente a ser transferida para o jazigo n.º 13 (em 17 de Janeiro de 1896), tendo o n.º 11 ficado vago¹⁴. Ora, este último jazigo foi descrito, na época, como sendo uma caixa de alvenaria rasa, com gradeamento em madeira e o n.º 13, como possuindo uma capela de mármore. Filipe António Mimoso pertenceu à Câmara Municipal de Castelo de Vide, onde foi, por exemplo, Tesoureiro¹⁵.
- a do Dr. António Mexia [fig. 16 (CV24)], cujo construtor desconhecemos e que é a mais curiosa deste grupo de três capelas.

Outras capelas podem ser também referidas, sobretudo pela importância dos seus titulares. Por exemplo, a n.º 29 [fig. 17 (CV9)], do Comendador Vicente Joaquim Bugalho, construída por Augusto Desirat (Largo de Serpa Pinto, Portalegre). Na capela existe a data de 4 de Maio de 1891, que deve ser uma data de morte¹⁶. Aliás, o terreno foi comprado em 16 de Dezembro de 1895, por Rosalina do Carmo Bugalho. O registo refere um *mausoléu de capella com 8 prateleiras e caixa subterrânea em todo o vão de capella, sem divisões*¹⁷. Em 28 de Maio de 1896 dá-se uma trasladação (de António Vicente Bugalho, Rosalina Cândida Bugalho e outros), vindos do cemitério antigo. Vicente Joaquim Bugalho veio da sepultura reservada n.º 8, em urna de mármore, a 27 de Junho de 1898.

Temos também neste cemitério duas capelas próximas, logo à direita do seu portal de entrada [fig. 18 (CV35)], cujos titulares merecem menção especial. À esquerda, a capela n.º 69, de Eduardo de Almeida Freixedas, família muito ligada à Câmara Municipal de

¹⁴ A.M.C.V., *Cemitério Municipal de Castelo de Vide. Registo de Títulos de Propriedades...* L.º 1, fl. 22.

¹⁵ A.H.M.C.V., *Livro das Actas da Camara de Castello de Vide desde Janeiro de 1855 athe Junho de 1857*, fl. 24.

¹⁶ Se se referisse à construção da capela, seria um monumento anterior à data em que sabemos da oficina de Augusto Desirat em Portalegre

¹⁷ A.M.C.V., *Cemitério Municipal de Castelo de Vide. Registo de Títulos de Propriedades...* L.º 1, fls. 57-58.

Castelo de Vide. O terreno foi comprado pelo próprio em 27 de Novembro de 1908, com uma dedução no preço, por a família ter tido jazigo no cemitério antigo desde 1880¹⁸. Com a morte do titular, em 1 de Março de 1911, foi o jazigo averbado à viúva, Vicência do Carmo Mimoso Freixedas, que em Dezembro de 1912 terá colocado o gradeamento que hoje se vê a circunscrever a capela. Uma vez que, em 1911, muitos elementos da família Freixedas foram trasladados do jazigo n.º 13, calcula-se que a capela possa ter sido construída apenas nesse ano, até porque também nessa época se dá o falecimento do titular. A viúva viria a falecer apenas em Março de 1925.

À direita, pode ver-se a capela n.º 60, erigida em memória do conhecido médico José António Serrano (n. Castelo de Vide, 1 de Outubro de 1851 - f. Lisboa, 7 de Dezembro de 1904) e construída por José Henrique dos Santos Torres (na Rua Ferreira Borges, 101-105, em Lisboa). É um monumento do início do século XX, talvez de 1906. O terreno foi, aliás, oferecido pela Câmara Municipal de Castelo de Vide em 22 de Setembro de 1905, a Laura Sales Lisboa, para que esta construísse um jazigo à memória do médico, cujos restos entraram no jazigo três dias depois¹⁹. O Dr. José António Serrano foi um conhecido professor, especializado em anatomia [fig. 19]. Proveniente de família modesta, estudou em Portalegre e depois em Lisboa (na Escola Médico-Cirúrgica), tendo concluído o curso em 1875. Primeiramente estabeleceu-se como médico em Castelo de Vide, mas acabaria por voltar a Lisboa, onde viria a ser nomeado preparador e conservador do Museu de Anatomia da Escola Médico-Cirúrgica. Foi também cirurgião no Hospital de S. José e, mais tarde, demonstrador de Anatomia da Escola Médico-Cirúrgica, tendo ascendido a lente substituto da escola, com 29 anos.

De entre os seus muitos trabalhos publicados sobre temas médicos, destaca-se o *Tratado de Osteologia - Morfologia, Filogenia e Ontogenia*, em 2 volumes. Esta obra foi laureada pela Academia Real das Ciências de Lisboa e fez com que José António Serrano tivesse recebido o prémio D. Luís I, em 1895²⁰.

Nas duas capelas atrás referidas há que notar sobretudo a iconografia existente no timpano de cada um dos frontões, sobretudo alusiva à profissão dos finados.

Continuando a dar atenção às capelas existentes neste cemitério, reportemo-nos agora a construções mais tardias, e também menos interessantes:

- a capela n.º 71, da família Baptista Mouro [fig. 20 (CV34)], construída por João B. Lopes (em Vila Viçosa). A decoração é esteticamente agradável, tendo em conta a época em que foi construída. O terreno foi adquirido por Angélica Rosa Mouro (que viria a falecer em Junho de 1924) em 17 de Maio de 1909. Calculamos que a razão da compra terá sido o falecimento de João Baptista Mouro, alguns dias antes²¹. No registo refere-se uma caixa de alvenaria com espaço para um caixão. Isto pode derivar do facto da capela ter sido construída em 1910 (ou mais tarde), ou então da capela em causa não se tratar do jazigo n.º 71²².
- a capela n.º 62, em terreno comprado por Pedro Manuel Durão a 10 de Novembro de 1905 [fig. 21 (CV25)]. Este já possuía terreno no cemitério antigo, tendo-lhe sido descontados 19\$250 por esse facto, pagando então 133\$940²³. Em 4 de Abril de 1906 dão entrada vários cadáveres (trasladados?), incluindo o de João Almeida Sarzedas²⁴. A

¹⁸ A.M.C.V., *Cemitério Municipal de Castelo de Vide. Registo de Títulos de Propriedades de Jazigos*, L.º 2, fl. 16.

¹⁹ A.M.C.V., *Cemitério Municipal de Castelo de Vide. Registo de Títulos de Propriedades...* L.º 2, fl. 6.

²⁰ VENTURA, A. - *Alguns médicos notáveis vinculados a Portalegre*.

²¹ A.M.C.V., *Cemitério Municipal de Castelo de Vide. Registo de Títulos de Propriedades...* L.º 2, fl. 18.

²² O que não seria de espantar, dado a pouca clareza dos registos.

²³ A.M.C.V., *Cemitério Municipal de Castelo de Vide. Registo de Títulos de Propriedades...* L.º 2, fl. 8.

²⁴ João de Almeida Sarzedas foi, durante muitos anos Vereador da Câmara Municipal de Castelo de Vide (em 1840, em 1855 e em 1889, por exemplo). A.H.M.C.V., *Receita e Despesa Geral. Concelho de Castello de Vide anno de 1840-1846*, fl. 30 e IDEM, *Livro das Actas da Camara de Castello de Vide desde Janeiro de 1855 até Junho de 1857*.

capela foi construída por João B. Lopes (em Vila Viçosa), talvez em 1906 ou anos seguintes. Pedro Manuel Durão faleceu em 25 de Dezembro de 1907 [fig. 21A].

- a capela de Alexandre Carvalho [fig. 22 (CV1)], provavelmente do início do século XX. A tipologia construtiva é a de Lisboa, sendo o monumento semelhante ao da figura 21 (e também, de certo modo, ao da figura 20), até no tipo de gradeamento colocado em volta da capela.
- a capela n.º 63 é já diferente das anteriores, embora também seja um exemplo pobre de estandardização da arte funerária lisboeta [fig. 23 (CV32)]. Foi erigida em memória de Manuel Braz Rolo, falecido em Março de 1897. O terreno foi, no entanto, comprado apenas em 15 de Dezembro de 1905, por Vicência do Carmo Mimoso Rolo (que viria a falecer em Março de 1912). Primeiramente, a compra destinava-se a dois jazigos (o n.º 63 e n.º 63A), que ficaram registados como um só. A família possuía já terreno no antigo cemitério, pelo que lhes foi descontado dinheiro no preço de compra. Manuel Braz Rolo era um latifundiário, que tinha vindo morar para Castelo de Vide em 1872, tendo pertencido à Câmara Municipal²⁵.
- a capela n.º 55, de Manuel da Costa Ferreira [fig. 24 (CV12)], construída por M. M. dos Vultos (Largo de Sto. Agostinho, em Portalegre). O terreno foi comprado por Maria José da Costa, em 12 de Maio de 1895. A 14 de Setembro de 1905 dá-se uma inumação, vinda do jazigo n.º 29. A capela terá sido construída em 1905 ou anos seguintes²⁶.
- a capela do Dr. João Augusto de Carvalho (f. 11 de Fevereiro de 1899), semelhante à anterior [fig. 25 (CV14)]. Foi construída por João B. Lopes (em Vila Viçosa). O terreno foi comprado em 12 de Maio de 1902, por Maria das Dores Carvalho. O cadáver do titular esteve provisoriamente no jazigo n.º 4. A capela terá sido construída por volta de 1903 ou anos seguintes.
- a capela n.º 35 [fig. 26 (CV15)], cujo terreno foi comprado em 3 de Setembro de 1896, por João Pedro da Silveira Maggesi. Com uma tipologia bastante simplificada e não muito comum, foi construída por Augusto Desirat (Largo de Serpa Pinto, em Portalegre). A primeira inumação data de 29 de Junho de 1896, dos restos de António Lúcio Maggesi, vindos do antigo cemitério²⁷. É provável que a capela seja de 1896/97 ou pouco tempo depois (a primeira inumação directamente no próprio jazigo é de 1903). Actualmente, o jazigo pertence a uma outra família.

Monumentos curiosos

Tal como no Cemitério de Portalegre, também em Castelo de Vide encontramos monumentos que apresentam especificidades regionais, quase todas comuns aos dois cemitérios. Atente-se nas cabeceiras de dois jazigos, já do início do século XX [fig. 27 (CV22)]. O da esquerda, é o n.º 80, e o terreno foi comprado em 23 de Maio de 1912, por Amélia Vidal Costa. Foi construído na oficina de J. B. Lopes²⁸. O da direita (n.º 85), é

²⁵ A.H.M.C.V., *Actas*, L.º 28, fls. 11 e 127.

²⁶ Neste jazigo encontra-se sepultado o Dr. Possidónio Mateus Laranjo Coelho, célebre jurista e historiador de Castelo de Vide.

²⁷ A.M.C.V., *Cemitério Municipal de Castelo de Vide. Registo de Títulos de Propriedades...* L.º 1, fls. 69 e 70.

²⁸ Actualmente, da família Malato Beliz, por compra em hasta pública em 1960. A.M.C.V., *Cemitério Municipal de Castelo de Vide. Registo de Títulos de Propriedades...* L.º 2, fl. 27.

bastante semelhante, mas muito posterior²⁹. Este género de cabeceira é uma das tipologias mais regionais que encontramos nos cemitérios da Serra de S. Mamede visitados.

Veja-se outro exemplo, o jazigo n.º 34 [fig. 28 (CV18)]. O terreno foi comprado em 3 de Setembro de 1896, por Cecília da Conceição Corticinho. Esta trocou o terreno com a Câmara Municipal em 11 de Novembro desse ano. Terá sido após esta data que Cecília da Conceição Corticinho mandou construir a caixa de alvenaria (que tem de fundo 2 metros), coberta com campa de mármore, sobreposta por um emblema em mármore. O emblema foi construído por J. B. Lopes (em Portalegre), talvez ainda nos últimos dois anos do século XX. A notar também a decoração com conchas nas paredes da caixa de alvenaria do jazigo (ornamentação posterior?). A primeira inumação foi de Rosa Vicência Corticinho, vinda da cova geral.

Existem várias versões deste tipo de emblema, nomeadamente com pedestal, como no caso do jazigo de Joaquim Pedro Bicho [fig. 29 (CV30 e 31)], talvez do início do século XX. Foi feito pelo construtor André Domingues Gonçalves, com oficina na Rua Saraiva de Carvalho, n.º 240, em Lisboa, com mármore da Cerca de Sto. António (Estremoz). A notar a iconografia profissional logo abaixo de uma papoila. Na mesma imagem, pode ver-se (do lado direito), uma campa rasa com estatueta, representando uma criança de joelhos numa almofada. Trata-se de uma tipologia que nos parece rara nesta região. Ao contrário, encontra-se muito no norte do país, embora em conjunto com mausoléus mais opulentos. Este monumento singelo foi erigido pelos pais do menor Alexandre José da Costa e Silva. Temos relutância em apontar uma datação aproximada.

Recordemos agora a tipologia do monte de pedras estilizado, rematado por uma cruz ou um tronco cortado, existente no Cemitério de Portalegre. Aqui se apresentam dois exemplos no Cemitério de Castelo de Vide, onde este tipo de monumento foi muito comum no início do século XX: um deles [fig. 30 (CV26)] será já da década de 30³⁰. O outro [fig. 31 (CV27)], será do início da década de 20. Esta variante, com heras e com um anjo orante ao lado da cruz, também é comum nesta região.

Quanto aos jazigos com predominância do ferro, também os temos em Castelo de Vide, à semelhança do que descrevemos para o Cemitério de Portalegre. Existem até vários tipos de cruz em ferro fundido que, por vezes, são o único elemento decorativo do jazigo. Neste caso [fig. 32 (CV20)], a cruz em ferro fundido (apoiada em sapata de granito), levou posteriormente um nicho redondo em chapa de ferro (elemento muito comum em algumas regiões do país, na viragem do século XIX para o século XX e mesmo mais tarde). Num outro caso [fig. 33 (CV21)], o ferro é preponderante, mas não domina totalmente o jazigo. Note-se que a cruz em ferro fundido deste jazigo (já do século XX), é igual à que remata a figura 43 referente ao Cemitério de Portalegre.

Em Castelo de Vide existem também outros exemplos curiosos de domínio do ferro como material de construção funerário. Veja-se um gradeamento de ferro numa sepultura de terra [fig. 34 (CV33)], o que não é muito comum. Os elementos fundidos aplicados, de simbologia fúnebre, podem ser encontrados em vários outros locais do país. Existem grades muito parecidas com esta no Cemitério de Nisa (veja-se a figura 9 deste cemitério).

Por último, uma nota para um original jazigo (embora seja já do século XX). Trata-se do mausoléu pertencente a Genoveva Amélia Manso e seu marido Joaquim Serrano Manso de Almeida [fig. 35 (CV13)]. É um tipo de monumento que não nos lembramos de ver nos cemitérios portugueses. O modelo poderá talvez ser italiano, já que existem mausoléus parecidos no Cemitério de Florença, por exemplo [fig. 36].

²⁹ O terreno foi comprado em 1914, por Manuel Marques da Fonte e constituía a sepultura reservada n.º 26. O comprador faleceu em 1940. A.M.C.V., *Cemitério Municipal de Castelo de Vide. Registo de Títulos de Propriedades...* L.º 2, fl. 36.

³⁰ Foi-nos dito no cemitério que a pessoa inumada nesse jazigo morreu contra uma árvore e daí a razão do monumento.



CAPÍTULO
V

O Cemitério de Nisa

O Cemitério de Nisa

Não fizemos pesquisa muito aprofundada sobre este cemitério, já que nos serviu basicamente como termo de comparação. No entanto, trazemos algo de novo para juntar ao que já existia sobre a história e caracterização deste cemitério.

Não apuramos quais os efeitos da epidemia de 1833-34 em Nisa. Sabemos apenas que cerca de três anos após o decreto que obrigava à criação de cemitérios públicos, a Câmara decidiu começar com as obras do novo cemitério (sessão de 28 de Abril de 1838), num terreno escolhido junto da Capela de Sta. Ana¹. Na construção dos muros terá sido utilizada pedra proveniente da demolição de um quintal anexo à Igreja do Espírito Santo, onde até aí se enterrariam os mortos de Nisa. Em seguida se apresentam as despesas que a Câmara Municipal de então foi registando para a construção desse cemitério².

25 de Julho a 2 de Setembro de 1838	a Francisco Gonçalves Gordo, para obras públicas e para o cemitério	(235\$470)
-	a Manuel José da Costa, pela obra do cemitério	18\$840
-	-	24\$560
28 de Agosto a 4 de Setembro de 1838	aos pedreiros João da Graça e Manuel da Costa, pela obra do cemitério	32\$440
-	a Joaquim António, <i>pela porta do cemitério</i>	17\$500
-	-	11\$285
-	a Manuel José da Costa Soares, pela obra do cemitério	9\$620
-	aos pedreiros na obra do cemitério e casa do açougue, e Arez	(21\$850)
-	a José Dinis Curado, na obra do cemitério	5\$705
16 de Janeiro de 1839	ao pedreiro Manuel da Costa Soares e aos seus companheiros, pela obra do cemitério	28\$840
19 de Janeiro de 1839	ao pedreiro Manuel da Costa Soares pela fêria na obra do cemitério	4\$500
24 de Janeiro de 1839	a Manuel Lourenço, por várias despesas feitas no cemitério	7\$660
5 de Abril de 1839	a José Dias Inchado, <i>por uns cancellos de ferro para o adro do cemitério</i>	17\$595

A bênção do Cemitério Público de Sta. Ana realizou-se em finais de 1838, tendo o primeiro cadáver a ser ali enterrado sido o do P.e António de Barros Castelo Branco (falecido a 21 de Janeiro de 1839)³. Curiosamente, em Janeiro de 1841, várias pessoas deviam dinheiro à Câmara Municipal de Nisa, por taxas do cemitério não pagas⁴.

O anterior cemitério, junto à Igreja do Espírito Santo, foi apenas desmantelado em 1842⁵.

O Cemitério de Sta. Ana não é o que hoje existe e dele sabemos muito pouco. Porém, uma fonte coeva descreve-o como tendo uma planta rectangular, precedendo-lhe um adro com acácias e olaias. A entrada era feita por uma pequena cancela de ferro⁶. *Em frente do portão de entrada, encostado à parede do poente, havia um altar com crucifixo; a sul dois pequenos recintos: um para sepultar os "anjinhos", e outro para "carneiro", onde se depositavam as ossadas*⁷.

¹ *Monografia de Nisa*. Por José Francisco de Figueiredo, pp. 284-286.

² Informações retiradas de A.H.M.N., *Receita e Despesa*, 1839, fl. 2 e IDEM, *Conta dos annos de 1835 a 1839*, fls. 43 a 47.

³ IDEM, *Ibidem*.

⁴ A.H.M.N., 1840, *Receita e Despesa*.

⁵ MOURA, José Diniz da Graça Motta e - *Memória Histórica da Notável Vila de Nisa*, p. 170.

⁶ Mais tarde deslocada para o adro da Capela de S. António. *Monografia de Nisa*, p. 285.

⁷ *Monografia de Nisa*, p. 285.

Talvez por se ter tornado exíguo e mesmo por ficar muito perto do núcleo populacional, a Câmara Municipal de Nisa teve necessidade de construir um novo cemitério. Em 1882, entrou em negociações com Pedro Ordaz Caldeira Valadares, proprietário do terreno escolhido, junto à tapada do *Barreiro*, numa das estradas de saída da vila [fig. 1]. O proprietário pedia 500\$000 pelo terreno. No entanto, mesmo tendo abatido posteriormente 50\$000, a Câmara Municipal apenas podia despende 198\$450. Optou-se então por um processo de expropriação (sessão de 8 de Março de 1883)⁸.

As obras de construção do novo cemitério foram muito lentas (temos de ter em conta que já existia um cemitério público na vila, apesar das eventuais carências deste). Em finais de 1888 ainda se preparava a cantaria para o portal, a qual foi assentada em Fevereiro de 1889⁹. O portão começou a ser fabricado em Fevereiro de 1889 e colocado em Agosto do mesmo ano (e não em 1888, como refere a *Monografia de Nisa*, p. 285)¹⁰. Julgamos não ser este o mesmo portão que hoje existe (estilisticamente parece ser muito mais recente, tendo sido feito pela oficina de F. C. Mota de Quadros, na Figueira da Foz).

Em 1893, as paredes do novo cemitério foram rebocadas¹¹, e a respectiva capela terá sido concluída apenas no início de 1896¹². Durante esse ano de 1896 foram sendo realizadas obras diversas¹³. Em Setembro de 1896 é recebida a provisão do Bispo de Portalegre para que fosse realizada a benção, a qual decorreu no dia 1 de Janeiro de 1897¹⁴. Nesse mesmo dia ali foi a enterrar o primeiro cadáver, de Maria Jerónima, com 64 anos, viúva e doméstica¹⁵.

Pequenas despesas com o cemitério obviamente continuaram. Em 5 de Abril de 1897, a Câmara Municipal de Nisa pagou 11\$000 ao serralheiro de Nisa Joaquim da Cruz Rovisco, por este ter feito 110 números em chapa de ferro para numerar as sepulturas¹⁶. Em 25 de Julho do ano seguinte a Câmara adquire mais 45 números do mesmo género, ao dito serralheiro¹⁷. As pessoas que teriam jazigos no cemitério anterior foram então transferindo os restos mortais para a nova necrópole. Porém, não sabemos com segurança se o Cemitério de Sta. Ana terá chegado a receber monumentos funerários. Alguns monumentos do actual cemitério parecem ser anteriores à sua abertura, podendo eventualmente terem sido transferidos do Cemitério de Sta. Ana. De qualquer forma, a confirmar-se esta hipótese, o Cemitério de Sta. Ana deveria ser pobre em construções, basicamente vocacionado para sepulturas¹⁸.

O Cemitério de Sta. Ana e a antiga capela que lá existia foram demolidos em 1909. Actualmente, este local está urbanizado, encontrando-se aí o Cine-Teatro local.

Em 1929 e 1931, o cemitério actual sofreu uma ampliação e importante reestruturação, aproximando-se mais do que hoje existe.

⁸ *Monografia de Nisa*, p. 285.

⁹ A.H.M.N., *Despeza da Camara, anno de 1888 a 1905*, fls. 13 e 15.

¹⁰ IDEM, *Ibidem*, fls. 16 e 21.

¹¹ *Monografia de Nisa*, p. 285.

¹² A.H.M.N., *Despeza da Camara, anno de 1888 a 1905*, fls. 76v. e 77. A 29 de Março de 1896 a Câmara Municipal efectua a compra de ladrilhos para a capela do cemitério.

¹³ IDEM, *Ibidem*, fls. 77 e 80. Constam duas despesas, de 13 de Abril e 14 de Junho de 1896.

¹⁴ *Monografia de Nisa*, pp. 285-286.

¹⁵ A.M.N., *Livro das Enterramentos (1897-1921)*, fl. 1.

¹⁶ A.H.M.N., *Despeza da Camara, anno de 1888 a 1905*, fl. 89.

¹⁷ IDEM, *Ibidem*, fl. 109.

¹⁸ Até porque os poucos monumentos que poderão ter sido erigidos ainda no cemitério antigo, não serão mais antigos que a década de 80 do século XIX. Isto significa que, de uma forma ou de outra, o velho Cemitério de Nisa terá estado durante 4 décadas praticamente despido de construções (o que não é situação nova, como se viu em relação a Castelo de Vide, ou mesmo Portalegre).

Monumentos relevantes no Cemitério de Nisa

O Cemitério de Nisa não é tão rico em monumentos como o de Castelo de Vide ou, claro, o de Portalegre. Para isso também terá contribuído o facto de ser muito mais tardio. Ainda assim, iremos referir alguns monumentos de interesse e outros que servirão para melhor caracterizar a arte funerária desta região.

O monumento que merece maior atenção neste cemitério é o mausoléu de José Dinis da Graça Mota e Moura (1814-1874). Pela sua tipologia, poderá ser de finais da década de 70 ou inícios da década de 80 (do século XIX). Foi construído por André Domingos Gonçalves, na Rua de S. Miguel a Sta. Isabel, n.ºs 22 a 48 (em Lisboa) e está muito bem acabado, notando-se que o mármore é de boa qualidade [fig. 2].

O titular era Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi do Conselho do Rei D. Luís, Presidente da Câmara Municipal de Nisa, Juiz de Direito substituto da Comarca e Procurador à Junta Geral de Distrito. Era filho de Severino António da Mota (que também tinha sido, entre outros cargos, Presidente da Câmara Municipal de Nisa) e de Catarina da Graça Alfange. Este homem fez muitos melhoramentos na vila enquanto Presidente da Câmara. Mas a sua maior obra foi o livro que incluímos nas Fontes e Bibliografia: *Memória Histórica da Notável Vila de Niza*, escrito entre 1853 e 1855. No seu testamento, contemplou importantes verbas para o desenvolvimento da sua terra, nomeadamente para melhoramentos nas Termas da Fadagosa e para a construção dum edifício escolar, bem como inúmeros legados pios¹⁹.

Em Nisa, outros monumentos mereceram a nossa atenção. Por exemplo, um mausoléu de cabeceira, rodeado por gradeamento com quatro pilares de mármore rematados em vaso [fig. 4]. Foi erigido em memória de João Manuel Caldeira de Moura, Bacharel em Direito, que faleceu em 16 de Março de 1873. Tipologicamente, este jazigo deverá ser de finais da década de 80, início da década de 90 (do século XIX).

Curioso o pormenor do "aperto de mãos" representado em relevo [fig. 4A]. Este elemento simbólico encontramos também no Cemitério de Castelo de Vide, no jazigo de Mateus da Cruz, construído por Augusto Desirat (eventualmente posterior). É um elemento iconográfico fúnebre aparentemente pouco comum em Portugal, mas que pudemos encontrar em alguns cemitérios do norte de Itália, como em Ferrara [fig. 5].

Outro monumento do mesmo género dos dois anteriormente referidos é o de João José Caldeira Tonilhas (f. 11 de Dezembro de 1890) [fig. 6]. Foi construído por Augusto Desirat (Largo Serpa Pinto, em Portalegre), a mando das irmãs do titular: A. B. Caldeira Tonilhas e J. A. Caldeira Tonilhas, estando datado de 30 de Novembro de 1895. Foi certamente feito aquando da exumação das ossadas de João José Caldeira Tonilhas, passados os 5 anos legais em que o corpo terá estado em sepultura.

Comparando atentamente os três últimos monumentos, podemos perceber um elemento comum evidente: os vasos de mármore que rematam os pilares de suporte do gradeamento. São também óbvias as semelhanças destes mausoléus (especialmente o 1º e o 2º) com o da família Robinson, em Portalegre.

Mas continuemos a descrever os monumentos mais interessantes deste cemitério, focando agora o mausoléu da família Dinis Sampaio [fig. 7]. Foi feito pelo construtor Augusto Desirat, em Portalegre e será provavelmente de meados da década de 90 do século XIX. António Maria Dinis Sampaio era sócio permanente do Asilo de Nossa Senhora da Conceição (de Portalegre)²⁰.

Refira-se também a capela de José da Graça Pereira Rosa [fig. 8]. Construída por Marcolino Cesário Santos (na Rua do Cais de Santarém, n.º 26, Lisboa) é em quase tudo semelhante a uma capela construída em 1893 pelo mesmo canteiro no Cemitério de

¹⁹ *Monografia de Nisa*, pp. 418-421.

²⁰ *Relatório e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição... para 1876-1877*, p. 114.

Santarém²¹. José da Graça Pereira Rosa foi a pessoa que em 1876-77 deu a maior esmola (6\$000) para o Asilo de Nossa Senhora da Conceição (de Portalegre)²².

Todos os monumentos atrás referidos poderão ter sido trazidos do cemitério antigo, porque parecem ser anteriores a 1897 (embora tenhamos muitas dúvidas no caso dos dois últimos). Atentemos agora nos monumentos que terão sido construídos de raiz no novo Cemitério.

Temos, por exemplo, dois jazigos rasos com gradeamento rematando em cruz, à cabeceira [fig. 9]. A notar as semelhanças com a figura 34 do Cemitério de Castelo de Vide. O jazigo em segundo plano foi construído em 1908 pelos discípulos do Pe. Professor José da Graça Smedo Ribeirinho (1830-1898). Este benemérito da instrução, em funções entre 1857 e 1894, era filho de Domingos Lopes Smedo Ribeirinho e Ângela Pestana, sendo natural de Monteclaro. À morte, morava na Rua da Deveza²³.

Muito semelhante às capelas estereotipadas que assinalamos para os cemitérios de Castelo de Vide e Portalegre, temos aqui o exemplo da capela de José Joaquim Caldeira [fig. 10], construída por João Baptista Lopes, em Vila Viçosa.

Em Nisa encontramos certos aspectos regionais que têm origem mais a norte, concretamente em Tomar. De facto, em Tomar surgiram muitos canteiros especializados em arte funerária no início do século XX, que foram capazes de espalhar as suas obras por um relativamente grande raio. Embora não existam casos em Portalegre e Castelo de Vide, a maior proximidade com Nisa certamente determinou esta influência. Veja-se como a capela apresentada é diferente das capelas construídas na mesma época (primeiros 20 anos do século XX) em Portalegre e Castelo de Vide [fig. 11]. Trata-se da capela de Manuel Dinis Pinto Fragoso, construída por Aparício Cardoso, em Tomar. O portão foi fundido na Fundição Tomarense [fig. 11A], que também foi um dos meios de disseminação de estéticas regionais próprias, vindas de Tomar. Contudo, os portões fúnebres saídos desta fundição sempre se mantiveram muito ligados à estética lisboeta. Veja-se, por exemplo, o portão de uma outra capela construída por Aparício Cardoso [fig. 12], também fundido na Fundição Tomarense²⁴. As semelhanças estruturais com os portões feitos em Lisboa são evidentes. Apenas alguns ornatos são específicos.

À direita da capela onde se encontra este portão situa-se a capela do Visconde de Vale da Sobreira, também construída por Aparício Cardoso. Como se pode constatar, a arte funerária de Tomar teve aqui grande influência. Neste cemitério existe também a capela do Barão do Maxial (f. 1903), mais tardia, feita pelo canteiro António da S. Souza, de Pêro Pinheiro, Lameiras.

Propositadamente, deixamos para o final duas cabeceiras bastante tardias, mas que apresentam semelhanças com os *emblemats* que constatamos serem uma especificidade da arte funerária da região de S. Mamede, abundantes nos cemitérios de Portalegre e Castelo de Vide [fig. 13]. São apenas mais alongados e com santuários envidraçados (eventualmente mais recentes). Porém, a estética é a mesma. Aliás, o pedestal do que está em primeiro plano na imagem é precisamente um monte de pedras estilizado, com heras e uma âncora, outra tipologia específica desta região.

²¹ A imagem será brevemente publicada na revista "Museu", do Círculo Dr. José de Figueiredo (Museu Nacional Soares dos Reis), no nosso artigo: *cemitérios oitocentistas portugueses, os museus da morte*.

²² *Relatório e contas do Asilo de Nossa Senhora da Conceição...* para 1876-1877, p. 114.

²³ A.M.N., *Livro dos Enterramentos* (1897-1921), fl. 16.

²⁴ Capela de Adelino Vieira Ferreira Pinto.

Nota sobre o Cemitério de Marvão

Como se referiu no início deste trabalho, por razões várias o Cemitério de Marvão acabou por não ser estudado. No entanto, para que este trabalho não ficasse incompleto pela não inclusão do Cemitério de uma sede de concelho em plena região de S. Mamede (por mais pequena que seja a povoação), optamos por colocar aqui uma imagem geral do Cemitério de Marvão [fig. 14]. Podem observar-se 3 capelas, com uma tipologia estereotipada do século XX, e pouco mais.

Sabemos que o cemitério actual (a 1,5 Km de Marvão, junto ao cruzamento da estrada para Beirã) foi implantado por volta da década de 40 do século XX. No entanto, veio substituir o cemitério público antigo, que se situava por detrás do Convento de S. Francisco (actual Lar da Misericórdia de Marvão), poucos metros após as muralhas.

Não deixa de ser curioso que os primeiros cemitérios públicos de Castelo de Vide, Nisa e Marvão fossem posteriormente substituídos por outros, mais afastados das respectivas povoações.

Canteiros que construíram monumentos nos cemitérios estudados

Neste capítulo iremos recolher algumas notas sobre os canteiros que construíram monumentos nos cemitérios da região de S. Mamede¹. Procuraremos focar sobretudo os canteiros locais, embora se deva alertar para a grande dificuldade em encontrar dados biográficos sobre estes homens, que não eram propriamente ilustres e possuíam uma visibilidade social muito limitada.

Por outro lado, a maioria dos canteiros locais representados trabalharam já no século XX, pelo que não mereceram grande atenção.

Canteiros locais

A oficina de Augusto Desirat

Augusto Desirat era natural da paróquia de Santos-o-Velho, em Lisboa, onde nasceu por volta de 1859/60². Filho de Augusto Desirat e Maria José Teixeira, terá talvez aprendido a arte de canteiro numa das muitas oficinas da capital. O seu gosto, aliás, é muito influenciado pela arte funerária lisboeta.

Veio para Portalegre em 1891, instalando-se no Largo Serpa Pinto, como atesta o anúncio que fez publicar no jornal "O Districto de Portalegre" de 7 de Outubro de 1891 [fig. 1]³. É claro que Augusto Desirat tinha acabado de chegar a Portalegre e necessitava dar-se a conhecer. O anúncio mantém-se até 14 de Outubro de 1891, data em que surge um outro tipo de anúncio, que terminaria em 21 de Maio de 1892 [fig. 2]. Este anúncio, mais extenso, já não refere que a oficina tinha aberto há pouco tempo. Antes preocupa-se em enumerar o tipo de serviço que estava disponível e as suas vantagens em relação a eventuais concorrentes.

Porque se terá Desirat estabelecido em Portalegre? As razões concretas não as conhecemos. Mas julgamos que terão sido semelhantes às que fizeram com que muitos canteiros lisboetas se tenham também estabelecido em outras regiões do país. De facto, o negócio das cantarias de mármore aplicadas à arte funerária (e mesmo ao mobiliário), teve um grande crescendo em Portugal durante o século XIX, sobretudo em Lisboa. Havendo na capital uma forte concorrência entre oficinas, muitos canteiros preferiram instalar-se em locais mais afastados, em busca de melhor negócio. Porém, os mais prudentes só o faziam quando na região de destino existissem cemitérios cujo volume de construção de monumentos fosse já bastante grande, para que houvesse um mercado assegurado.

Augusto Desirat terá sido um destes aventureiros, vindo para Portalegre com cerca de 30 anos de idade. Pelo que refere no seu 2º anúncio, é muito provável que Augusto Desirat tenha vindo para Portalegre porque sabia precisamente que existia um bom volume de construção de monumentos no cemitério da cidade (e outros dos arredores) e que, em geral, os portalegrenses procuravam os serviços dos canteiros da capital, já que na cidade não havia ninguém com essa especialidade.

Ao instalar-se em Portalegre, Desirat procurou desviar as encomendas de monumentos para Lisboa. Assim, no seu anúncio refere fazer *todas as obras por preços mais diminutos aos de Lisboa*. De facto, percorrendo o mármore do eixo Borba-Estremoz uma distância mais curta até à sua oficina, conseguiria competir no preço da matéria prima com os canteiros de Lisboa e os monumentos poderiam também ficar mais baratos a quem os pretendia.

¹ Para os canteiros de Lisboa, quase toda a informação contida neste capítulo foi retirada da nossa Tese de Mestrado *O ferro na arte funerária do Porto oitocentista*, vol. 3.

² A.R.C.P., *Livro de óbitos de 1919*, item n.º 7.

³ "O Districto de Portalegre", 8º ano, n.º 392, 7 de Outubro de 1891, p. 3.

Estabelecer-se em Portalegre tinha ainda outra vantagem: poderia estar mais perto dos potenciais clientes e convencê-los de que possuía a mesma técnica dos seus colegas de Lisboa e de que também sabia trabalhar como estes, dominando as modas construtivas em voga na capital, que os portalegrenses tanto aspiravam para poder ostentar nos túmulos a erigir no cemitério da cidade.

É muito curioso o facto de Augusto Desirat referir que se responsabilizava *por qualquer trabalho em granito*, denotando uma intenção clara em adaptar-se à cidade e região onde acabava de se estabelecer (com abundantes pedreiras de granito). Duvidamos que este canteiro alguma vez tenha trabalhado em granito, enquanto esteve em Lisboa! Apesar de tudo, o granito era um material considerado menos nobre para a arte funerária e, se Desirat fez alguma obra em granito enquanto esteve em Portalegre, estamos quase certos de que não fez nenhuma para cemitérios.

Em paralelo com o anúncio referenciado anteriormente, Augusto Desirat fez também publicar um anúncio onde refere que vendia um jazigo já pronto a assentar [fig. 3]. Este anúncio foi publicado entre 21 de Outubro de 1891 e 23 de Dezembro do mesmo ano.

Sabemos que Augusto Desirat foi casado com Maria José Desirat, de quem se terá divorciado posteriormente⁴. Eis uma assinatura de Augusto Desirat, em 1896, quando celebrou contrato com o Asilo de Nossa Senhora da Esperança, para fazer o túmulo dos seus instituidores [fig. 4].

Aquando da sua morte, provocada por hemorragia cerebral, em 10 de Janeiro de 1919, residia na Rua do Comércio, em Portalegre⁵. A sua mãe ainda era viva então, residindo em Lisboa. Não deixou descendentes menores, nem testamento, pelo que é difícil saber mais sobre este canteiro.

O jazigo onde Desirat está sepultado, o n.º 213, da secção F do Cemitério de Portalegre, pertence a Júlio Tomás Faria que também era canteiro e que supomos ter sido seu discípulo, até porque o terreno foi comprado precisamente aquando da morte de Desirat.

Júlio Tomás Faria (n. 17 de Janeiro de 1887 – f. 13 de Julho de 1950) terá continuado a oficina de Augusto Desirat, mas não sabemos se no mesmo local. Por curiosidade, apresentamos algumas obras de Júlio T. Faria, em Portalegre [fig. 5]. A imagem é esclarecedora, podendo ver-se várias capelas em linguagens revivalistas tardias. As capelas de J. T. Faria são: a do primeiro plano e a segunda e terceira viradas para a direita, a contar do centro (sendo a terceira de 1946).

Note-se que também surge em epígrafes *Júlio E. Faria*, que poderá ser irmão de Júlio Tomás Faria ou a mesma pessoa.

M. M. dos Vultos

No início do século XX, Augusto Desirat não era já o único canteiro especializado em monumentos funerários. Existia também a oficina de M. M. dos Vultos (ao Largo de Santo Agostinho). Este, no entanto, deveria ser natural de Portalegre. Aliás, talvez fosse descendente de José António dos Vultos, um mestre alvanel portalegrense (também referenciado como mestre pedreiro), que fez várias obras para a Câmara Municipal de Portalegre, em meados da década de 30 do século XIX⁶. Como então sucedia frequentemente, os filhos e netos dos mestres pedreiros continuavam a arte, embora não tenhamos documentos concretos que o provem em relação a este caso.

A actividade de M.M. dos Vultos como canteiro só é conhecida a partir do início do século XX, tendo construído alguns monumentos funerários nos cemitérios da região. Não seria tão virtuoso como Augusto Desirat.

⁴ A.R.C.P., *Livro de óbitos de 1919*, item n.º 7.

⁵ IDEM, *Ibidem*

⁶ A.D.P.O., *Contas do Concelho*, 1834-1835, fl. 31.

J. B. Lopes

Este canteiro estabelecido em Portalegre assinou alguns monumentos nos cemitérios desta região, no início do século XX. Porém, existiu na mesma época um outro canteiro em Vila Viçosa, que sistematicamente assinava João B. Lopes, e que pensamos poder ser o mesmo. Se for, tratar-se-á então de João Baptista Lopes. Curiosamente, conhecemos também epígrafes de João B. Lopes com oficina em Borba⁷. É provável que este canteiro tivesse várias oficinas e várias lavras de mármore, explicando-se as diferentes epígrafes.

Canteiros de regiões próximas

M. J. Pereira

M. J. Pereira, esteve estabelecido como canteiro, em Estremoz, desde finais do século XIX. Assinou vários monumentos em cemitérios alentejanos (Elvas, Estremoz) e mesmo um no Cemitério de Setúbal.

Carlos A. Banha

Carlos A. Banha foi um canteiro de Estremoz, cuja actividade referenciada é já do início do século XX. Assinou vários monumentos nos cemitérios de Portalegre, Estremoz e Vila Viçosa.

Aparício Cardoso

Aparício Cardoso, foi um canteiro de Tomar, cuja actividade referenciamos apenas para o início do século XX. Para além de monumentos no Cemitério de Tomar e Castelo Branco, conseguiu alargar a sua área de negócio a Nisa, com já se referiu.

Canteiros estabelecidos em Lisboa

André Domingos Gonçalves

A sua oficina em Lisboa existiu pelo menos desde 1885, situando-se na Rua Saraiva de Carvalho. Parece-nos que este homem era de Estremoz, onde terá primeiramente desenvolvido a sua actividade de canteiro de mármore e só mais tarde tivesse ido para Lisboa, para montar uma filial. De facto, a ideia era boa: em Estremoz estava o melhor mármore e em Lisboa as melhores encomendas. Assim, manteve a sua lavra em Estremoz, na Cerca de Sto. António (curiosamente, junto ao Cemitério de Estremoz) e a oficina principal em Lisboa, junto ao Cemitério dos Prazeres, a fonte de todo o negócio. Curiosamente, a secção de Estremoz também teria oficina de construção, já que alguns dos seus monumentos referem na epígrafe apenas *Cerca de Sto. António em Estremoz*.

A estratégia fabril resultou: o Catálogo da Exposição Industrial e Fabril de Lisboa, de 1888, refere-o como o maior explorador dos mármore de Estremoz, os quais aplicava especialmente em monumentos funerários dos cemitérios da capital, fazendo até exportação

⁷ Em vários monumentos existentes no Cemitério de Castelo Branco, todos do século XX.

de mármore para Espanha. Em 1889, a sua oficina da Rua Saraiva de Carvalho contava com 13 trabalhadores, 4 serras a vapor de 25 lâminas cada uma e uma locomóvel de 10cv. Este homem teve também outras oficinas em Lisboa: na Rua de S. Miguel Boa Morte, na Rua de S. Francisco de Paula n.º 14 e na Rua de S. Miguel a Sta. Isabel n.ºs 22 a 48.

Em 1890, a sua pedreira de mármore em Estremoz empregava uma máquina fixa de 4cv e uma serra mecânica. Segundo o Inquérito Industrial de 1890, era o único industrial em todo o Distrito de Évora a possuir então um maquinismo a vapor aplicado à indústria extractiva!

Compreende-se, pois, porque existem obras das suas oficinas um pouco por todo o país, sobretudo em cemitérios: desde Arcos de Valdevez ao Algarve, passando por Coimbra, Covilhã, Tomar, Santarém, Lisboa, Setúbal, Évora, Beja e, claro, Portalegre, Castelo de Vide e Nisa. Nos cemitérios da Região de S. Mamede é claramente o canteiro mais representado.

André Domingos Gonçalves fez também bastantes obras não fúnebres na vila de Castelo de Vide, nomeadamente fontes. Em 1889, André Domingos Gonçalves teve de fazer um depósito de 163\$768 à Câmara Municipal de Castelo de Vide para que em 27 de Maio desse ano lhe pudesse ter sido *adjudicada a empreitada de tubagem de ferro para encanamentos e fontes de mármore*⁸. Este valor viria a ser, obviamente restituído, depois da obra terminada. Assim, concluímos que foi André Domingos Gonçalves o autor, por exemplo, da fonte que se situa em frente à Igreja Matriz de Castelo de Vide, precisamente datada de 1889.

A sua actividade de canteiro e mesmo de construtor de obras públicas terá chegado aos finais do século XIX (pelo menos), e continuou com a gestão da sua viúva.

Sérgio Augusto de Barros

A oficina lisboeta de Sérgio Augusto de Barros foi fundada em 1862 e manteve-se sempre no mesmo local (Rua do Ferragial de Cima, 16 a 18). Este canteiro terá falecido ainda antes de 1890, já que o Inquérito Industrial de 1890 refere já a firma *Viúva de Sérgio Augusto de Barros*.

Foi uma das mais activas oficinas de mármore em Lisboa, com monumentos em vários cemitérios nacionais, para além de Lisboa: Castelo Branco, Beja, Faro ou Figueira da Foz (alguns já com a firma Viúva de Sérgio Augusto de Barros & C^ª).

Pedro Antunes dos Santos

Pedro Antunes dos Santos possuía oficina desde, pelo menos, meados da década de 80. Em 1885, a sua oficina situava-se na Rua do Crucifixo, 69 e 71. Em 1890, a mesma oficina era dirigida já pela sua viúva.

Este canteiro conseguiu construir muitas obras no Cemitério de Portalegre. Provavelmente terá sido por um processo de imitação. Muitas vezes, o facto de um canteiro construir um monumento notado num cemitério, fazia com que outros o procurassem posteriormente. Deste modo se explica porque existem cemitérios em que se nota um claro domínio de apenas um ou outro canteiro de fora da região.

Para além de monumentos para os cemitérios de Lisboa, a oficina de Pedro Antunes dos Santos construiu também para o Cemitério das Caldas da Rainha, por exemplo.

⁸ A.H.M.C.V., *Conta geral de receita e despesa da Câmara Municipal do Concelho de Castello de Vide relativo ao anno civil de 1889, 2º orçamento suplementar.*

Cristiano Augusto Teixeira da Silva

Este canteiro possuía oficina em Lisboa desde, pelo menos, finais da década de 70 do século XIX, situada na Travessa da Queimada, 36 a 48. Em 1895 possuía, além da oficina já referida, uma outra na Travessa de S. Pedro, 25. A oficina manteve-se até, pelo menos, 1908, já em parceria com os filhos. Continuou com Alberto A. T. da Silva, no mesmo local.

A oficina construiu monumentos nos cemitérios de Santarém, Coimbra, Cucujães, Caldas da Rainha, Bragança, Tomar, Faro, Olhão, Lagos, Castelo Branco, Góis, para além de Lisboa e da placa tumular já referenciada para o Cemitério de Portalegre. Foi um dos mais activos canteiros lisboetas.

Marcolino Cesário Santos

A sua oficina existiu na Rua do Cais de Santarém, n.º 26 e 28, pelo menos entre 1880 e 1915. Construiu monumentos funerários para Santarém, Góis, Setúbal e Beja, para além dos vários cemitérios de Lisboa e da capela referenciada para o Cemitério de Nisa.

José Henriques dos Santos Torres

José Henriques dos Santos Torres esteve estabelecido, pelo menos, entre 1895 e 1908. São referenciadas oficinas na Rua Ferreira Borges, n.ºs 90 a 115, Rua 4 de Infantaria, n.ºs 29 a 31 e Rua dos Ferreiros à Estrela, n.ºs 7 e 9.

Apesar de ter sido um pequeno canteiro lisboeta (que construiu poucos monumentos nos cemitérios de Lisboa), conseguiu colocar monumentos seus nos locais mais distantes do país, como o Porto, as Caldas da Rainha, a Lousã ou Chaves. Não admira, pois, que tivesse também construído obras para cemitérios da região da Serra de S. Mamede.



CAPÍTULO
VII

O estado de conservação
dos monumentos estudados

O estado de conservação dos monumentos estudados¹

Em geral, os monumentos desta região estão razoavelmente bem conservados, se tivermos como termo de comparação outros cemitérios portugueses. Para isso contribuem o tipo de materiais pétreos aplicados e as próprias condições ambientais da região.

Nos cemitérios em estudo, o material pétreo aplicado às construções funerárias é, maioritariamente, o mármore. Este, dado a sua origem metamórfica, sofre menos alterações na estrutura. Já em cemitérios de outras regiões, como no eixo Aveiro - Figueira da Foz - Coimbra - Leiria, encontramos diversas qualidades de materiais pétreos com origem sedimentar, portanto com muito maior índice de alterabilidade face aos agentes agressores.

No processo de alteração dos materiais pétreos há mais factores a considerar, para além do nomeado anteriormente, como a localização do monumento dentro do próprio cemitério, a sua exposição aos agentes atmosféricos e a sua antiguidade.

No que concerne à organização espacial dos monumentos, existem locais com maior ou menor exposição aos agentes atmosféricos. Este factor pode levantar mais problemas no que diz respeito à infiltração de humidade e respectivas consequências.

Por exemplo, num grupo de três capelas muito próximas e de dimensão semelhante, a que se situa no meio estará mais susceptível à degradação por acumulação de humidade (por menor tempo de contacto com o sol) do que as suas vizinhas. No entanto, esta situação nem sempre é assim tão linear. Temos também de ter em conta a qualidade do material, a direcção do vento nessa área, etc.

No caso dos cemitérios em estudo, esta questão da distribuição do espaço não é tão relevante, já que a maioria das construções fúnebres oitocentistas está bem espaçada entre si.

De entre os acima denominados "agentes atmosféricos" contam-se o sol, o vento, a chuva e os gases atmosféricos. De acordo com o tipo de combinação que a maior ou menor quantidade destes elementos produz, temos diferentes formas de degradação. Por exemplo, as ditas "chuvas ácidas" não são mais do que a combinação entre a água (da chuva) e os gases poluentes (derivados da combustão: fábricas e automóveis).

Para este item, entra muito em jogo a orientação do monumento e a localização/orientação do próprio cemitério.

Quanto ao material pétreo em si, o seu processo de alteração inicia-se assim que é extraído da pedra, entrando num processo irreversível.

É curioso o facto de, mesmo num só bloco de pedra, o tipo de degradação variar conforme o arranjo espacial dos minerais, a dimensão dos mesmos, etc. Daí surgirem casos como o da figura apresentada [fig. 1 (PO57)]. Trata-se de um detalhe do mausoléu da fig. 20 do Cemitério de Portalegre. Repare-se na diversidade de alterações no material para uma pequena área. Ora, se assim é num só bloco de pedra, acentuar-se-á numa construção constituída por vários blocos. Veja-se novamente a figura 6 do capítulo referente à história do Cemitério de Portalegre. Trata-se do portal de acesso à divisão inferior do Cemitério de Portalegre. Veja-se a variedade de patologias na cantaria.

Nas construções funerárias, quer a nível nacional, quer na Região da Serra de S. Mamede surgem, igualmente, outro tipo de materiais, nomeadamente os ferrosos. De entre estes, destacamos os trabalhos em grades, portões e afins. Particularmente para a região em estudo, também encontramos materiais de origem terrosa (tijolo burro e tijoleira) e alvenaria com reboco.

¹ Capítulo da responsabilidade de Ana Margarida Portela, do Curso de Tecnologia em Conservação e Restauro do Instituto Politécnico de Tomar. Bibliografia: "Jornadas sobre Restauración y Conservación de Monumentos" - Madrid, 24 y 25 de Abril de 1989, Ministério da Cultura, 1ª Ed. e BARROS, Luís Aires de - *Alteração e alterabilidade das rochas*. Lisboa, Centro de Petrologia e Geoquímica da Universidade de Lisboa, 1991.

Os materiais aplicados aos monumentos funerários da região de S. Mamede são oriundos de várias regiões, tendo em conta que a construção destes foi feita em diferentes localidades e por diferentes canteiros.

Assim, temos:

- Mármore da região de Lisboa (vejam-se as figuras 29 e 25 do Cemitério de Portalegre)
- Mármore da região de Estremoz (vejam-se as figuras 40 e 41 do Cemitério de Portalegre)
- Materiais ditos menos nobres:
 - alvenaria com reboco, como se vê neste detalhe da capela erigida para Manuel Andrade e Sousa [fig. 2].
 - tijolo burro², como se vê neste detalhe da estrutura de suporte à placa tumular construída para João da Fonseca Coutinho (em Portalegre). A utilização do tijolo burro e respectiva argamassa não é de estranhar, já que para realizar a estrutura do jazigo, não se impunha a utilização de um material nobre [fig. 3].
 - tijoleira (veja-se a figura 12 do Cemitério de Portalegre).

Como se pode verificar pelas figuras anteriormente mencionadas, as patologias diferem de acordo com o tipo de material. Veja-se, para uma melhor compreensão, as quatro figuras apresentadas em seguida. As duas primeiras são de monumentos no Cemitério de Portalegre [fig. 4 e fig. 5]. As restantes [fig. 6 e fig. 7] são de monumentos no Cemitério de Castelo de Vide. A figura 4 é um pormenor da cabeceira representada na figura 26 do Cemitério de Portalegre. A figura 5 é um pormenor da cabeceira da figura 25 do Cemitério de Portalegre. As figuras 6 e 7 são detalhes dos dois emblemas referidos na figura 27 do Cemitério de Castelo de Vide. As fotografias foram tiradas do mesmo lado (lado esquerdo, virado a nordeste).

Temos também que considerar a época do monumento. Parece algo lógico que, há quanto mais tempo foi construído, em pior estado de conservação este se encontrará. Contudo, há que contar não só com a sua antiguidade mas, sobretudo com a qualidade dos materiais de construção. Daí podermos observar alguns monumentos mais recentes fracamente conservados. Compare-se o aspecto envelhecido desta capela de meados do século XX com o mausoléu ao lado [fig. 8], bem mais antigo (de Augusto Desirat). Veja-se também um detalhe da parede virada a sudoeste, na dita capela [fig. 9].

Para além dos já mencionados agentes atmosféricos, existem outros que se desenvolvem por maior ou menor presença destes. Assim, temos os agentes biológicos e os agentes químicos.

Quando nos reportamos a estes últimos, falamos sobretudo na acção química que se desenvolve entre os elementos metálicos (grades, portões e afins) e a água³, com evidentes consequências para os materiais pétreos que se encontrem em contacto (veja-se a figura 22 do Cemitério de Portalegre e repare-se na escorrência de óxidos). Este processo é designado por oxidação. Veja-se também um pormenor da capela já mostrada na figura 11 do Cemitério de Castelo de Vide [fig. 10].

Quanto aos agentes biológicos, de acordo com as suas características e necessidades físico-químicas, assim se vão implantar no monumento. Este possuirá diversas áreas sob diferentes condições ambientais, podendo o dito organismo biológico instalar-se onde mais lhe convier. Assim, temos áreas onde:

- há maior acumulação de humidade por escorrência de água e, simultaneamente, de difícil secagem. Veja-se a imagem [fig. 11], que é um detalhe do mausoléu

² O tijolo burro é feito de argila cozida e, portanto de maior resistência do que o adobe. Este último também é feito à base de argila mas a sua secagem é natural. Para os diferenciar visualmente, o primeiro é de cor avermelhada escura e o adobe de cor bege, bem mais claro.

³ Veja-se o portão em ferro da capela erigida a Manuel Andrade e Sousa, na figura 1 do Cemitério de Portalegre.

referenciado na figura 20 do Cemitério de Portalegre. Note-se a sombra mais carregada na área aqui reproduzida (abaixo da cornija). É evidente a acção prolongada da humidade neste local, permitindo a proliferação de alguns microrganismos. Veja-se também a extensão da mancha negra situada na zona lateral (abaixo da cornija), da capela referenciada na figura 38 do Cemitério de Portalegre;

- há um baixo nível de acumulação de água e, simultaneamente, os raios solares produzem um maior efeito (observem-se novamente as figuras 7 e 8);
- há locais em que se verifica alguma deposição de sedimentos, frequentemente em zonas de fenda ou fractura. Nestes casos encontramos os organismos de maior porte, como pequenos arbustos ou outras plantas.

Ocasionalmente, existem casos de precariedade conservativa por mero desleixo na conservação do monumento, por parte dos seus proprietários.

Todas estas alterações que ocorrem nos materiais pétreos dos monumentos, situam-se em zonas estruturais de alguma susceptibilidade face aos agentes atmosféricos e biológicos, tais como:

- as zonas mais salientes (veja-se a figura 4A do Cemitério de Nisa e repare-se nos acrotérios e na cornija);
- as zonas de relevo (veja-se a figura 6A do Cemitério de Portalegre e também a figura 1 deste capítulo);
- as zonas de escorrência e acumulação de água – cantos, zonas de descontinuidade, abaixo da cornija (veja-se a figura 1 do Cemitério de Portalegre, referente à capela erigida a Manuel Andrade e Sousa, onde se vê também, adossada, uma pequena capela posterior de tipo lisboeta. Em duas zonas laterais, abaixo do telhado, notam-se manchas negras devidas à escorrência de água, assim como nas zonas de interacção com a construção contígua, do mesmo monumento. Atente-se também na figura 38 do Cemitério de Portalegre e na figura 21 do mesmo cemitério. Nesta última, a água escorre pelos cantos dos acrotérios e segue pelos cantos da base do monumento, favorecendo as manchas negras);
- as zonas mais "áridas" do monumento, como no caso apresentado [fig. 12], e na figura 16 do Cemitério de Portalegre, ambos na sua divisão inferior. Relembrem-se também as figuras 6 e 7 deste capítulo. Aliás, estas imagens são um exemplo curioso de como duas cabeceiras semelhantes, construídas com diferentes materiais, nas proximidades uma da outra e com a mesma orientação (sendo as fotografias de pormenor obtidas, para ambas, do mesmo lado e no mesmo local da estrutura), possuem diferentes formas de alteração: o tipo de agente biológico é de diferente constituição e conseqüente forma de proliferação.

A intervenção de conservação e restauro dos monumentos funerários

Antes de qualquer intervenção técnica, impõe-se analisar a real situação de conservação do monumento em causa. Esta análise pressupõe uma investigação fundamentada em exames locais, complementados com os de laboratório. É importante não se recorrer a intervenções padrão. Lembremo-nos que cada caso possui as suas particularidades. Frequentemente, a intervenção padronizada (pensada apenas para resolver uma situação a curto prazo) contribui para uma maior alteração do material, pois é lhe retirada a camada que funciona como protecção contra os agentes agressores. Por outro lado, os métodos mais correntemente usados agredem o material de tal forma, que acaba também por sair material não alterado.

Lançamos esta questão porque ainda se verifica o recurso generalizado a estes métodos (já ultrapassados em outros países, como a Itália), sem haver uma entidade que alerte para tal situação.

Conservar e restaurar de forma inteligente os mais importantes monumentos funerários do século XIX é salvaguardar um património que espelha "o pensar" de uma sociedade já não existente. Afinal, os cemitérios oitocentistas portugueses, incluindo-se aqui os cemitérios estudados, foram concebidos como "museus da morte" locais. Como espaços museológicos abertos, necessitam de mecanismos de protecção patrimonial específica. Já é tempo de recuperarmos o atraso e atentarmos na forma como outros povos europeus têm protegido os seus cemitérios monumentais.



CONCLUSÃO

Conclusão

Na maior parte do país, nem o decreto de 1835 nem o decreto de 1844 foram suficientemente persuasivos para poderem ser aplicados. Tantas outras portarias foram emanadas posteriormente, muitas delas sem qualquer resultado. Curiosamente, e ao contrário do que sucedeu mais para norte do país, na região da Serra de S. Mamede, o decreto de 1835 foi quase suficiente para forçar à criação de cemitérios públicos.

Este facto surpreendeu-nos, na medida em que na quase totalidade dos casos de cemitérios por nós já estudados para o norte do país, o decreto de 1835 não teve a mínima capacidade persuasiva para forçar à criação de cemitérios públicos. O que sucedeu, em muitos casos, foi a passagem do interior das igrejas para os adros das mesmas (quando a resistência ao decreto não foi ainda maior e nada se alterou). No entanto, mesmo nestes casos, a situação provisória prolongava-se por anos, décadas até. Em Castelo de Vide e Portalegre a situação foi outra e, até nisto, temos uma especificidade regional interessante, que mereceria maior estudo. Mesmo alguns cemitérios mais rurais desta região são bastante precoces. O de Nossa Senhora da Graça de Póvoa e Meadas (que tinha sido sede de Concelho, mas depois foi integrado no de Castelo de Vide) já existiria antes de 1840, uma vez que nesse ano foi feita uma reforma nas suas paredes¹.

Os investigadores mais avisados apontarão logo o menor fervor religioso do alentejano como razão fundamental para estes factos. No entanto, pensamos que se trata de um argumento simplista. Aliás, a região de S. Mamede é, apesar de tudo, das regiões com maior religiosidade popular em todo o Alentejo (veja-se a quantidade de romarias aqui existentes).

Por outro lado, se em quase todo o norte do país a criação dos cemitérios públicos foi muito mais tardia, também o tipo de povoamento nestas regiões não era tão concentrado e o clima mais fresco. Assim, sem grandes inconvenientes foi possível criar cemitérios ao lado ou por trás da igreja paroquial, frequentemente isolada. Em Portalegre e Castelo de Vide as igrejas paroquiais ficavam demasiadamente perto de habitações e seria impossível construir cemitérios de adro, como sucedeu transitoriamente (e mesmo de forma definitiva) no norte do país.

Constatamos que os terrenos para cemitério escolhidos logo após o decreto de 1835 tenderam para aproveitar locais já circunscritos por antigas muralhas (Castelo de Vide), locais de antigos fortes (Portalegre) e junto a igrejas ou capelas situadas mais na periferia do núcleo urbano (Castelo de Vide, Nisa, Marvão). Só mais tarde, aquando da construção de novos cemitérios (nos casos em que isto aconteceu), foram escolhidos terrenos longe da povoação, embora no caso de Castelo de Vide tivessem propositadamente escolhido as traseiras de uma igreja (opção, aliás, com origem numa representação popular, como se viu).

Estas escolhas estão dentro do contexto da época. Mais do que encontrar um terreno apropriado, era também necessário escolher um que tivesse já muros, que pertencesse ao município (ou então fosse da Fazenda Nacional, permitindo uma posterior concessão facilitada e sem custos) e que tivesse uma capela ou igreja próxima (que serviria como capela mortuária e, ao mesmo tempo, sacralizaria o terreno). O terreno do Pangaio tinha tudo isto e, por isso, foi tão consensual a sua adaptação a cemitério público de Castelo de Vide.

Como se pôde verificar, os motivos da criação dos cemitérios públicos de Castelo de Vide e Portalegre partiram, não só das leis, mas também da consciência da necessidade em possuir espaços apropriados e afastados da povoação, que pudessem suprir a grandes mortandades.

¹ A.H.M.C.V., *Receita e Despeza Geral. Concelho de Castello de Vide anno de 1840-1846*, fl. 6.

mausoléu. Outras vezes, o cemitério já existia, mas estes beneméritos é que o muravam e fechavam com portão de ferro. Julgamos que isto não terá aqui sucedido, mas é certo que, nesta região, só depois de algum notável ter construído o primeiro monumento do cemitério (geralmente grandioso), outras pessoas começaram também a comprar lotes para erigir o seu. Foram estes notáveis locais que, através do efeito "bola de neve", transformaram terrenos mal cuidados nos verdadeiros cemitérios modernos da região de S. Mamede.

Constatamos que os cemitérios de Portalegre, Castelo de Vide e Nisa seguiram o modelo urbanístico fúnebre lisboeta, mas com algumas particularidades. Foi sobretudo utilizado um esquema de tabuleiro ortogonal dividido em quatro secções. No entanto, no caso de Portalegre, a parte inferior do cemitério apresenta-se sem rua central de circulação (embora ao fundo tivesse sido construída a capela mortuária) e na zona superior são seis as secções, já que - ao fundo - foram posteriormente aumentadas as orlas, criando-se mais duas secções.

A principal particularidade do modelo urbanístico fúnebre desta região em relação ao que era comum em Lisboa é a seguinte: numa primeira fase, a orla de algumas das secções em Portalegre (e Castelo de Vide, que deverá ter feito cópia da planta do Cemitério de Portalegre) teve maior importância na construção de monumentos do que as ruas axiais. Assim, estas orlas, especialmente nos seus vértices, receberam os mais antigos e monumentais monumentos, facto muito pouco comum nos cemitérios portugueses.

Em Nisa, no entanto, o modelo lisboeta já foi mais seguido, uma vez que os primeiros monumentos, erigidos por parte de cidadãos abastados, foram colocados na rua central do cemitério, junto à capela mortuária. Em Castelo de Vide, como o cemitério se situava atrás de uma igreja, também se notou um predilecção por colocar os principais monumentos mais junto à porta principal (fenómeno comum em Portugal). Também constatamos uma predilecção pelas extremidades das perpendiculares à rua central (em Portalegre e Castelo de Vide), locais com grande visibilidade para os visitantes do cemitério e que, em muitos locais do país, eram também escolhidos pelos mais abastados para os seus monumentos.

Constatamos igualmente que, apesar de se tratar de uma região granítica, pouco granito foi utilizado para os monumentos funerários. Sabemos, por exemplo, que no Cemitério de Castelo de Vide houve um jazigo encimado por quatro colunas de granito, mas foi demolido². Curiosamente, em alguns casos de capelas foi utilizado um reboco a fingir granito, o que não deixa de ser paradoxal.

Concluimos também que Augusto Desirat foi o canteiro local de maior sucesso nesta região, embora a maior "máquina" oficial de André Domingos Gonçalves permitiu que este dominasse o negócio, em termos globais.

Por último, embora se tratem de casos muito recentes, refira-se que encontramos outras modas locais muito curiosas na construção de jazigos (como as caixas de alvenaria cheias de vidrinhos de todas as cores no seu interior), augurando que, dentro de alguns anos, existirão nos cemitérios desta região muitas outras coisas interessantes para estudar.

² O jazigo n.º 8. A.M.C.V., Cemitério Municipal de Castelo de Vide. Registo de Títulos de Propriedades... L.º I.

O ano de 1855 foi particularmente rico em inaugurações de cemitérios apressados, em especial nas zonas mais urbanizadas ainda sem cemitério público, onde a lotação dos locais tradicionais de enterramento a isso obrigavam, face à pressão demográfica. No entanto, Castelo de Vide e Portalegre possuíam já cemitérios públicos e o impacto desta epidemia não foi tão grande. Contudo, não só foram tomadas medidas muito concretas de prevenção, ainda antes da epidemia chegar, como em Portalegre esta epidemia obrigou a alterações de fundo na orgânica do cemitério (dado que esta cidade foi mais apanhada de surpresa do que Castelo de Vide). Por outro lado, como se viu, um dos factores que forçou a Câmara Municipal de Castelo de Vide a construir o novo cemitério prendeu-se com as ameaças de cólera que nessa época vinham de Espanha.

Também constatamos a pobreza de construções existentes nos cemitérios desta região durante as primeiras décadas da sua utilização, bem como o importante papel dos notáveis locais, que foram quase sempre os primeiros a construir verdadeiros monumentos, para ostentar a sua riqueza. Este fenómeno é comum a todo o país.

Salvo raríssimas excepções, os cemitérios portugueses mais antigos só começaram a receber monumentos funerários passados 5, 10, 15 ou mais anos após a sua construção oficial. Só em alguns cemitérios mais tardios foram construídos monumentos logo após a sua abertura, uma vez que a resistência social não era tão grande e a construção de monumentos funerários nos cemitérios era já um dado perfeitamente adquirido.

Convém notar que, na história dos cemitérios portugueses, a questão da datação é sempre um problema complicado, mesmo quando existem epígrafes. Fiar-se nos primeiros registos de enterramento também não está isento de perigos. Aliás, qualquer documento escrito pode não ser inteiramente fiável em relação à criação de cemitérios porque, por vezes, são referidos como "cemitérios públicos" locais que nada tinham de "moderno" ou são omitidos cemitérios públicos existentes anteriormente. Lembremo-nos que, em Castelo de Vide e Nisa, chegaram a existir dois cemitérios públicos.

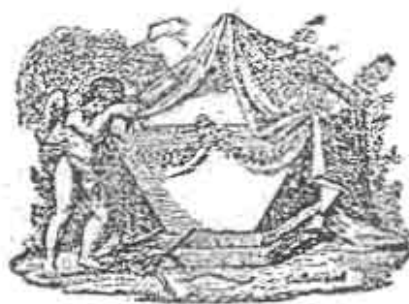
É nossa opinião que a distinção entre cemitérios públicos "modernos" e "não modernos" é muito importante e pode ser feita, sobretudo, através da existência ou não de monumentos funerários ao estilo do século XIX. Em Portalegre, Castelo de Vide e Nisa, quando se construíram os "novos" cemitérios, estes pouco teriam de novo. Eram terrenos mais ou menos vedados, destinados apenas a sepulturas térreas ou, quando muito, placas tumulares.

As principais razões para que as Juntas de Paróquia e Câmaras Municipais viessem a optar pela venda de terrenos destinados à construção de monumentos eram as seguintes:

- a) uma forma de ganhar maior rendimento, já que estes monumentos iriam ocupar para sempre um espaço próprio no cemitério. A construção de mausoléus e capelas pressupunha um mínimo de bem estar económico por parte dos seus titulares e, como tal, deveria ser paga de acordo com a respectiva posição social. Esta razão seria, certamente, a que mais pesava, até porque os administradores dos cemitérios queixavam-se frequentemente dos custos que tinham para os manter.
- b) uma forma de embelezamento do cemitério, atraindo, por outro lado, mais interessados em construir, no cemitério, outros monumentos.

Nos caso de cemitérios mais tardios, as entidades que os delinham apenas se limitavam a copiar o que tinha sido feito pelas administrações de outros cemitérios. Por outro lado, não só a Administração Concelhia e o Governo Civil aconselhavam tal medida como, muitas vezes, eram os próprios habitantes que o exigiam. Relembre-se como, no Cemitério de Portalegre, uma capela erigida mesmo sem que o terreno tivesse sido comprado forçou a Câmara a legislar sobre o assunto, originando complicados problemas.

Foi também comum os notáveis locais tomarem, eles próprios, a iniciativa de construir um cemitério e o arranjar para, em seguida, aí construir a sua capela ou



FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES E BIBLIOGRAFIA

NÃO IMPRESSOS

ARQUIVO MUNICIPAL DE NISA (A.M.N.)

- *Livro dos Enterramentos* (1897-1921)

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE NISA (A.H.M.N.)

- *Despeza da Camara, anno de 1888 a 1905*
- *1840, Receita e Despeza*
- *Receita e Despeza, 1839*
- *Conta dos annos de 1835 a 1839*

ARQUIVO MUNICIPAL DE CASTELO DE VIDE (A.M.C.V.)

- *Cemitério Municipal de Castelo de Vide. Registo de Titulos de Propriedades de Jazigos, livro 1* (1892 – 1905)
- *Cemitério Municipal de Castelo de Vide. Registo de Titulos de Propriedades de Jazigos, livro 2* (após 1905)

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE CASTELO DE VIDE (A.H.M.C.V.)

- *Sessões da Camara, anno de 1836*
- *Sessões da Camara, anno de 1837*
- *Actas, 1838*
- *Actas, 1839*
- *Livro das Actas da Camara de Castello de Vide desde Janeiro de 1855 athe Junho de 1857*
- *Actas (Sessões da Camara Municipal), L.º 28, de 1882 a 1888*
- *Caderno das Taxas dos Covatos pelos enterramentos feitos no novo Cemiterio da Camara Municipal de Castello de Vide*
- *Balancetes* (1886)
- *Conta de 1885* (receita e despesa)
- *Mapa da Receita e Despeza da Camara de Castello de Vide em o anno economico de 1837-38*
- *Receita e Despeza Geral, Concelho de Castello de Vide anno de 1840-1846*
- *Receita e Despesa* [vários outros anos vistos]
- *Conta geral de Receita e Despeza da Camara Municipal do Concelho de Castello de Vide relativo ao anno civil de 1889*
- *Orçamento da Receita e Despeza da Câmara Municipal do Concelho de Castello de Vide para o anno de 1888*
- *Folhas dos vencimentos para 1875-76*
- *Folha de vencimentos dos Empregados da Camara Municipal, Julho a Dezembro de 1842*
- *Auto de posse* (doc. avulso), de 21 de Outubro de 1841

ARQUIVO CARTOGRÁFICO DA SECÇÃO DE ARQUEOLOGIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO DE VIDE (A.C.S.A.C.M.C.V.)

- Carta de pormenor de Castelo de Vide

ARQUIVO DA FUNDAÇÃO DE NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA - CASTELO DE VIDE (A.F.N.S.E.)

- Livro de Actas n.º 1
- Livro de Actas n.º 4 (23-6-1892 a 13-5-1906)
- *Asylo de Nossa Sra. da Esperança. Agosto de 1896. Mappa Geral da Despeza do Asylo*
- Documento avulso contendo rascunhos de cartas efectuados por José Godinho Juzarte de Sequeira e Sameiro
- Fotografias antigas sobre a trasladação dos restos mortais do instituidor, na sua maioria possuindo a marca do fotógrafo Arnaldo Fonseca.

ARQUIVO DO REGISTO CIVIL DE PORTALEGRE (A.R.C.PO.)

- Livro de óbitos de 1919

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE PORTALEGRE (A.H.M.PO.)

- Actas das Vereações, L.º 29, 1853-1855
- Actas das Vereações, L.º 30, 1855-1857
- Actas das Vereações, L.º 31, 1857-1859
- Actas das Sessões da Câmara Municipal de Portalegre, L.º 32, 1859-1861
- Registos do Cemitério Municipal (informatizados)

ARQUIVO DISTRITAL DE PORTALEGRE (A.D.PO.)

Fundo do Governo Civil

- *Lançamento das circulares dirigidas aos administradores dos concelhos (1835)*
- *Lançamento das Portarias expedidas deste Governo Civil pelo Ministério dos Negócios do Reino*
- *Anno de 1836; Entradas e saídas dos requerimentos dirigidos ao Governo Civil deste Districto Administrativo*
- *Tombo dos bens da Câmara (1837)*

Fundos Paroquiais

- Sé (Portalegre): Óbitos, 1802-1840
- Sé (Portalegre): Óbitos, 1840-1859
- Sé (Portalegre): Óbitos, 1868-1876
- Sé (Portalegre): Óbitos, 1876-1882
- S. Lourenço (Portalegre): Óbitos, 1797-1854
- S. Lourenço (Portalegre): Baptismos, 1851-1859
- S. Tiago (Castelo de Vide): Óbitos, 1824-1850
- Sta. Maria (Castelo de Vide): Óbitos, 1815-1840

Fundo da Câmara Municipal de Portalegre

- Actas das Vereações, L.º 18, 1 de Março de 1836 a Junho de 1839

- Receita e Despesa (Contas do Concelho), 1834-1835
- Receita e Despesa (Contas do Concelho), 1837-1838
- Receita e Despesa (Contas do Concelho), 1838-39 e 1839-40
- Livro de mandatos do Concelho de Portalegre (de 4 de Julho de 1838 até 28 de Junho de 1839)

Fundo da Administração do Concelho de Portalegre
Arrematações (AC852)

Sem designação de fundo

- Mapa desenhado por António Bacha e Mello: 1 de Novembro de 1929, 12 horas, escala de 1:1000.

IMPRESSOS

- "A Cidade", Revista Cultural de Portalegre, n.º 10 (nova série), Portalegre, 1995.
- *Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide. Orphalinato femenino. Noticia historica.* Portalegre, Typ. Minerva Central de António F. M. Tapadinha, 1898.
- BUCHO, Domingos Almeida – *Portalegre e as suas fontes.* Portalegre, 1996.
- CAROLINO, Luís Miguel Nunes – *A cidade dos mortos – um espelho da sociedade dos vivos. Estratégias de afirmação social no Cemitério de N.ª Sra. dos Remédios de Évora. 1840-1910.* In "Actas do II Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre", 23-25 de Novembro de 1994. Lisboa, Associação dos Professores de História, 1996, pp. 271-284.
- COELHO, P. M. Laranjo – *Uma velha indústria de Castelo de Vide.* Castelo de Vide, s.n., 1944.
- COSTA, Americo – *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, vol. V, 1936.
- *Estatutos da Associação do Monte-Pio Euterpe Portalegrense.* Portalegre, Typ. do Campeão do Alentejo, 1866.
- *Estatutos do Asylo de Nossa Senhora da Conceição para a infancia desvalida do Districto de Portalegre.* Portalegre, Typographia Portalegrense, 1875.
- LARANJO, José Frederico – *Descrição do Prado - Granja em Castelo de Vide.* In "O Amigo do Estudo", jornal bimensal. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867, pp. 20-23.
- LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho - *Portugal antigo e moderno. Diccionario Geographico, estatístico, chorographico, heraldico, archeologico, histórico, biographico e etymologico.* 12 vols., Lisboa, Typographia e Editora Mattos Moreira, 1873-90.
- MACHADO, F. S. de Lacerda – *O Tenente-General Conde de Avilhez, 1785-1845. II – Expedição de Montevideu.* Gaia, Edições Pátria, 1932.
- MATOS, Ana Maria Cardoso de / NUNES, Maria de Fátima – In "Actas do II Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre", 23-25 de Novembro de 1994. Lisboa, Associação dos Professores de História, 1996.
- *Monografia de Nisa.* Por José Francisco de Figueiredo. Imprensa Nacional Casa da Moeda / Câmara Municipal de Nisa, edição de 1956, fac-similada.
- *Monografia de Portalegre (1905).* Por Emilio Costa. Portalegre, Edições de "O Semeador", 1981.

- MOURA, José Diniz da Graça Motta e – *Memória Histórica da Notável Vila de Niza*. Fac-símile da edição de 1855 (Lisboa, Typ. Universal, 1877). Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.
- *O Districto de Portalegre*. Director: José Frederico Laranjo. 8º e 9º anos, Portalegre, Typ. de F. C. Sanches, 1891-1892.
- PATRÃO, José Heitor – *Cinquentenário da morte de George W. Robinson*. In "A Cidade", Revista Cultural de Portalegre, n.º 5, Portalegre, 1982, pp. 32-33.
- PESTANA, Manuel Inácio - *Do passado da antiga Fábrica Real de Portalegre. Subsídios documentais inéditos*. In "A Cidade", Revista Cultural de Portalegre, n.º 10, 1995, pp. 145-174.
- *Portalegre e as suas fábricas*. In "Campeão de Portalegre", n.ºs 81 a 84 (1867).
- *Relatório e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição para a infancia desvalida do Districto de Portalegre. Anno economico de 1873-1874 (1º da sua installação)*. Portalegre, Typographia Portalegrense, 1875.
- *Relatório e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição para a infancia desvalida do Districto de Portalegre. Anno economico de 1874 1875 (2º da sua installação)*. Portalegre, Typographia Portalegrense, 1876.
- *Relatório e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição para a infancia desvalida do Districto de Portalegre. Anno economico de 1876 a 1877 (4º da sua installação)*. In "Relatório apresentado à Junta Geral do Districto de Portalegre na Sessão Ordinária de 1878 pelo Conselheiro Governador Civil José de Beires, com documentos e mappas illustrativos resoluções e consultas da Junta Geral". Coimbra, Imprensa Académica, 1878.
- *Relatórios da Comissão Executiva da Junta Geral do Districto de Portalegre e Actas das Sessões Ordinárias da mesma Junta em 1879*. Porto, Imprensa Portuguesa, 1880.
- REPENICADO, António Vicente Raposo – *Castelo de Vide nas Letras e na Ciência (escriptores e bibliografia)*. Separata do Jornal "Terra Alta", Castelo de Vide, 1970.
- *Representação dirigida à Camara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa pelos representantes de todas as fabricas de Portalegre em 20 de Março de 1880*. Portalegre, Typographia Portalegrense, 1880.
- SILVA, Luisa F. Lopes da – *Roteiro e subsídios para a história da cidade de Portalegre*. Portalegre, Orbis - edições ilustradas, 1981.
- *Terra Alta – Antologia de Castelo de Vide*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, s.d.
- VENTURA, António – *A fundação da Associação Comercial e Industrial de Portalegre*. In "A Cidade", Revista Cultural de Portalegre, n.º 5, Portalegre, 1982, pp. 36-37.
- VENTURA, António – *Alguns documentos do Serviço Histórico Militar de Madrid referentes à Comarca de Portalegre (1801)*. In "A Cidade", Revista Cultural de Portalegre, n.º 8 (nova série), Portalegre, 1993, pp. 257-285.
- VENTURA, António – *Alguns médicos notáveis vinculados a Portalegre. Conferência no Hospital Dr. José Maria Grande, Fevereiro de 1993, por ocasião da sua fundação*.
- VENTURA, António – *Publicações Periódicas de Portalegre (1836-1974)*. Portalegre, Câmara Municipal de Portalegre, 1991.

*ESPECIFICIDADES DA ARTE
FUNERÁRIA OITOCENTISTA NA
REGIÃO DA SERRA DE S.
MAMEDE*

OS CEMITÉRIOS DE PORTALEGRE, CASTELO DE VIDE E NISA

ANEXOS E IMAGENS

José Francisco Ferreira Queiroz

*(Colaboração de Ana Margarida Portela, do Curso de Tecnologia em
Conservação e Restauro do Instituto Politécnico de Tomar)*

PROGRAMA NACIONAL DE BOLSAS DE INVESTIGAÇÃO PARA JOVENS
HISTORIADORES E ANTROPÓLOGOS DA FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE

1998

ANEXO N.º 1
DESPESAS COM A CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO DE PORTALEGRE

Contas do Concelho (A.D.P.O.)1834-1835, contendo também as contas do ano de 1836

1836	16 de Abril	M91: "cabouqueiro Francisco Borges pela pedra que tem tirado para o semiterio" (fl. 51)	3\$240
	23 de Abril	M92: Francisco Borges "e mais serventes (...) por tirarem a pedra para o semiterio" (fl. 51)	4\$200
	30 de Abril	M94: mestre ferreiro João Manuel Mergulhão "pelo concerto que fes nas ferramentas com que se tem andado tirando a pedra para o semiterio" (fl. 51)	2\$975
		M95: Francisco Borges, mestre cabouqueiro "por andar tirando pedra para o semiterio com os serventes" (fl. 52)	4\$440
	7 de Maio	M102: Francisco Borges, por tirar pedra para o cemitério (fl. 53)	3\$940
	14 de Maio	M103 e M106: Francisco Borges e serventes, por tirar pedra para o cemitério (fl. 54)	3\$780
	21 de Maio		4\$440
	28 de Maio	M107: João Manuel Mergulhão pelo concerto que tem feito nas ferramentas com que se tem andado a tirar a pedra para o cemitério (fl. 55)	1\$360
			2\$880
	4 de Junho	M109, M111, M115, M117 e M118: Francisco Borges e serventes, por tirar pedra para o cemitério (fls. 55, 56, 57)	3\$540
	11 de Junho		3\$780
	18 de Junho		4\$440
	25 de Junho		3\$780

Contas do Concelho (A.D.P.O.)1837-1838

1836	Julho	M2: Francisco Borges e serventes, por tirar pedra para o cemitério (fl. 5)	3\$780
		M4: João Manuel Mergulhão "pelo concerto que fes na ferrage que se tem gasto na tirada de pedra para o cemitério" (fl. 6)	1\$665
	30 de Julho	M16: Francisco António Malato "por conta da obra do semiterio" (fl. 9)	100\$000
	7 de Setembro	M41: Francisco António Malato, mestre alvanel "por conta do trabalho que tem feito no cemiterio" (fl. 15)	100\$000
	10 de Outubro	M43: "para pagar aos trabalhadores que têm andado terraplanando o semiterio" (fl. 16)	8\$000
	24 de Setembro	M49: a Lourenço Chouriço "para pagamento dos trabalhadores que trabalharão no semiterio" (fl. 18)	9\$990
	1 de Outubro	M53: Francisco Polainas "pelo trabalho que tem feito com os trabalhadores na obra do semiterio" (fl. 19)	8\$550
		M57: Manuel Lemos pelo trabalho feito com trabalhadores na última semana de Setembro no cemitério (fl. 20)	4\$840
	8 de Outubro	M64: Manuel Rodrigues Tenório "para pagar aos trabalhadores das obras do semiterio" (fl. 22)	5\$500
		M65: mestre Francisco António Malato, pela obra do cemitério (fl. 22)	180\$300
	19 de Outubro	M72, M77, M81, M93, M97, M99, M104 e M114. Manuel Rodrigues Tenório, pelos trabalhadores da obra do cemitério (fls. 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32 e 35)	5\$680
	23 de Outubro		10\$920
	29 de Outubro		10\$580
	5 de Novembro		8\$090
	12 de Novembro		8\$260

	19 de Novembro		15\$810
	20 de Novembro		18\$580
	3 de Dezembro		7\$520
		M116: Francisco António Malato, por obras no cemitério (fl. 35)	133\$700
	10 de Dezembro		13\$520
	17 de Dezembro		25\$500*
	24 de Dezembro	M117, M122, M124, M125, M133 e M137: Manuel Rodrigues Tenório, pelos trabalhadores da obra do cemitério (fls. 36, 37, 38, 40 e 41)	29\$060*
	30 de Dezembro		15\$920
1837	7 de Janeiro		24\$550
	14 de Janeiro		9\$240
		M138: João Baptista Malato "pelo pagamento dos trabalhadores e utensilios e portado e cruz do semiterio" (fl. 41)	21\$315
		M140: Manuel Afonso "por mil e quinhentos e quarenta e cinco palmos de lage preta para cobrir a parede do semiterio", ao preço de 25 reis cada palmo (fl. 41)	38\$625
		M142: Francisco Malato "saldo do que se lhe deve da arrematação que fez das paredes do semiterio" (fl. 43)	143\$000
	18 de Março	M154: Joaquim José Afonso "de chumbo e mais utensilios da porta do semiterio" (fl. 45)	2\$310
	6 de Maio	M173: Francisco Borges pelo trabalho que tem feito com os trabalhadores na obra do cemitério (fl. 50)	8\$080
		M174: José Gil "capatás da camarada dos trabalhadores de Ribeira de Niza, para pagar a quinze trabalhadores e três rapazes que trabalharão no semiterio" (fl. 50)	3\$480
	13 de Maio		6\$800
	20 de Maio		16\$400
	27 de Maio	M175, M179, M182, M186, M187 e M188: Francisco Borges pelo trabalho que tem feito com os trabalhadores na obra do cemitério (fls. 51, 52 e 53)	15\$500
	3 de Junho		17\$870
	10 de Junho		20\$640
17 de Junho		17\$800	
31 de Dezembro	M68: guarda do cemitério Florentino José Cardoso "vencidos em todo o corrente anno à razão de dois mil e quatrocentos e a cada mês que lhe foi arbitrado pela Câmara" (fl. 81)	28\$800	
1838	31 de Janeiro	M86: João Baptista Malato, mestre alvanel "por três ferias de trabalho e metraes e carreto do portado do cemitério que se mandou consertar" como se vê das 3 relações anexas ao respectivo mandado (fl. 85)	24\$350
	17 de Fevereiro	Mestre Alvanel Silvestre dos Reis (?) Cardoso "pelo conserto que fez nas cazas da Câmara e cemitério" (fl. 87)	5\$230

*Estas verbas incluíam também a ponte do Espírito Santo

¹Fazia então outras obras para a Câmara Municipal de Portalegre.



CAPÍTULO

I

Introdução e contextualização

O Cemitério de Portalegre

Ilustrações

Francisca Rita de id. de vinte annos Carada com Domingos
 Jose faleceu nesta freg. no Congregação de St. J. a um terço
 os sacramentos nos vinte e oito dias do mes de Jano de mil e oitenta
 e tres e trinta e sete annos e no dia seguinte foi sepultada
 no Cemiterio publico desta cid. situado na Boavista. De
 que para constar fir este tr. Por fe dia meo anno supra
 O Parocho Justino Jose d'Almeida Santos
 J. Roxo Juiz Mat. Frad

1837
 Pobre
 M.
 Lemiteiro
 N.oss

Fig. 1

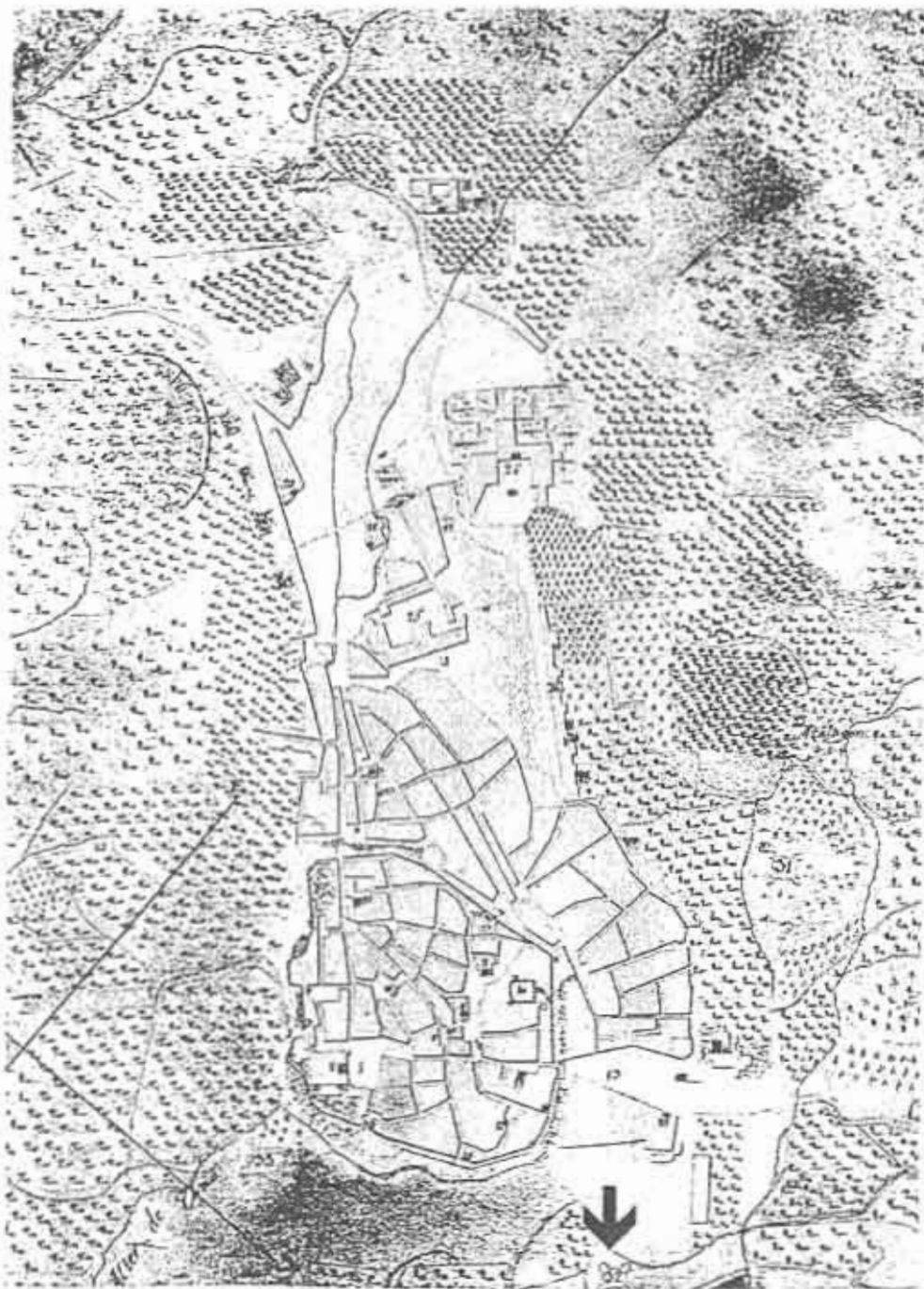


Fig. 2

Mapa de Portalegre com a localização de locais de interesse para este estudo

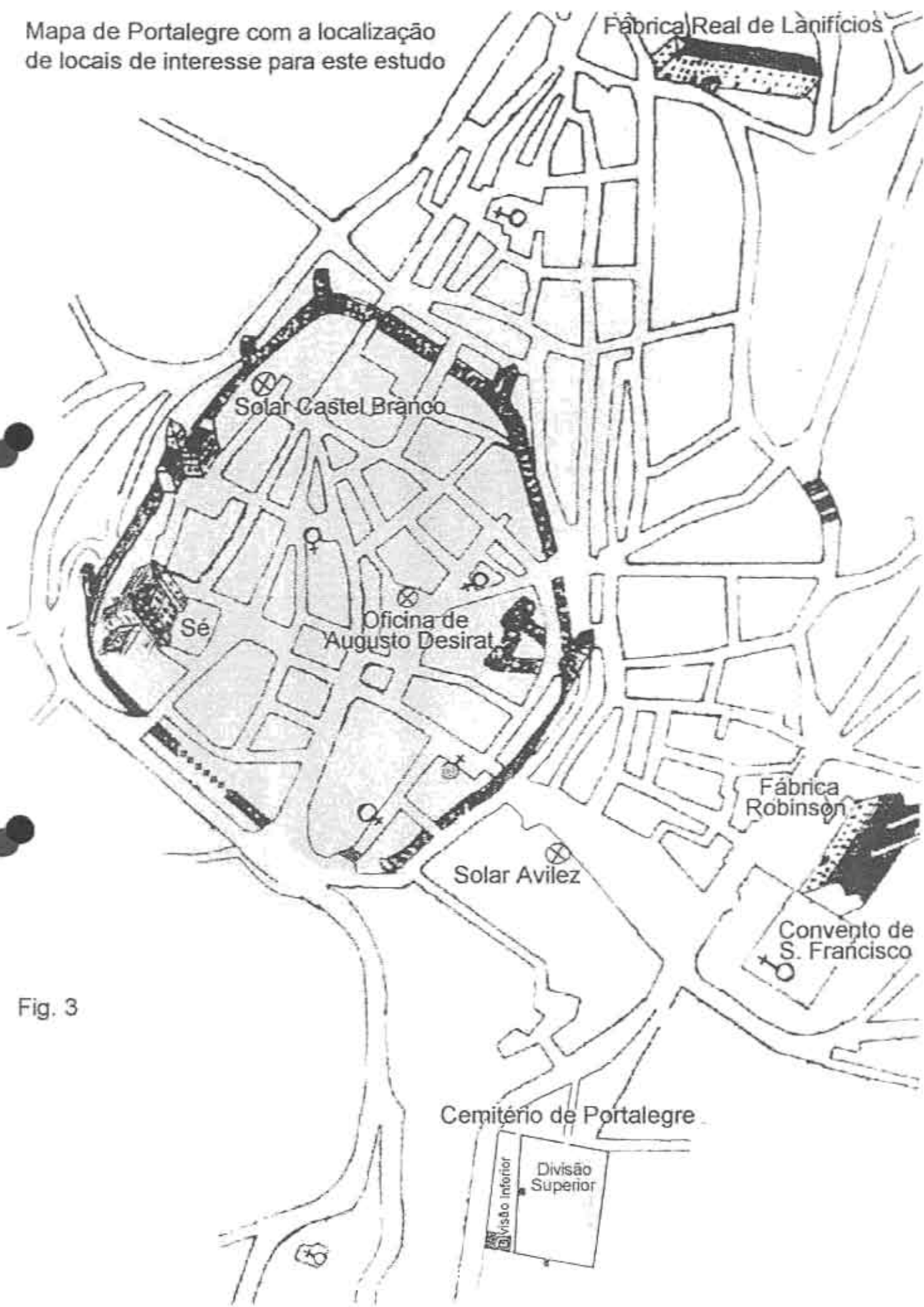


Fig. 3



Fig. 4



Cemitério de Portalegre
(secções construídas no século XIX)

Fig. 5

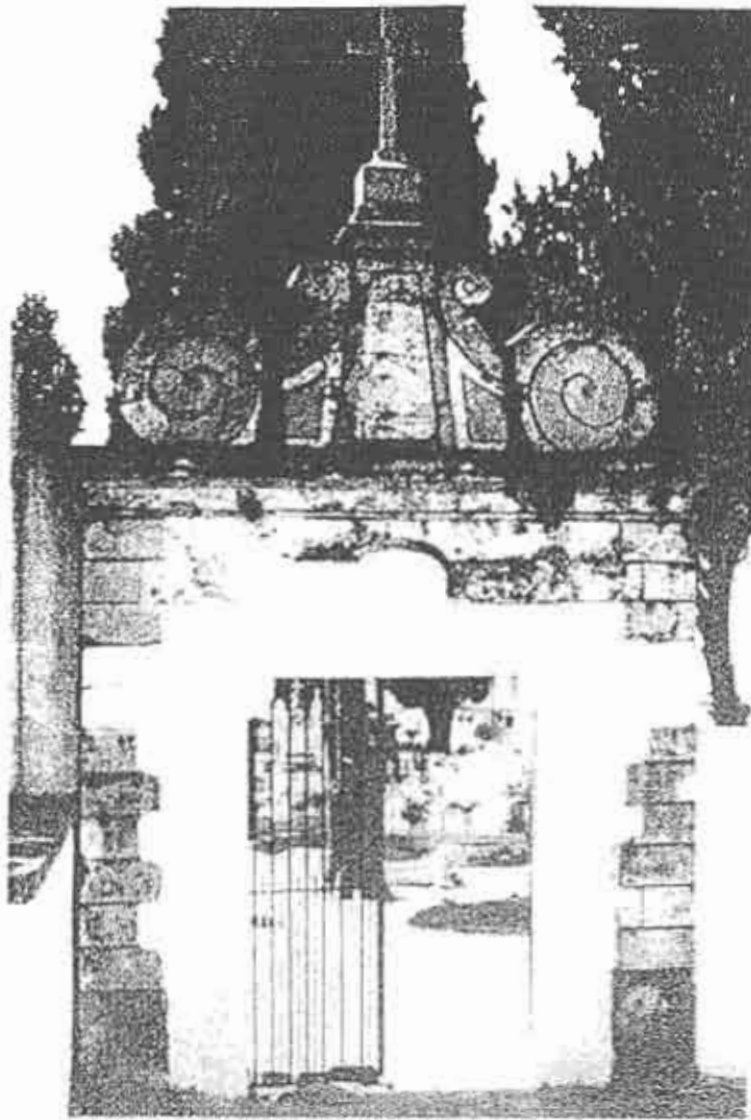


Fig. 6

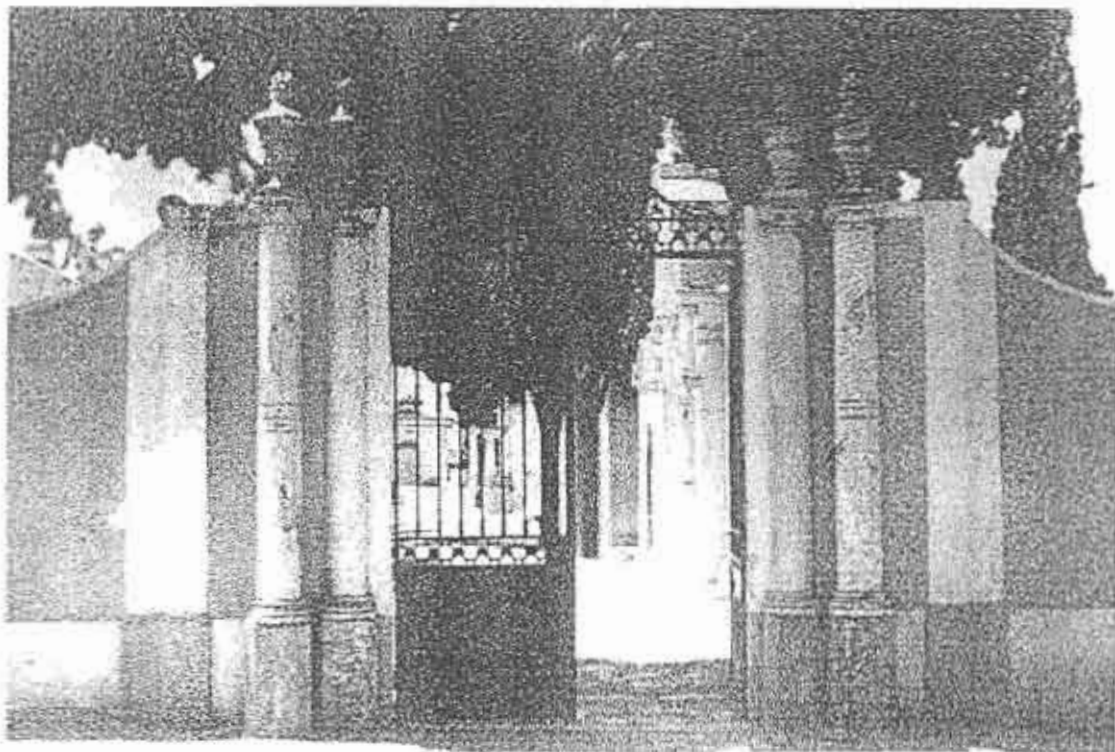
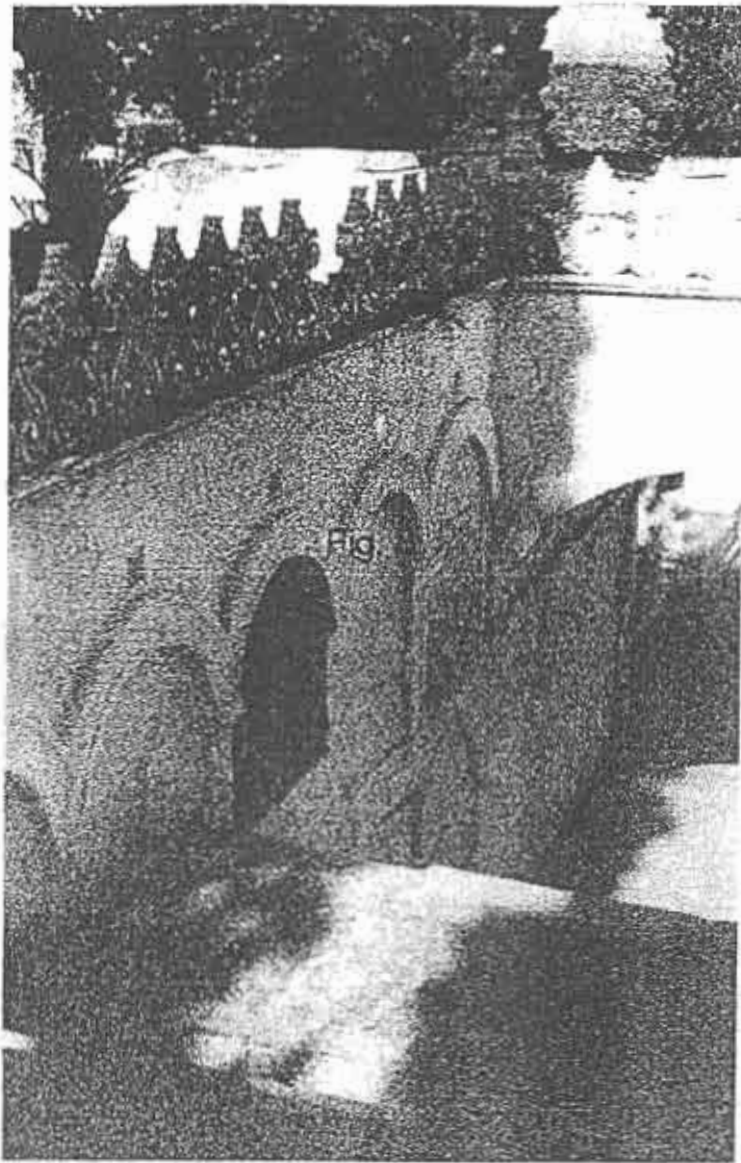


Fig 7





CAPÍTULO
II

A "industrialização social"
de Portalegre no século XIX

Ilustrações



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



CAPÍTULO
III

Monumentos relevantes
no Cemitério de Portalegre

Ilustrações

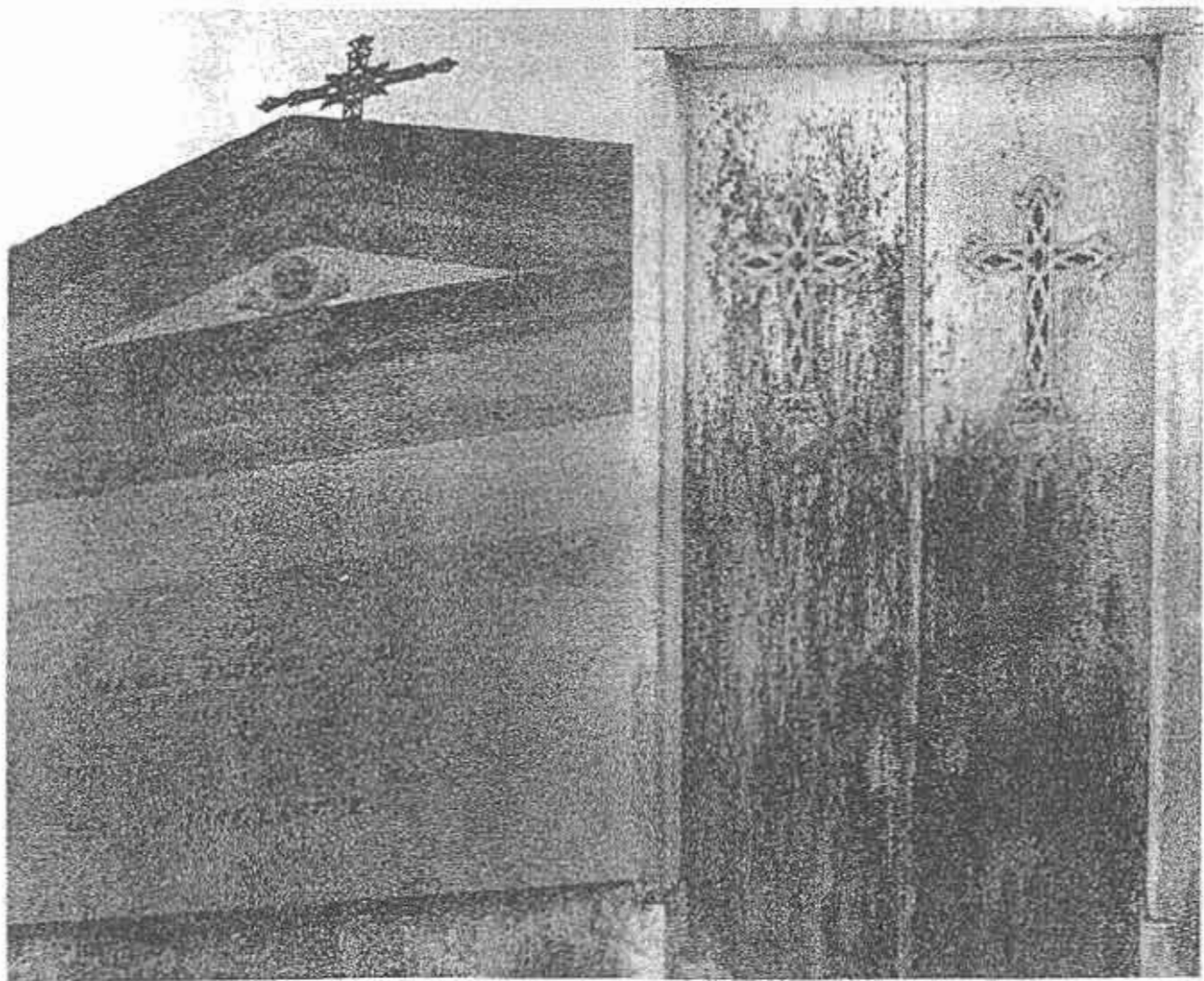


Fig. 1

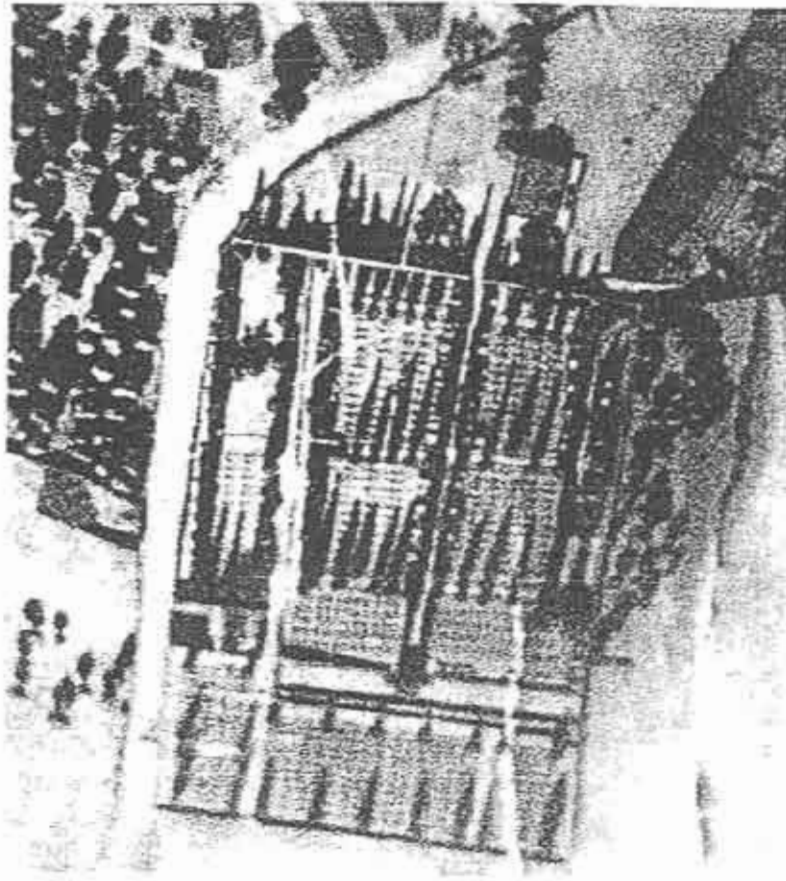


Fig. 1A

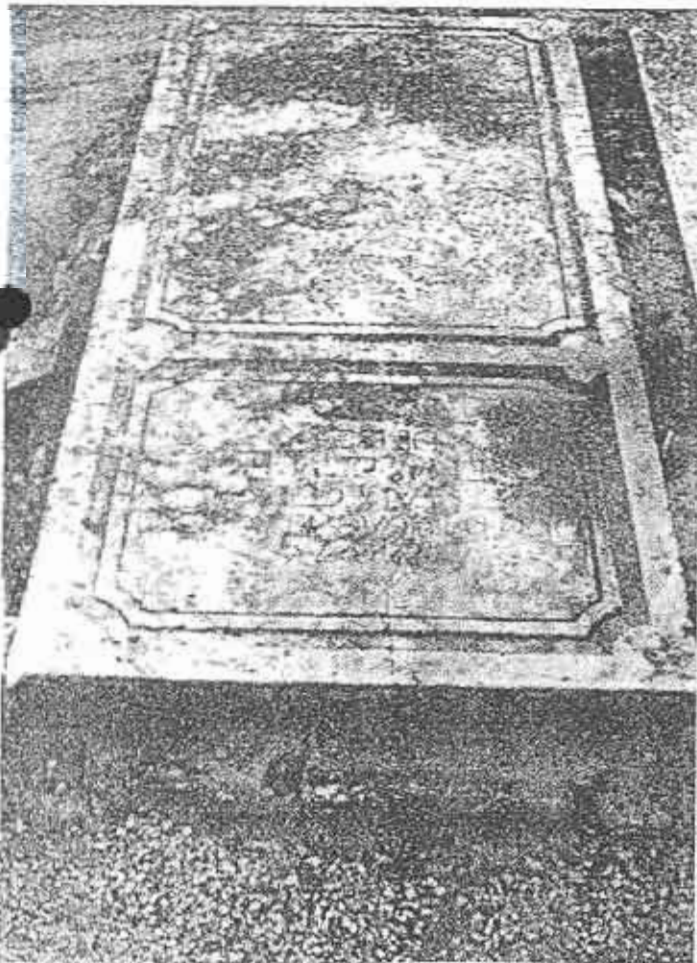


Fig. 2

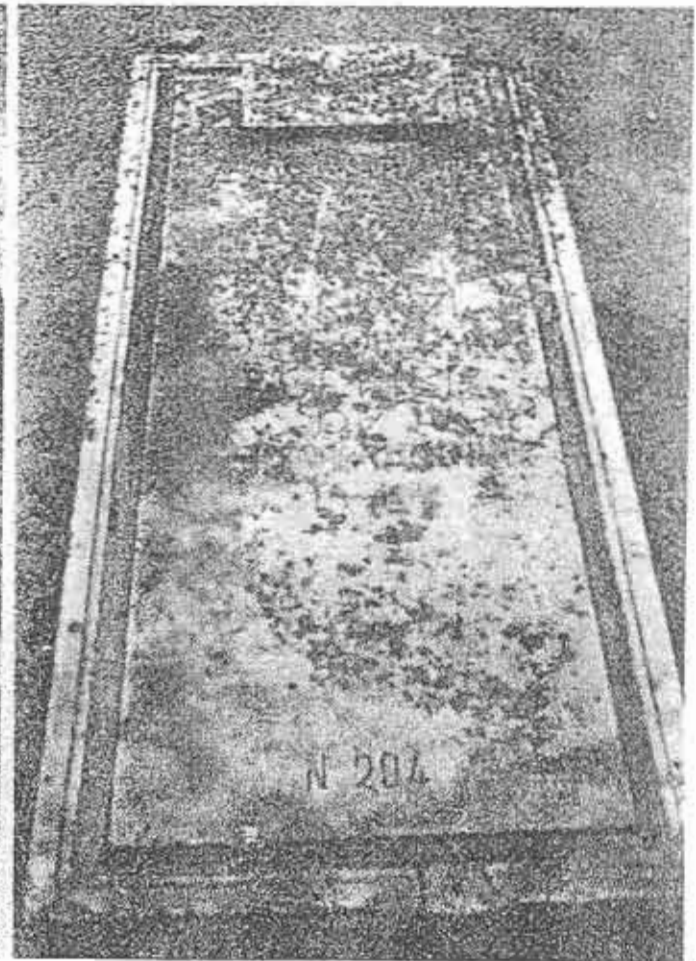


Fig. 3

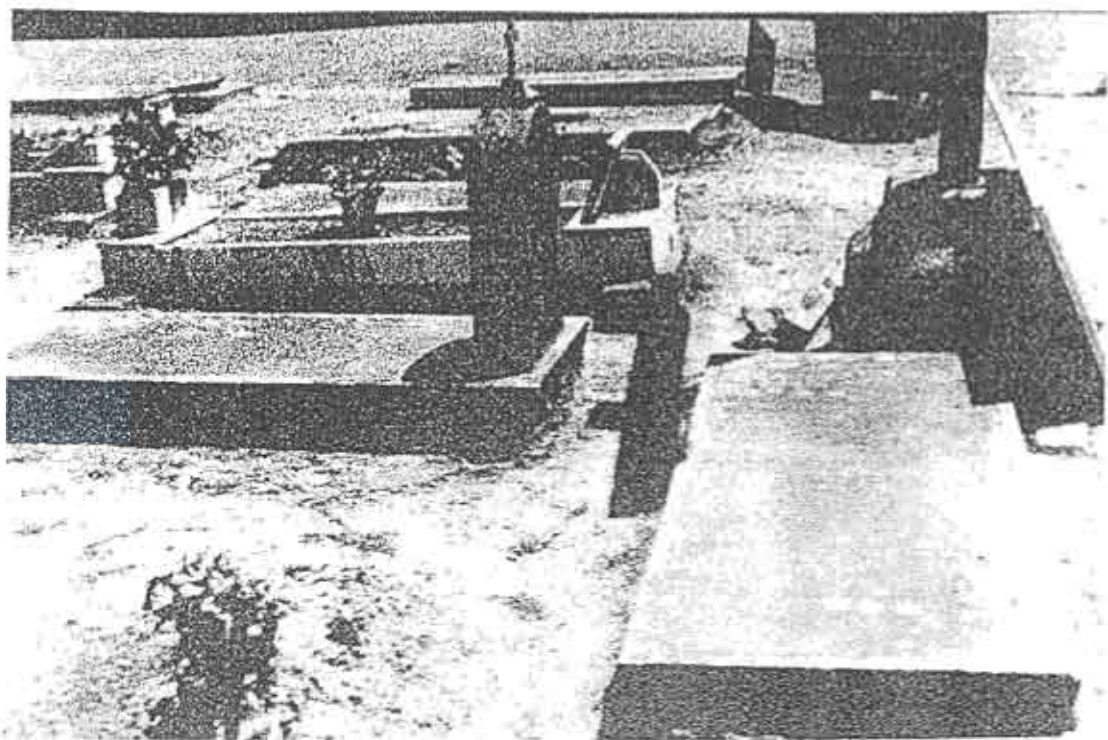


Fig. 4

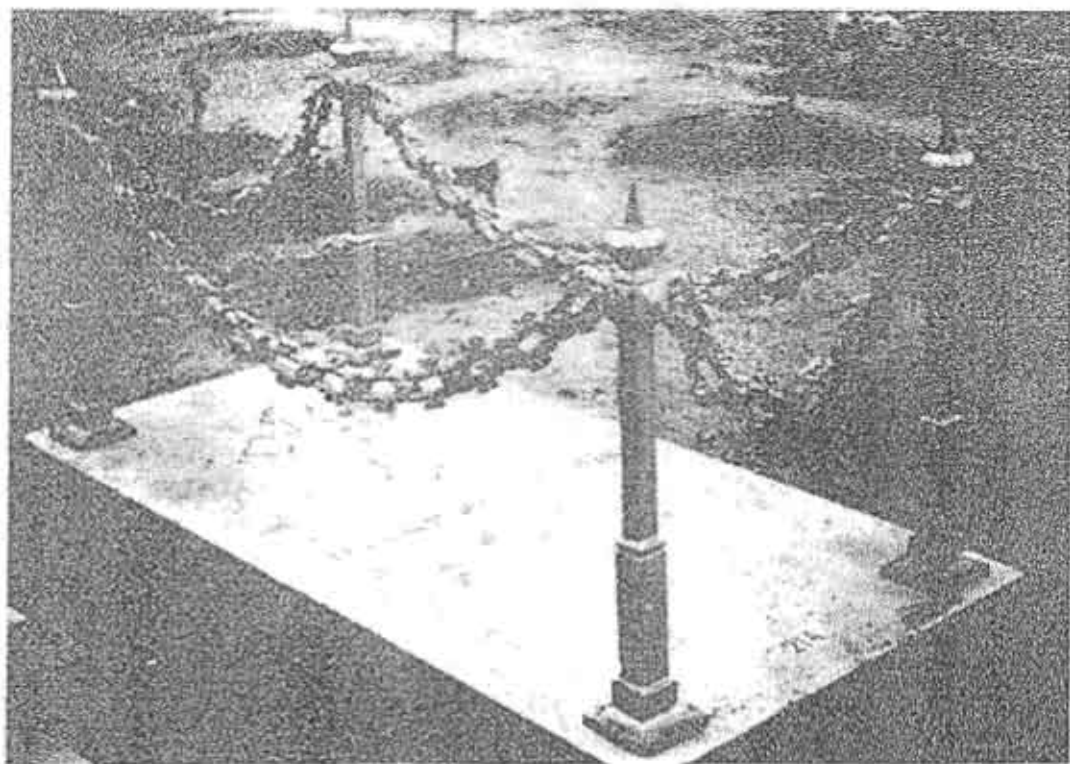


Fig. 5

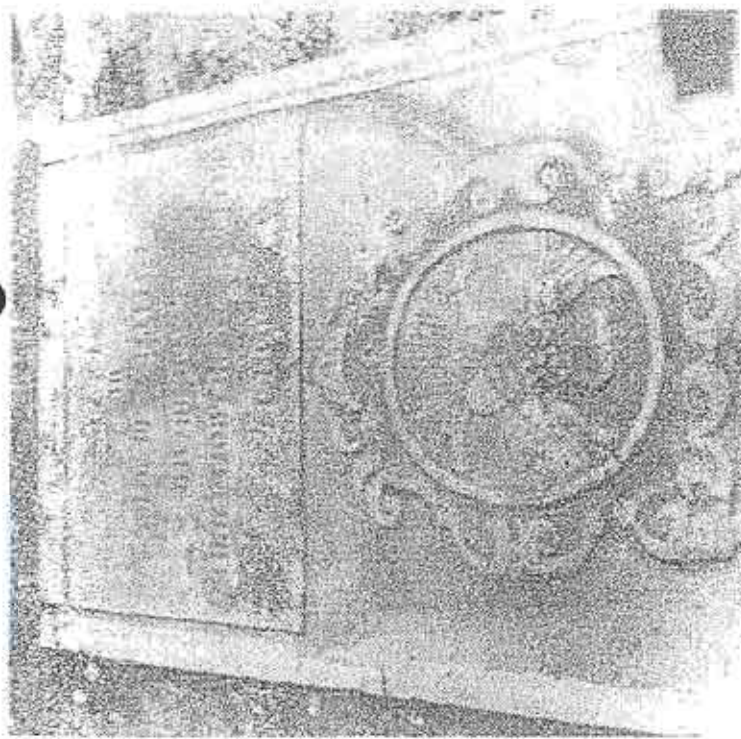


Fig. 6A

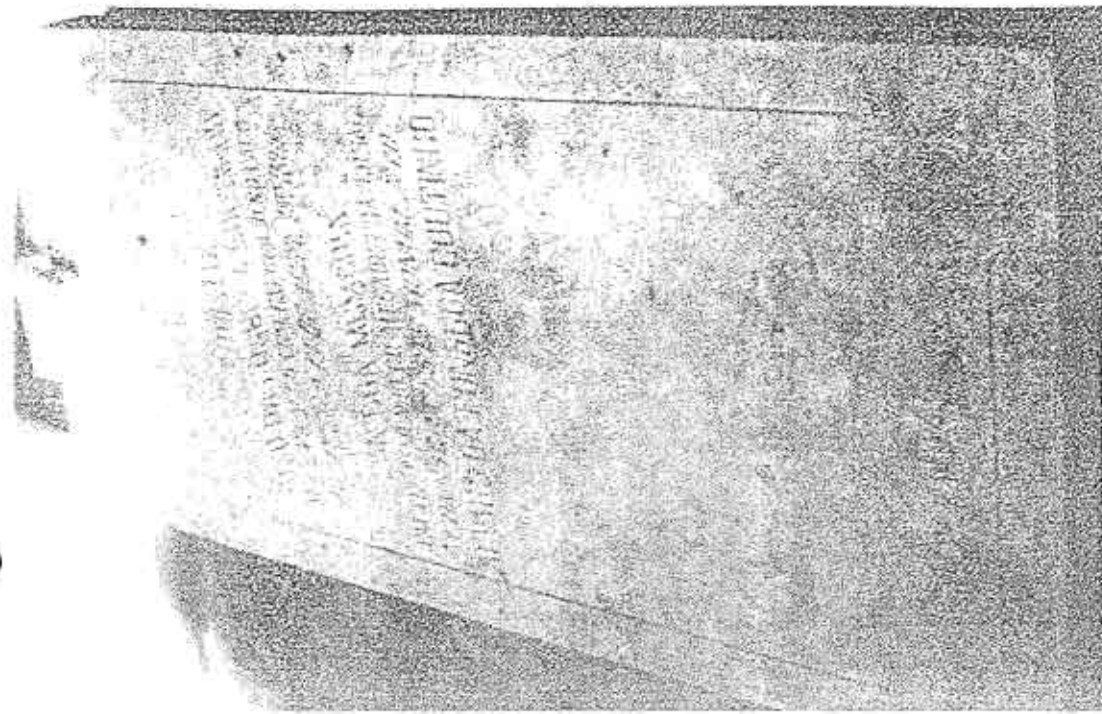


Fig. 6B



Fig. 8

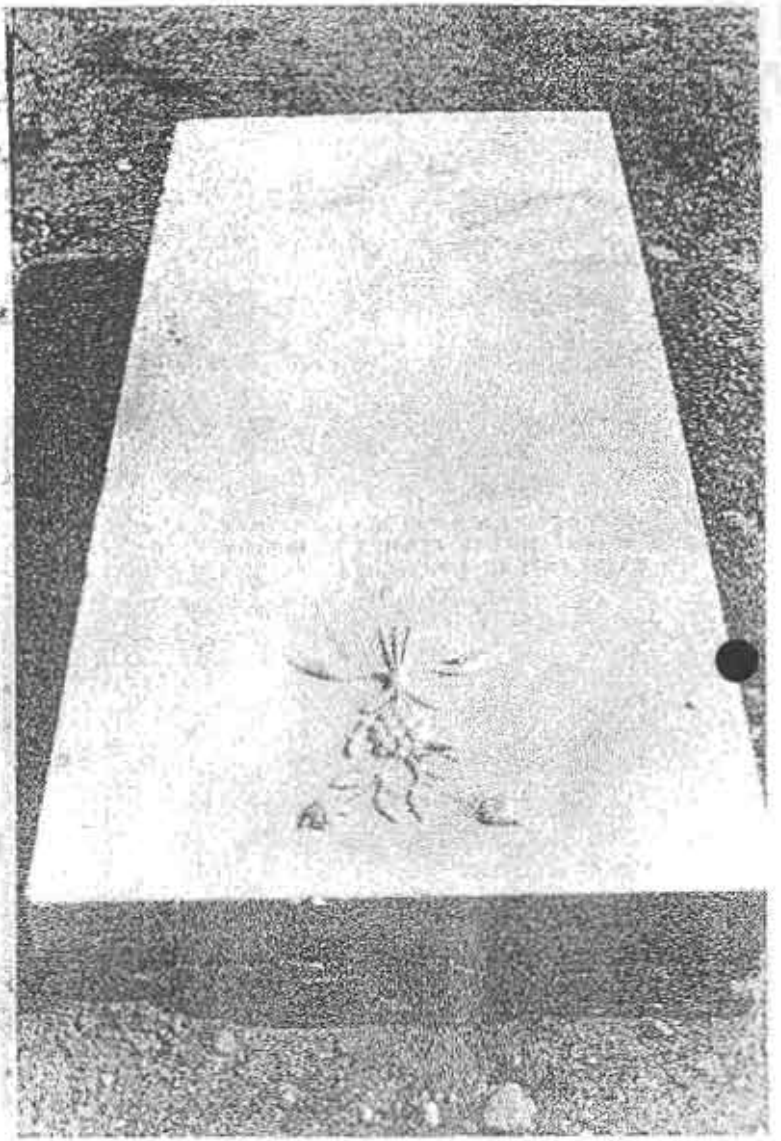


Fig. 7

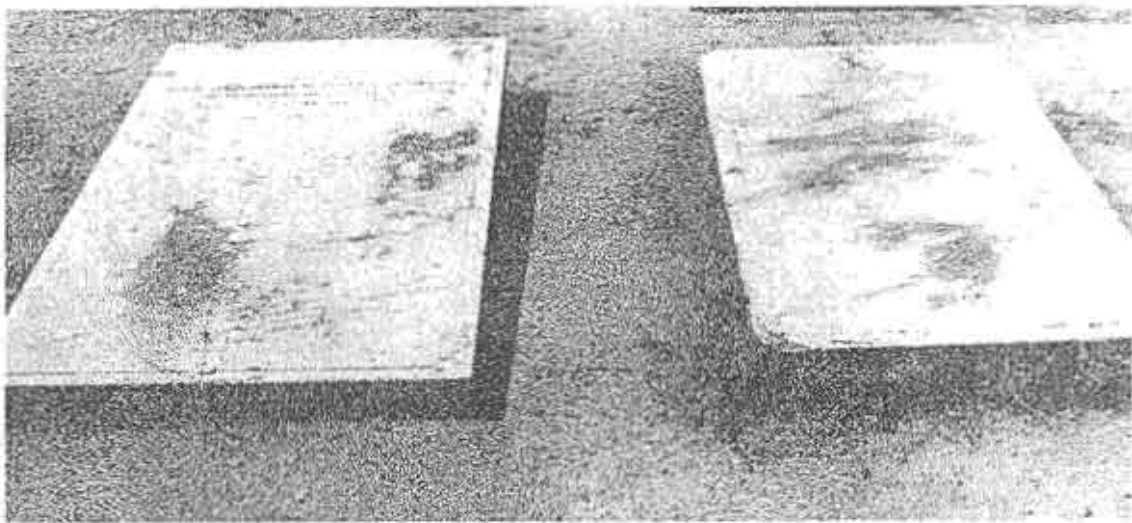


Fig. 9



Fig. 10



Fig. 11

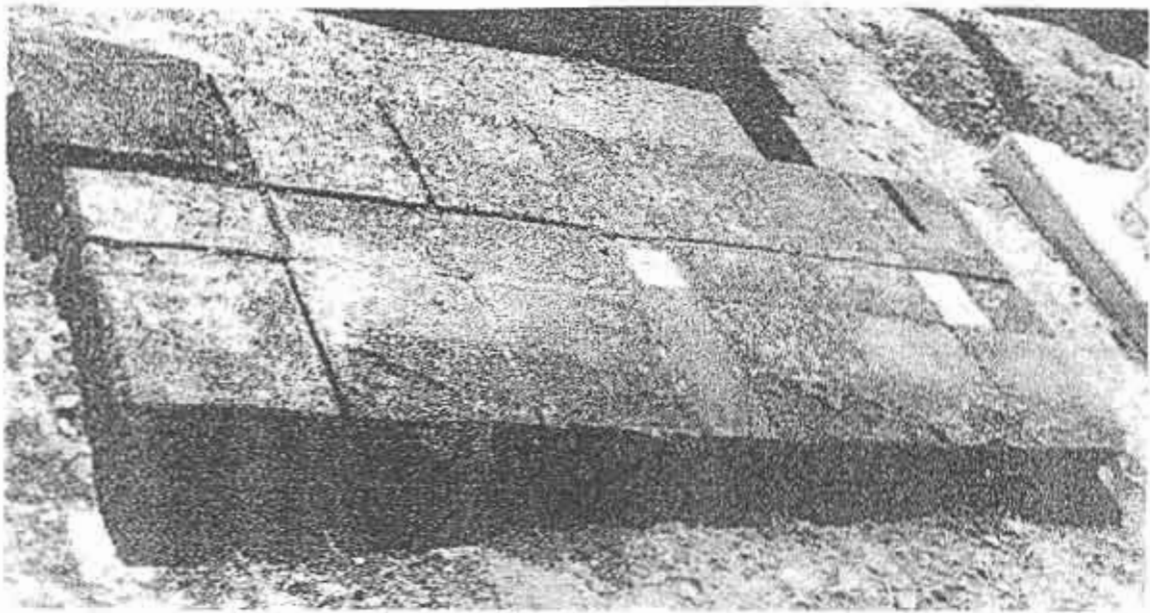


Fig. 12

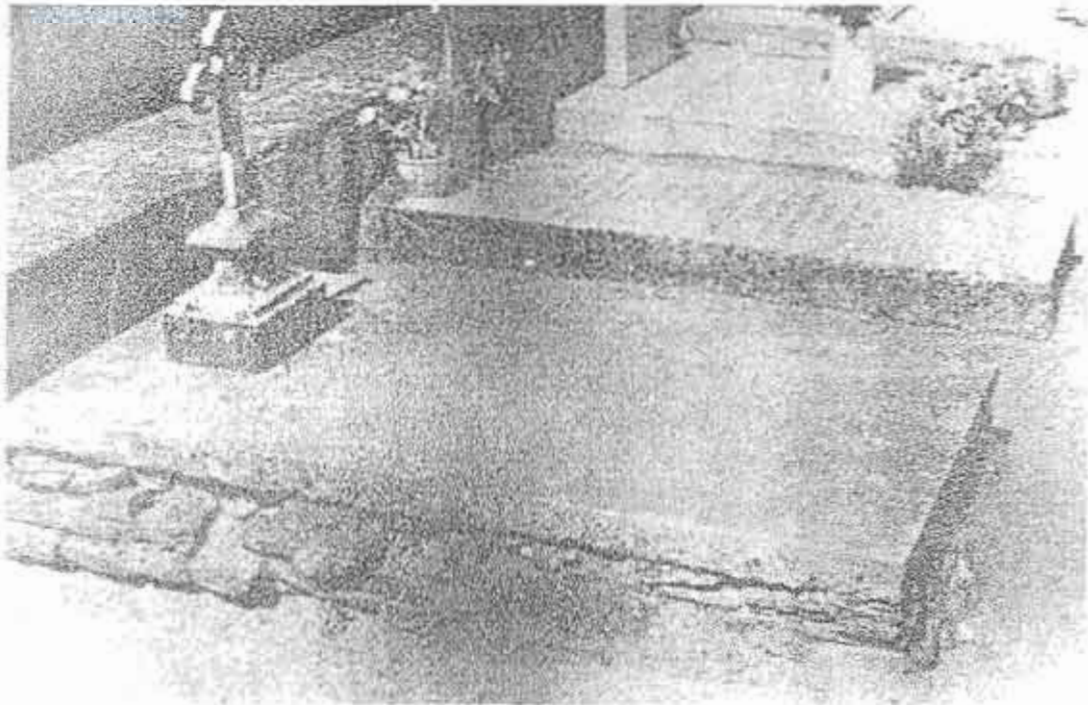


Fig. 13



Fig. 14

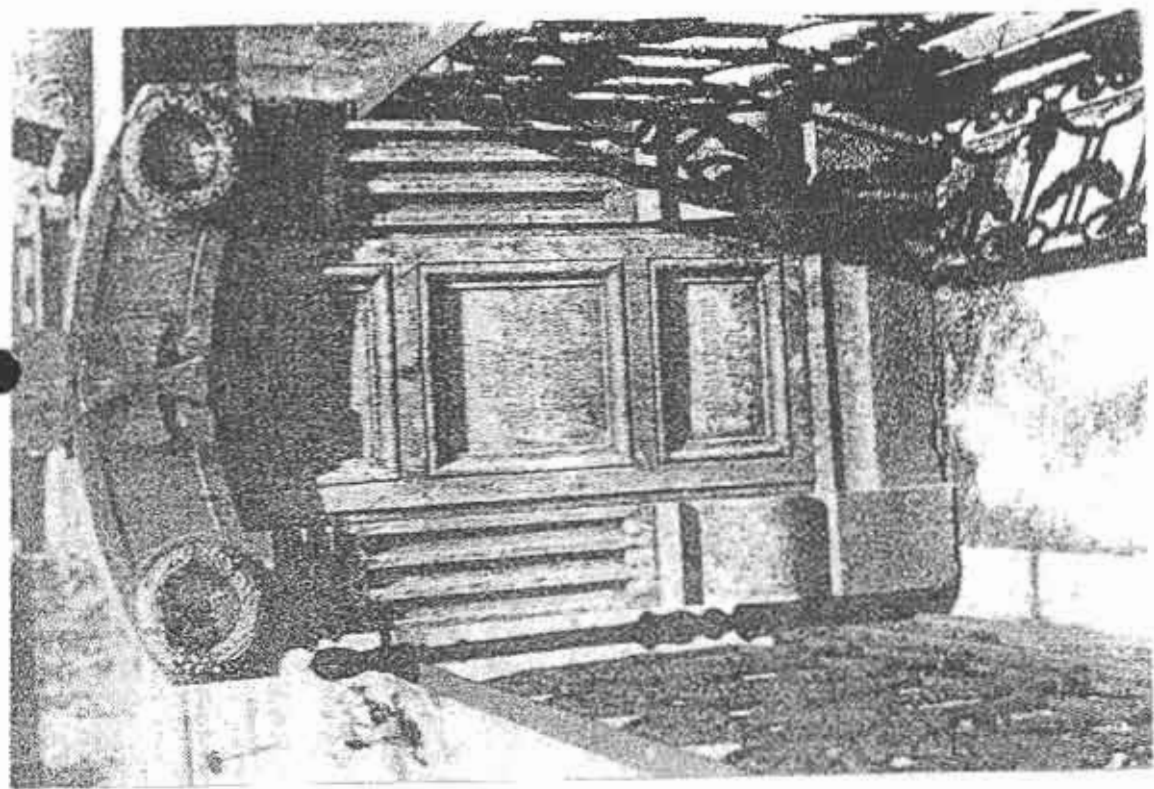


Fig. 15

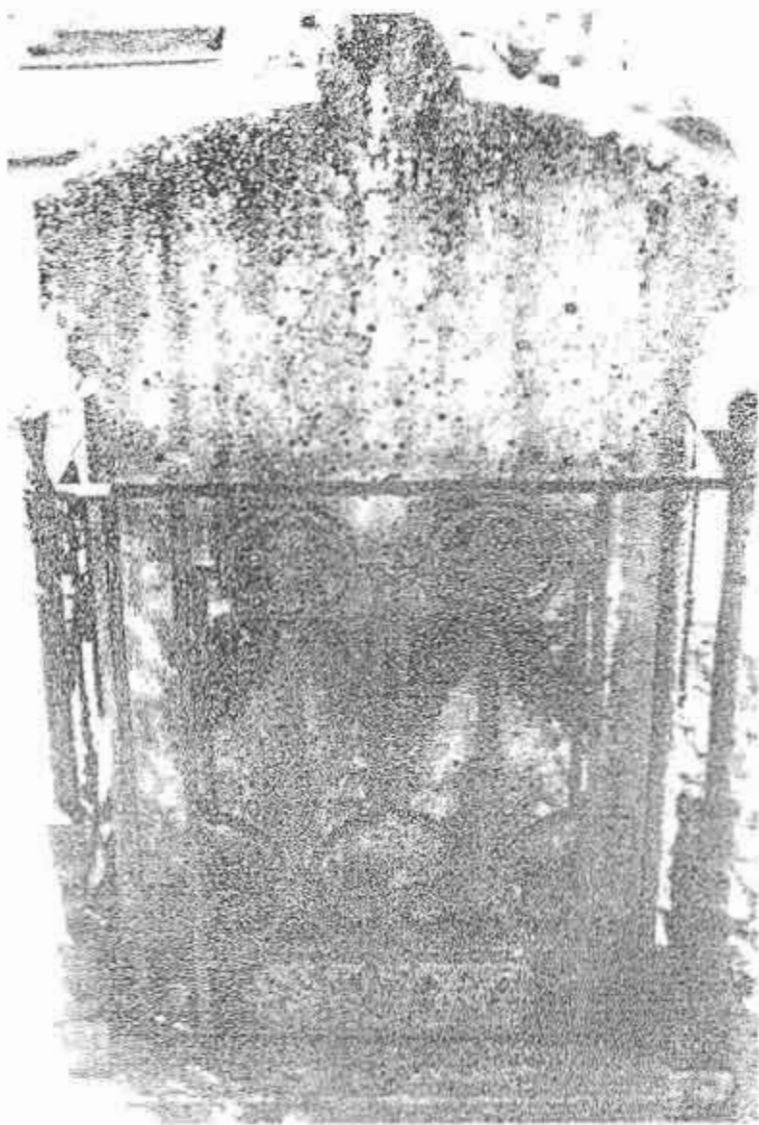


Fig. 15

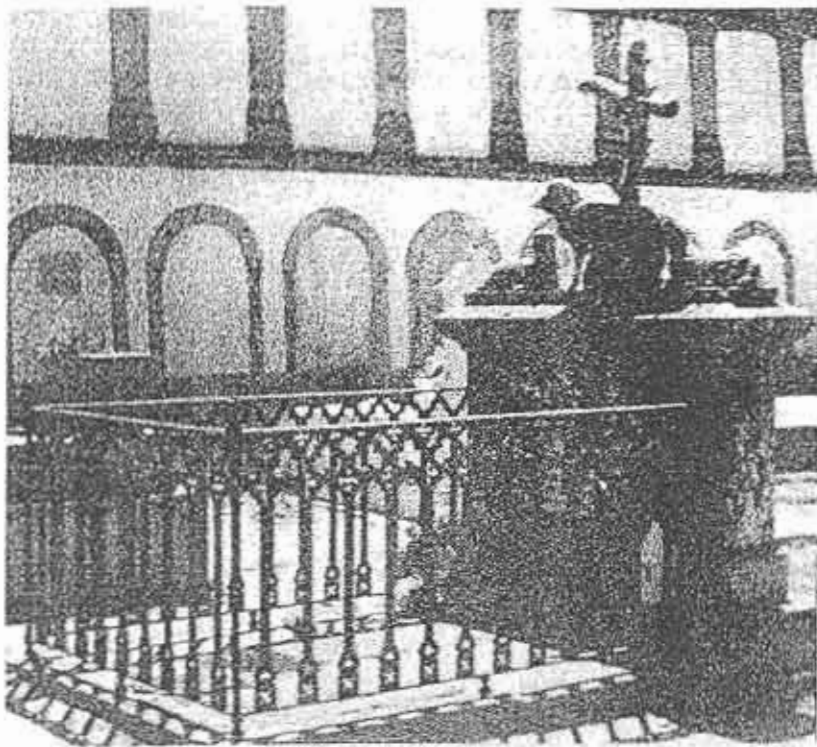


Fig. 16



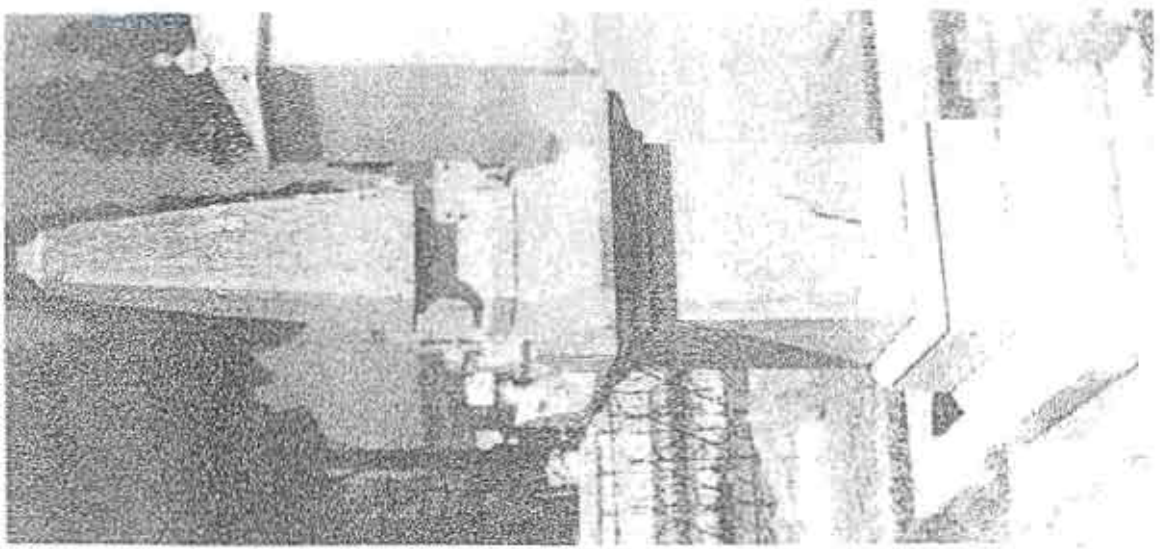


Fig. 17

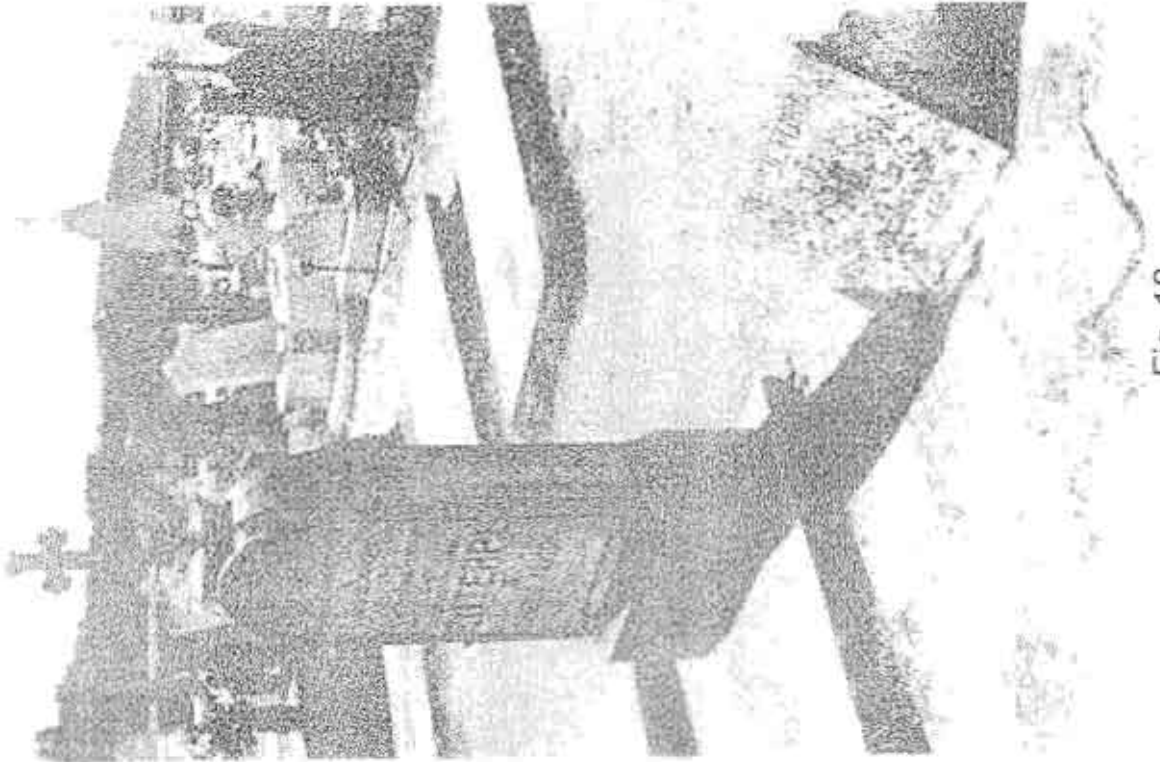


Fig. 18



Fig. 18A

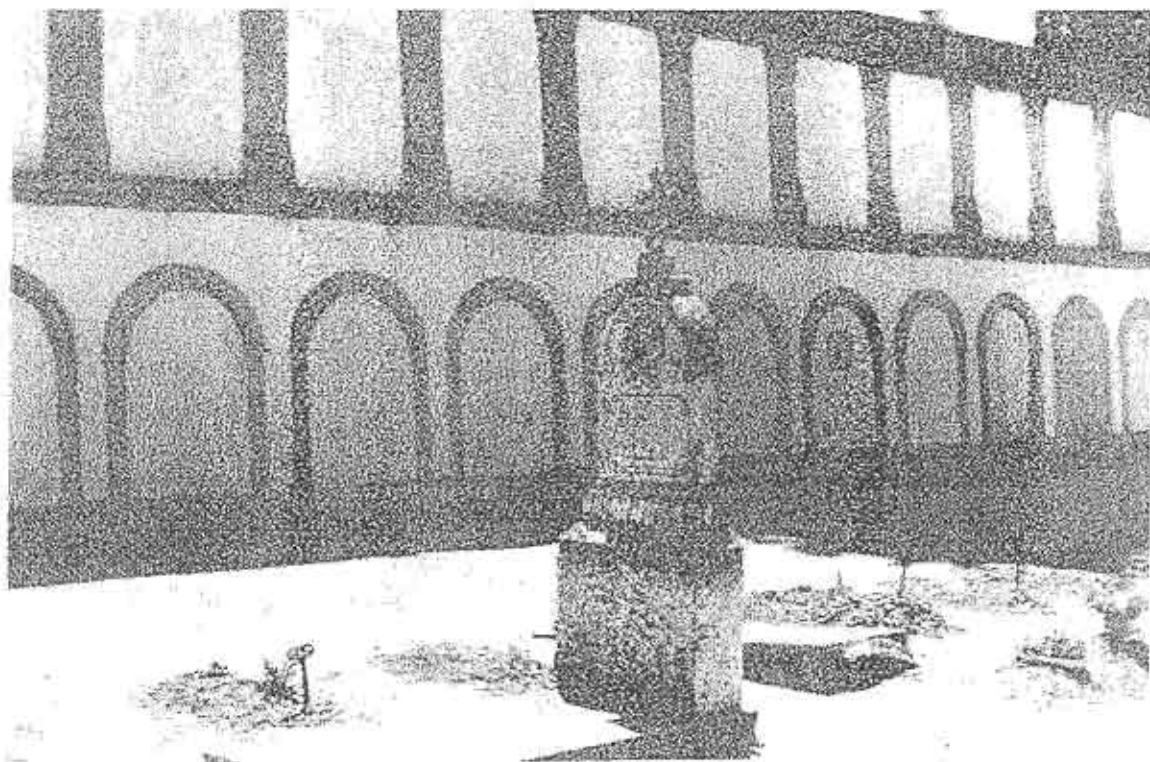


Fig. 19



Fig. 20



Fig. 21



Fig. 22



Fig. 22A

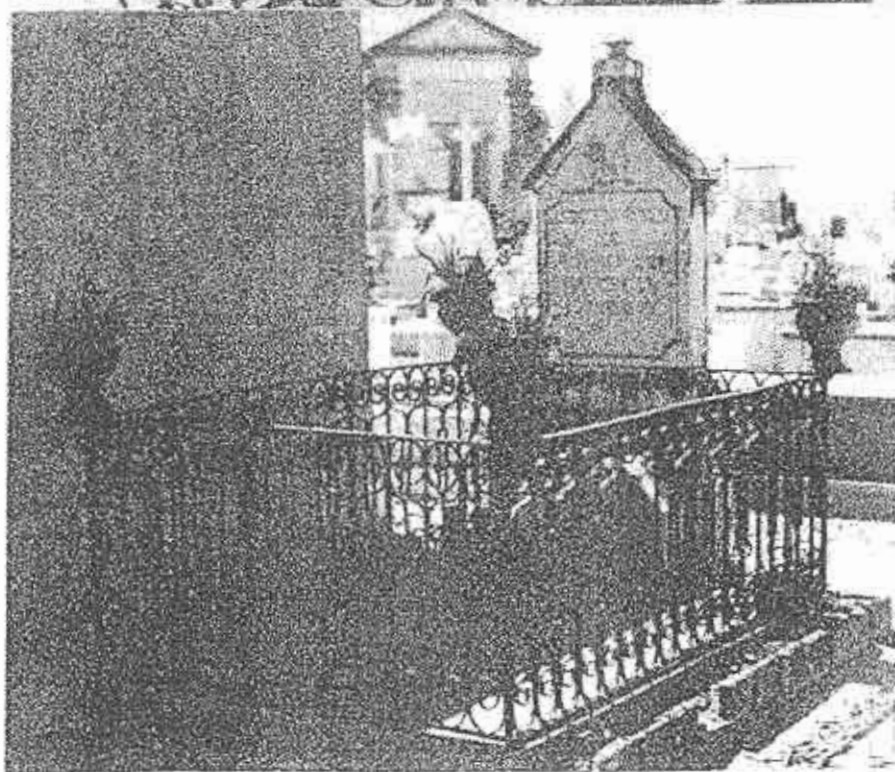
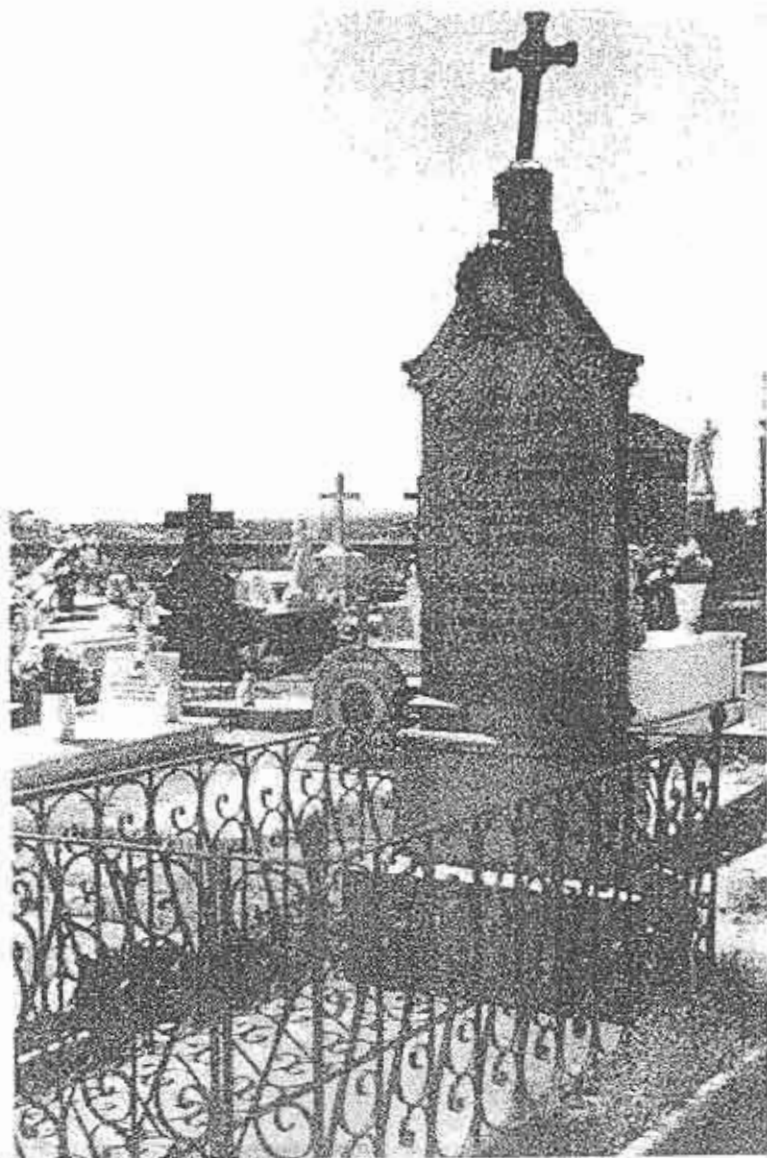


Fig. 23 (em cima) e Fig. 24

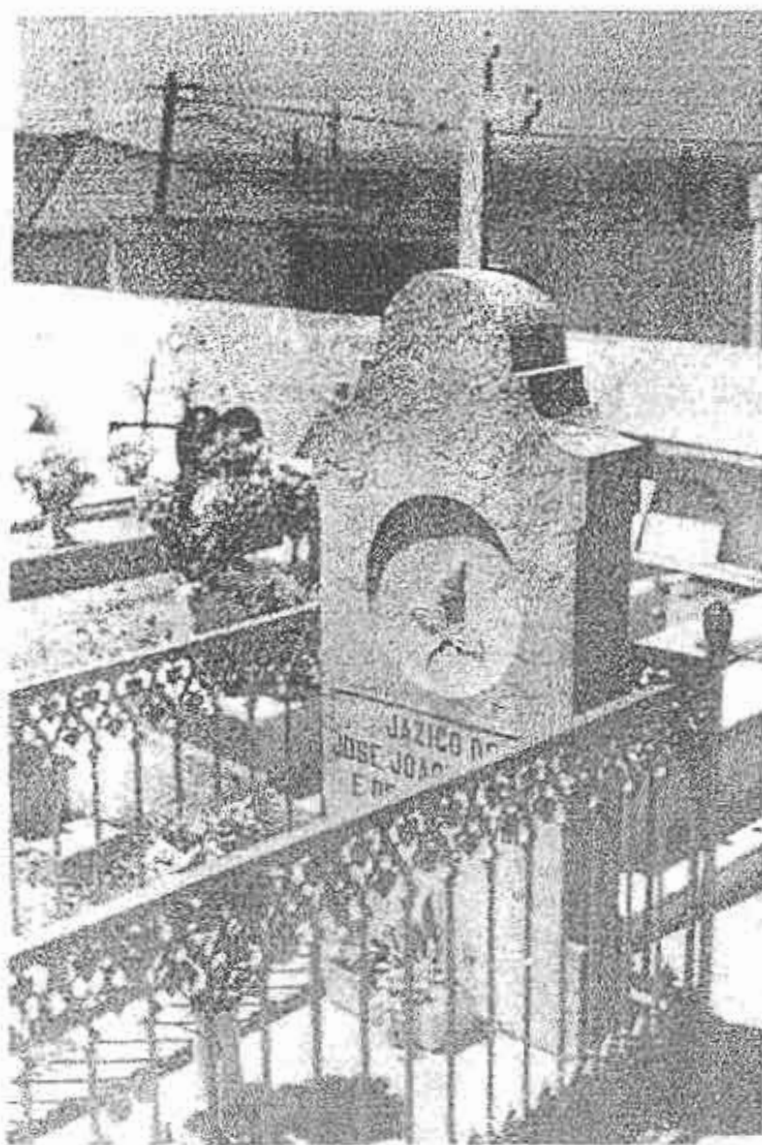


Fig. 25 (em cima) e Fig. 26



Fig. 27

BREVISSIMA NOTICIA
DA PAROCHIAL EGREJA
DE
SANTA MARIA MAGDALENA
DA CIDADE DE PORTALEGRE.
POR
F. A. Rodrigues de Gusmão.

LISBOA
POR A IMPRESSÃO DE JOÃO DA SILVA, N.º 72
1828.



Fig. 28



Fig. 30

Fig. 29

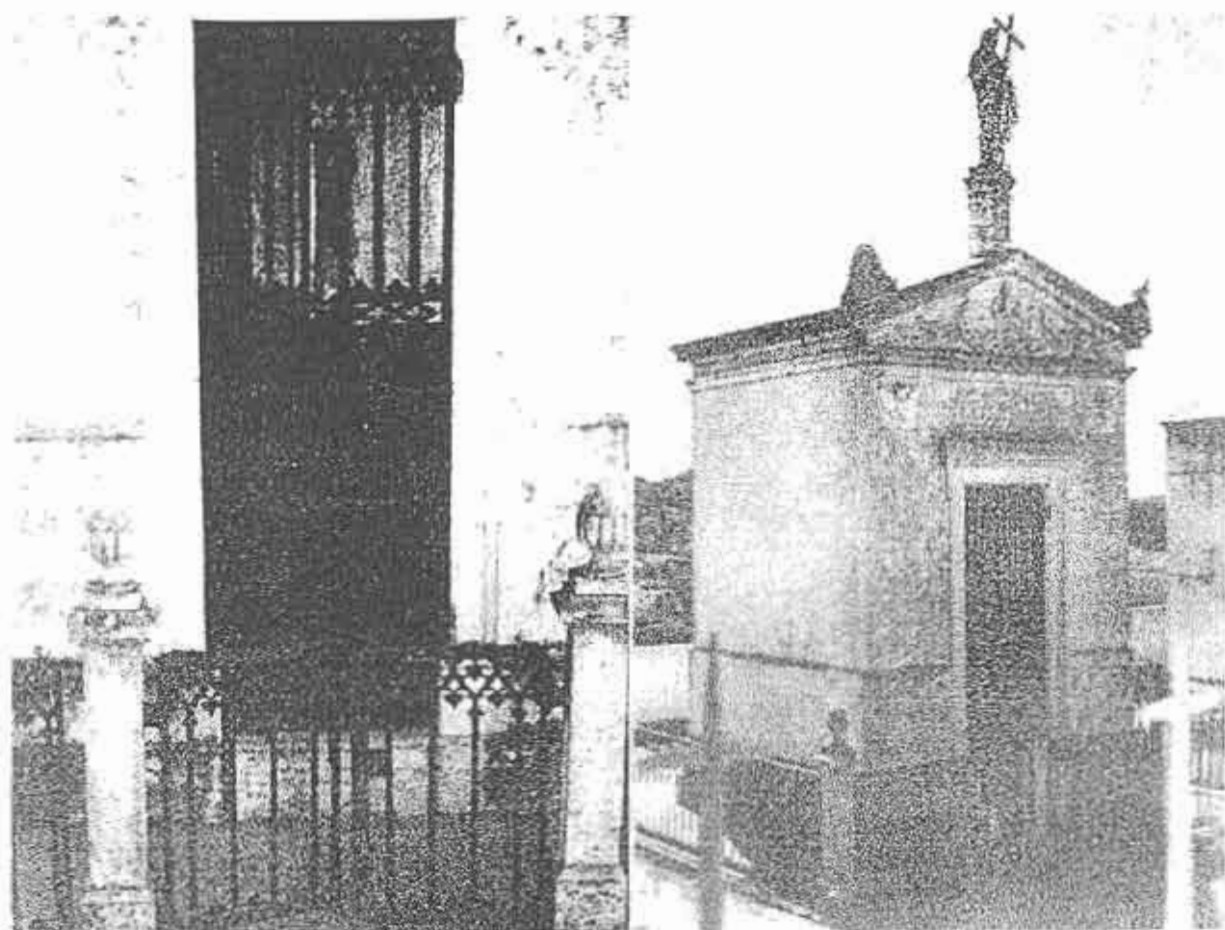


Fig. 31





Fig. 33

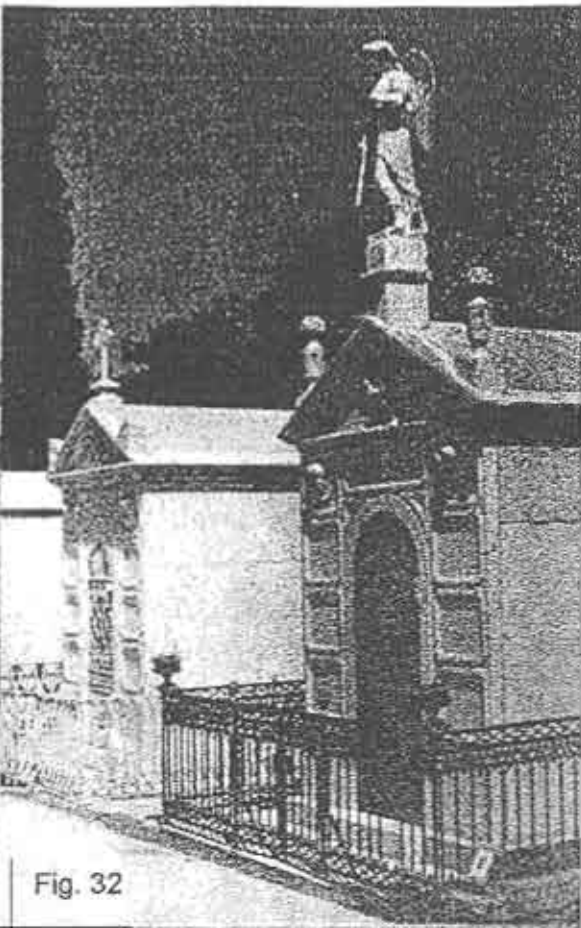


Fig. 32



Fig. 35



Fig. 34



Fig. 36



Fig. 37



Fig. 38



Fig. 39



Fig. 40

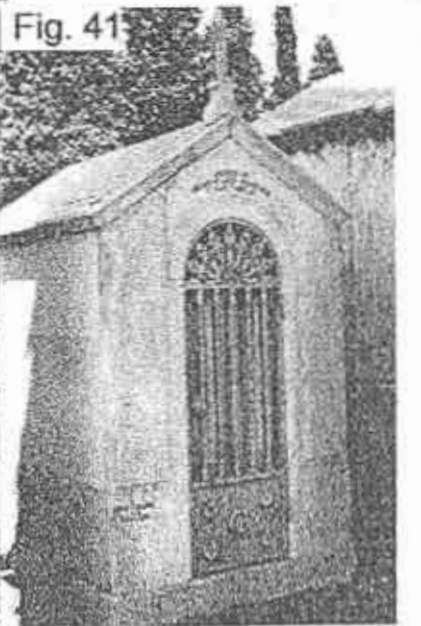


Fig. 41

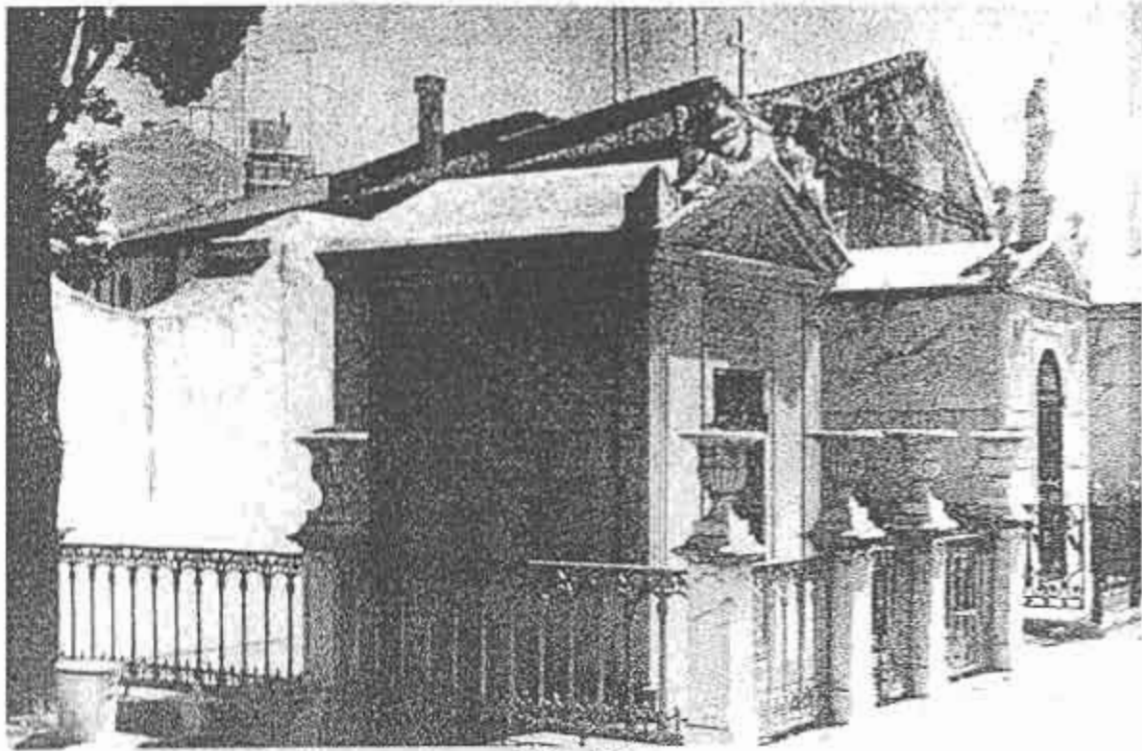


Fig. 42



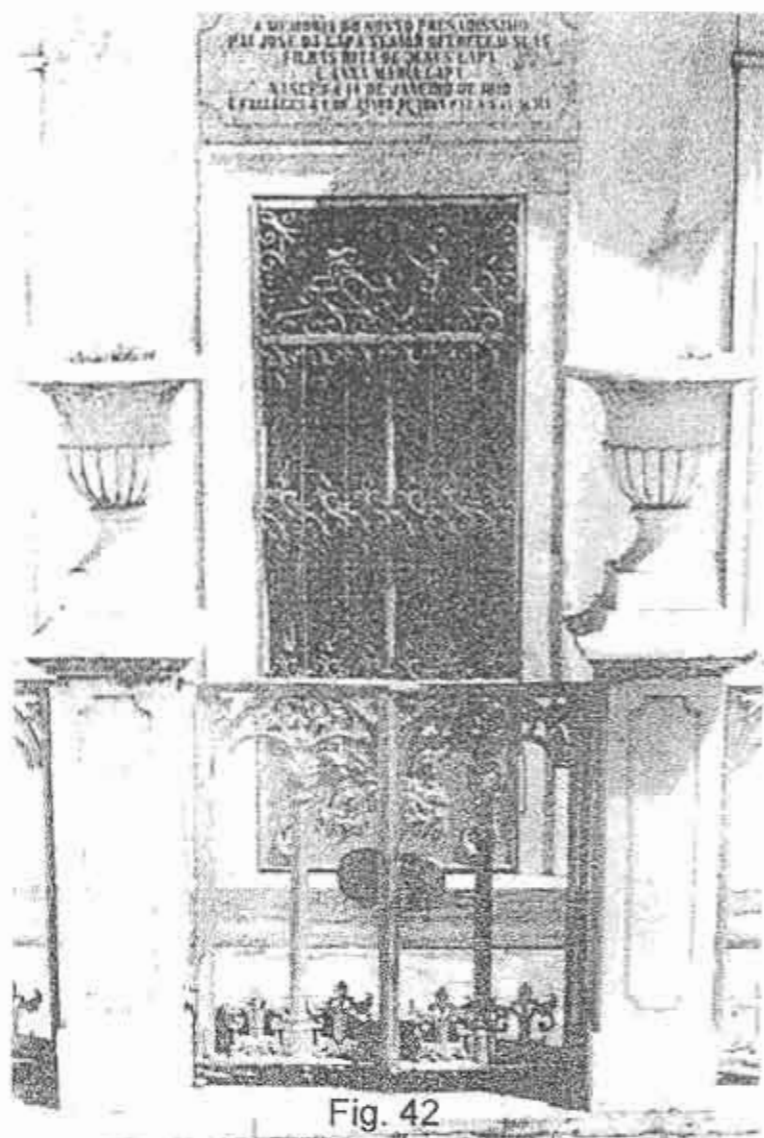
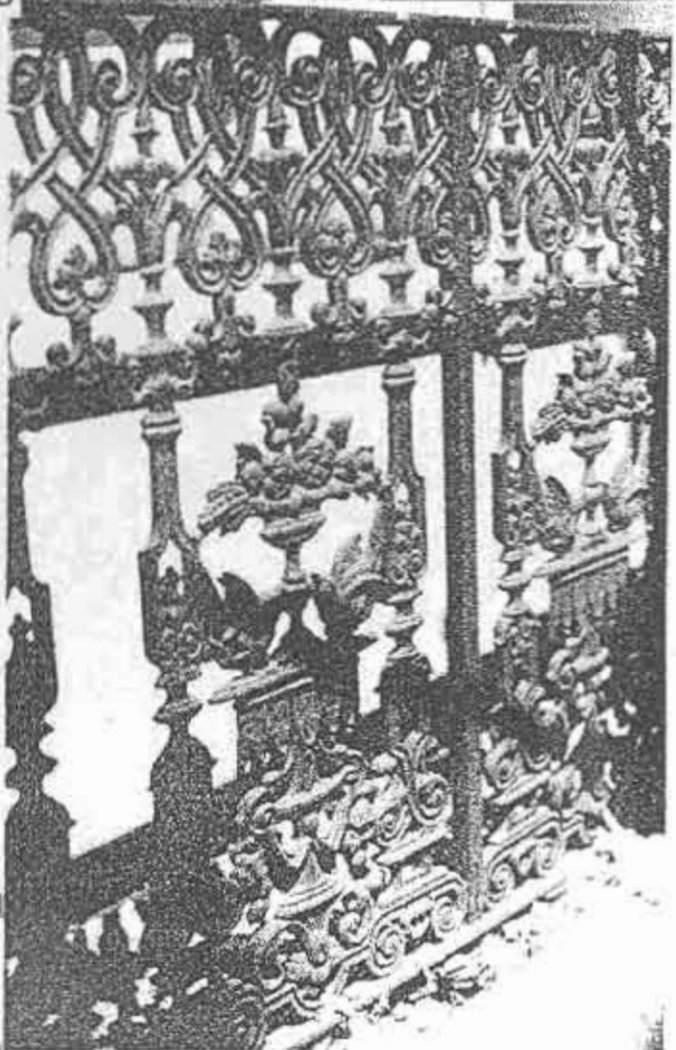
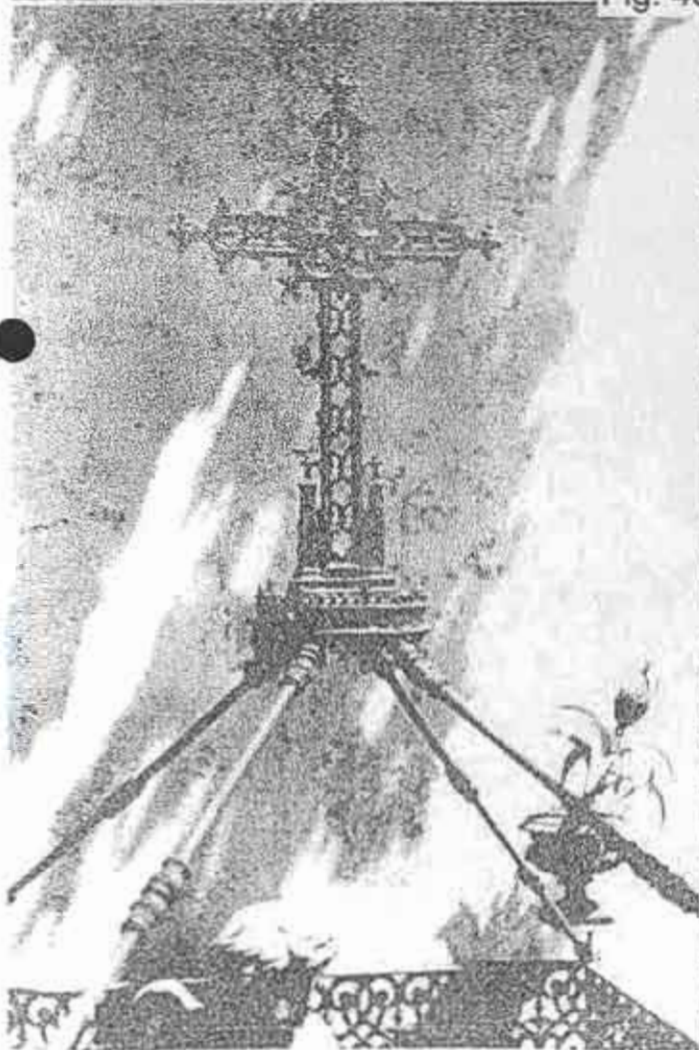




Fig. 43



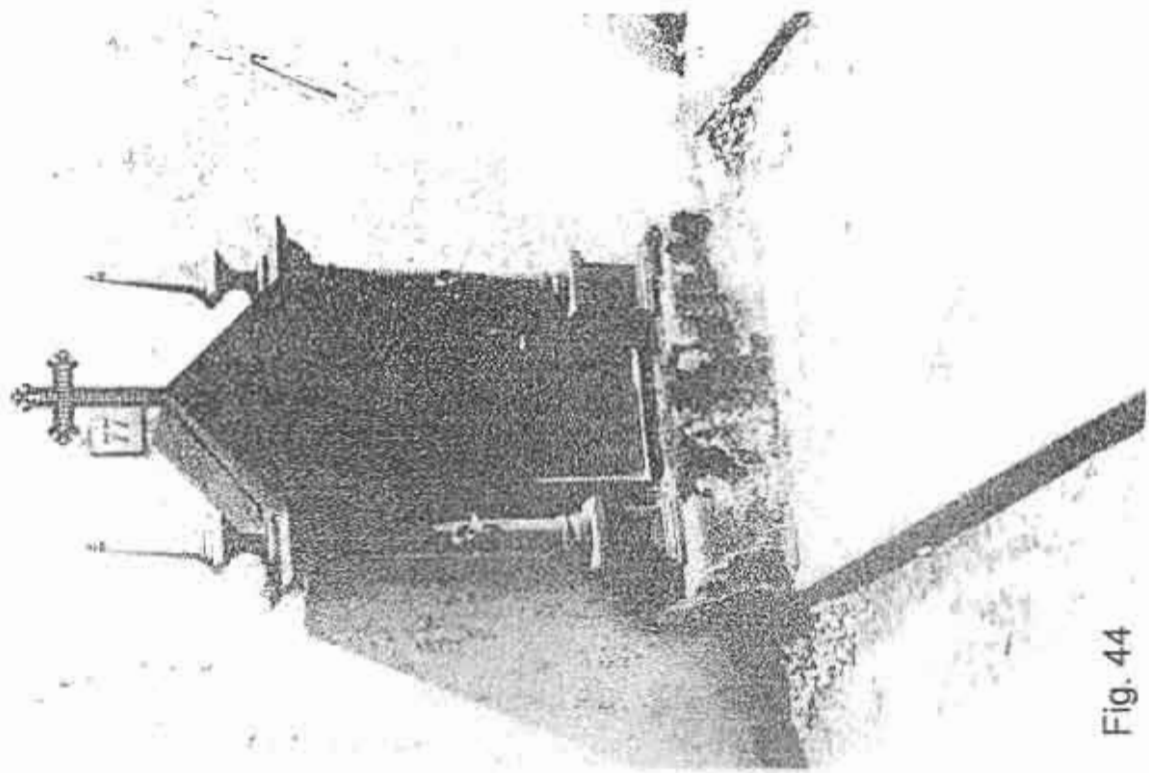
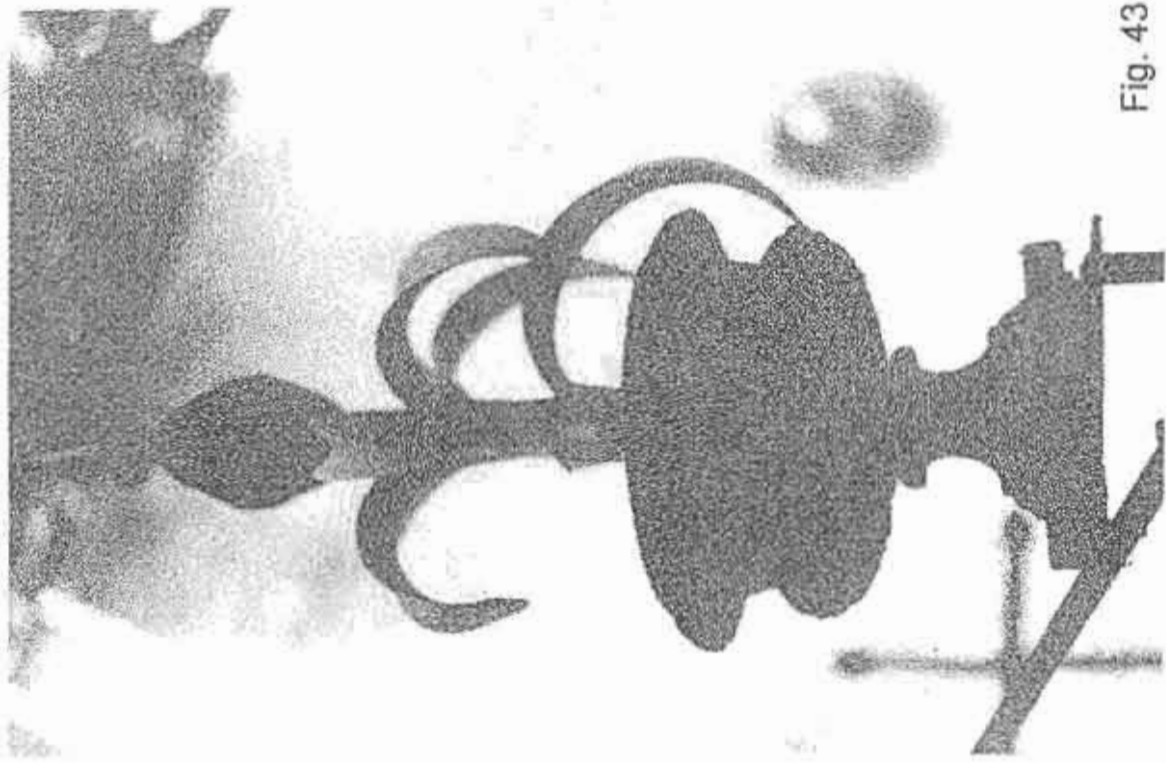


Fig. 43 Fig. 44

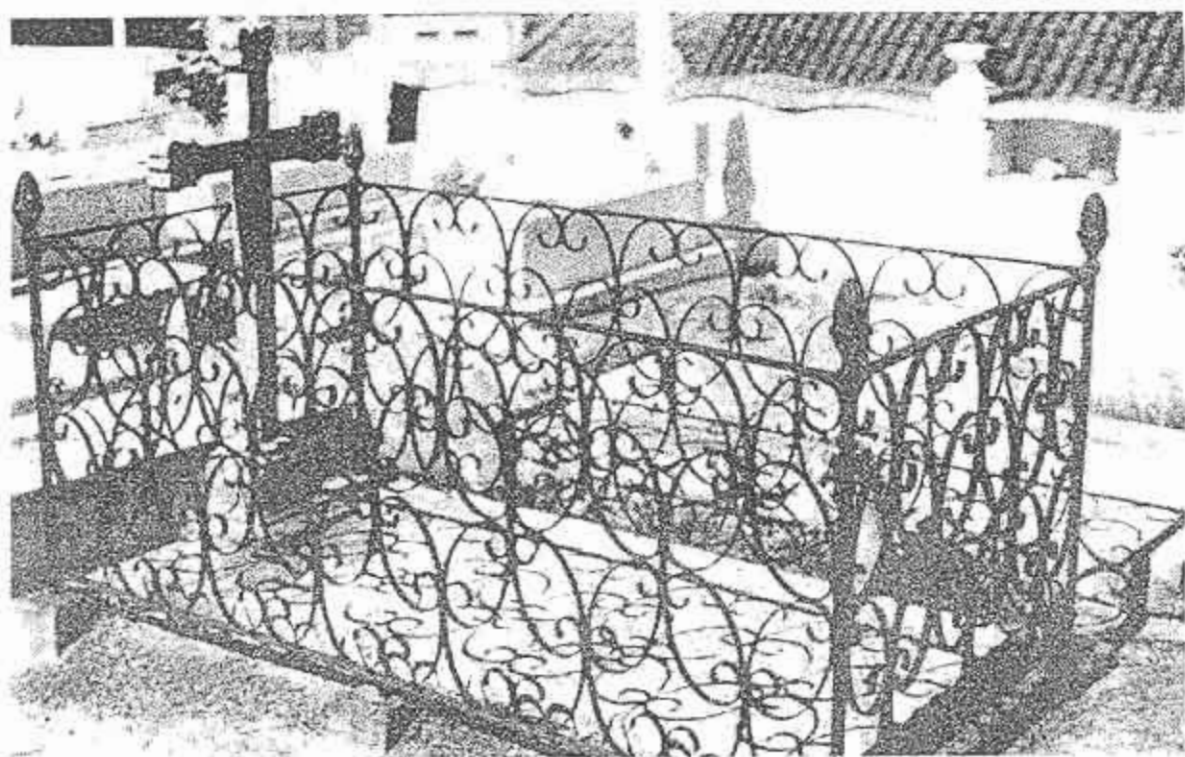


Fig. 45

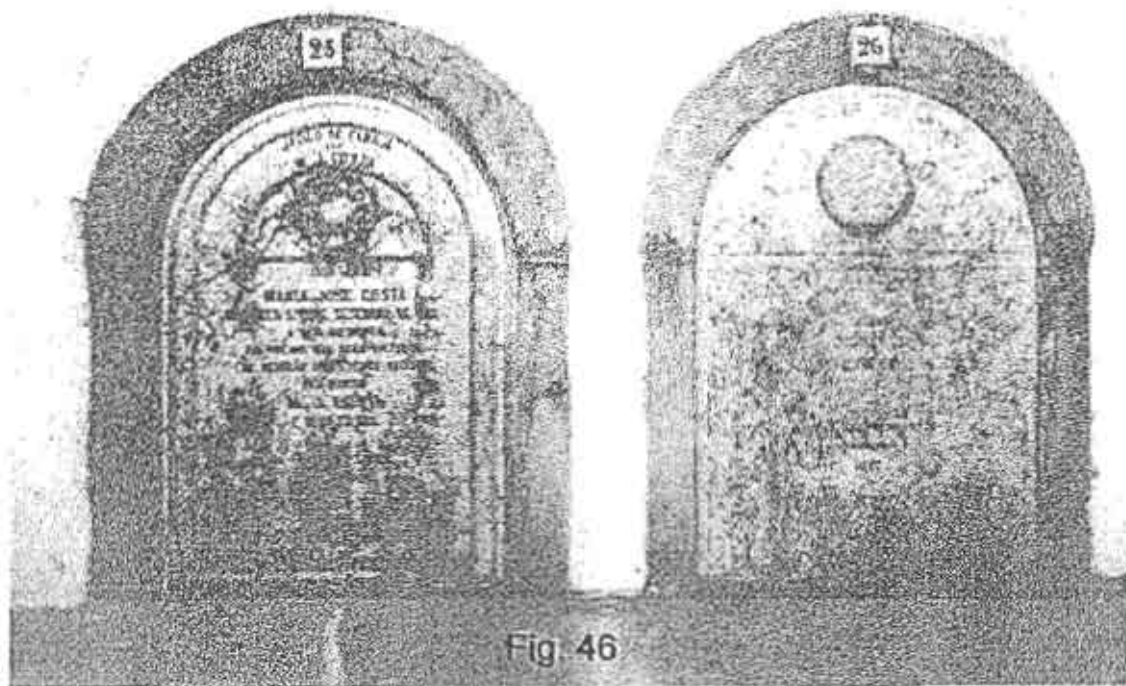


Fig. 46

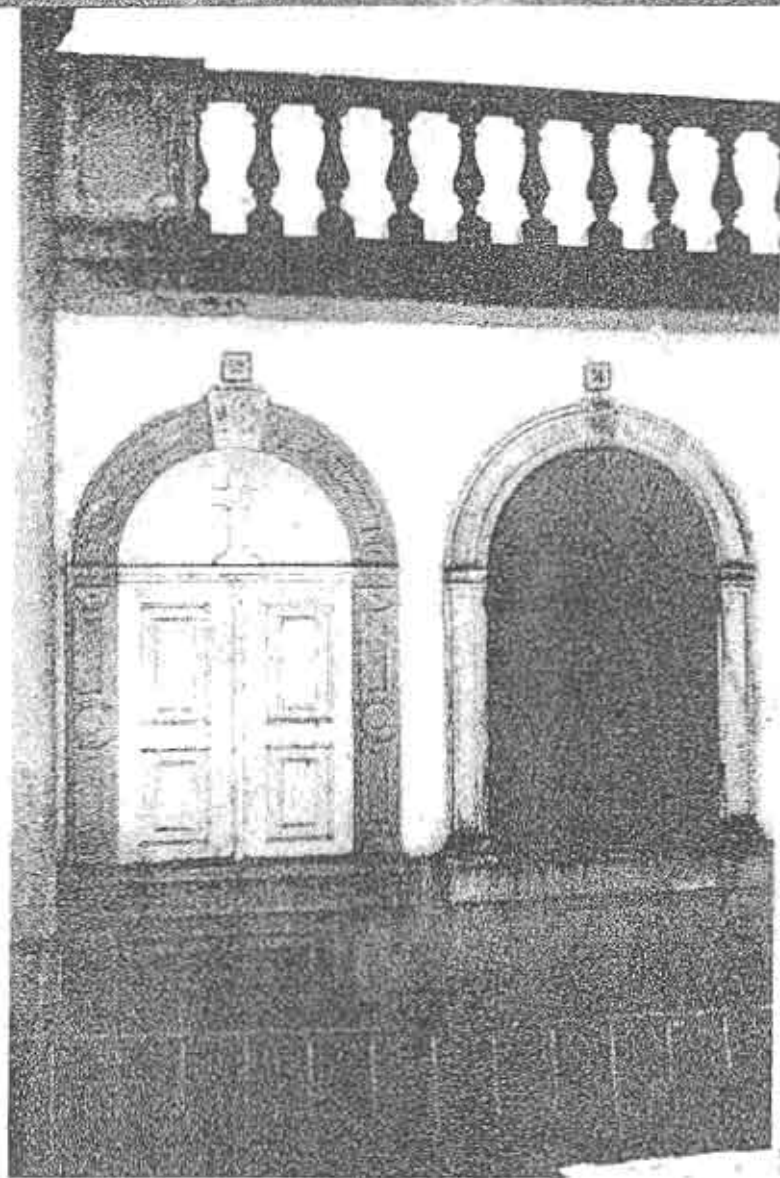


Fig. 47

Fig. 50

A



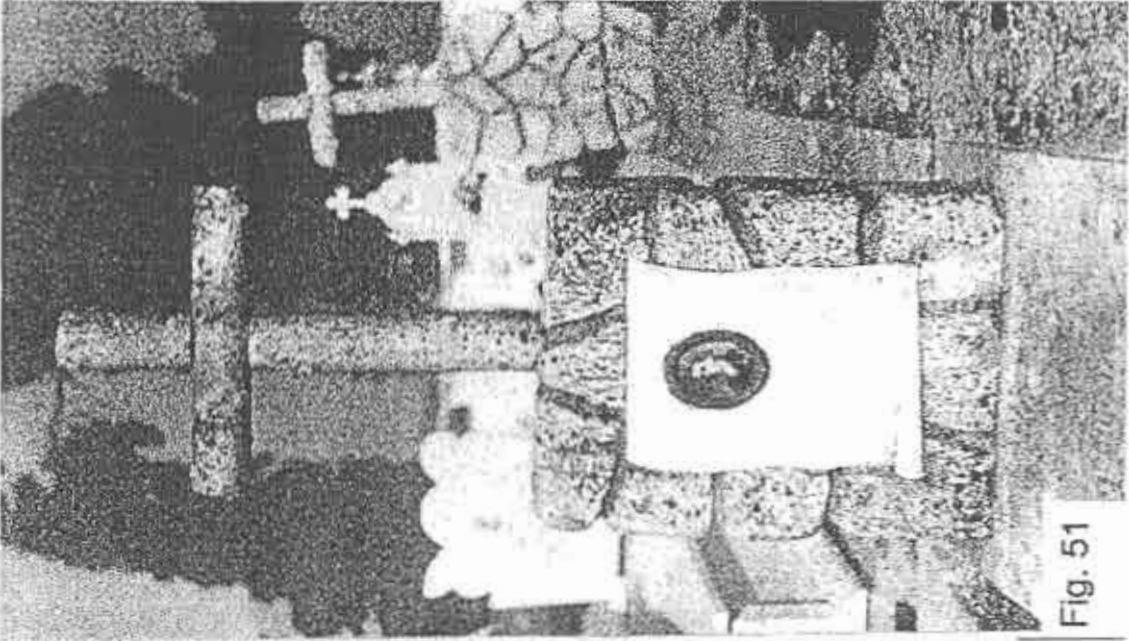


Fig. 52 Fig. 51

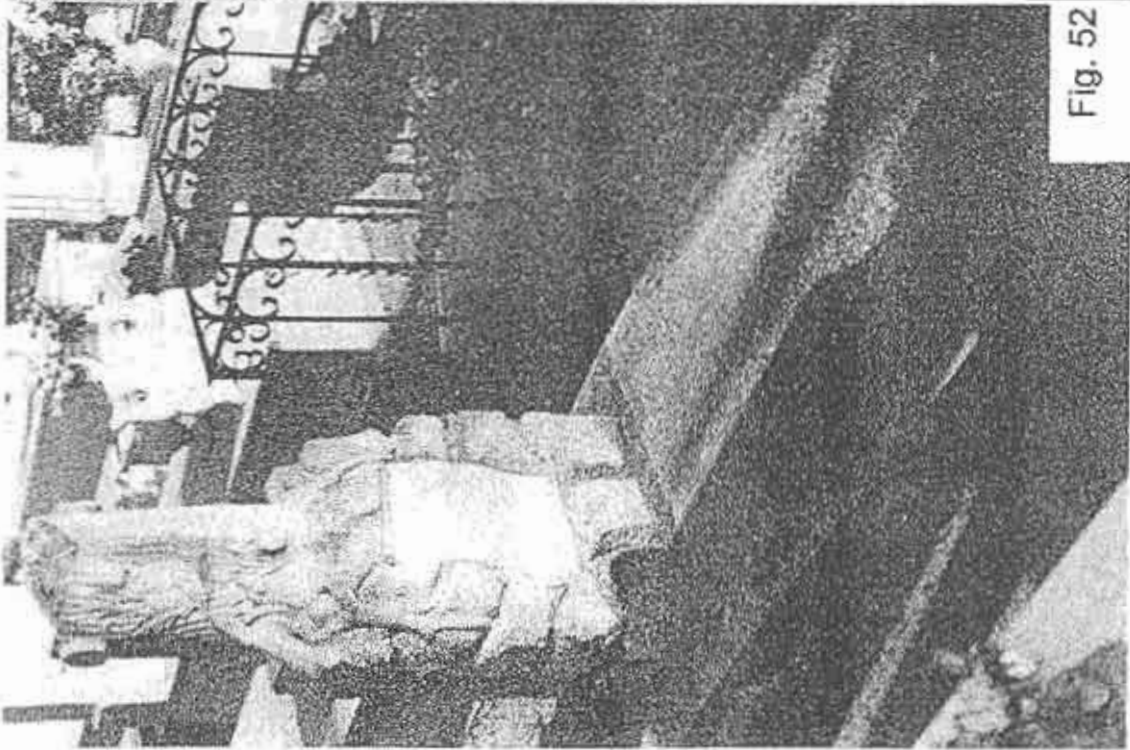
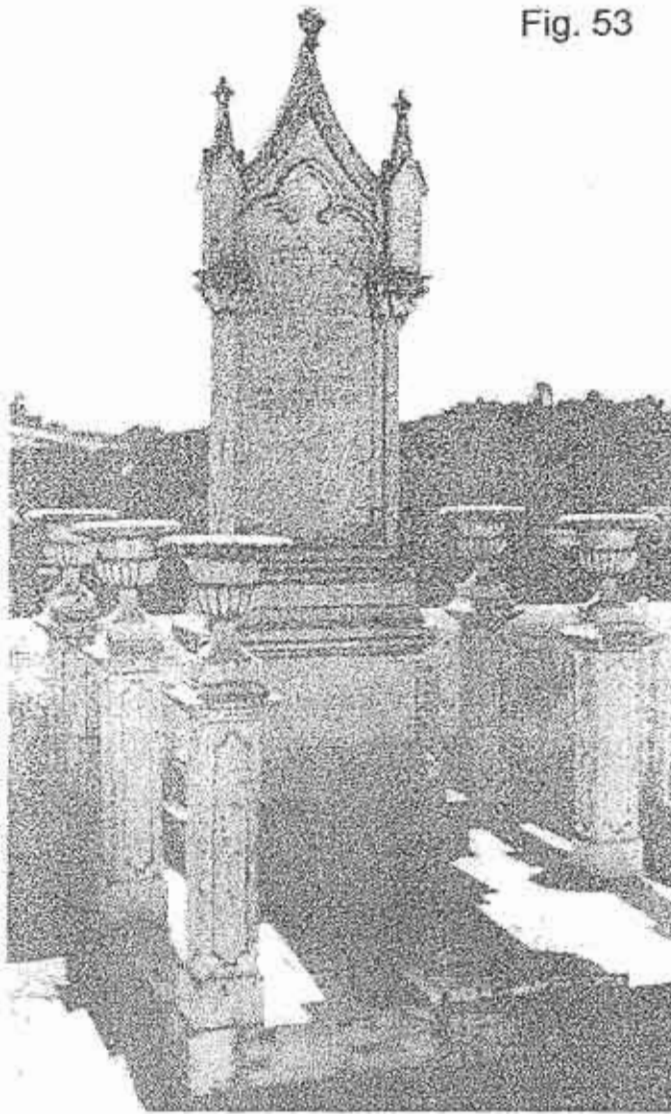


Fig. 53



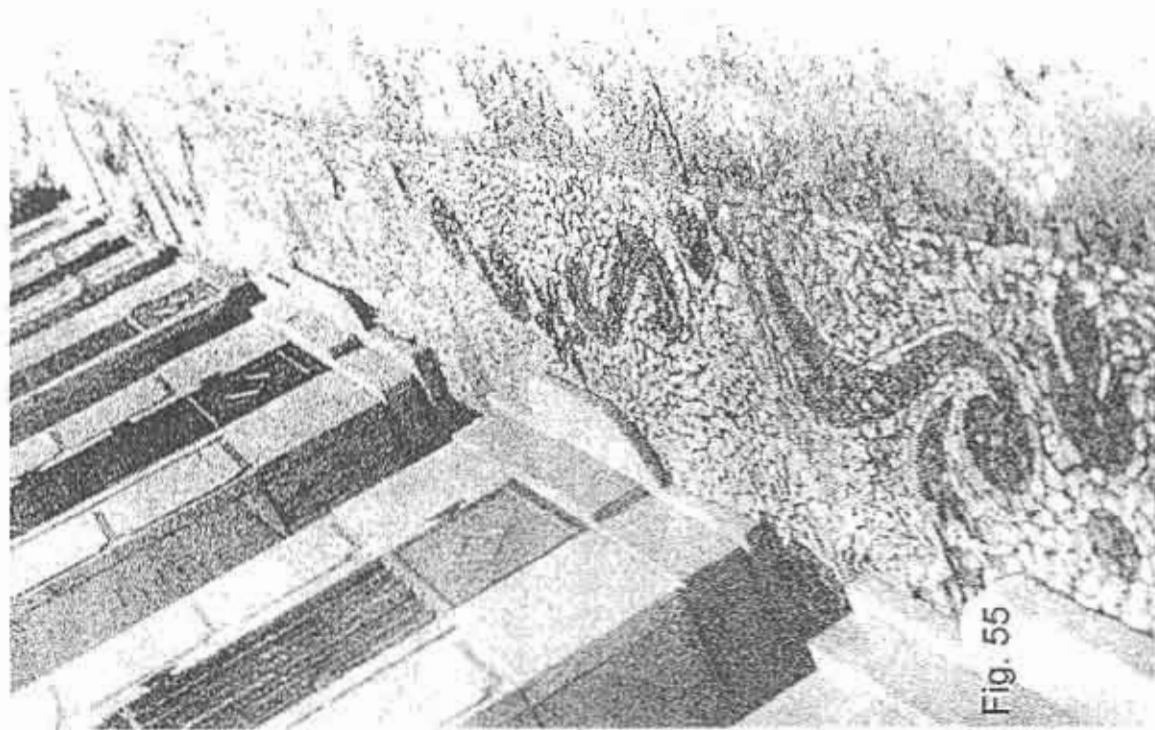
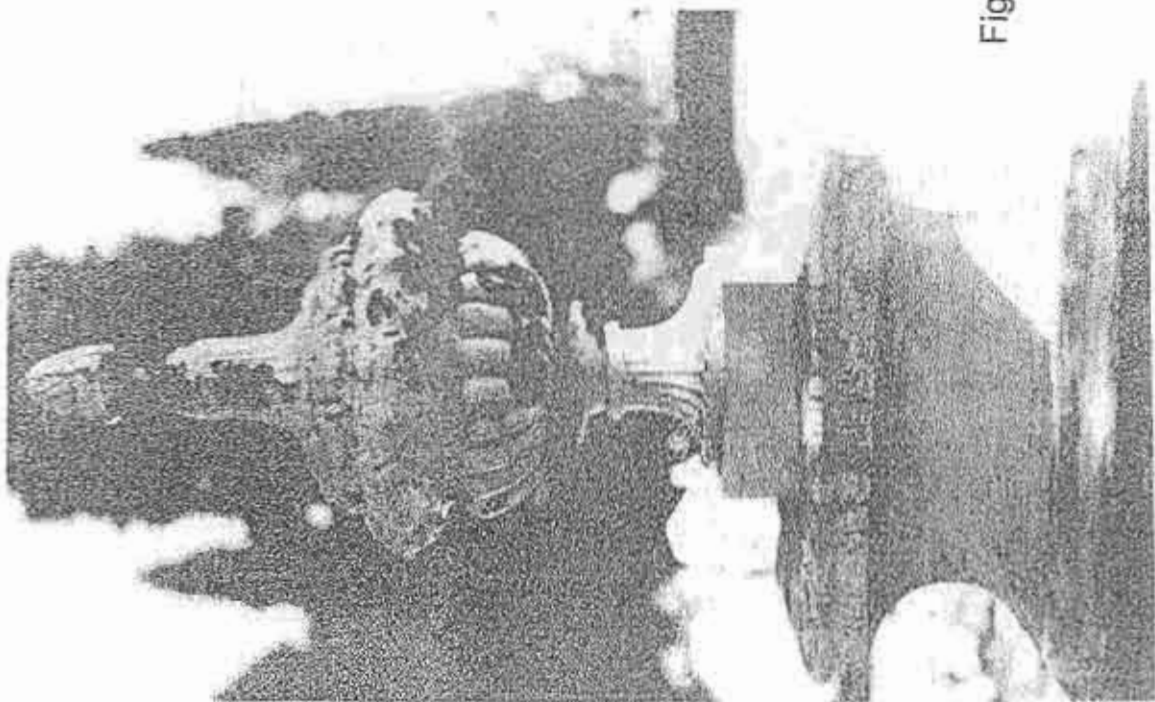


Fig. 54 Fig. 55





CAPÍTULO
IV

O Cemitério de Castelo de Vide

Os monumentos funerários oitocentistas

Monumentos relevantes no
Cemitério de Castelo de Vide

Ilustrações



Asylo do Espirito Santo de Castello de Vide

Orphalinato femenino

NOTICIA HISTORICA

Typ. Minerva Central

Antonio F. M. Tapadinha
PORTALEGRE
1893

Fig. 1



Fig. 4

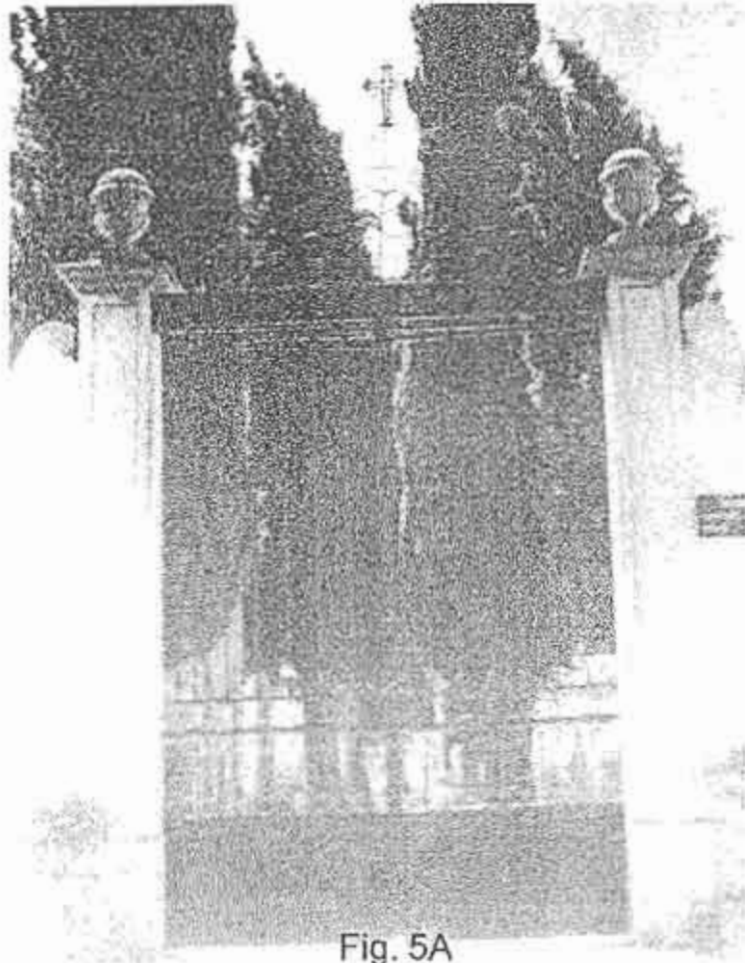


Fig. 5A



Fig. 5

CASTELO DE VIDE
0 100 200m

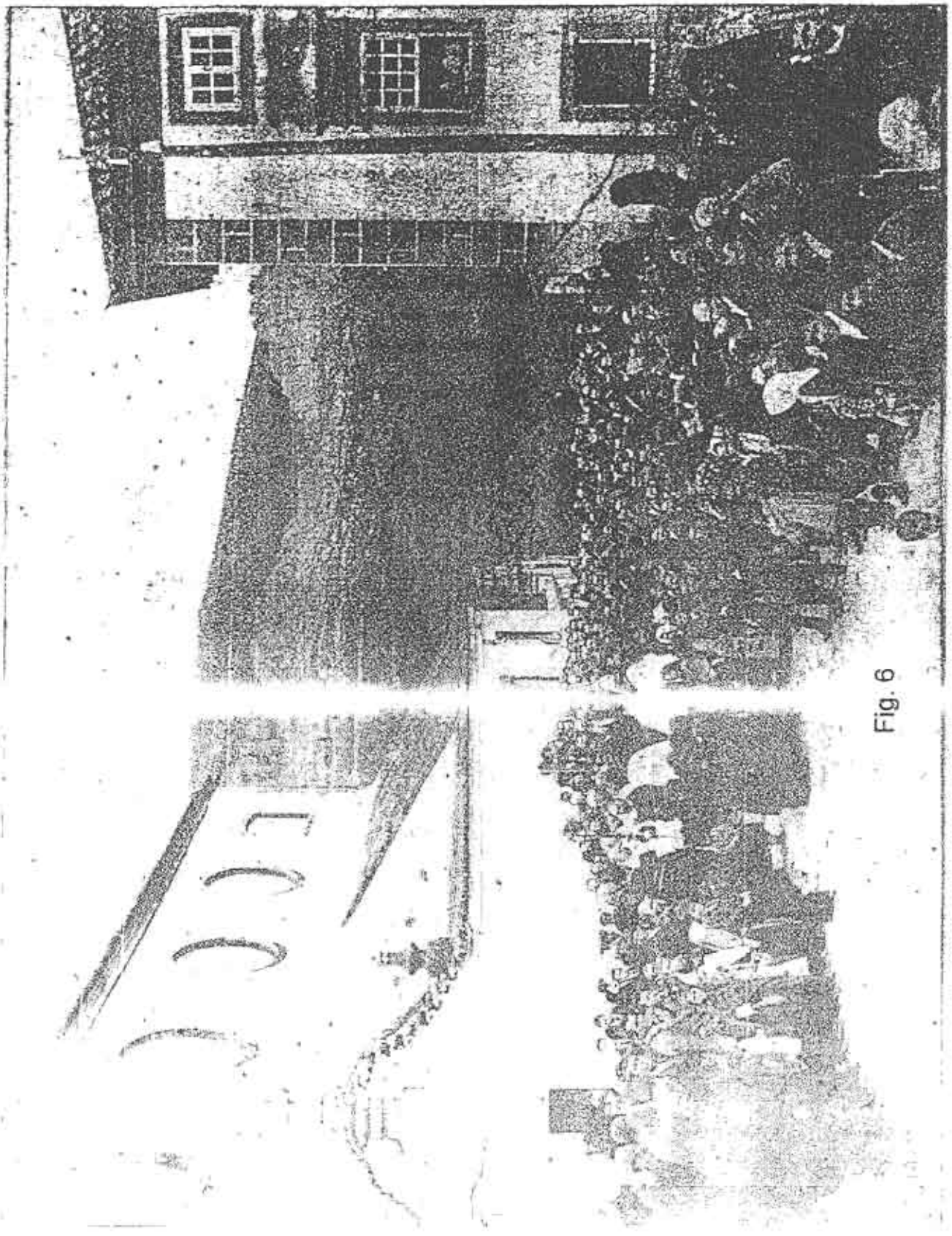


Fig. 6

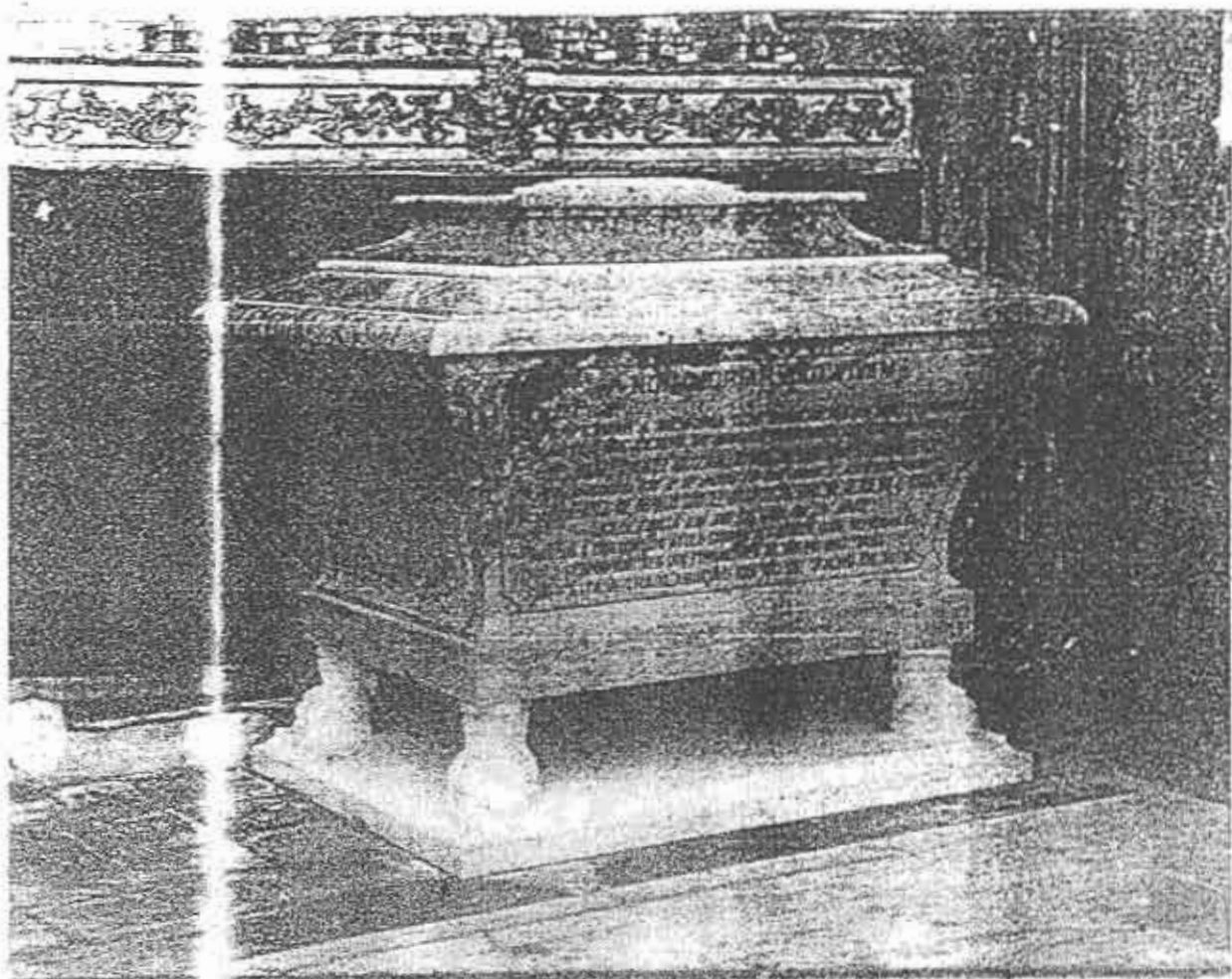


Fig. 7

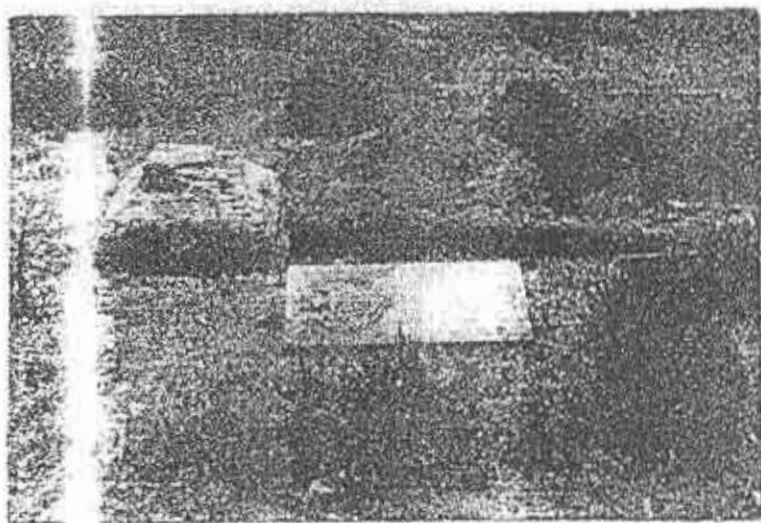


Fig. 8

Julho 1896

*Gravura de St. Jacinto Samarra
no antigo cemitério da villa de Castello de Vide*

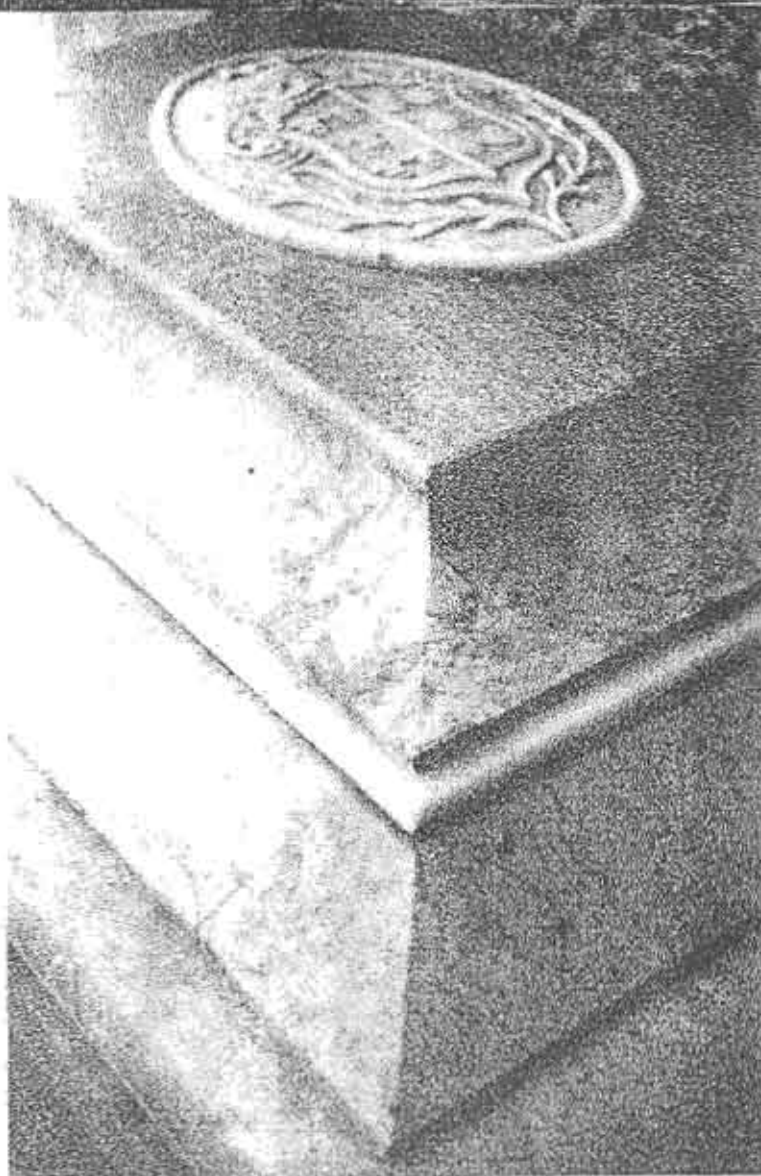


Fig. 9

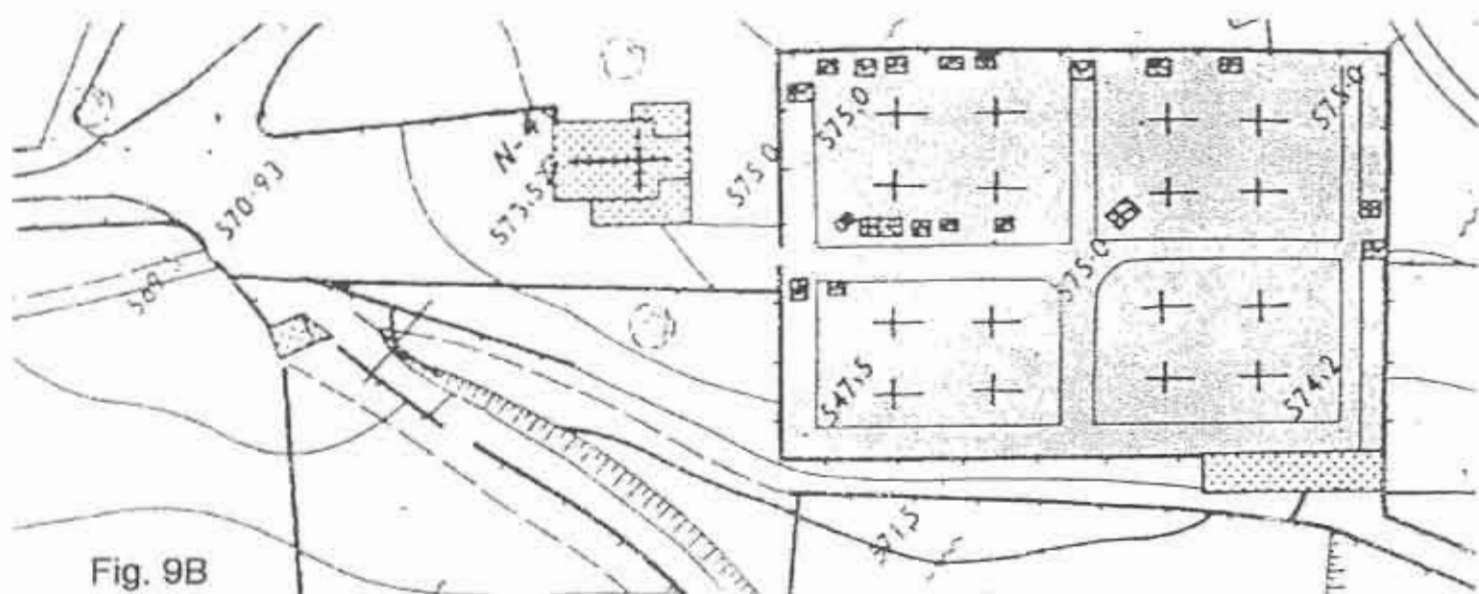


Fig. 9B

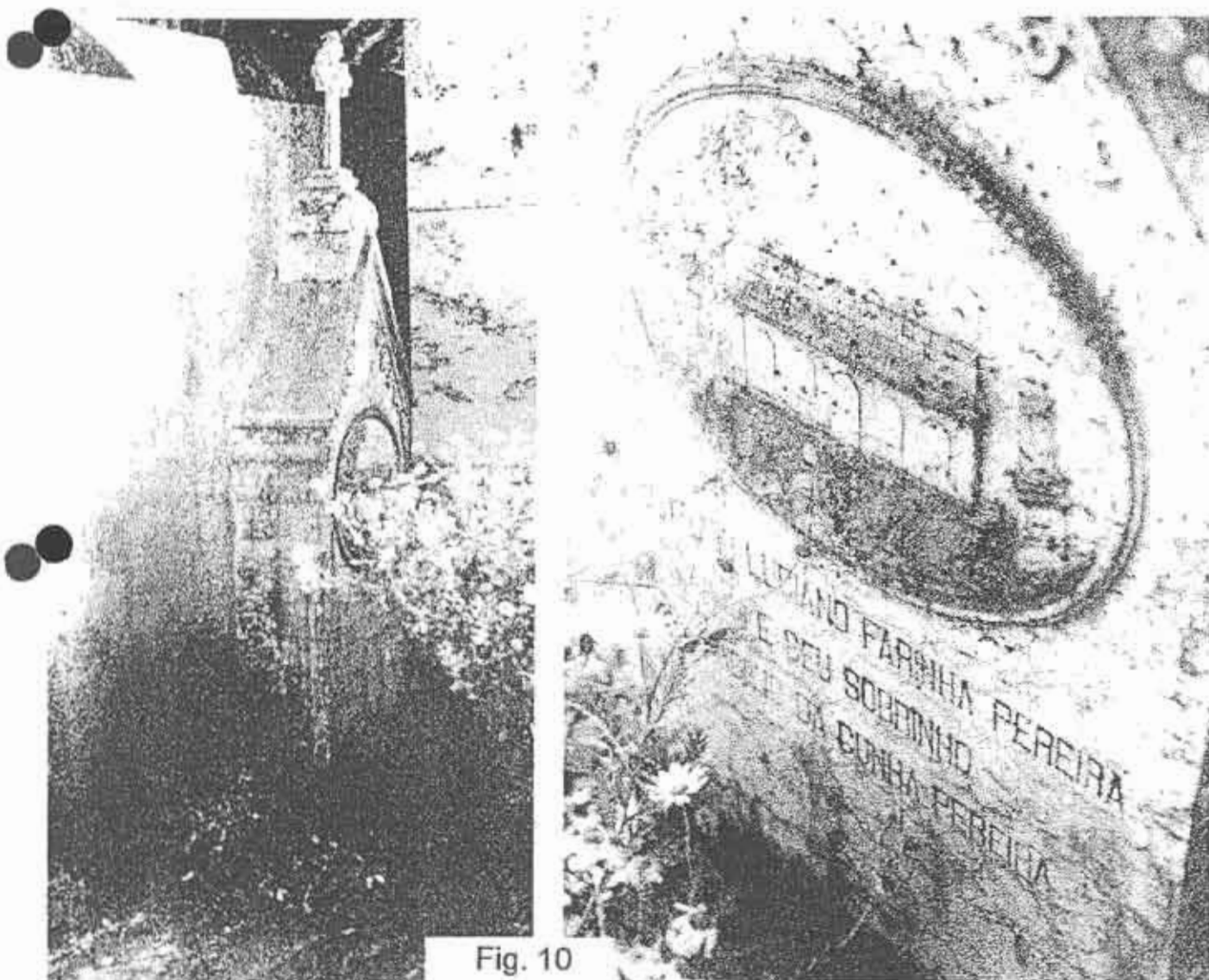


Fig. 10

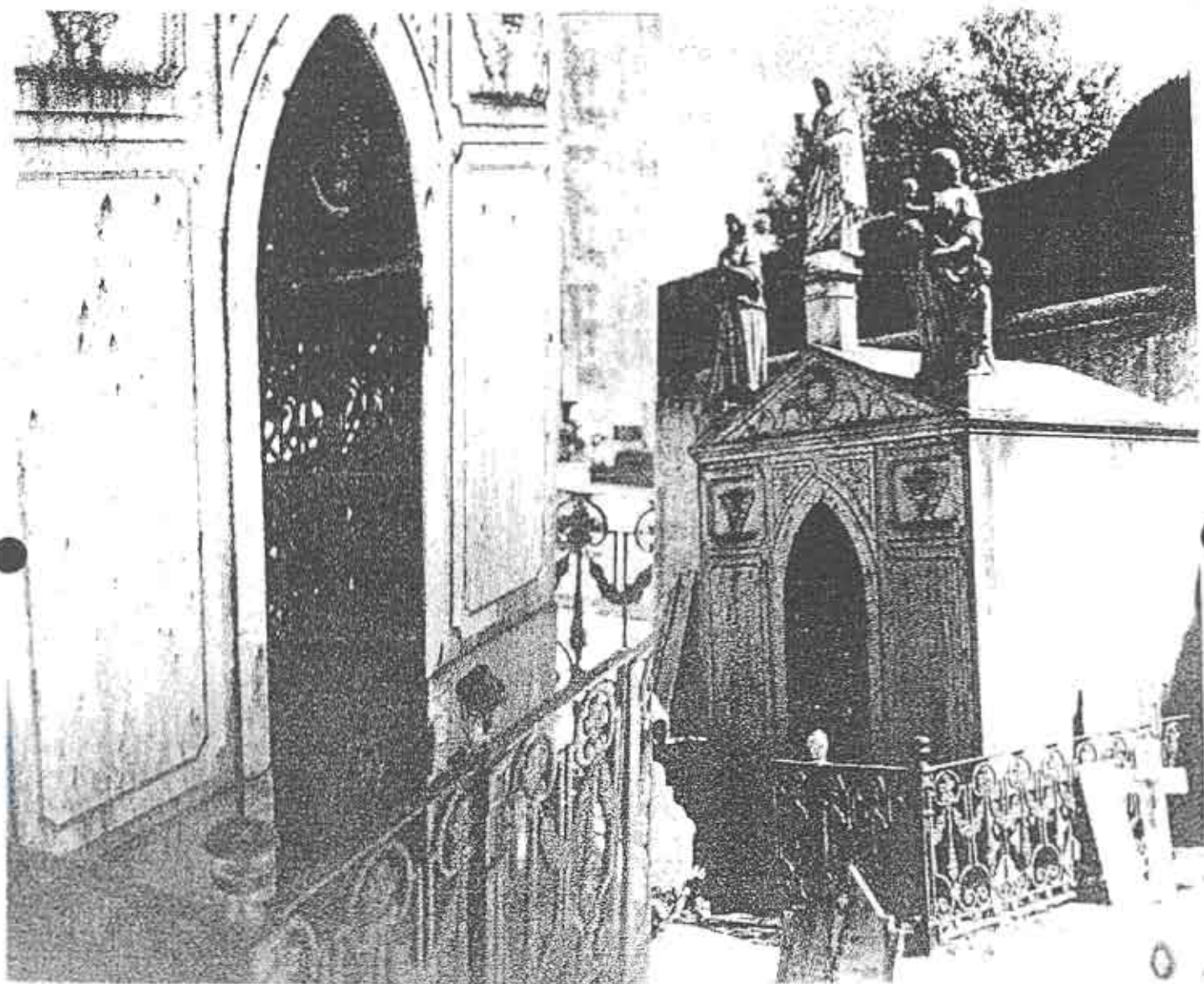


Fig. 11A Fig. 11



Fig. 12





Fig. 12A



Fig. 13

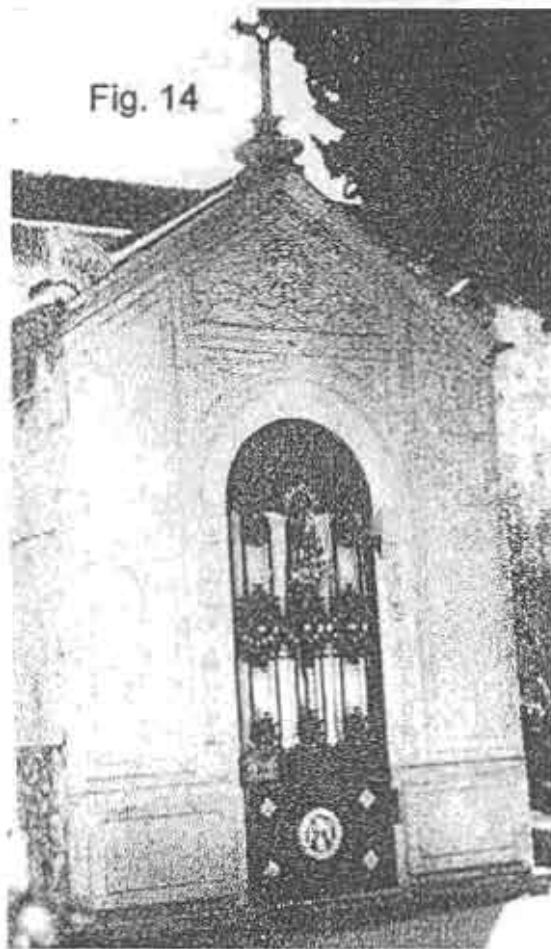


Fig. 14

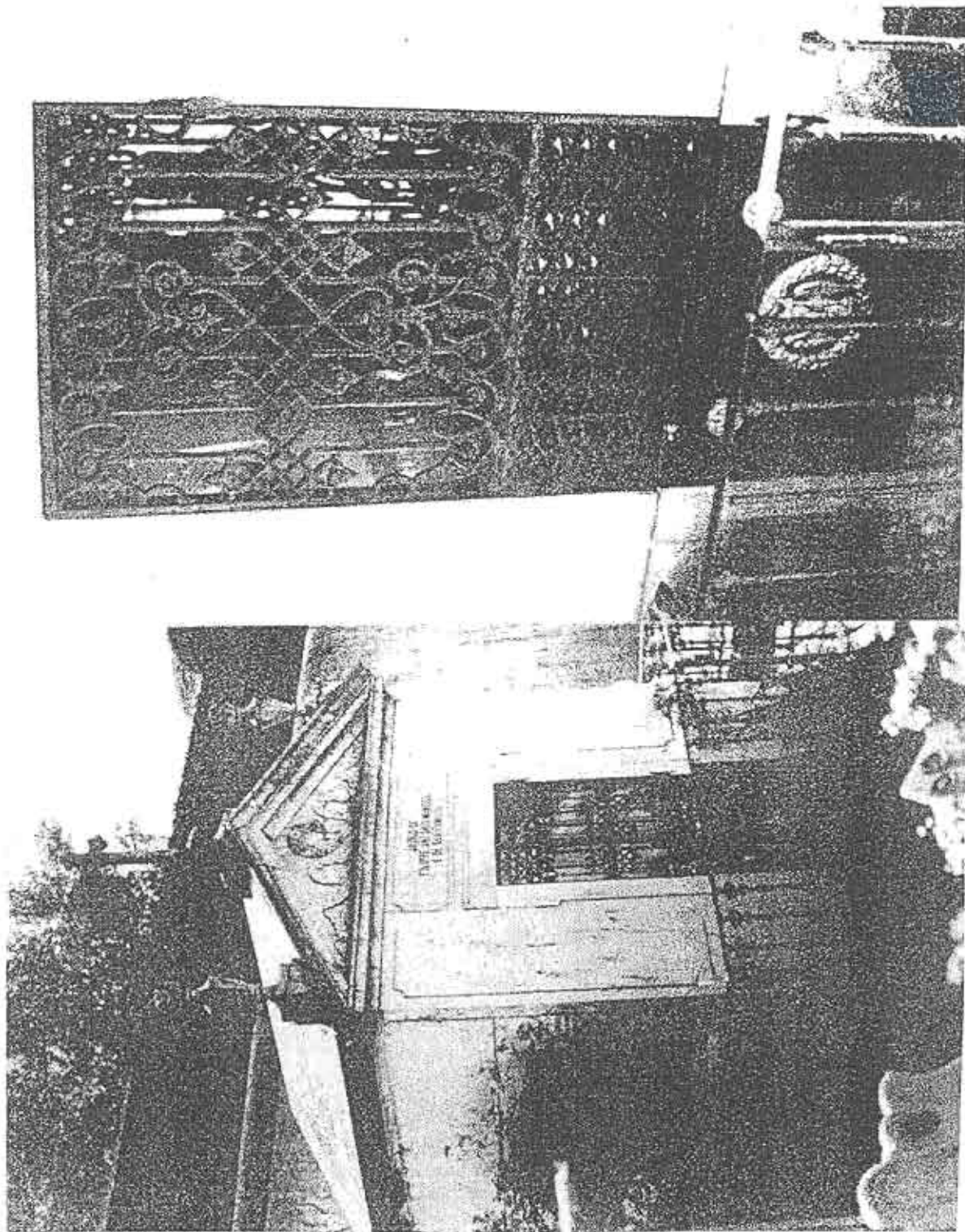


Fig. 15

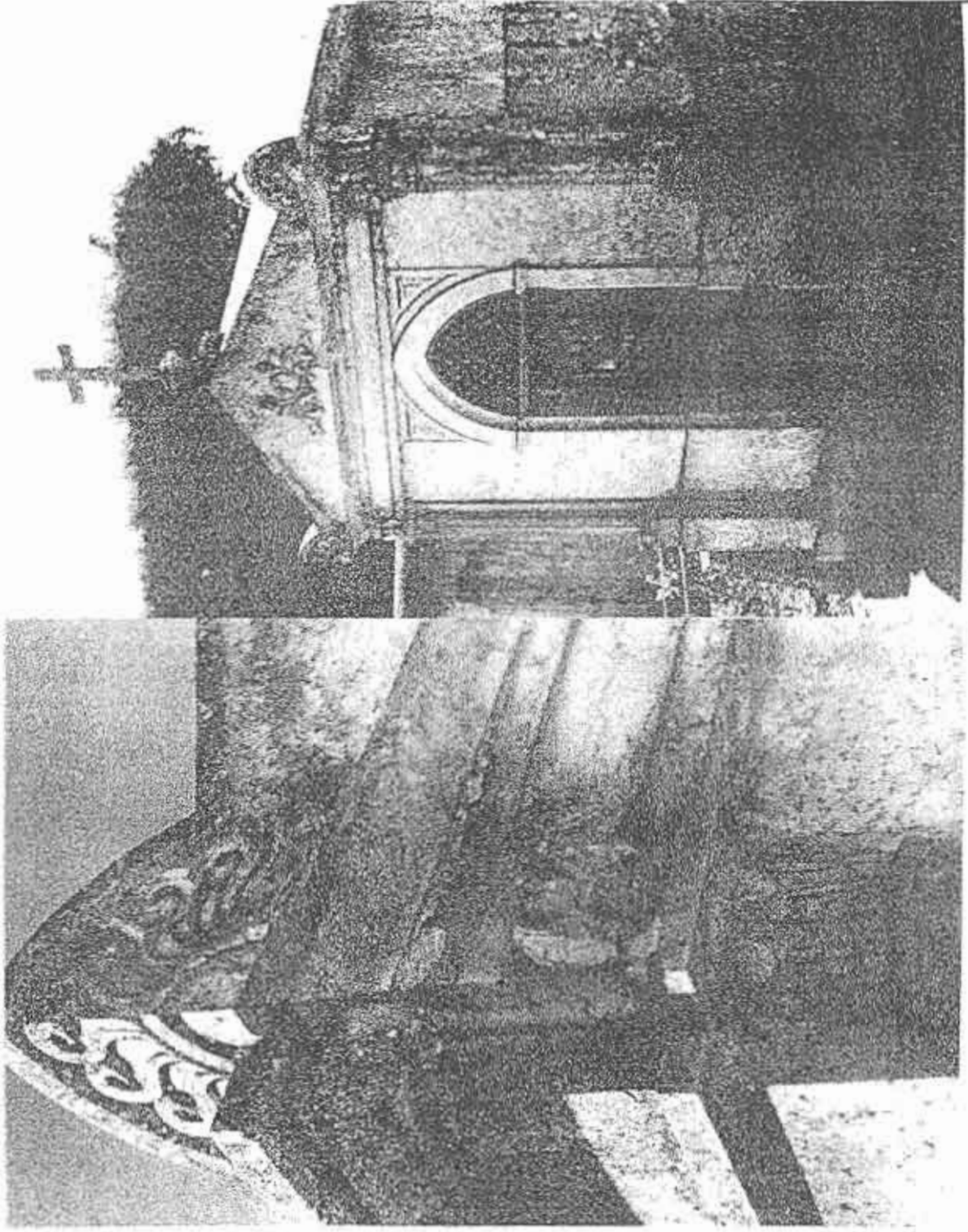


Fig. 16

Fig. 17

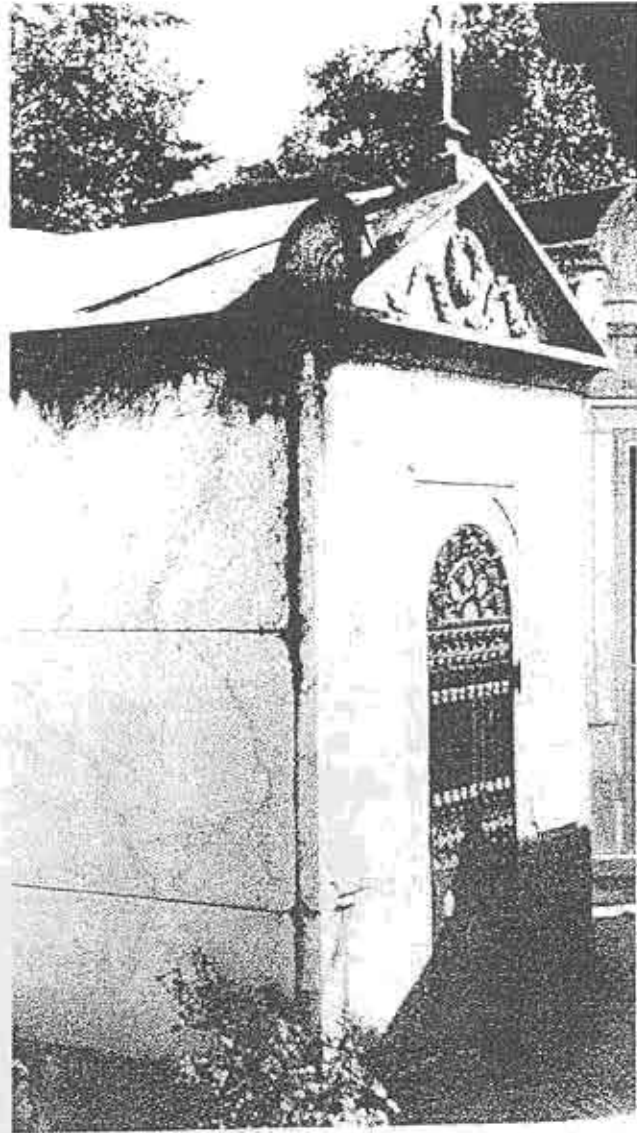


Fig. 19

Fig. 18



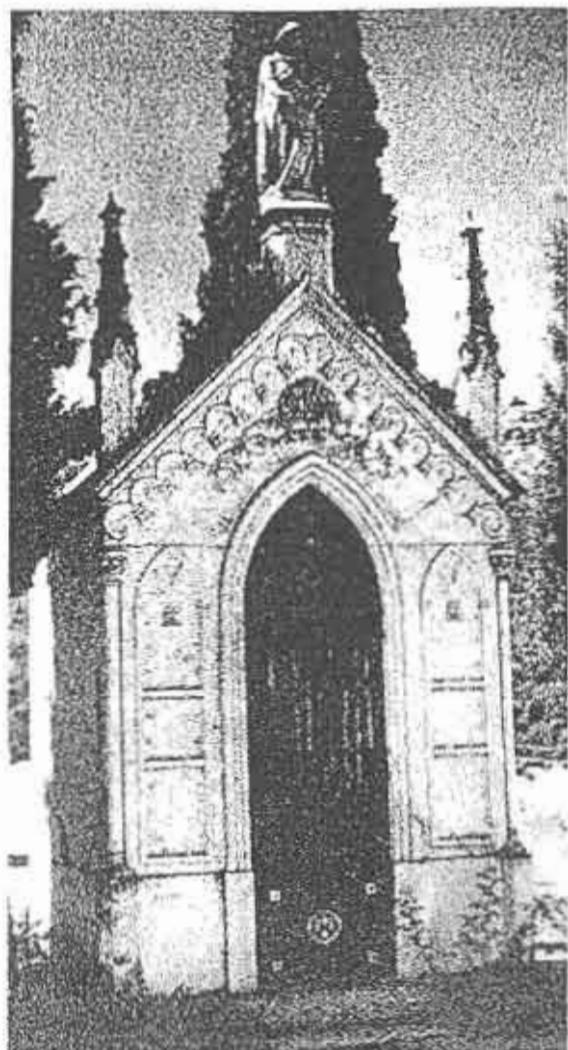


Fig. 20

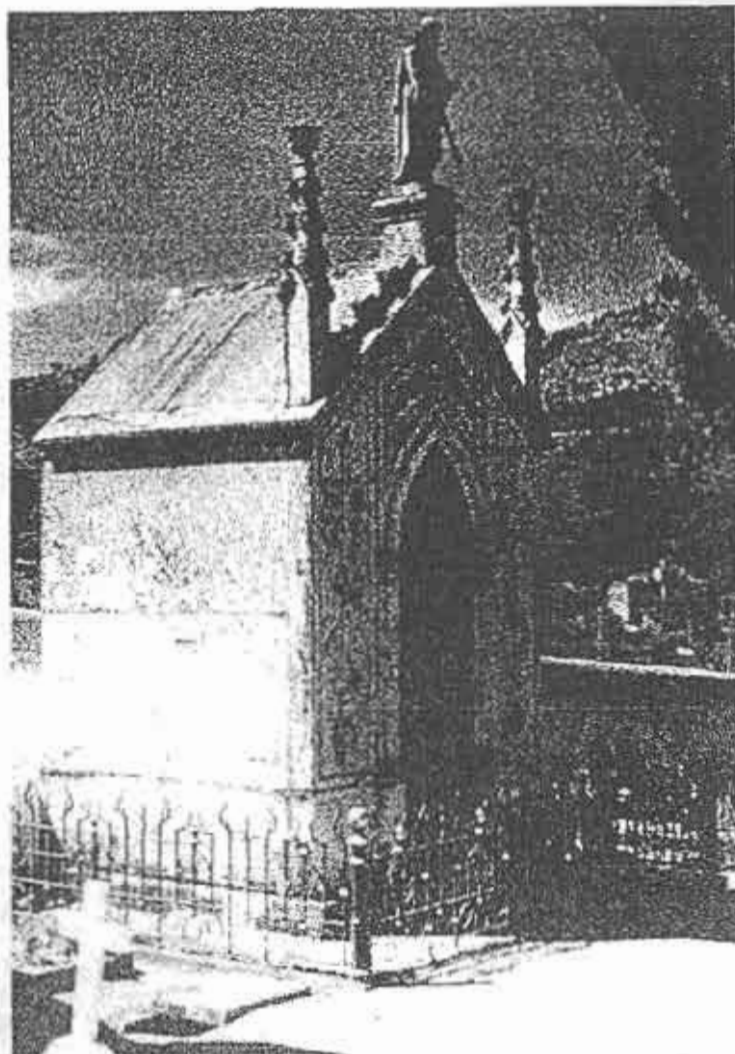


Fig. 21



Fig. 22



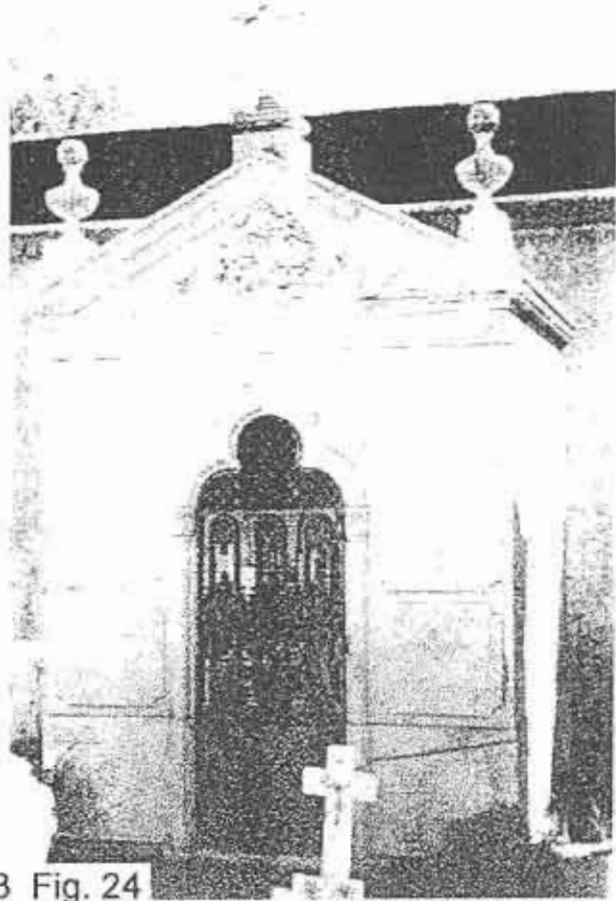


Fig. 23 Fig. 24

Fig. 25 Fig. 26



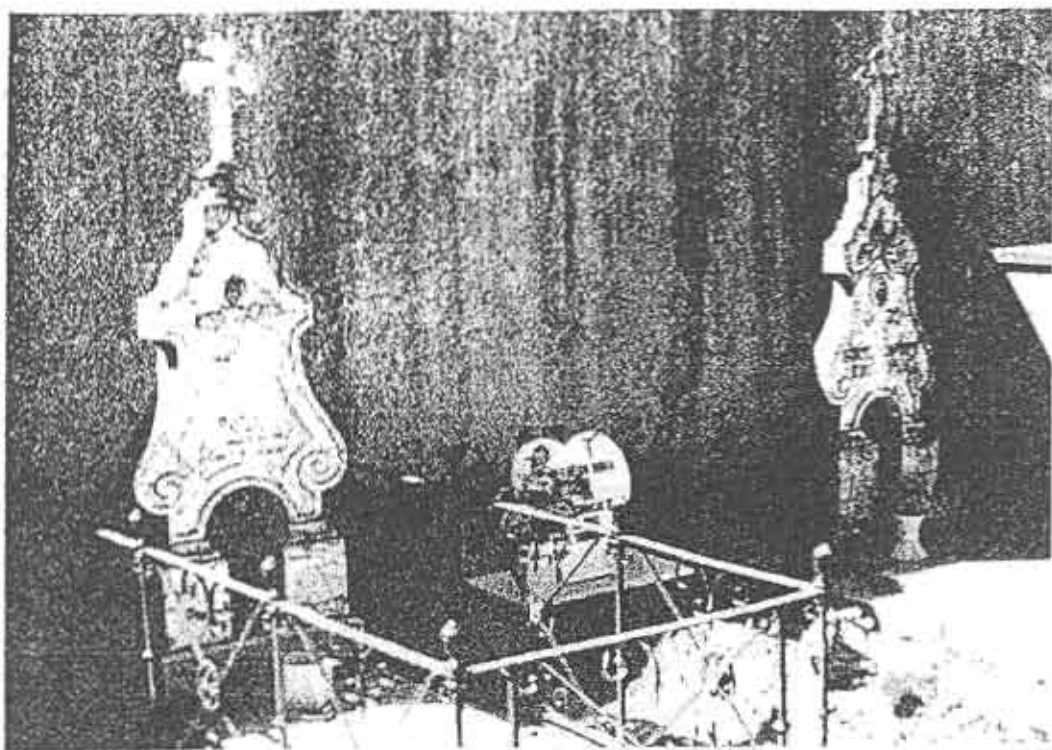


Fig. 27 (em cima) e Fig. 28

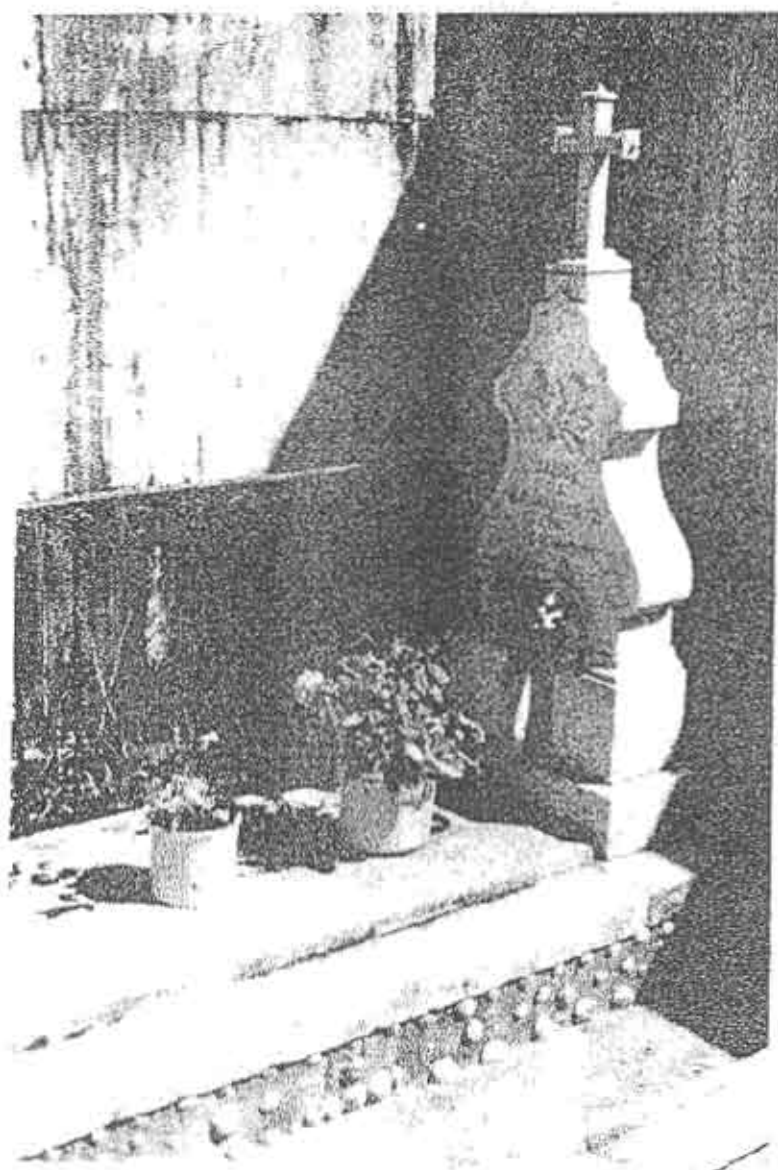




Fig. 29



Fig. 30



Fig. 31



Fig. 33

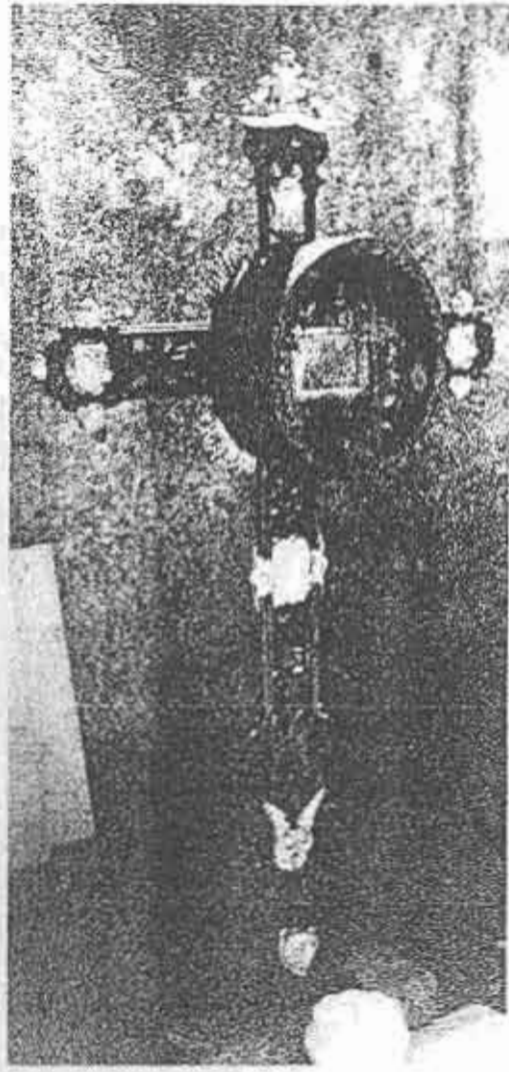


Fig. 32

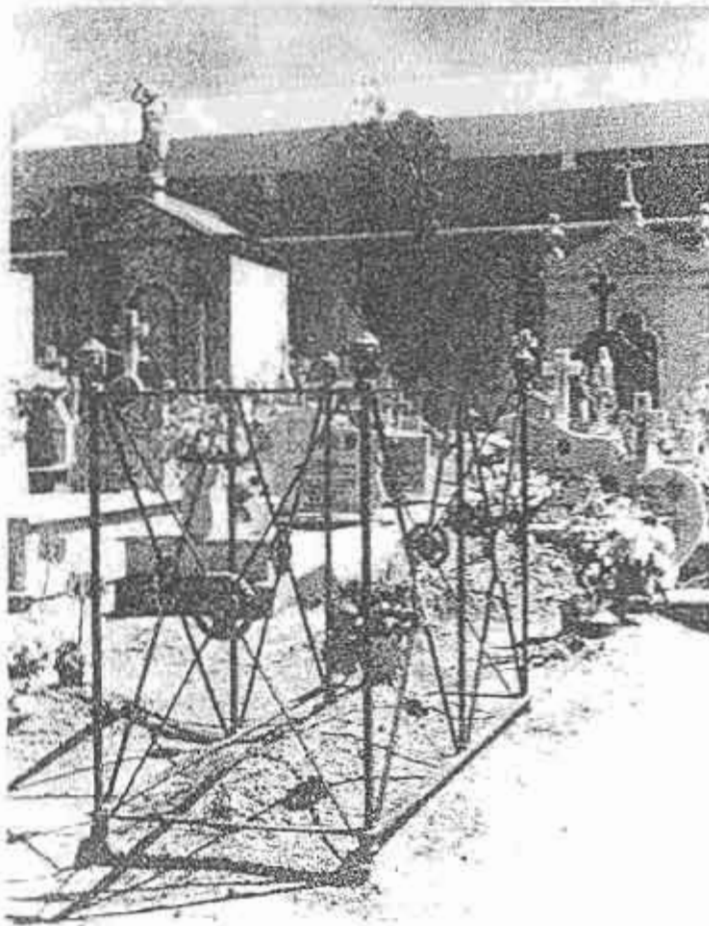


Fig. 34

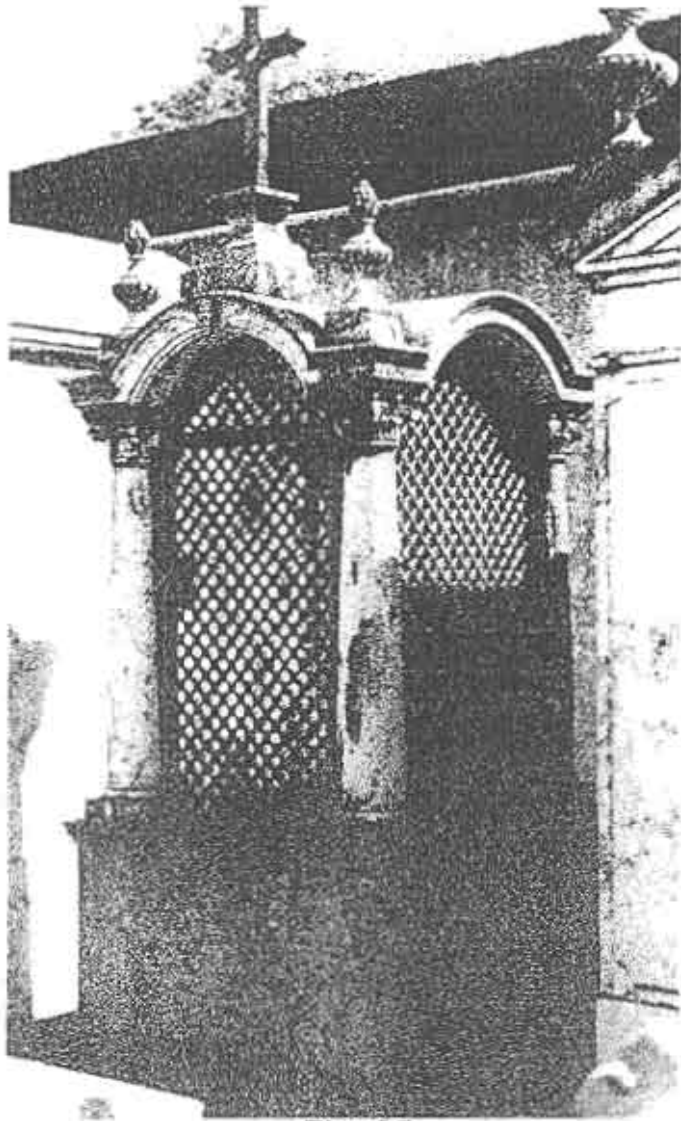


Fig. 35



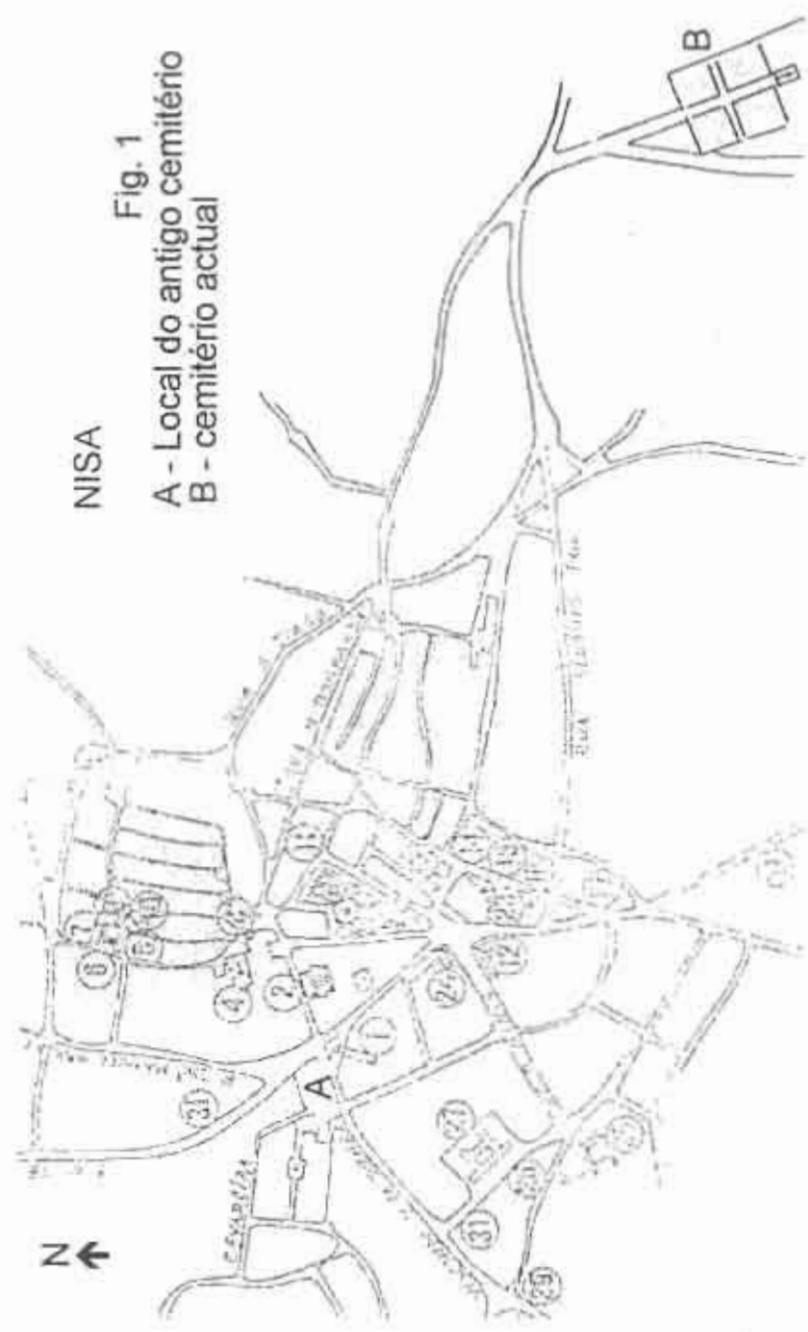
Fig. 36



CAPÍTULO
V

O Cemitério de Nisa

Ilustrações



NISA

Fig. 1
 A - Local do antigo cemitério
 B - cemitério actual

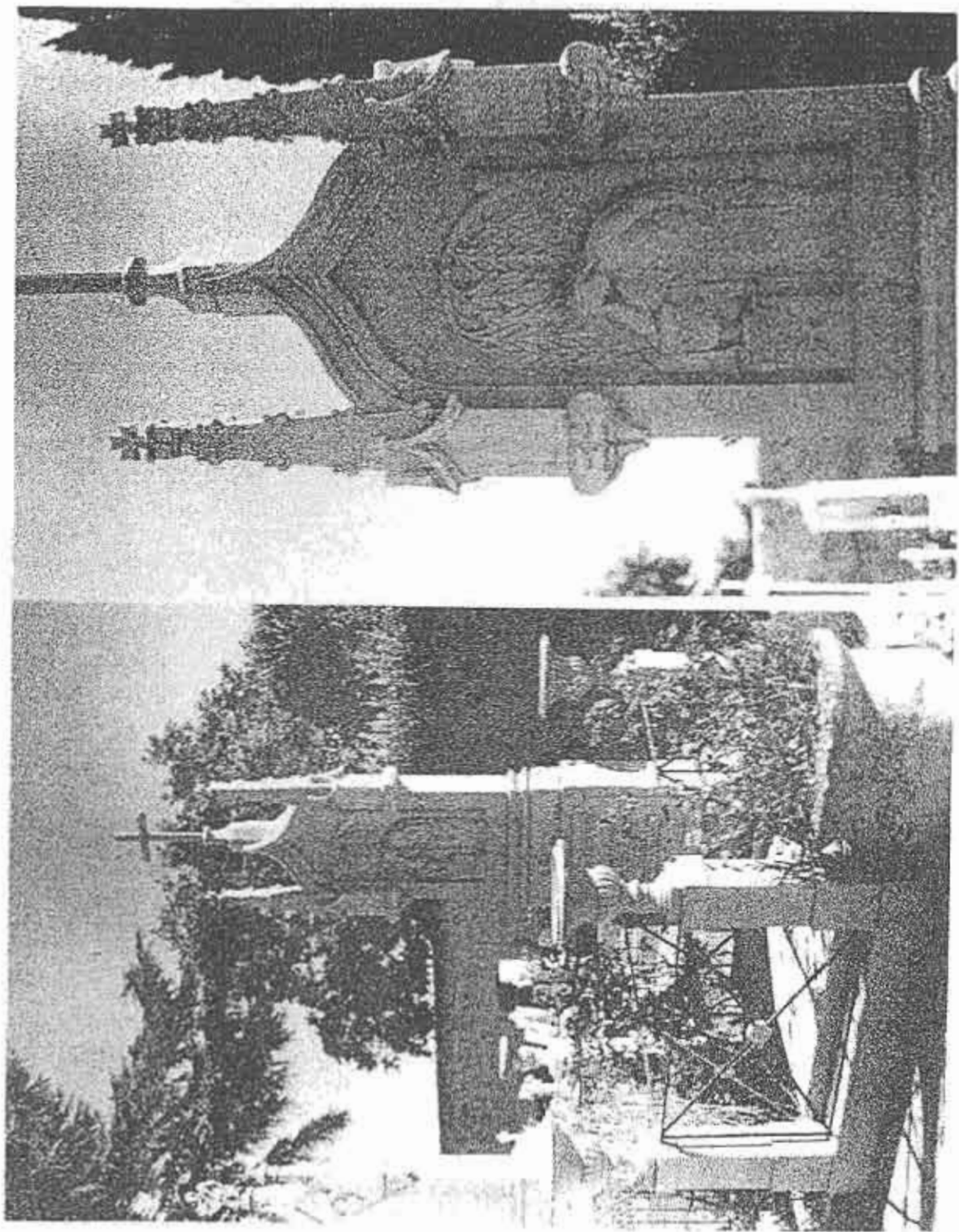


Fig. 2

Fig. 4

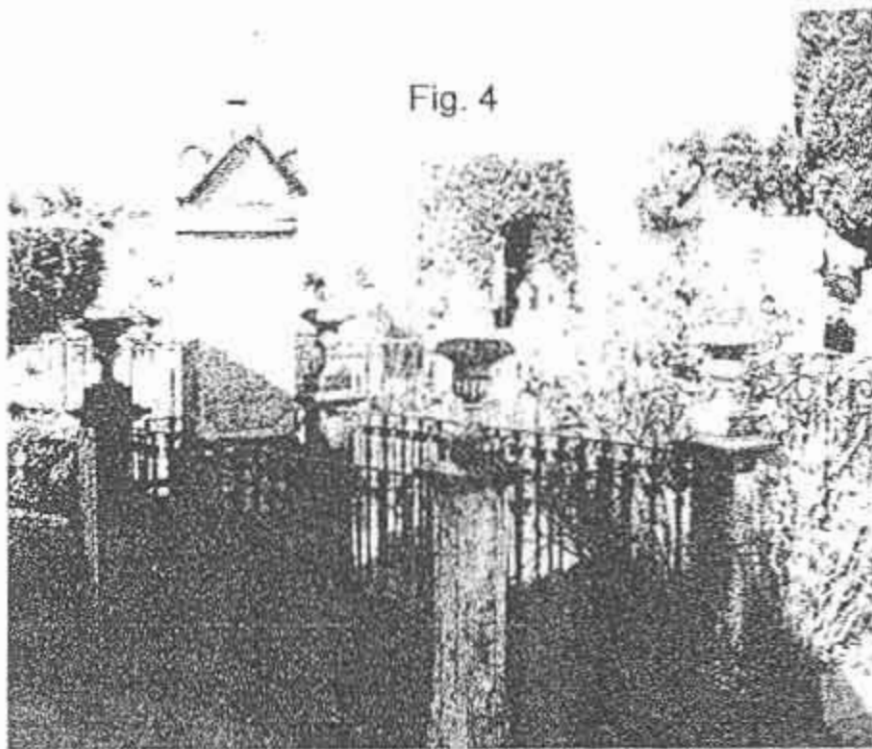


Fig. 4A

Fig. 5



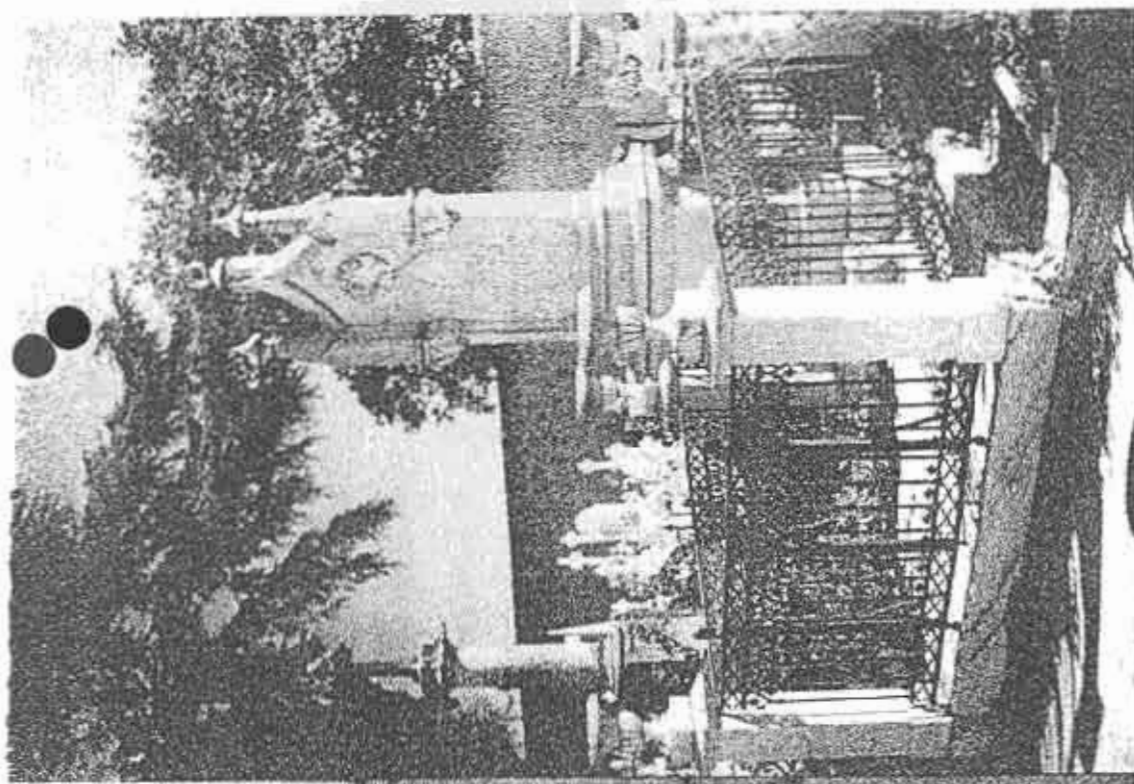


Fig. 6

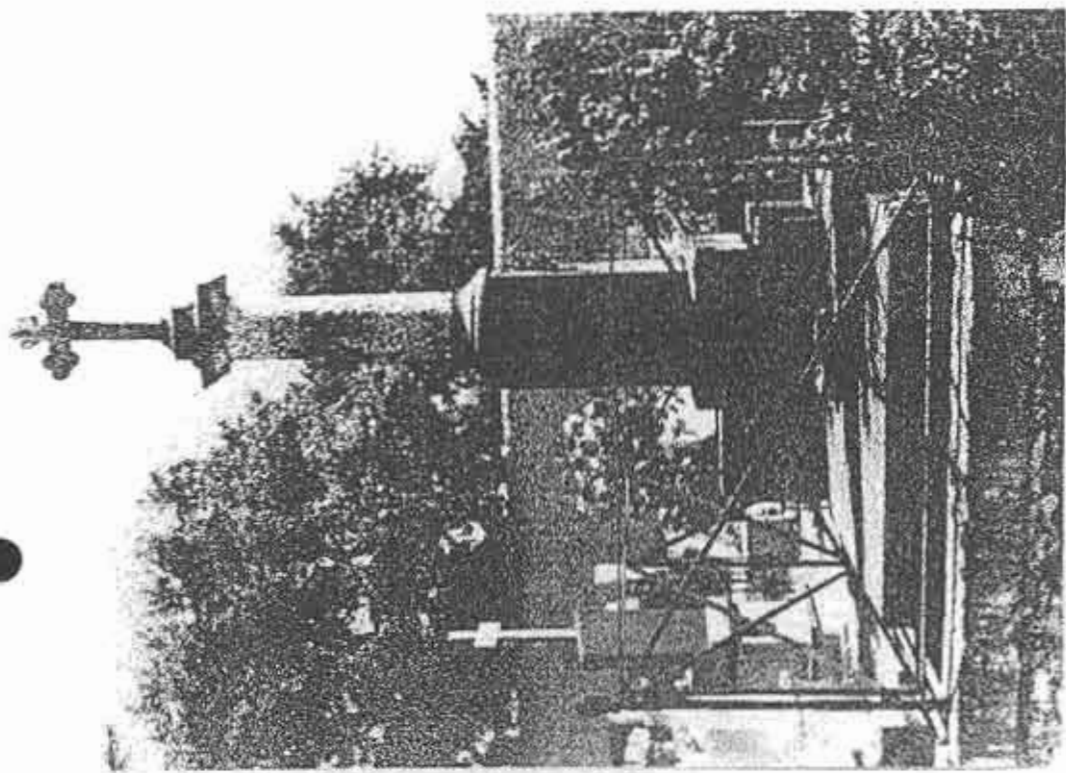
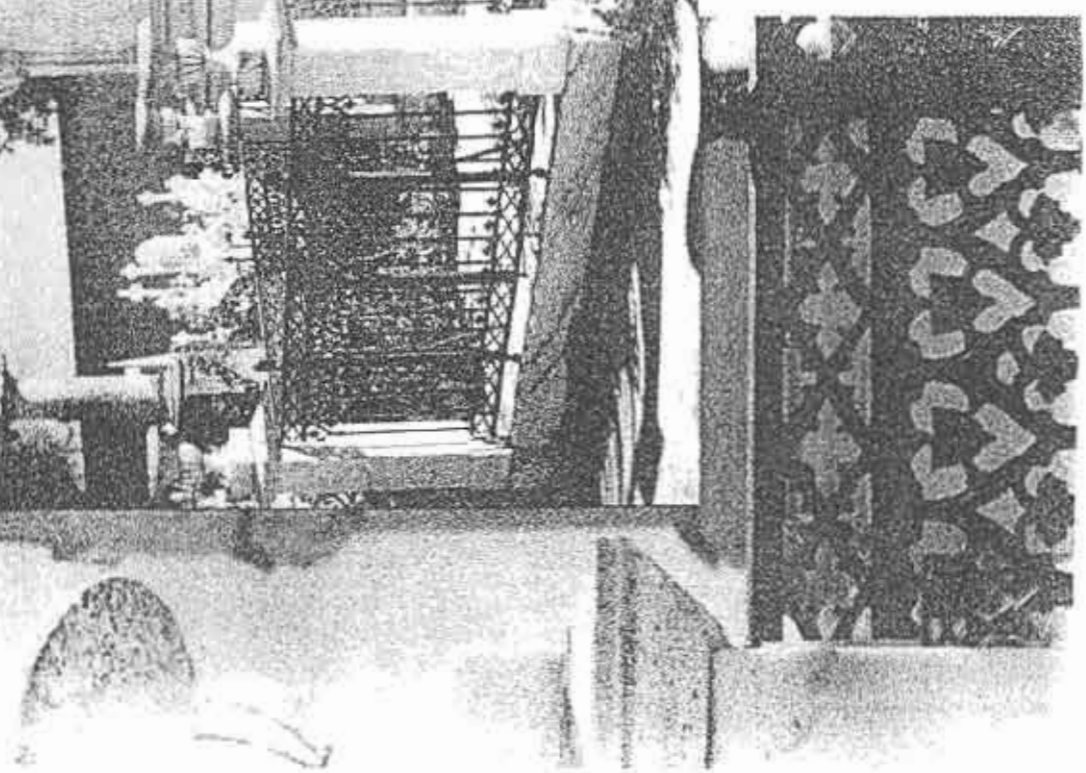


Fig. 7



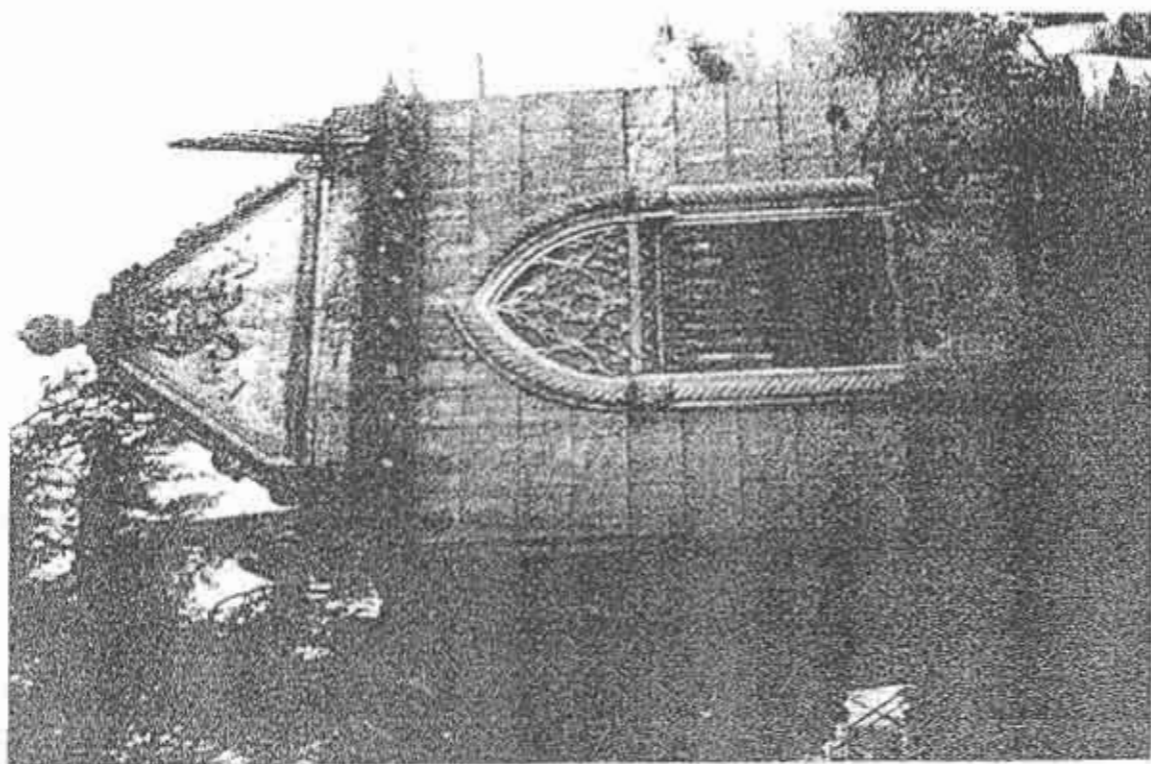


Fig. 9

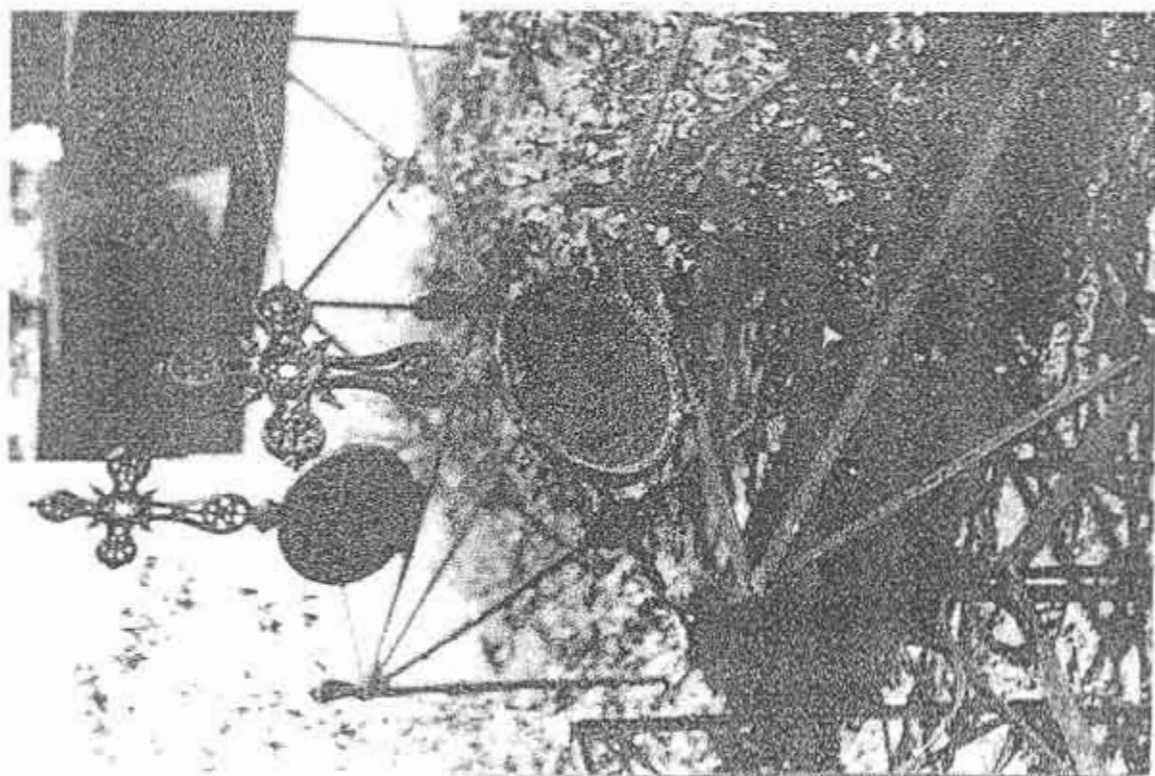


Fig. 8

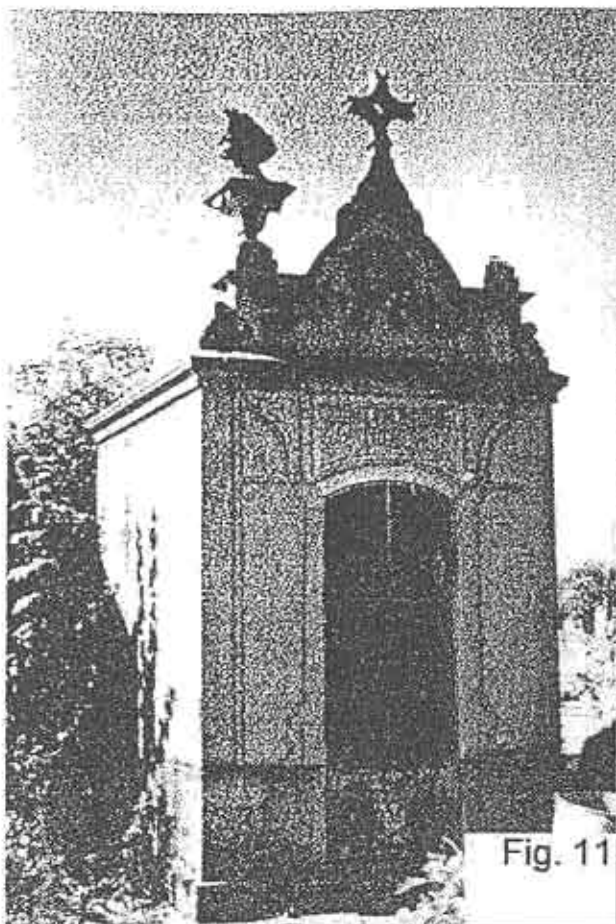


Fig. 11 Fig. 10

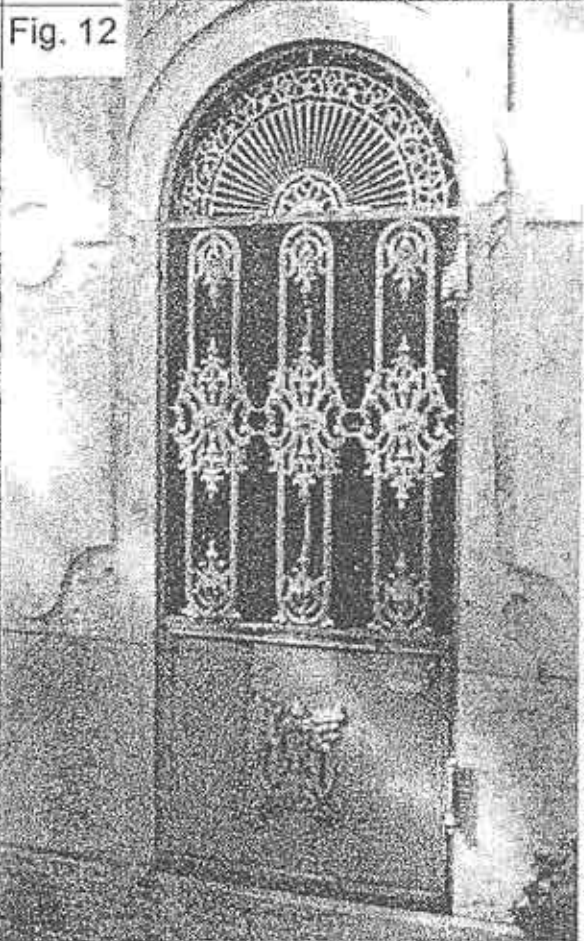
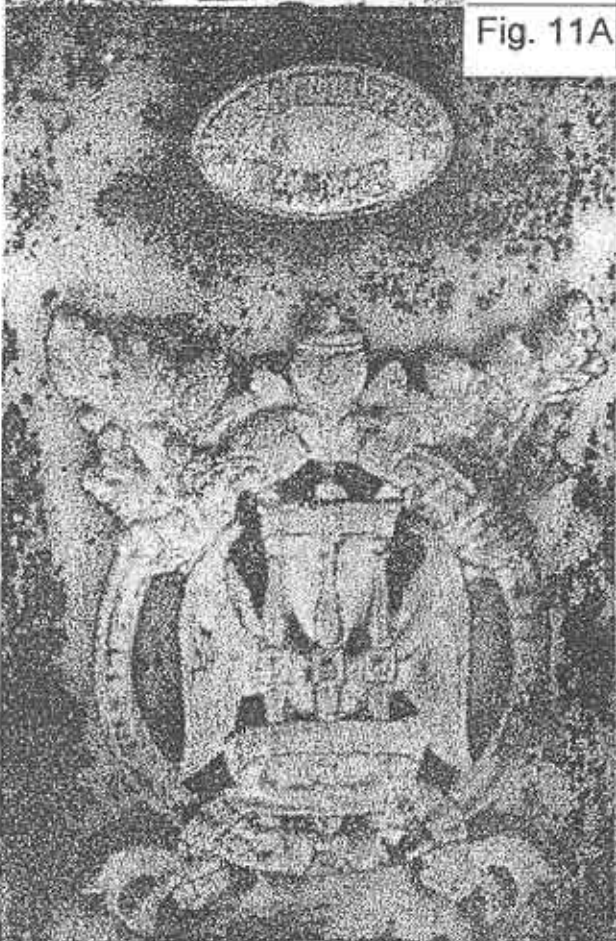


Fig. 11A Fig. 12



Fig. 13



Fig. 14



CAPÍTULO
VI

Canteiros que construíram
monumentos nos cemitérios estudados

Ilustrações

Fig. 1

Jonq
cinco
P. L.

CANTEIRO

Augusto Desirat acaba de abrir no Largo de Serpa Pinto, uma officina de CANTEIRO na qual se responsabiliza por todos os trabalhos concernentes á sua arte.

Professora para meninas

Habilitam-se para os exames elementar, admissoão nos lyceus, portuguez,

e muitos outros artigos

ANNUNCIOS

Fig. 3 JAZIGO

Vende-se um jazigo prompto a assentar-se.

LARGO DE SERPA PINTO
Officina de canteiro

Agradecimento

João José Cabecinha e sua mulher.

de LARANJEIRA.

Officina de canteiro AUGUSTO DESIRAT Largo de Serpa Pinto Portalegre

N'esta officina se executa com a maxima perfeição todo o trabalho concernente á sua industria, tambem se responsabiliza por qualquer trabalho em granito, faz todas as obras por preços mais diminutos aos de Lisboa tanto em prompto pagamento como em prestações mensaes, d'este já agradece a todas as pessoas que dignarem procurar este estabelecimento.

Tambem venda pó de pedra para estaque.

Rozario Fig. 2



Fig. 4

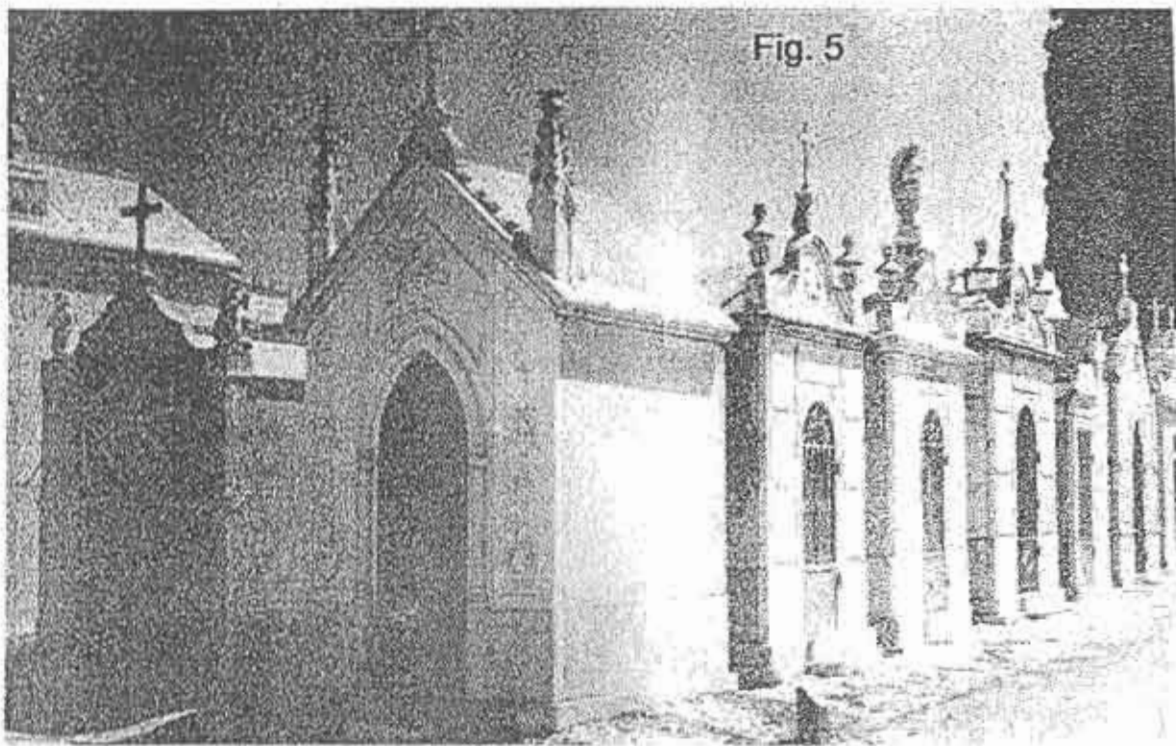


Fig. 5



CAPÍTULO
VII

O estado de conservação
dos monumentos estudados

Ilustrações

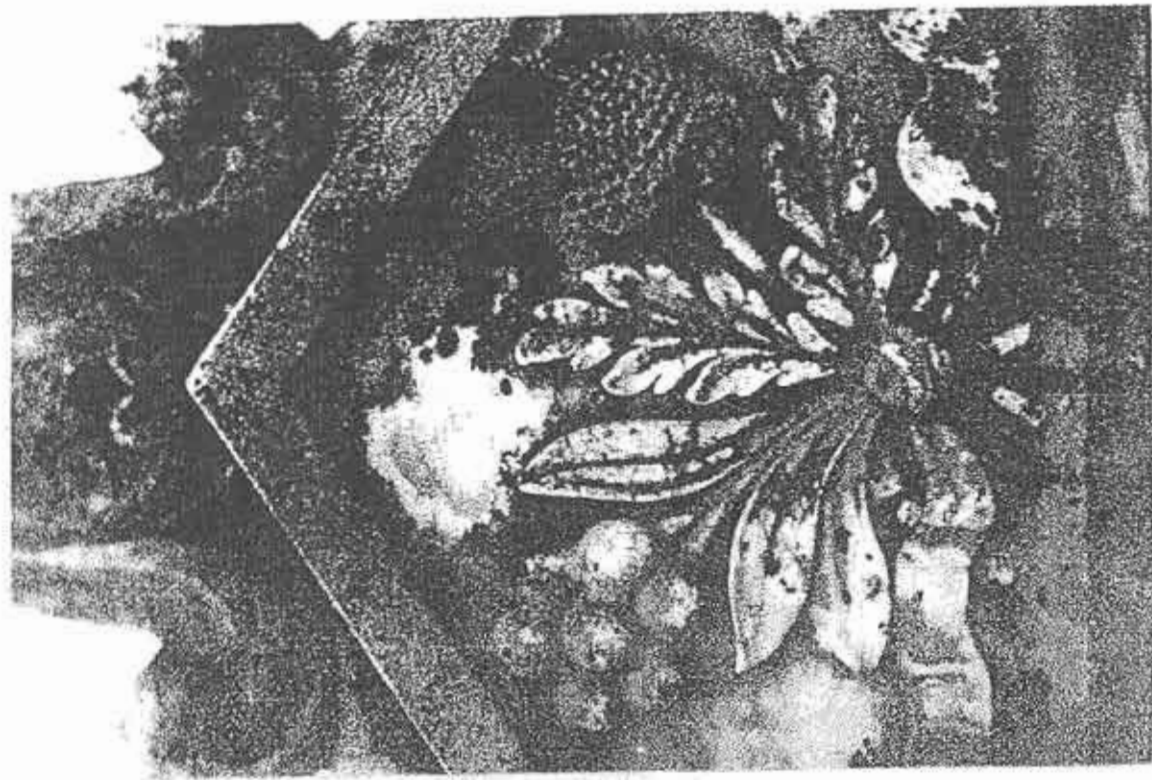


Fig. 2

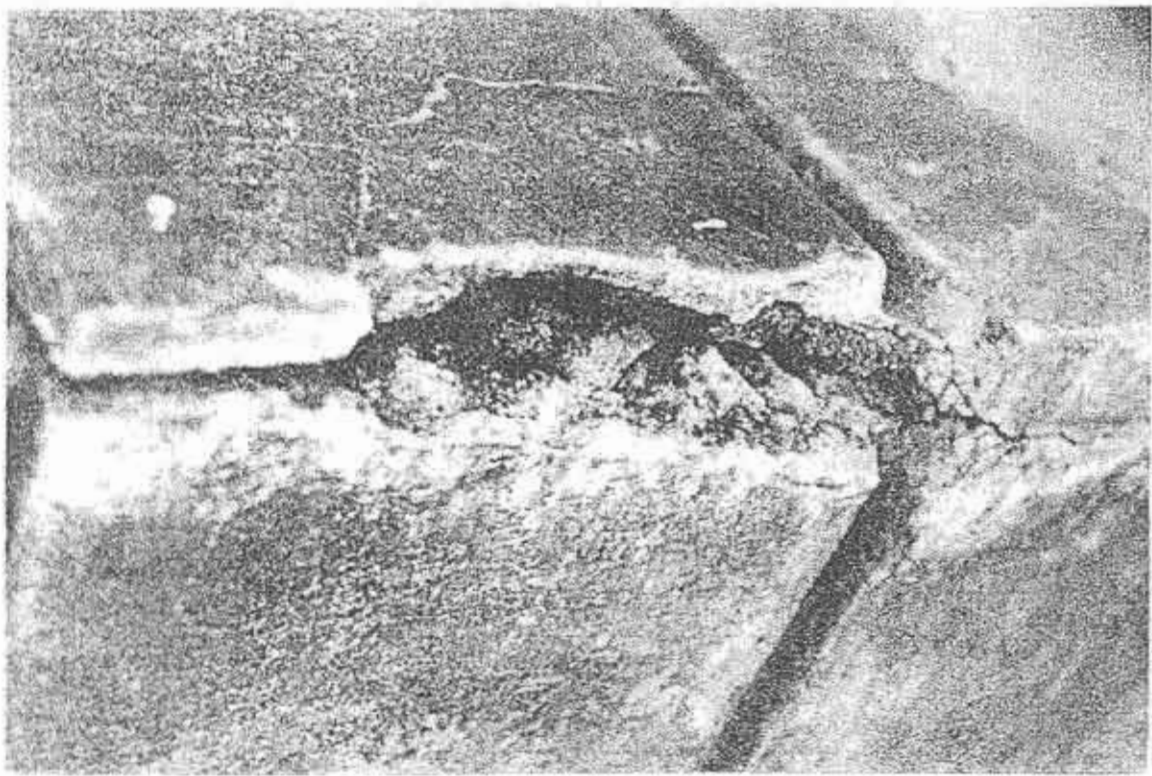


Fig. 1

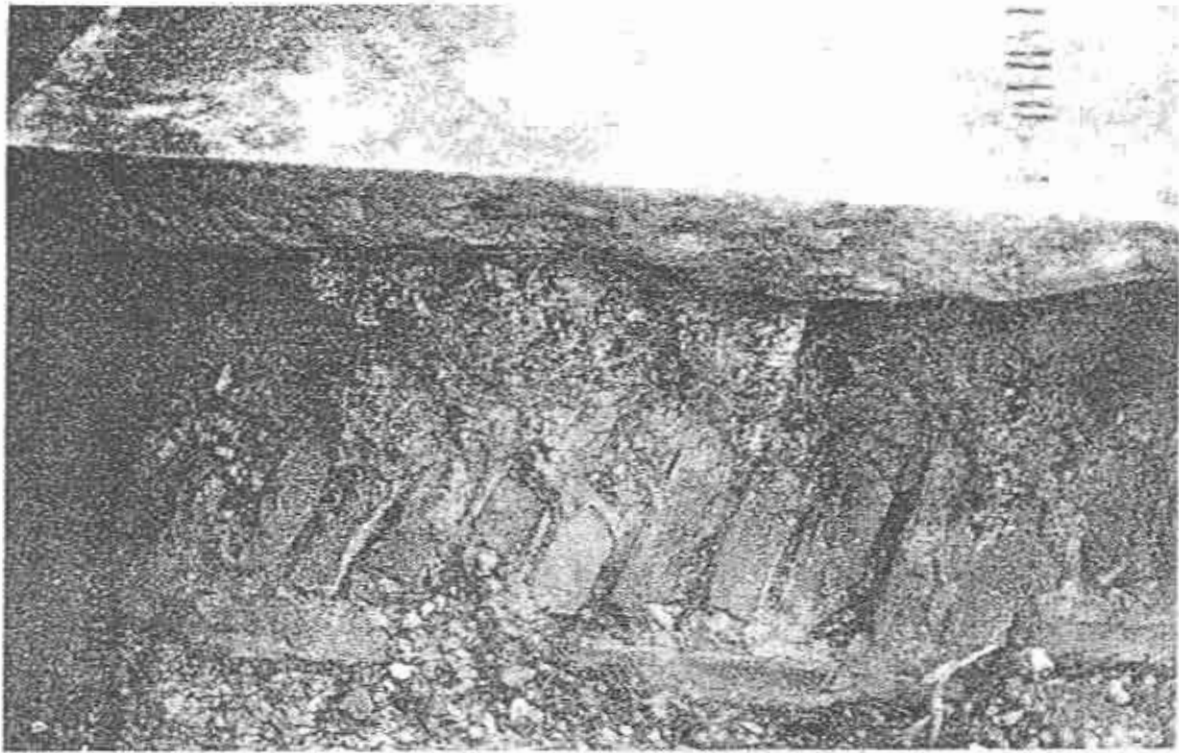


Fig. 3

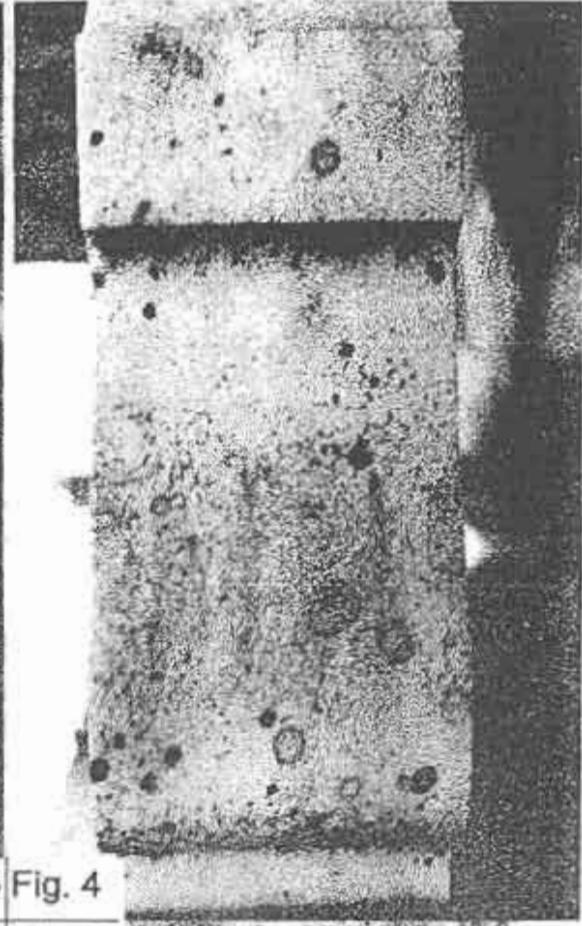
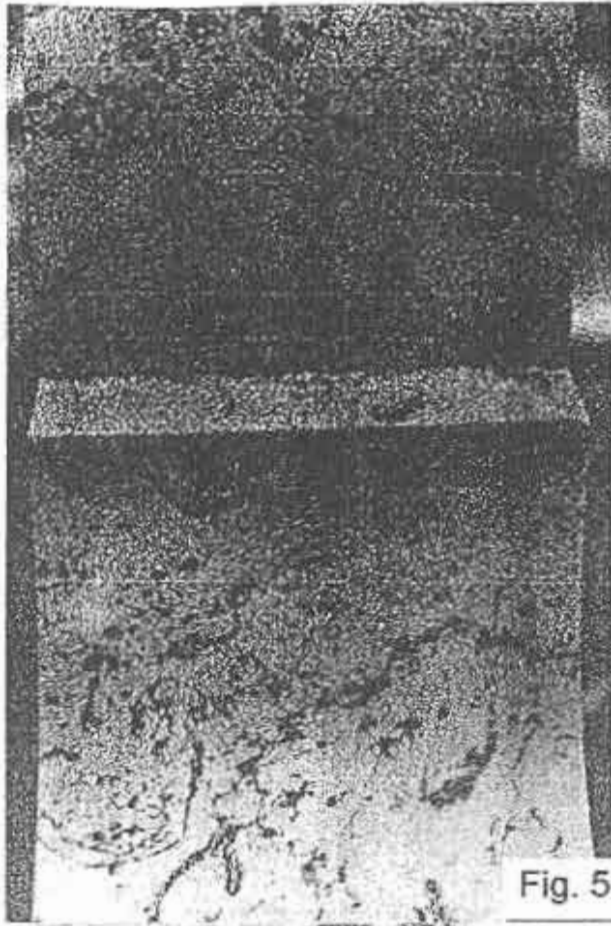
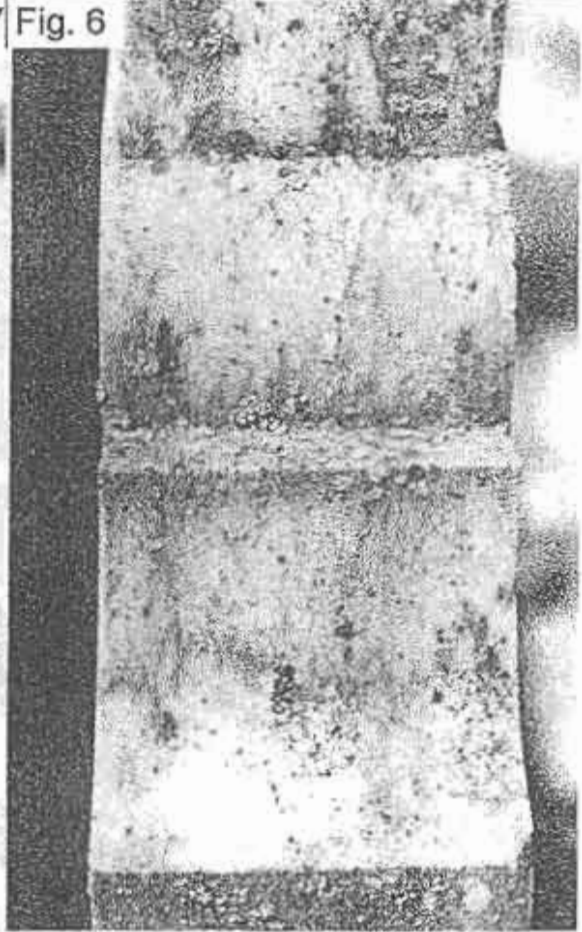
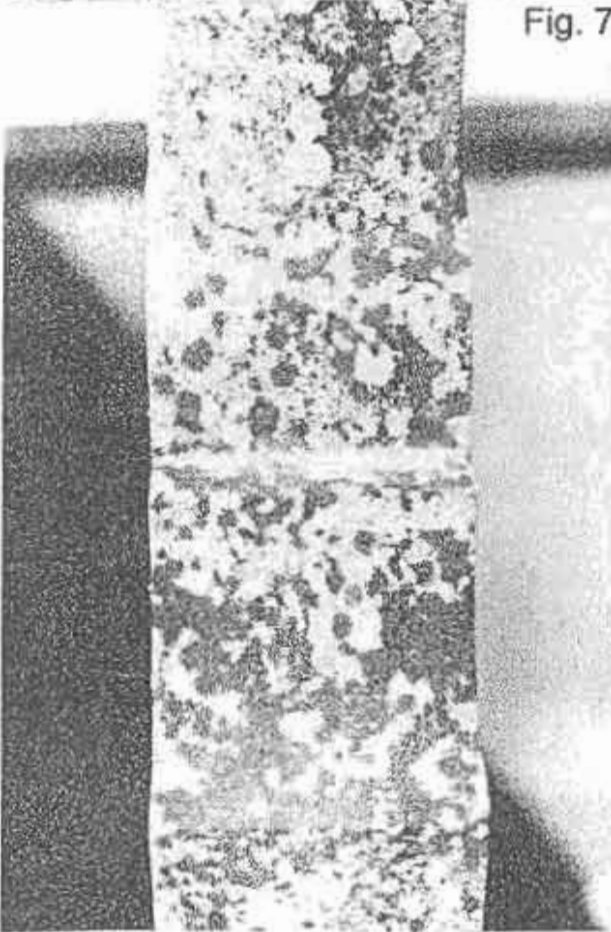


Fig. 5 Fig. 4

Fig. 7 Fig. 6



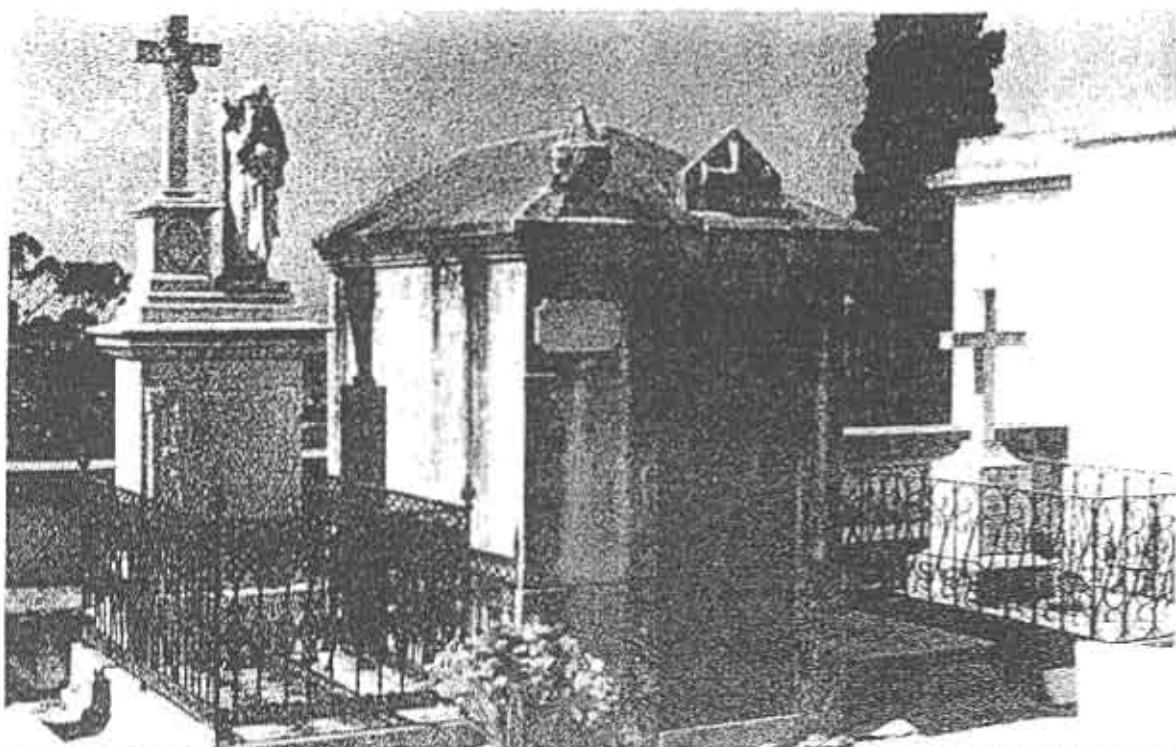


Fig. 8 (em cima) e Fig. 9

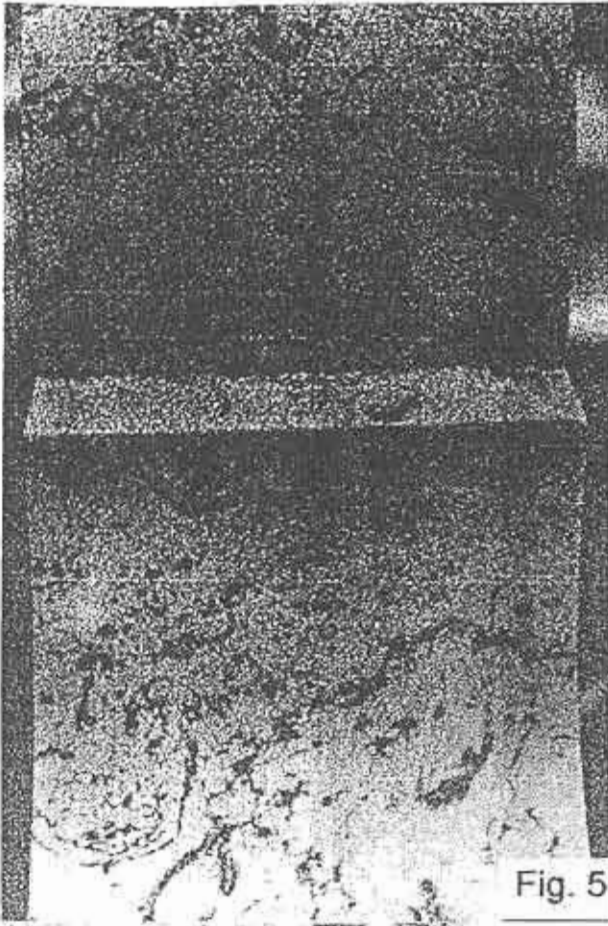


Fig. 5

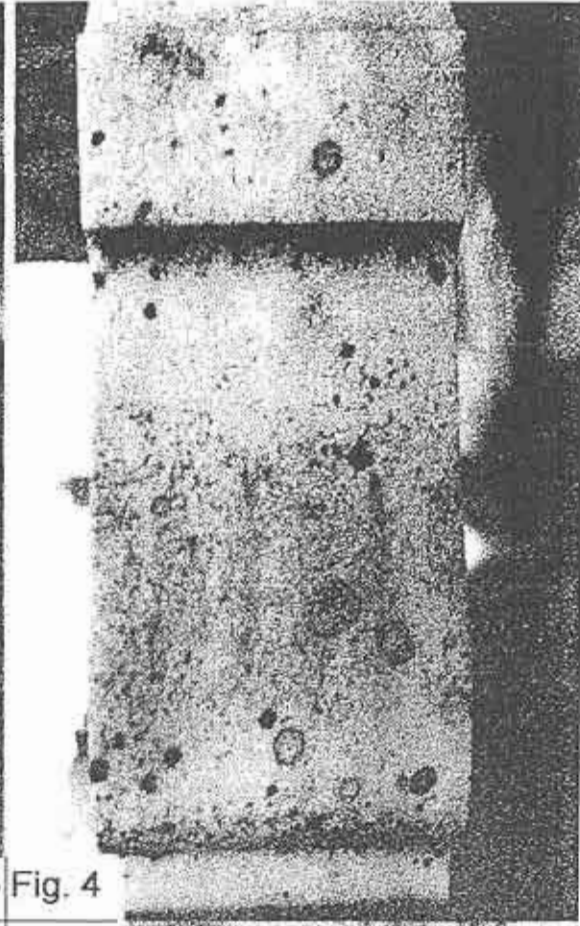


Fig. 4

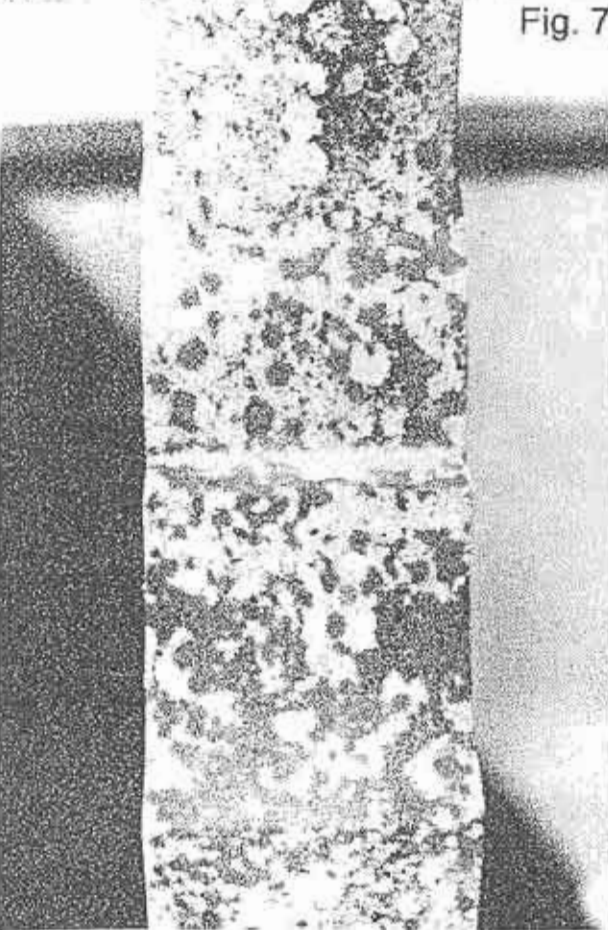


Fig. 7

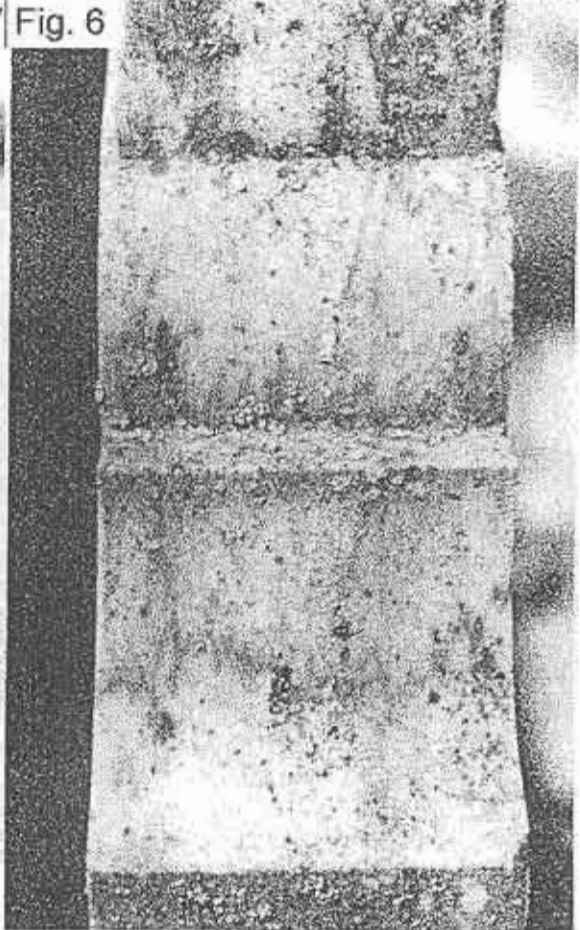


Fig. 6

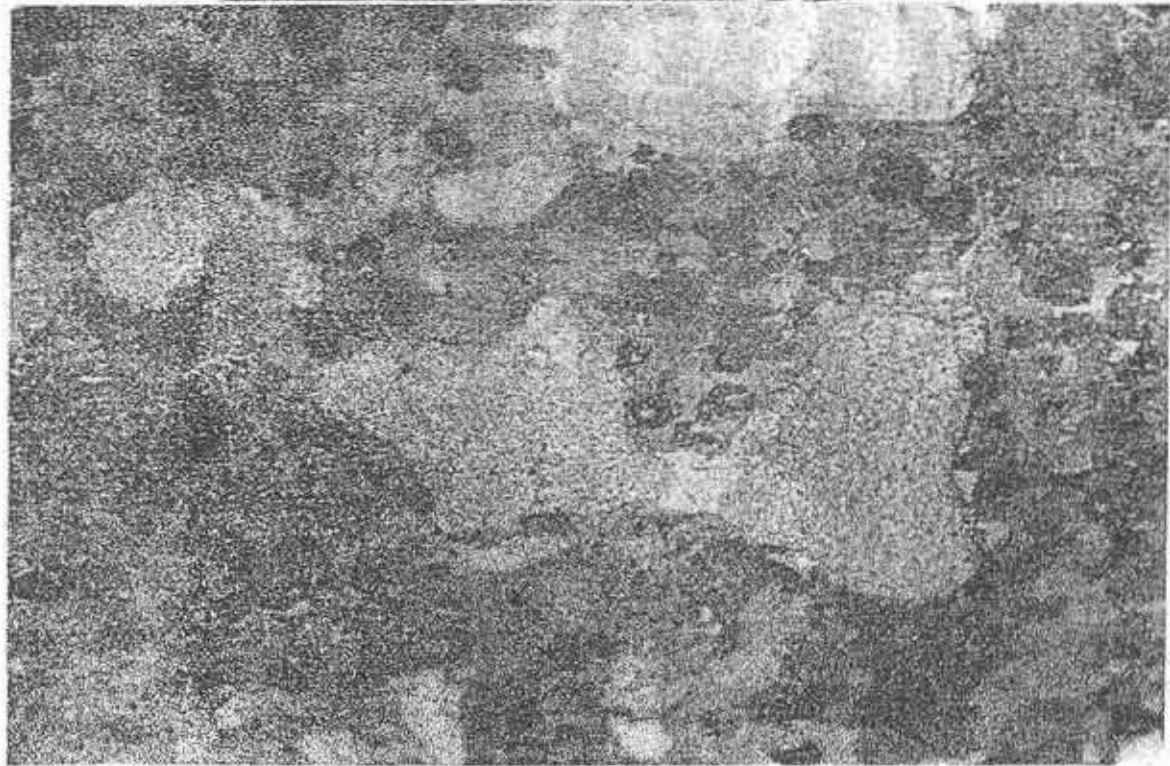
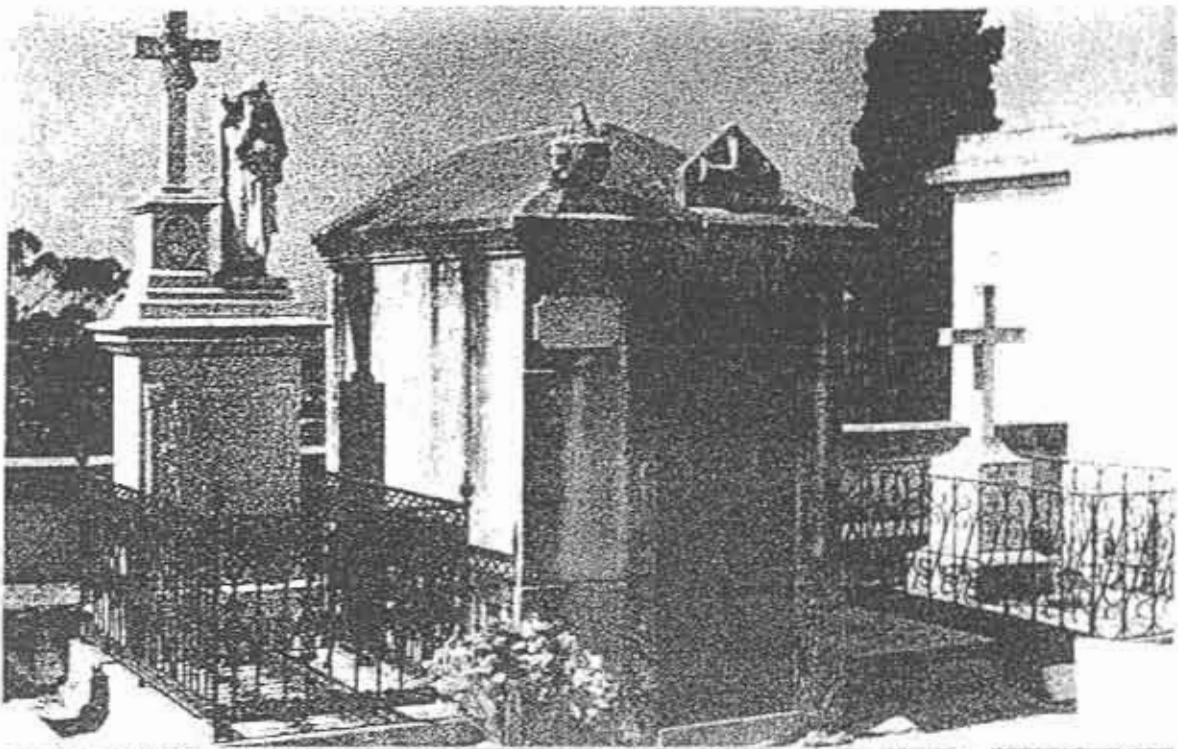


Fig. 8 (em cima) e Fig. 9

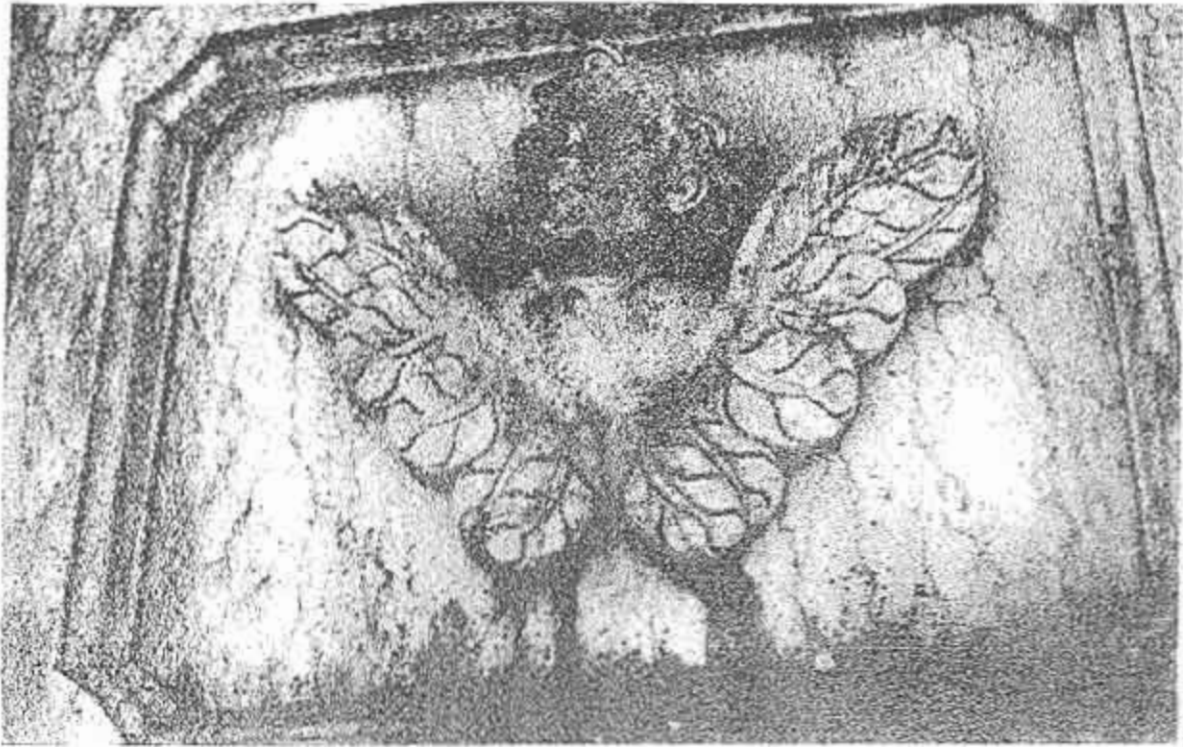
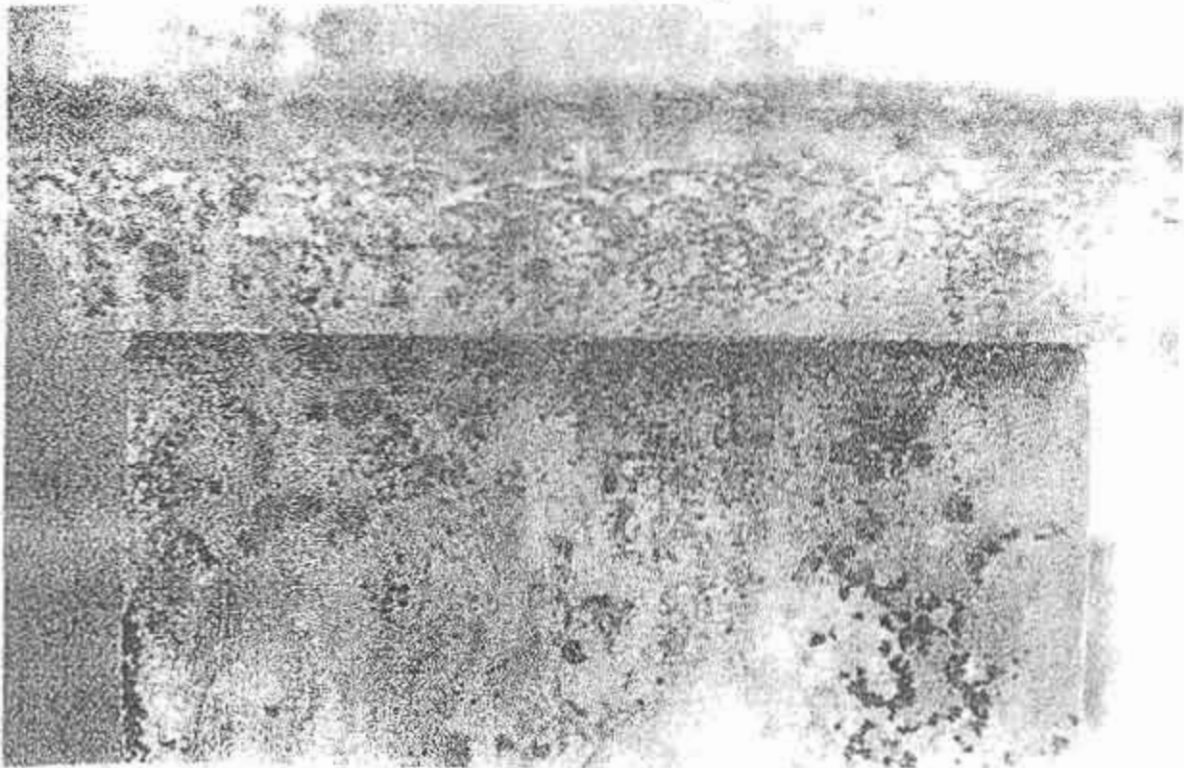


Fig. 10 (em cima) e Fig. 11



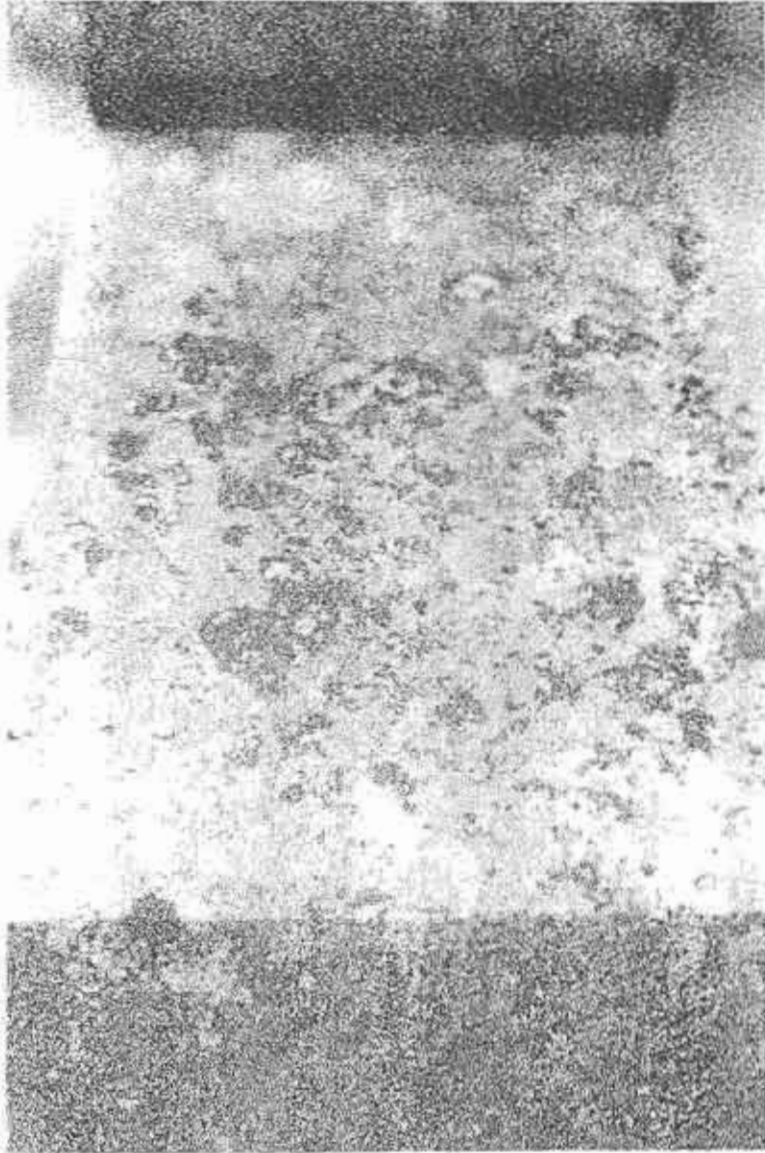


Fig. 12